CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA

FACULDADE MALTA BARÃO - MALTA BARÃO– MALTA

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

PPC

BACHARELADO EM DIREITO

TERESINA – PI

2026

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL 9
1.1 Identificação da Mantenedora 9
1.2 Identificação da Mantida 9
1.3 Breve Histórico 9
1.4 Inserção Regional 10
1.4.1 Informações da Cidade de Teresina 16
1.4.2 Contexto Populacional 17
1.4.3 Contexto Econômico 17
1.5 Características Institucional 18
1.5.1 Missão 18
1.5.1.1 Relação da Missão com a área de Atuação na Educação Superior 21
1.5.2 Valores Institucionais e Visão de Futuro 21
1.5.3 Princípios 23
1.5.4 Objetivos Gerais 24
1.5.5 Objetivos Específicos 25
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 28
2.1 Políticas de Ensino, Iniciação Científica e Extensão 30
2.1.1 Políticas de Ensino de Graduação 30
2.1.2 Políticas de Pós-Graduação 34
2.1.3 Extensão 36
2.1.4 Pesquisa (Iniciação cientifica) 40
2.1.4.1 Práticas Investigativas 42
2.2 Responsabilidade social da IES 43
2.2.1 Políticas de Educação Ambiental 45
2.2.2 Educação em Direitos Humanos 46
2.2.3 Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena 46
2.2.4 Políticas para o Desenvolvimento Sustentável 46
2.2.5 Compromisso com Valores Morais e Éticos 47

2.2.6 Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural 48
2.2.7 Desenvolvimento Econômico e Social....50
2.2.8 Políticas de Permanência e Educação Inclusiva 53
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 59
3.1 Dados Gerais do Curso....59
3.2 Base Legal para a Oferta do Curso....59
3.3 Justificativa da Oferta do Curso 61
3.4 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso 63
3.5 Objetivos do Curso....66
3.5.1 Objetivo Geral 66
3.5.2 Objetivos Específicos 67
3.6 Perfil do Egresso....68
3.6.1 Competências e Habilidades....70
3.6.2 Campo de Atuação Profissional 71
3.7 Estrutura Curricular 72
3.7.1 Flexibilização Curricular 75
3.7.2 Interdisciplinaridade....76
3.7.3 Contextualização e Articulação Teoria-Prática....78
3.7.4 Acessibilidade Metodológica 79
3.7.5 Percurso Formativo 80
3.7.6 Diferenciais e Inovação no Curso....81
3.8 Conteúdos Curriculares....84
3.8.1 Matriz Curricular 88
3.8.2 Ementário e Bibliografia 94
3.9 Temas Tranversais....94
3.10 Metodologia de Ensino....95
3.11 Estágio Curricular Supervisionado....97
3.12 Estágio Extracurricular Supervisionado 99
3.13 Atividades Complementares 99
3.14 Trabalho de Curso 102
3.14.1 Repositório Acadêmico....103
3.15 Atividades de Extensão 104

3.16 Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem 107
3.17 Processos de Auto Avaliação do Curso 112
3.18 Práticas Pedagógicas Inovadoras 114
3.19 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem 114
3.20 Coordenação do Curso 116
3.20.1 Perfil do Coordenador 117
3.20.2 Atuação do Coordenador 118
3.20.3 Regime de Trabalho do Coordendor 119
3.20.4 Plano de Ação da Coordenação 120
4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL 121
4.1 Composição do Corpo Docente 121
4.1.1 Requisitos de Titulação 123
4.1.2 Critérios de Seleção e Contratação de Professores 124
4.1.3 Regime de Trabalho do Corpo Docente 125
4.1.4 Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE 126
4.1.5 Experiência Profissional do Corpo Docente 127
4.1.6 Experiência no Exercício da Docência Superior 128
4.1.7 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância 128
4.1.8 Colegiado de Curso 128
4.2 Corpo de Tutores 129
4.2.1 Composição do Corpo de Tutores 129
4.2.2 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso 130
4.2.3 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância 130
4.3 Equipe Multidisciplinar 130
5 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS 132
5.1 Sistema Jurídico TWM 134
5.2 Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis - NAPV 135
6 CORPO DISCENTE 137
6.1 Atenção aos discentes 137
6.2 Formas de Acesso 138
6.3 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro 140
6.4 Espaços para Atendimento ao Discente 142

6.5 Programas de Bolsas, PROUNI e FIES 143
6.6 Programa de Nivelamento 144
6.7 Programas de Apoio Psicopedagógico 146
6.8 Estímulos à Permanência 147
6.9 Apoio à Realização de Eventos e à Produção Discente 147
6.10 Organização Estudantil 149
6.11 Acompanhamento de Egressos 150
6.12 Perfil do Egresso e Perfil do Profissional 152
6.13 Ouvidoria 154
6.14 Atividades de Monitoria 154
7 EDUCAÇÂO A DISTÂNCIA NA MALTA 156
7.1 Núcleo de Educação à Distância da MALTA (NEAD) 158
7.2 Concepção de Educação e Currículo no Processo de Ensino-Aprendizagem 160
7.3 Sistemas De Comunicação 162
7.4 O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 163
7.5 Ambientalização no AVA: Formação Inicial em EaD 165
7.6 Videoaulas 166
7.7 Biblioteca Física 167
7.8 Biblioteca Virtual 167
7.9 Material Didático 167
7.10 Atividades de Tutoria 169
7.11 Mecanismos de Interação entre Docentes, Discentes e Tutores 170
8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA 172
8.1 Infraestrutura Física 172
8.1.1 Infraestrutura Acadêmica 173
8.1.2 Instalações Administrativas 173
8.1.3 Salas de aula 173
8.1.4 Sala de Professores e Tutores 173
8.1.5 Espaços para Atendimento aos Alunos 174
8.1.6 Infraestrutura para a CPA 175
8.1.7 Sala Professores Tempo Integral - TI 175
8.1.8 Instalações Sanitárias 175

8.1.9 Sala de Apoio de Informática 175
8.1.10 Espaços de Convivência 177
8.1.11 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência 177
8.1.12 Auditório 177
8.1.13 Laboratórios, Ambientes e Cenários Para Práticas Didáticas: Infraestrutura Física 178
8.1.14 Biblioteca 179
8.1.14.1 Instalações 179
8.1.14.2 Informatização 180
8.1.14.3 Horário de Funcionamento 181
8.1.14.4 Qualificação de Pessoal 181
8.1.14.5 Política de Atualização, Manutenção e Expansão do Acervo 181
8.1.14.6 Política de Seleção e Aquisição 184
8.1.14.6.1 Critérios de Seleção 185
8.1.14.6.2 Prioridade de Aquisição 186
8.1.14.6.3 Fontes para Aquisição 186
8.1.14.6.4 Doações 187
8.1.14.7 Política de Desbastamento de Material Bibliográfico 188
8.1.14.7.1 Remanejamento 188
8.1.14.7.2 Descarte 188
8.1.14.7.3 Reposição do Material 189
8.1.14.7.4 Avaliação da Coleção 189
8.1.14.8 Composição do Acervo 190
8.1.14.8.1 Periódicos 190
8.1.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) 192
8.1.16 Equipamentos de Informática 193
8.1.17 Infraestrutura de Informática 194
8.1.17.1 Laboratórios de Informática 194
8.1.17.2 Biblioteca 195
8.1.17.3 Rede Wireless 195
8.1.18 Recursos Audiovisuais 196
8.1.19 Plano de Expansão da Infraestrutura Física 197
8.1.20 Manutenção e Conservação das Instalações Físicas 197

8.2 Infraestrutura Tecnológica....198
8.2.1 Instalações físicas....198
8.2.2 Base Tecnológica....199
8.2.3 Da Capacidade e Estabilidade da Rede de Energia Elétrica....202
8.2.4 Da Capacidade e Estabilidade da Rede Lógica....203
8.2.5 Nível do serviço....204
8.2.6 Da Segurança da Informação....205
8.2.7 Do Acordo do Nível do Serviço e Capacidade de Funcionamento 24 horaspor dia, 7 dias por semana....205
8.3 Infraestrutura De Segurança....209
8.3.1 Plano de Expansão da MALTA....209
8.3.2 Manutenção e Conservação da Infraestrutura Física....210
8.3.3 Manutenção e Conservação dos Equipamentos....212
8.3.4 Plano de expansão e atualização de equipamentos....213
8.3.5 Atualização Tecnológica....214
8.3.6 Plano de Ampliação do Acesso a Internet....215
8.3.7 Expansão De Hardware E Software....215
8.3.8 Manutenção Preventiva e Corretiva....215
8.3.9 Expansão De Equipamentos E Softwares Prevista Para O Quinquênio 216
8.3.10 Recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação e de Audiovisual 217
9 ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA....219
9.1 Acessibilidade Física, Pedagógica, Atitudinal e das Comunicações....219
9.2 Adaptabilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida....220
9.3 Adaptabilidade para pessoas com Deficiência Visual....221
9.4 Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Auditiva....223
9.5 Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista....224
ANEXO I - EMENTÁRIO, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR....228

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Identificação da Mantenedora

A mantenedora da Faculdade Malta Barão - MALTA é o CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA, entidade de caráter Educacional, de direito privado, com fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 17.145.404/0001-76, constituído legalmente com seus atos constitutivos registrados em Teresina - PI.

1.2 Identificação da Mantida

A Faculdade Malta Barão - MALTA, está sediada na Av. Barão de Gurguéia, Nº 3333, Bairro Vermelha, Teresina/Piauí, CEP 64.018-500. Configura-se como uma instituição de ensino superior, de natureza privada, com fins lucrativos, que possui como Mantenedora o CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA, entidade de caráter Educacional, de direito privado, com fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 17.145.404/0001-76.

1.3 Breve Histórico

Em 10 de setembro de 2025, foi assinado o Termo de Responsabilidade do ato de Transferência de Mantença da **Faculdade de Tecnologia, Educaçao Superior e Profissional - FATESP**, cuja mantenedora até então era o **Centro Tecnológico de Educação Superior e Profissional Ltda. (CNPJ: 12.042.083/0001-60)**, para o **Centro Educacional Malta Ltda. (CNPJ: 17.145.404/0001-76)**. O processo de **transferência de mantença** foi publicado no sistema e-MEC em 04 de dezembro de 2025 e a instituição passou a denominar-se **Faculdade Malta Barão - MALTA (15272).**

A Faculdade Malta Barão, desde então, reafirma sua missão institucional de ampliar a oferta de cursos superiores, promovendo o ensino de qualidade com base

em princípios éticos, inclusão social e compromisso com o desenvolvimento regional. A IES atua com categoria administrativa privada, com fins lucrativos, e mantém limite territorial de atuação restrito ao município de Teresina – PI, com sede na Av. Barão de Gurguéia, nº 3333, Bairro Vermelha, Teresina-PI, CEP 64.018-500.

A Faculdade Malta Barão - MALTA segue empenhada em oferecer cursos de graduação, pós-graduação, extensão e formação continuada, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e contribuindo para a transformação social por meio da educação.

Para cumprimento de seus objetivos, a MALTA se propõe a promover a oferta de cursos superiores de graduação, de formação, de extensão, de especialização, de pós-graduação e aperfeiçoamento de pessoal, através de uma nova instituição de ensino superior credenciada pelo MEC, para atender as demandas de empreendimentos públicos e privados em sua região de atuação, bem como realizar estudos e estímulo à iniciação científica.

A Faculdade Malta Barão tem como principal objetivo contribuir de igual forma com o progresso do Estado, ao lançar, no mercado da região, profissionais graduados e pós-graduados nas diversas áreas do conhecimento. Desta forma, a Faculdade Malta Barão acredita que terá contribuído como eixo do desenvolvimento da região, quando, ao longo de sua atuação, promover discussões amplas, no intuito de produzir fermentadas reflexões na busca de melhores soluções para os problemas das diversas áreas da sociedade. O mercado explorado pela IES está situado na cidade de Teresina/PI e cidades circunvizinhas, parte de uma região do Brasil em franco desenvolvimento.

Com os crescimentos demográfico, econômico e político do Estado do Piauí, acentuou-se também o surgimento de empresas e organismos que passaram a exigir mais e mais profissionais qualificados, fato que de forma bastante evidente justifica a criação e expansão da Faculdade Malta Barão.

1.4 Inserção Regional

O Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Malta Barão - MALTA contempla plenamente, em sua concepção, as demandas efetivas de natureza econômica e social da região. A Faculdade Malta Barão está sediada Av. Barão de

Guguéia, Nº 3333 - Bairro Vermelha - Teresina/Piauí, CEP 64.018-500. Configura-se como uma instituição de ensino superior, de natureza privada, com fins lucrativos, que possui como Mantenedora o CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA, entidade de caráter Educacional, de direito privado, com fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 17.145.404/0001-76.

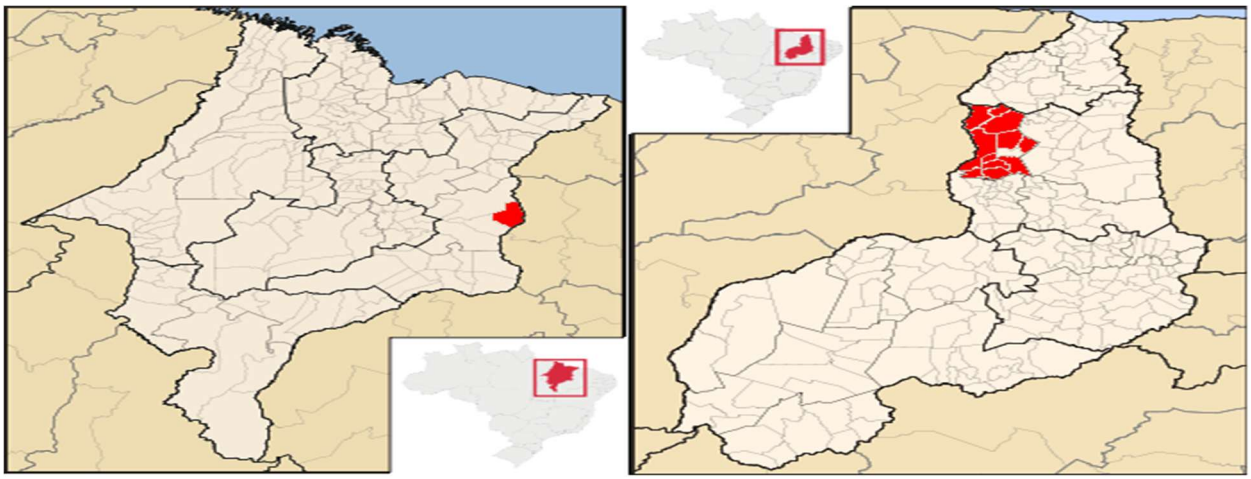
A Faculdade Malta Barão insere-se no contexto da capital do estado do Piauí, precisamente na cidade de Teresina, comprometendo-se a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, na medida em que busca promover a qualificação e capacitação de recursos humanos, em nível de graduação.

Teresina é a capital do Estado do Piauí e também é o município mais populoso. Localiza-se no centro-oeste piauiense a 366 km do litoral. A sua posição geográfica permitiu que se tornasse um importante entroncamento rodoviário. Teresina é um dos grandes centros urbanos da Região Nordeste, com forte fluxo de pessoas que a procuram em busca de serviços, principalmente das áreas de saúde e educação.



Localização de Teresina no Estado do Piauí

Nesse sentido, a cidade apresenta-se como uma área de influência para os Estados do Pará, do Maranhão, Tocantins e Ceará. É também a cidade que possui a melhor equidistância rodoviária entre todas as capitais nordestinas, o que favorece as mais diversificadas atividades econômicas em todos os setores.



Localização da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (MA/PI)

Com o desenvolvimento da região metropolitana, Teresina passou a se conurbar com o município de Timon/MA e esses dois municípios possuem 1.194.911 habitantes, sendo a segunda Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) mais populosa de todo o Brasil.

As principais vantagens competitivas e potencialidades da região metropolitana decorrem do fato de:

- ser centro de influência regional;
- ter localização geográfica estratégica;
- possuir base econômica diversificada;
- possuir capacidade de geração de emprego;
- ser polo universitário;
- ter descentralização industrial e,
- possuir infraestrutura para transporte de cargas.

A Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina foi criada pela lei complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro de 2002. É constituída pelos municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D'Arco do Piauí, Teresina e União, no estado do Piauí, e pelo município de Timon/MA, que se encontra na margem esquerda do rio Parnaíba.

O Estado do Piauí que possui uma população estimada de 3.273.227 habitantes distribuídos em 224 municípios (IBGE, 2019). Teresina é considerada a 17ª maior capital de Estado e a 21ª maior cidade do Brasil, sendo também a 7ª capital mais populosa e a 8ª que gera mais riquezas no Nordeste.

A cidade de Teresina é banhada por um dos maiores rios do Nordeste, o Rio Parnaíba, que é o maior rio genuinamente nordestino. Teresina possui diversos atrativos naturais, como o Parque Municipal da Floresta Fóssil, um dos 21 parques ambientais da cidade, que fica localizada no leito do Rio Poti, cuja formação é indicada como ocorrida há milhões de anos.

Dados do município de Teresina/PI

População	
População estimada [2019]	864.845 pessoas
População no último censo [2010]	814.230 pessoas
Densidade demográfica [2010]	584,94 hab/km²
Trabalho e Rendimento	
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2017]	2,8 salários mínimos
Pessoal ocupado [2017]	304.981 pessoas
População ocupada [2017]	35,9 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo [2010]	38,6 %
Educação	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,8 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	6,7
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	5,2

Matrículas no ensino fundamental [2018]	107.364 matrículas
Matrículas no ensino médio [2018]	38.745 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2018]	5.485 docentes
Docentes no ensino médio [2018]	3.092 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	367 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	171 escolas
Economia	
PIB per capita [2016]	R$ 22.597,68
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	65 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,751
Total de receitas realizadas [2017]	2.804.376,07 (R$ ×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	2.669.283,43 (R$ ×1000)
Saúde	
Mortalidade Infantil [2017]	16,49 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	1,2 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	181 estabelecimentos
Território e Ambiente	
Área da unidade territorial [2018]	1.391,046 km²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	61,6 %
Arborização de vias públicas [2010]	72,3 %
Urbanização de vias públicas [2010]	5,8 %
Bioma [2019]	Cerrado
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Não pertence

Fonte: IBGE (Consulta 2023).

Teresina é a terceira capital com melhor qualidade de vida do Norte-Nordeste e o melhor IDH do estado. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH entre 0,700 e 0,799). O índice passou de 0,620 em 2000 para 0,751 em 2010 - uma taxa de crescimento de 21,13%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 34,47% no período.

Os últimos dados da Educação Superior (INEP, 2019), são apresentados no quadro abaixo.

Censo da Educação Superior 2018

1.1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2018

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2537	904	1633	199	87	112	230	97	133	2068	690	1378	40	30	10
Pública	299	98	201	107	49	58	13	2	11	139	17	122	40	30	10
Federal	110	66	44	63	31	32	2	1	1	5	4	1	40	30	10
Estadual	128	32	96	40	18	22	2	1	1	86	13	73	-	-	-
Municipal	61	-	61	4	-	4	9	-	9	48	-	48	-	-	-
Privada	2238	806	1432	92	38	54	217	95	122	1929	673	1256	-	-	-
Nordeste	566	254	312	40	22	18	42	30	12	473	192	281	11	10	1
Pública	67	26	41	33	15	18	-	-	-	23	1	22	11	10	1
Federal	29	19	10	18	9	9	-	-	-	-	-	-	11	10	1
Estadual	16	7	9	15	6	9	-	-	-	1	1	-	-	-	-
Municipal	22	-	22	-	-	-	-	-	-	22	-	22	-	-	-
Privada	499	228	271	7	7	-	42	30	12	450	191	259	-	-	-
Piauí	45	29	16	2	2	-	2	2	-	40	24	16	1	1	-
Pública	3	3	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Federal	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Estadual	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	42	26	16	-	-	-	2	2	-	40	24	16	-	-	-

Fonte: MEC/INEP/DEED, 2019.

Nota: IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

Nesse sentido, a Faculdade Malta Barão - MALTA representa uma possibilidade concreta de profissionalização do mercado de trabalho e de garantia de acesso à demanda educacional de toda uma região. A Faculdade Malta Barão - MALTA chega nesse contexto com as propostas pedagógicas mais atualizadas possíveis e com cursos que atendem a várias áreas do conhecimento, com perspectivas de também inovar não só no campo da graduação, como futuramente também no campo da pós-graduação.

Essa visão remete ao desenvolvimento local, à participação social e ao comprometimento com o aumento na qualidade do nível de profissionalização e de acesso ao ensino superior para milhares de pessoas que não somente querem como fazem questão de permanecer em seu município, aprender o seu ofício e colocá-lo a

serviço de sua MALTA comunidade. Torna-se legítimo, portanto, o compromisso e a atuação da Faculdade nesse cenário de demandas específicas e consideráveis.

A região de Teresina apresenta grande necessidade de formação e geração de conhecimentos e aperfeiçoamento pessoal, garantindo acesso aos alunos da região e proporcionando a permanência dos mesmos a fim de desenvolverem suas atividades profissionais e contribuição na resolução de problemas locais e regionais.

A inserção social da Faculdade Malta Barão - MALTA é caracterizada por políticas, diretrizes, metas e ações destinadas a beneficiarem pessoas ou grupos de pessoas que diferem substancialmente dos demais com relação a um ou mais parâmetros relevantes, nas comunidades acadêmicas diversas com as quais se relaciona, ou mesmo na comunidade social. Essas políticas devem ser desenvolvidas na perspectiva do processo de aprendizagem, com dois objetivos principais:

(a) estimular, apoiar e/ou promover a inserção social; e
(b) educar para o exercício pleno da cidadania e de profissões.

No conjunto de aspectos analisados para a construção do Projeto Pedagógico Institucional, foi considerada a população do ensino médio regional, a quantidade de vagas ofertadas na educação superior, a taxa bruta e a líquida de matricula na educação superior, as metas do Plano Nacional de Educação e a pirâmide populacional, de maneira plenamente adequada às ações formativas que a Instituição pretende desenvolver na cidade.

1.4.1 Informações da Cidade de Teresina

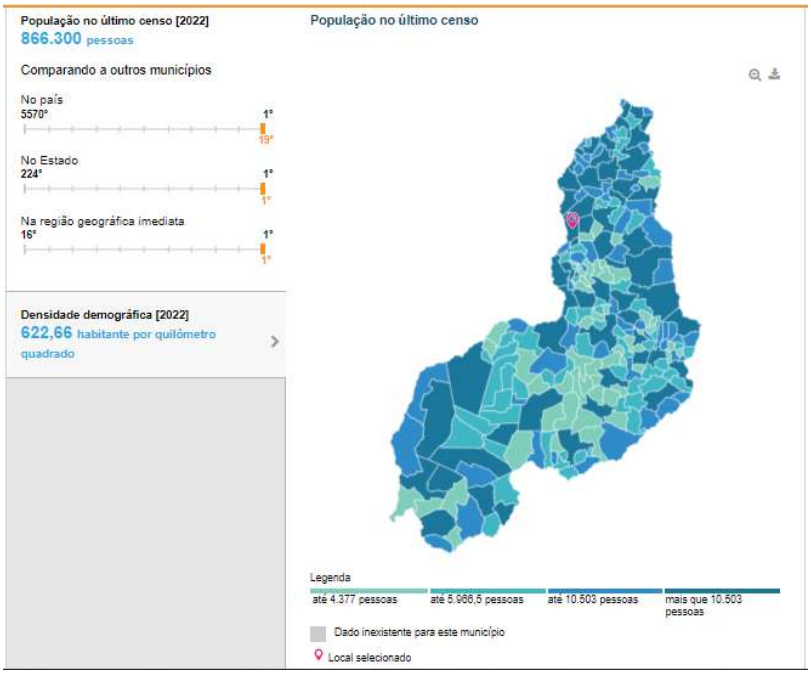
Teresina começou a ser povoada no século XVII, com Domingos Jorge Velho e um grupo de bandeirantes, que estabeleceram uma feitoria e um criatório de gado. Em 1797 foi erguida a igreja de Nossa Senhora do Amparo, e sua fundação foi oficializada em 16 de agosto de 1852.

Com um projeto de criação inovador, elaborado por José Antônio Saraiva – o Conselheiro Saraiva, Teresina tornou-se capital da província por sua localização mais central, bem como pela navegabilidade dos rios Poti e Parnaíba.

O nome da cidade foi uma homenagem à imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, que teria sido a mediadora junto ao imperador Dom Pedro II para que a capital viesse a ser Teresina.

1.4.2 Contexto Populacional

Segundo último censo realizado pelo IBGE, em 2022, a população era de 866.300 habitantes e a densidade demográfica era de 622,66 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 1 e 1 de 224. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 19 e 147 de 5570.

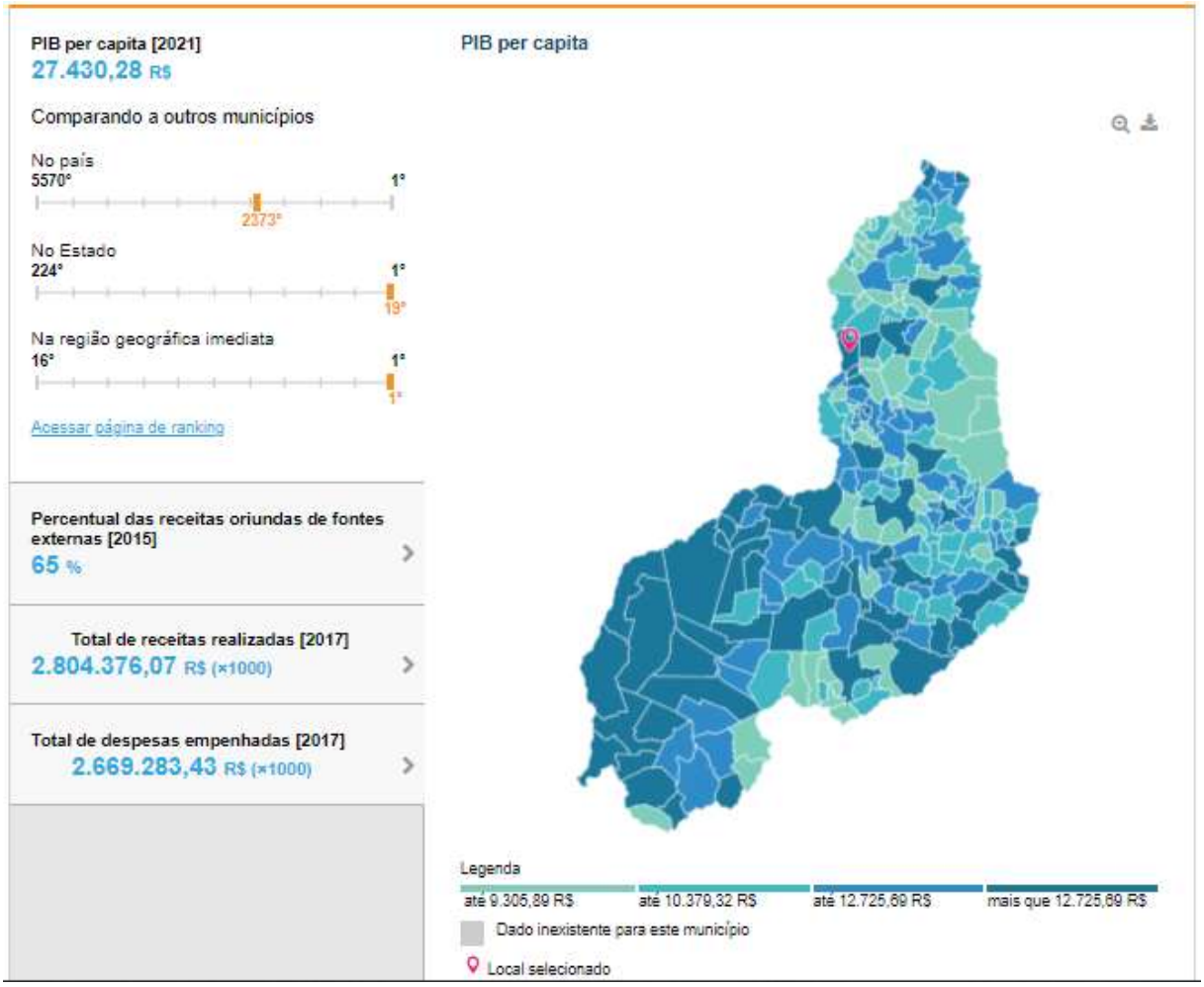


https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama

1.4.3 Contexto Econômico

Em 2021, o PIB per capita era de R$ 27.430,28. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 19 de 224 entre os municípios do estado e na 2373 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em

2015 era de 65%, o que o colocava na posição 194 de 224 entre os municípios do estado e na 4703 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R$ 2.804.376,07 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R$ 2.669.283,43 (x1000). Isso deixa o município nas posições 1 e 1 de 224 entre os municípios do estado e na 21 e 16 de 5570 entre todos os municípios.



Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama

1.5 Características Institucional

1.5.1 Missão

A Faculdade Malta Barão - MALTA tem por missão:

> "estar comprometida com o desenvolvimento integral da pessoa humana, de suas inserções na sociedade e do desenvolvimento científico, tem como principal missão a atividade educacional formativa com o objetivo de preparar e desenvolver profissionais e cidadãos livres e conscientes para a realização de projetos de vida, de maneira responsável, críticos e criativos, além de desenvolver, construir e aplicar conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade, do desenvolvimento local e global e das futuras gerações, respaldada pela missão institucional".

A MALTA é uma instituição de ensino superior compromissada com o aprimoramento contínuo de seus alunos, professores e funcionários, proporcionando-lhes os meios para que realizem, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, atuando em perfeita sintonia com a sociedade e, apoiada em valores éticos inalienáveis, buscando sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados.

Como pode ser visto, a missão da MALTA apresenta estreita relação com uma visão humanística que tem por objetivo geral, em seus cursos de graduação, formar cidadãos e profissionais qualificados, compromissados com o seu desenvolvimento pessoal e profissional e com o crescimento socioeconômico de toda a região.

A MALTA considera como princípios fundamentais: a ética; a cidadania, cultura, pesquisa e extensão; a vivência comunitária; a idoneidade moral e a capacidade técnico-científica. Busca ainda definir a melhor proposta curricular que venha a atender as necessidades sociais da sua comunidade nacional e regional.

As suas práxis são fundadas em princípios educativos que apontam para um sentido de participação, no qual o educando é visto como ser ativo, sujeito responsável e solidário, que busca a conscientização através da compreensão dos fenômenos na sua totalidade. Está comprometida, portanto, em oferecer, no contexto do Estado do Piauí, qualidade acadêmica aos cursos oferecidos, papel de relevância pública e função social, em consonância com o projeto da mantenedora. Nessa trajetória de construção e consolidação de seu papel social procura não somente, mas principalmente, a conquista de espaço ético e sociopolítico, aberto às questões de defesa ao exercício pleno do educando e educador da cidadania e dos direitos humanos.

Como instituição educativa, prioriza o conhecimento e o desenvolvimento das capacidades e competências necessárias aos educandos para o exercício profissional e inserção no mercado de trabalho de forma crítica e transformadora, ao reconhecer a importância da formação de profissionais em diferentes áreas na sustentação da sociedade e no desenvolvimento da economia, cuja base está em franca expansão em toda a região, carente de profissionais qualificados. Dentro destas premissas, a MALTA tem propósitos partindo da sua missão:

a) Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento da sociedade brasileira;
b) Estimular o aperfeiçoamento continuado do profissional, oferecendo uma Estrutura Intelectual sistematizada do conhecimento, em seus diversos níveis de abrangência;
c) Efetivar atividades abertas de extensão, estabelecendo uma relação, instituição - professor-aluno-sociedade, de intercambio, interação e complementaridade;
d) Fortalecer a articulação interinstitucional através de convênios, acordos de cooperação e Programas diversos;
e) Implementar processo permanente de avaliação Institucional;
f) Colaborar para o desenvolvimento da cidade, Estado e do país articulando-se com os poderes públicos e com a iniciativa privada, na participação de programas nas áreas da educação e da Cultura.

A MALTA é uma instituição de ensino superior compromissada com o aprimoramento contínuo de seus alunos, professores e funcionários, proporcionando a esses, os meios para que realizem, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, atuando em perfeita sintonia com a sociedade e, apoiada em valores éticos inalienáveis, buscando sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados.

1.5.1.1 Relação da Missão com a área de Atuação na Educação Superior

Os cursos de graduação bacharelados, tecnológicos, de licenciatura e os de pós-graduação *lato sensu* ofertados pela MALTA têm conexão direta com as características da região, de modo a atender de forma direta as demandas do desenvolvimento local e regional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da região e do país, mediante a capacitação qualitativa de recursos humanos para atuarem em áreas que requeiram formação profissional diferenciada.

A MALTA tem como áreas prioritárias de atuação acadêmica a oferta de cursos superiores de tecnologia, de licenciatura e bacharelado. A Instituição concentra esforços para o exercício de responsabilidade social, além de enfatizar a inclusão social, os avanços tecnológicos e considerar os contextos político e cultural, enaltecendo as relações do respeito mútuo, da preservação ambiental e dos direitos humanos, sempre orientando seus professores, alunos, funcionários e corpo administrativo a agirem em consonância e articulados com outras entidades societárias, isto é, cuidando de gerar trabalho participativo que, ao invés de simples somatório, resulte em produto de vontades e forças voltadas para a obra do bem comum numa grande rede de relações com que todos deverão estar comprometidos.

No conjunto de aspectos analisados para a construção do Projeto Pedagógico Institucional da MALTA, foi considerado a população do ensino médio regional, a quantidade de vagas ofertadas na educação superior, a taxa bruta e a líquida de matricula na educação superior, as metas do Plano Nacional de Educação e a pirâmide populacional, de maneira plenamente adequada às ações formativas que a Instituição pretende desenvolver em sua área de inserção regional.

1.5.2 Valores Institucionais e Visão de Futuro

Os princípios e valores teóricos e práticos que caracterizam o perfil da MALTA instituição composta por sujeitos históricos, sociais e políticos que integram um mundo em constante movimento composto de sujeitos reflexivos, pesquisadores, abertos aos debates educacionais, como também e principalmente, abertos ao diálogo.

A confiança, empatia, sensibilidade, justiça, honestidade, autodesenvolvimento, respeito ao próximo, descentralização e nobreza de espírito, deverão compor o ambiente acadêmico da MALTA.

A Faculdade Malta Barão tem como visão ser uma instituição de ensino superior reconhecida pela excelência nos serviços educacionais, meios para que a sua comunidade acadêmica realize, em sua plenitude, as legítimas aspirações da pessoa humana, atuando em perfeita sintonia com a sociedade apoiada em valores éticos inalienáveis, buscando sempre a racionalização de recursos e a otimização de resultados, comprometida com as transformações do seu tempo.

As tarefas de construção de uma democracia social, política pertencem a várias esferas de atuação da sociedade, e o Ensino Superior é apenas uma delas. Mas este tem um papel institucional quando se trata da preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências postas pela sociedade moderna.

As novas tecnologias e as novas formas organizacionais do trabalho estão relacionadas às necessidades de melhor qualificação profissional.

Assim posto, a MALTA tem como valores a:

- Preparação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, tendo em vista a flexibilidade do processo produtivo Contemporâneo adaptando-o às complexas condições do exercício profissional no mercado de trabalho;
- Formação para a cidadania crítica, isto é, formar um aluno cidadão, capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para integrar ao mercado de trabalho;
- Preparação para a participação Social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sócio comunicativa de iniciativa, de liderança, de solução de problemas;
- Formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades de extensão que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

Ao escolher como condutor dos cursos uma visão interdisciplinar formativa do profissional para as novas demandas do mercado, objetivou-se explicitamente o comprometimento com a qualificação ao mesmo tempo técnico e pluralista.

Neste sentido, a MALTA busca a Formação de Profissional com visão holística com respeito às relações econômica e Sociais, numa percepção ampla, o que equivale dizer que considera o "mundo da Escola", com base humanística e crítico-reflexiva possibilitando a colocação efetiva do formando no mercado.

1.5.3 Princípios

A MALTA no desenvolvimento de suas funções e atividades pretende continuar sendo uma instituição:

- Ética, consciente de sua responsabilidade social e compromissada com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
- Atuante no resgate da cidadania, na formação do cidadão como ser ético e político, consciente de suas responsabilidades, de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo;
- Aglutinadora, aberta a todo o saber, crítica, criativa e competente, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserida;
- Comprometida com resultados, onde o seu lucro será o elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade;
- Aberta a parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos destinados à atuação na prática profissional;
- Capaz de viabilizar, através de práticas educativas o fomento cultural, o desenvolvimento do espírito crítico, científico e reflexivo;

- Disposta a concretizar via ensino, com excelência pedagógica e metodológica, os conhecimentos científicos, técnicos culturais;
- Consciente de seu dever de viabilizar via ensino, pesquisa e extensão o aperfeiçoamento cultural e profissional dos docentes e dos seus acadêmicos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da MALTA, tendo em vista a linha política pedagógica escolhida pelos seus dirigentes e Corpo Docente de forma orgânica, exalta as políticas de aperfeiçoamento tanto nos aspectos humanos quanto de ordem materiais, o perfil do profissional que deseja formar e o plano de continua avaliação com vistas à consecução do proposto.

Seguindo estes passos e obtendo a concretude do proposto, a Instituição certamente obterá a qualidade do fazer pedagógico contextualizado e crítico.

Considera a educação como uma Prática Social, concreta e histórica, assim como também uma atividade humana determinada no contexto em que ocorrem as relações sociais, portanto, sujeita às alterações advindas do momento Histórico e Social.

1.5.4 Objetivos Gerais

A Faculdade Malta Barão tem por objetivo geral a formação de profissionais, com sólida dotação geral e humana, atribuindo-lhes a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos humanos, aliados a uma postura reflexiva e visão crítica, colocando as instituições, a serviço, primeiro, do homem e, depois, da sociedade, buscando a emancipação pessoal e social num mundo em permanente transformação. Para tanto, a Faculdade Malta Barão pretende:

- capacitar profissionais, em cursos e programas de graduação e pós-graduação, para a realização de atividades específicas;
- desenvolver programas de iniciação científica e de extensão e estimular a pesquisa; estimular a iniciação científica para produzir novos conhecimentos, em todas as áreas em que atuar;

- apoiar e estimular a produção intelectual e científica dos corpos docente e discente;
- manter intercâmbio com instituições congêneres; e
- oferecer serviços de qualidade, em todas as áreas em que atuar.

1.5.5 Objetivos Específicos

A Faculdade Malta Barão, como instituição de educação nacional, tem os seguintes objetivos, nas áreas dos cursos que ministra:

a) Formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento da sociedade brasileira;
b) Estimular o aperfeiçoamento continuado do profissional, oferecendo uma Estrutura Intelectual sistematizada do conhecimento, em seus diversos níveis de abrangência;
c) Efetivar atividades abertas de extensão, estabelecendo uma relação, instituição - professor-aluno-sociedade, de intercambio, interação e complementaridade;
d) Fortalecer a articulação interinstitucional através de convênios, acordos de cooperação e Programas diversos;
e) Implementar processo permanente de avaliação Institucional;
f) Colaborar para o desenvolvimento da cidade, Estado e do país articulando-se com os poderes públicos e com a iniciativa privada, na participação de programas nas áreas da educação e da Cultura.

Para o alcance de seus objetivos específicos, a Faculdade Malta Barão - MALTA projeta as seguintes ações segmentadas por áreas de atuação:

(1) Área Técnico-Pedagógica:

✓ estabelecer parâmetros de qualidade de ensino, aliados a pesquisa e extensão, bem como medidas de eficiência, eficácia, efetividade e relevância social da aprendizagem que sejam permanentemente reavaliados, visando a um processo de melhoria contínua da ação pedagógica institucional;

- ✓ disseminar entre os alunos e professores a cultura da pesquisa científica e da reflexão como mecanismos insubstituíveis de construção e apropriação do conhecimento;
- ✓ desenvolver atividades que, através de parcerias intra e interinstitucionais, possam criar mecanismos de financiamento e de suporte à pesquisa, especialmente aquelas focadas no interesse social e comunitário;
- ✓ elaborar e aplicar procedimentos de avaliação permanente dos currículos implantados na Faculdade Malta Barão - MALTA, e implementar mecanismos de realinhamento curricular decorrente das potencialidades e fragilidades institucionais, bem como das oportunidades e ameaças detectadas;
- ✓ estabelecer, junto à comunidade, sistemáticas de interação institucional que possibilitem ações de enriquecimento curricular e desenvolvimento institucional; e
- ✓ desenvolver e implantar instrumentos de acompanhamento e mensuração quantitativa e qualitativa do desempenho acadêmico, visando a uma constante e permanente evolução dos parâmetros indicadores do desempenho dos estudantes, dos docentes, do processo ensino-aprendizagem e dar condições institucionais de oferta educacional.

(2) Área de Gestão Acadêmica:

- ✓ implantar sistemas de gestão de informações visando ao acompanhamento e avaliação dos produtos e processos, bem como o acompanhamento das ações de rotina, quanto ao cumprimento dos objetivos e metas institucionais, de forma a garantir o pleno sucesso do empreendimento;
- ✓ elaborar e implementar o plano de capacitação e de incentivos à docência e ao gerenciamento acadêmico e empresarial, valorizando a competência, a gestão acadêmica e os processos administrativos e de planejamento;
- ✓ desenvolver e implantar mecanismos de planejamento participativo, como forma de propiciar o necessário dinamismo e comprometimento com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI associado ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, os Projeto Pedagógicos dos Cursos -

PPCs e demais documentos integrantes do arcabouço programático da Faculdade Malta Barão - MALTA;

- ✓ assegurar e priorizar ações que transformem o processo de avaliação institucional em ferramenta essencial para a formulação de estratégias nas áreas de ensino, pesquisa (iniciação científica), extensão e gestão acadêmica; e
- ✓ executar, acompanhando o crescimento das demandas institucionais e de acordo com as disponibilidades financeiras da mantenedora, o planejamento físico da unidade acadêmica, bem como implementar a estrutura organizacional prevista para a Faculdade Malta Barão - MALTA.

(3) Área de Extensão e Relações com a Comunidade:

- ✓ promover e incentivar a participação de estudantes e professores em programas de extensão, ação comunitária e cidadania;
- ✓ estabelecer mecanismos institucionais de apoio material e político para ações de captação de recursos para programas de pesquisa e extensão;
- ✓ garantir a participação da comunidade externa nos processos de avaliação institucional da Faculdade Malta Barão - MALTA
- ✓ implantar, em comum acordo com entidades patronais, sindicais e governamentais, sistema de captação de ofertas de vagas e encaminhamento ao emprego, visando não só a colocação de alunos, mas também alimentando os programas de treinamento e requalificação profissional que venham a ser executados pela Faculdade Malta Barão - MALTA; e
- ✓ definir e implementar mecanismos permanentes de acompanhamento de egressos.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A ciência, na concepção contemporânea, tem uma nova conotação: a de ser um processo de investigação, consciente de todas as suas limitações e do esforço crítico de submeter à renovação constante seus métodos e suas teorias. A atitude científica atual é a atitude crítica. Cada ramo da ciência procura definir que métodos são mais confiáveis, que possibilitam eliminar mais facilmente o erro e, principalmente proporcionam melhores condições de crítica objetiva desenvolvida pela comunidade científica. A ciência é concebida, hoje, como um processo altamente criativo e crítico. Estamos muito longe do dogmatismo e do cientificismo. O conhecimento é visto como algo que está sendo continuamente revisto, reconstruído. Não há verdades inquestionáveis. Não há procedimentos de investigação indiscutíveis. Não há provas evidentes fornecidas por experimentos cruciais conclusivos.

A produção do conhecimento é um projeto humano, que exige superação de limites do já imaginado e que se enriquece no processo crítico e polêmico que se instaura na intromissão da rede do pluralismo teórico. Na concepção contemporânea da ciência, portanto, é preciso evitar, em nome de uma única teoria da realidade, deixar de analisar e confrontar outros enfoques teóricos e de observar a própria realidade. O referencial teórico-técnico tem de estar em constante revisão e recriação, procurando definir criticamente, para cada ramo da ciência, que métodos são mais confiáveis e pertinentes ao seu objeto de estudo, proporcionam melhores condições de crítica sistemática e objetiva desenvolvida pela comunidade científica.

Se, epistemologicamente, a opção da MALTA recai sobre esse novo paradigma científico, as atividades de ensino - inseridas nos projetos pedagógicos de seus cursos - têm de estar em consonância com ele. Isto equivale a dizer que traçar objetivos de ensino não pode mais equivaler a objetivar conteúdos, característica própria da pedagogia tradicional e da ciência dogmática; consiste antes em identificar situações-problema com as quais o aluno deverá lidar, para o que deverá acessar, sistematizar (selecionando, descrevendo, analisando, sintetizando, etc.) e utilizar os conhecimentos disponíveis e necessários.

Dentro dessa ótica, o foco de ensinar desloca-se para as relações do aprendiz com a situação-problema, ou seja, para as competências de descrevê-la, analisá-la e

interpretá-la à luz dos conhecimentos necessários e disponíveis, sistematizando-os, ou ainda, quando for o caso, questionando-os, tornando, eles próprios, uma situação-problema. Fundem-se assim, no ensino, o processo científico e o pedagógico: uma pedagogia que, fundamentada no processo científico, traduz-se essencialmente pelo ato de facilitar, de criar condições para que o aluno aprenda a produzir conhecimento cientificamente. E, assim, parece inevitável que o objetivo de habilitar o aprendiz a estar apto para lidar com essa nova realidade implicará - como já começa a fazê-lo - um redimensionamento não só da didática do ensinar como também do aprender.

O foco do processo desloca-se do produto para a competência do lazer, do reter para o pensar, do repetir para o transformar, do manter para intervir. Em outras palavras: parece inevitável que o ensino deva orientar-se para que o aprendiz possa construir-se e reconstruir-se como sujeito crítico. Remetendo à visão epistemológica do ensino antes referida, parece inevitável que o ato pedagógico venha então a orientar-se pelos postulados da ciência contemporânea, fazendo do ensino a aprendizagem do fazer científico.

Como salienta Demo (1993), diante dessa marca dos tempos que se chama de modernidade, o aprendiz deverá ser capaz de desenhar e efetivar projeto próprio e moderno de desenvolvimento, construindo um posicionamento positivo, autossuficiente, criativo, crítico e sempre renovado. Reflete-se a projeção de um novo paradigma de ciência e de educação de cujas relações deverão resultar modificações estruturais no ato de ensinar, nos processos que o compõem, menos por força de construções teóricas do que por exigência da própria realidade contemporânea, seja ela econômica, social, cultural, científica ou tecnológica, necessidades básicas de aprendizagem a serem consideradas doravante na construção de um modelo institucional de ensino, na formação profissional, bem como no planejamento curricular: Um deles é a capacidade de resolver problemas, que abarca outras dimensões, como flexibilidade e adaptabilidade a novas situações.

O outro é a capacidade de decisões fundamentadas, que remetem à habilidade de selecionar informações relevantes, seja no trabalho, na área cultural ou no exercício da cidadania política. Finalmente, uma terceira e mais importante delas, é a capacidade de continuar aprendendo, única forma pela qual o resultado da ação educativa pode responder à contínua diversificação e mudança nas demandas de aprendizagem da sociedade.

A Faculdade Malta Barão - MALTA defende um ensino superior tendo como parâmetros os compromissos com a qualidade da formação intelectual de seus alunos, com a qualidade da sua produção científica, tecnológica, artística e filosófica e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade. Por isso, formar profissionais competentes pressupõe-se refletir a realidade e encarar os desafios instalados a partir dos problemas locais, regionais e nacionais, em observância aos valores civilizatórios como a paz, a justiça, a democracia e a solidariedade humana.

2.1 Políticas de Ensino, Iniciação Científica e Extensão

2.1.1 Políticas de Ensino de Graduação

Garantir e manter a qualidade do ensino na graduação requer um Projeto Pedagógico discutido e elaborado em conjunto pelo corpo docente, departamentos e colegiados, em sintonia com as diretrizes curriculares nacionais para o ensino superior, um processo de avaliação permanente, um corpo docente e equipe técnica qualificada e atualizada, com espaço para o debate, a pesquisa, a criação de novas propostas de ensino, baseadas na realidade local, além de infraestrutura moderna e apoio tecnológico.

Os cursos da Faculdade Malta Barão buscam articular o ensino de graduação com atividades de iniciação cientifica e extensão, de modo a responder às necessidades de formação profissional e humana, tendo como políticas:

- investimento nos padrões de qualidade nos cursos de graduação;
- fortalecimento das relações entre instituição e acadêmico;
- incorporação de novas tecnologias; e
- construção coletiva de um sistema de avaliação permanente.

Para acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, a Faculdade desenvolve atividades através do Núcleo de Apoio ao Psicopedagógico (NAP), com o objetivo de reflexionar sobre as atividades pedagógicas e administrativas, reordenando ações, replanejando e adequando os procedimentos didático-

metodológicos, de modo a monitorar a eficácia do processo de ensino e aprendizagem dos cursos de graduação, além de atender as necessidades dos estudantes. As atividades do Núcleo de Apoio ao Psicopedagógico (NAP), organizadas em projetos específicos, de atendimento psicopedagógico, orientação profissional, nivelamento, apoio aos alunos, monitoria e acompanhamento de egressos, institui como políticas:

I. a promoção do bem estar integral do aluno na instituição, proporcionando um ambiente acolhedor;

II. a orientação ao acadêmico na sua escolha profissional, através de palestras, painéis, cursos e atendimento individual;

III. a oferta de apoio psicopedagógico aos alunos que apresentarem, por alguma razão, deficiência de aprendizagem, minimizando os fatores que interferem no desempenho acadêmico do aluno;

IV. a oferta de atividades de nivelamento;

V. o estabelecimento de vínculo permanente com os egressos através da formação continuada e de outras ações desenvolvidas pela instituição;

VI. a adoção de uma postura crítica-reflexiva sobre todas as ações desenvolvidas, com base nos objetivos e metas institucionais; e

VII. a criação de uma base de dados, disponibilizando os resultados aos interessados no processo com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

A Faculdade Malta Barão articula o ensino e a pesquisa (iniciação científica) de forma indissociável, contemplando seis dimensões básicas: educação continuada e permanente, expansão de conhecimento em nível superior, atuação comunitária propriamente dita, formação cultural e locus de convívio social.

O contexto organizacional da Faculdade Malta Barão, em consonância com seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), tem como característica fundamental a construção permanente da formação superior em ambiente de verdadeiro convívio sociocultural. A Faculdade Malta Barão é uma instituição formadora, que adota o sistema de coparticipação e planejamento participativo, onde seus membros: administradores, auxiliares, docentes e alunos exercem suas tarefas de forma participativa, coerente com os princípios de solidariedade e respeito aos direitos de cada um.

A política de ensino de graduação na Faculdade Malta Barão tem como elementos essenciais:

- prioridade para o ensino de graduação, até atingir o nível qualitativo aceitável, e maturidade para servir de base ao ensino de pós-graduação;
- pesquisa (iniciação científica) e extensão articuladas ao ensino, visando à difusão dos valores e do conhecimento;
- formação de profissionais com visão crítica da realidade regional;
- estímulo à iniciação científica nas áreas de graduação;
- qualificação dos profissionais formados por ela, voltada à prestação dos serviços requeridos pela comunidade local, regional e nacional; e
- elevação do nível científico técnico-cultural do cidadão brasileiro.

Para atingir suas aspirações, a Faculdade Malta Barão disponibiliza:

- professores qualificados e com tempo de permanência ampliado;
- infraestrutura e equipamentos adequados, laboratórios, bibliotecas e instrumentos de ensino-aprendizagem e multimeios permanentes e atualizados;
- metodologias diversificadas de aplicação didático-pedagógica decidida pelos cursos, a partir de pesquisas e experimentos;
- atualização permanente de programas de ensino, mediante estudos e discussões no âmbito do colegiado, reajustando-os ao processo das ciências, às necessidades do aluno e às exigências da vida econômica, política e social;
- avaliação institucional interna e de cursos, currículos, trabalhos docentes, pesquisa (iniciação científica) e extensão, visando ao aperfeiçoamento do processo;
- incentivo ao trabalho interdisciplinar, pelo natural entrosamento entre os cursos, visando à unidade de trabalho, a partir da identificação de objetivos comuns;
- melhoria do processo de avaliação, introduzindo outras possibilidades de verificação do rendimento escolar, que possibilitem melhor aproveitamento do potencial do aluno;

- desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer e mesmo seminários que possibilitem o entrosamento de alunos, professores e administradores em torno de problemas comuns;
- incremento das relações entre a Faculdade Malta Barão e a comunidade, para definir demandas e orientar a criação de novos cursos e o direcionamento de seus currículos, para melhor definição do tipo profissiográfico requerido e, ainda, para a resolução de problemas específicos da região;
- vinculação e integração dos projetos desenvolvidos na Faculdade Malta Barão em linhas de ação dos diversos órgãos regionais que atuam no campo do ensino, da pesquisa, da ciência e da tecnologia; e
- promoção da integração das várias modalidades de ensino que oferece.

Para atender as políticas para o ensino de graduação e oferecer uma educação transformadora, respeitando a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas fundada nos pilares do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, a Faculdade Malta Barão elege indicadores cognitivos, procedimentais e atitudinais, que garantam a qualidade dos cursos e/ou serviços oferecidos, assumindo o compromisso de promover o desenvolvimento educacional da região, buscando elevar os padrões de qualidade da produção de conhecimento, através das seguintes políticas institucionais para a graduação:

I. oferta de cursos de qualidade, com profissionais altamente comprometidos com o desenvolvimento humano, social e ético de seus estudantes;

II. fornecimento de recursos estruturais e tecnológicos adequados às necessidades dos cursos ofertados;

III. incentivo aos estudantes através de bolsas de estudo e monitoria;

IV. oferta de programas de apoio, aulas de reforço, acompanhamento por orientadores da aprendizagem para os alunos de menor rendimento, através do Núcleo de Apoio ao Estudante;

V. a viabilização do desenvolvimento de programas de extensão, privilegiando diferentes segmentos da sociedade.

2.1.2 Políticas de Pós-Graduação

Por entender que a formação profissional não se restringe apenas à graduação, a Faculdade Malta Barão desenvolverá cursos de pós-graduação como meio de qualificar melhor seus egressos, bem como do seu corpo docente.

A instituição de ensino superior, compreendida como academia, está dimensionada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Na Faculdade Malta Barão, ensino, iniciação cientifica e extensão se assentam sobre espaço ocupado pela sustentabilidade, empreendedorismo e empregabilidade. Com relação estrita à pesquisa, a ela se integra o ensino de pós-graduação por se entender que sua finalidade, seja para o aperfeiçoamento, especialização ou enriquecimento e aprofundamento prático e teórico da atividade profissional, conquistada no ensino de graduação, passa pela atualização e/ou reformulação do conhecimento científico e, também, pelas inúmeras descobertas consequentes de ensaios e investigações mais acuradas

Esse contexto, vivenciado por intelectuais, torna-se disseminador de conhecimentos articulados, comprometidos com a ciência e com sua aplicação objetiva em busca de soluções de problemas sociais. Nessa ambiência, avançam as descobertas científicas e o desenvolvimento tecnológico, contribuindo com a sociedade globalizada em todas os seus matizes. Qualquer instituição de ensino superior se vale disso para a construção de sua imagem e sustentação de seus propósitos como locus de reflexão, de crítica, de adequado entendimento da realidade existencial, de comprometimento com o bem-estar comum e a implantação de melhores condições de vida da humanidade.

Relembrando seu propósito de ir além da sala de aula, a Faculdade Malta Barão insere-se no escopo de instituição de ensino superior, nessa dimensão, por MALTA estimular, por meio de sua atuação, o intercâmbio intenso e permanente entre as atividades de pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de estudos aprofundados e de práticas de investigação voltados para o domínio de habilidades profissionais e interesses comunitários, sem descurar a formação de pesquisadores competentes, difusores do conhecimento, com validade para a intervenção socioeconômica e com vistas, principalmente, ao progresso regional.

A pós-graduação lato sensu não se coloca como um conjunto de cursos que dá brilho às áreas do conhecimento. Nela são ministrados cursos com objetivos claros e definidos. A pesquisa, por seu lado, não é uma relação de projetos em desenvolvimento para justificar uma exigência, não é um cumprimento de formalidade. É resultado de planejamento. Atende a linhas de pesquisa. Mais que isso, é um movimento que aproveita, naturalmente, a vocação dos grupos que se instituem pelo propósito de darem efetiva contribuição ao surgimento de algo que pode ser acrescentado ao conhecimento que já se tem e contribua à soluçai de problemas crônicos, emergentes ou futuros da sociedade a quem a Instituição serve. Essas características devem se consolidar e fazer da Instituição um locus de referência.

Assim, a Faculdade Malta Barão tem o compromisso de ofertar cursos de pós-graduação de elevada qualidade, como importante forma de incentivo de educação continuada aos egressos e, principalmente, para seus professores e funcionários, por entender que a qualificação docente e profissional é um processo continuado e de compromisso com a qualidade formativa da instituição e da sociedade em geral. Além disso, a Faculdade Malta Barão entende que a pós-graduação contribui para a melhoria das condições de vida social na região, no sentido de formar cidadãos críticos e mais preparados para o mercado de trabalho. Suas políticas são:

a) oferecer a complementação da formação continuada dos acadêmicos através dos cursos de pós-graduação;

b) buscar parcerias e convênios com outras instituições para implantação de programas de extensão, pesquisa e pós-graduação, dentro dos padrões de qualidade da Faculdade Malta Barão;

c) desenvolver programas de integração Faculdade X Escolas X Empresas; e

d) priorizar a participação de profissionais da Faculdade Malta Barão como docentes nos cursos oferecidos, atendidas as qualificações técnicas exigidas no programa.

Uma das metas da Faculdade é implementar os cursos de Pós-Graduação, levando em consideração as necessidades de formação da região e atender a comunidade acadêmica através das seguintes políticas:

I. implantar programa de formação permanente para os profissionais que atuam na Instituição;

II. assegurar e manter um padrão de qualidade dos cursos oferecidos, com uma política de ensino moderna, atuante, oferecendo as condições de suporte necessárias; e

III. oferta de formação continuada aos profissionais que dela fazem parte.

2.1.3 Extensão

A Extensão, sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição de ensino superior (IES) e outros setores da sociedade.

Assim definida, a Extensão denota uma postura da Instituição na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a própria instituição, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

As diretrizes que norteiam a formulação e implementação das ações de Extensão na Faculdade Malta Barão são:

a) Interação Dialógica;
b) Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade;
c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;
d) Impacto na Formação do Estudante; e
e) Impacto e Transformação Social.

a) Interação Dialógica

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações, entre a Faculdade Malta Barão os e setores sociais, marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de estender à sociedade o conhecimento acumulado pela instituição de ensino superior, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Instituição para a sociedade e da sociedade para a Instituição. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Instituição os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária.

b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca combinar a especialização e a consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações.

O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

c) Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão

A diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão reafirma a Extensão como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão

adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de produção de conhecimento (pesquisa).

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão, a todos envolvidos; por exemplo, alunos, professores, pessoal técnico-administrativo, pessoas das comunidades, estudantes de outras instituições e do ensino médio.

Dessa maneira, emerge um novo conceito de 'sala de aula', que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. 'Sala de aula' são todos os espaços, dentro e fora da instituição de ensino superior, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico 'estudante - professor' é substituído pelo eixo 'estudante - professor - comunidade'. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Instituição e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizadas e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza

dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do 'arsenal' analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidos e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais.

Ainda no âmbito da relação Extensão - Pesquisa, esta política propugna fortemente o desenvolvimento de dois processos na vida acadêmica. O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento - a Extensão - pode e deve ser incorporada aos programas de especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais.

d) Impacto na Formação do Estudante

As atividades de Extensão constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da instituição de ensino superior.

e) Impacto e Transformação Social

A diretriz "Impacto e Transformação Social" reafirma a Extensão como o mecanismo por meio do qual se estabelece a interrelação da Instituição com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão um caráter essencialmente político.

Com essa diretriz, espera-se configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão. A própria Instituição, enquanto parte da sociedade, também deve também sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos - impacto e transformação da sociedade e da Instituição -, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que esta política propugna, é potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e, por fim, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.

2.1.4 Pesquisa (Iniciação cientifica)

A iniciação científica é um instrumento que permite introduzir os estudantes de graduação potencialmente mais promissores na pesquisa científica. É a possibilidade de colocar o aluno desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa.

Nesta perspectiva, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, a iniciação científica pode ser definida como um instrumento de formação de recursos humanos qualificados.

A iniciação científica é um dever da instituição e não uma atividade eventual ou esporádica. É isso que permite tratá-la separadamente da bolsa. A iniciação científica

é um instrumento básico de formação, ao passo que a bolsa de iniciação científica é um incentivo individual que se operacionaliza como estratégia de financiamento seletivo aos melhores alunos, vinculados a projetos desenvolvidos pelos pesquisadores no contexto da graduação ou pós-graduação. Pode-se considerar a bolsa de iniciação científica como um instrumento abrangente de fomento à formação de recursos humanos.

As atividades de Iniciação Científica são desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa de natureza extracurricular.

A Faculdade Malta Barão tem Regulamento próprio que normatiza as atividades de Iniciação Científica, e fomentará a está atividade através de concessão de bolsas de estudos enquadradas no projeto de monitoria.

Para contemplar a diversidade da cultura acadêmica universitária da Instituição, as atividades de Iniciação Científica serão próprias de todos os Departamentos, Cursos e Áreas de Conhecimento, respeitadas as normas estabelecidas para sua proposição, desenvolvimento e avaliação.

São objetivos da Iniciação Científica:

- despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação. estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- proporcionar ao aluno, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade,

decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;

- ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Faculdade Malta Barão deve investir nas políticas de ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, através de procedimentos de estímulo a produção acadêmica, bolsas de estudo, monitoria e demais modalidades, buscando atender as exigências do mercado, primando pela qualidade dos serviços ofertados, articulando o ensino e pesquisa e valorizando o potencial acadêmico.

2.1.4.1 Práticas Investigativas

A instituição procura estimular o desenvolvimento de práticas investigativas, nos cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, especialmente, nas atividades de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso.

Procura, ainda:

- incentivar projetos específicos, mantendo convênio e intercâmbio com instituições congêneres, criando o ambiente ideal para o desenvolvimento de práticas investigativas no intuito de aprimorar a qualidade do ensino e prestar serviços à comunidade;
- estimular e apoiar a iniciação científica, por meio de um programa de iniciação científica, que se traduz em uma atividade de investigação, realizada por estudantes da graduação e da pós-graduação, visando ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade;
- atuar, na área de extensão, identificando situações-problemas na sua região de abrangência, com vistas à oferta de cursos de extensão e da prestação de serviços técnicos nas áreas em que atuar.

2.2 Responsabilidade social da IES

Uma das principais responsabilidades da Faculdade Malta Barão - MALTA, enquanto instituição de Ensino Superior, objetivamente é a de realizar a contribuição social e o desenvolvimento econômico social da Região, no que se diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico, a inclusão social e a defesa do meio ambiente, da preservação e construção da memória cultural, a construção do conhecimento e do patrimônio cultural.

Pretende-se promover a educação com preocupação em contribuir com a região, para tanto ministrar um ensino de qualidade voltado para os valores que contribuam para o desenvolvimento regional quanto o de desenvolver ações no ensino, na pesquisa e na extensão que venham prestar serviços a comunidade, levando em conta prioritariamente os programas de: a inclusão social, a inclusão digital, os projetos de educação ambiental, a responsabilidade social e a diversidade cultural. Certamente a educação possui importantíssimo papel transformador, neste contexto quando consideramos a mesma como:

> [...] um dos mais importantes instrumentos de inclusão social, essencial para a redução das desigualdades no Brasil. O tema vem sendo tratado como prioridade na agenda nacional, mobilizando governos e os mais diversos segmentos da sociedade em torno de um objetivo comum: a ampliação do acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros. Os indicadores mais recentes confirmam o alcance de bons resultados em quase todos os níveis e dimensões, demonstrando o empenho do Governo e da sociedade brasileira em saldar a enorme dívida que o Brasil tem com a educação (PL 8039/2010, p.1).

O papel da Faculdade no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social, fundamentada na promoção da inclusão social, do desenvolvimento econômico e social, da defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística do patrimônio cultural, implica demarcar o lugar que a instituição ocupará neste novo contexto, enquanto participante interessada e compromissada no enfrentamento dos problemas sociais. Esse elemento será pautado na perspectiva de mobilizar interações sociais, levando à construção de compromissos e responsabilidades junto à comunidade regional.

Para o desenvolvimento enquanto proposta da IES, propomos um projeto institucional que amplia o conceito de responsabilidade social e agregada também o preceito da diversidade cultural. Assim se fundamenta o projeto:

I. **Problemática:** De que forma a MALTA, como Instituição de Ensino Superior Brasileira, poderá promover, valorizar e incentivar o respeito à Diversidade Cultural e a Responsabilidade Social em sua realidade cotidiana? Que movimentos podem ser criados e difundidos no sentido de incentivar o reconhecimento do "diverso" como riqueza e não como objeto de negação ou interiorização?

II. **Hipóteses de Trabalho:** O respeito e a valorização do outro e a promoção da inclusão social, racial e sexual tratam-se de desafios de toda a sociedade brasileira, tendo, a educação superior, um papel relevante na elaboração de suas matrizes curriculares de forma consciente e inclusiva. Assim sendo, a MALTA, a partir de seus Colegiados Docentes, Núcleos Docentes Estruturantes, Coordenações e Direção Pedagógica possibilita o debate dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e a criação e/ou modificação dos currículos de forma a acrescentar a eles disciplinas que tenham como conteúdo a Educação em Direitos Humanos, a Educação Antirracista, a História da África e do Negro, a Igualdade Feminina entre outros importantes temas de uma Educação para Todos.

Diferentes movimentos institucionais podem ser desenvolvidos no sentido de proporcionar ricos e amplos debates sobre a valorização da diversidade, como: ciclos de palestras com profissionais atuantes nas lutas sociais, como já vêm sendo realizados; atividades integradoras entre disciplinas, períodos e cursos tematizando as lutas e conquistas das minorias brasileiras e promoção de eventos culturais de valorização das músicas, danças e tradições dos povos africanos e indígenas tão presentes na arte brasileira.

III. **Objetivos:**

- Geral: promover, valorizar e incentivar o respeito à Diversidade Cultural e incentivar a Responsabilidade Social através de movimentos e atividades no sentido de proporcionar o reconhecimento do "diverso" como riqueza e não como objeto de negação ou inferiorização.
- Específicos:
    a) Possibilitar a discussão do conceito de diversidade cultural entre docentes e discentes;
    b) Criar ações de valorização da influência das culturas africanas e indígenas na formação da identidade brasileira;
    c) Promover o respeito às diferenças de gênero, raça, e condição social entre os discentes dos diferentes cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

Consoante a essa proposta, todos os cursos de graduação e pós-graduação da IES se comprometerão em seus projetos e metas anuais cumprirem os requisitos legais e normativos em torno desses temas e desenvolverão projetos, minicursos, oficinas e extensão que atendam as demandas necessárias. São exemplos de atividades e temas já executados ou a serem executados: Direitos e Luta Feminina por Igualdade; Grupo Performances Culturais; Valorização da Cultura Afro; Os migrantes; Dia do Índio: uma discussão antropológica; Os Direitos Humanos e a Realidade do Ensino Superior em Teresina; Projeto Biologia de A à Z- vida e meio ambiente; inserção do estudo da História da África, do Negro e dos Povos Indígenas como tema transversal em diferentes disciplinas.

Assim é nosso compromisso debater, formar e interagir junto a formação profissional, as atuais demandas políticas e educacionais da comunidade, implementando ações em âmbito regional e local, no que se refere à Responsabilidade Social e também à Diversidade Cultural.

2.2.1 Políticas de Educação Ambiental

A MALTA integra a Educação Ambiental nos conteúdos e metodologias das disciplinas ofertadas em todos os seus cursos graduação, de modo transversal,

contínuo e permanente, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CNE/CP N° 2/2012.

2.2.2 Educação em Direitos Humanos

A MALTA observa e contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos graduação, de modo transversal, contínuo e permanente, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

2.2.3 Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

A Faculdade Malta Barão - MALTA observa e contempla, nos conteúdos e metodologias das unidades curriculares de todos os seus cursos graduação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

A MALTA compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais e à promoção igualdade étnico-racial.

As ações de promoção de igualdade étnico-racial são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

2.2.4 Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Mesmo sendo uma entidade vinculada à iniciativa privada, a MALTA cumpre, sempre que aplicável, com todas as exigências relativas ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.

2.2.5 Compromisso com Valores Morais e Éticos

A MALTA favorece os formandos no desenvolvimento de valores que acentuem as suas capacidades latentes, contribuindo para o exercício de uma postura ética caracterizada por um consciente desabrochar da própria liberdade:

- Consciência da dignidade humana, dos deveres e direitos do cidadão;
- Respeito à convivência democrática;
- Exercício da solidariedade, do respeito mútuo e do amor à verdade, à justiça, à beleza e à bondade;
- Respeito pelos sentimentos, pelas crenças e pelos ideais do outro;
- Desenvolvimento de dimensões ético-morais:
- capacidade de analisar criticamente aspectos morais significativos;
- capacidade de reconhecimento de normas de convivência social e familiar, respeitando a liberdade de consciência e de atuar no mundo segundo as necessidades e aspirações de cada um;
- atitudes de solidariedade e cooperação;
- atitude dialógica, favorecendo a contribuição e a tomada de decisões em grupo;
- identificação da própria maneira de pensar, ser e sentir, dos valores pessoais, dos próprios projetos e filosofias de vida;
- aperfeiçoando-se como agente de mudança e transformação qualitativa da realidade;
- capacidade para eleger uma hierarquia de valores e agir de forma autônoma, em consonância com eles.

O desenvolvimento das competências ético-morais será operacionalizado através de uma ação compartilhada e transdisciplinar, em que esses conteúdos

possam transitar por todo o trabalho pedagógico, atravessando todo o processo de aprendizagem dos formandos, sem confundir-se com uma disciplina curricular, nem perder sua importância unificadora e transformadora.

2.2.6 Diversidade, Meio Ambiente, Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural

As atividades de iniciação artística e cultural, a defesa do patrimônio artístico e a difusão das produções da comunidade acadêmica são sustentadas por uma política institucional que contempla:

- a valorização da produção artística e cultural como atividade acadêmica;
- a ampliação das ações de expressão artística e cultural no ambiente interno da Instituição e em sua comunidade externa;
- o incentivo à produção cultural sustentável;
- a promoção de eventos artísticos e culturais abertos à comunidade;
- a cooperação, por meio dos órgãos de promoção à cultura da Instituição no processo de desenvolvimento educacional e cultural;
- o desenvolvimento de estratégias para a produção, distribuição e difusão produção artística;
- o estímulo aos docentes e aos estudantes para participação em concursos culturais e artísticos internos e externos;
- a promoção e a divulgação de conhecimentos artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade, com a comunicação do saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a ampliação das ações em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural; e
- a hospedagem de ações que fortaleçam o compromisso com a preservação da memória histórica e do patrimônio cultural.

As ações propostas pelos cursos serão planejadas e implantadas pelas coordenações respectivas, com a colaboração de suas respectivas equipes de docentes, de forma coerente com a organização curricular dos cursos que

contemplam, em maior ou menor grau, a formação artística e cultural. As propostas serão elaboradas visando proporcionar aos discentes possibilidades de transposição de conhecimentos para as práticas desenvolvidas, motivando o envolvimento e a participação em todas as etapas de execução.

A MALTA compreende a sua responsabilidade social como dimensão inalienável de seus compromissos na qualidade de instituição educacional de nível superior, imbuída dos princípios de formação de profissionais conscientes em relação à eliminação das desigualdades sociais regionais, à promoção da sustentabilidade e da inclusão.

As ações de promoção da sustentabilidade ambiental são incorporadas às atividades de ensino, de forma transversal e articulada com os conteúdos e as práticas curriculares, contextualizadas em componentes relacionados à promoção da saúde, da cidadania e dos direitos humanos, com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero.

No âmbito operacional, a Instituição adota e estimula boas práticas na defesa do meio ambiente em seu cotidiano, por meio da utilização racional de energia, com opção por lâmpadas de baixo consumo, separação de resíduos para posterior coleta seletiva e práticas corretas para descarte de resíduos químicos.

A MALTA afirma e reforça comprometimento com a promoção da sustentabilidade, da inclusão e de redução das desigualdades, por meio de ações extensionistas organizadas e conduzidas pelas coordenações de seus cursos e programas, bem como práticas pedagógicas, de caráter educacional ou extensionistas, articuladas aos projetos pedagógicos dos cursos e respectivos planos de ensino, com base nos princípios de:

- intensificar as relações da Instituição com os diversos setores da sociedade;
- estimular na comunidade interna a vocação para o compromisso, a responsabilidade e a participação social;
- aprimorar o compromisso social da Instituição com a sociedade;
- ampliar a implantação de programas, projetos e ações planejadas de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade, com envolvimento de professores, discentes e funcionários, tanto por meio de iniciativas

institucionais quanto pelas atividades acadêmicas e de extensão dos cursos e programas;

- disseminar o compromisso social da MALTA, organizando fóruns de discussões com instituições públicas, privadas e ONGs, com foco nos temas atuais de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e de experiências com projetos sociais; e
- ampliar as ações em Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural.

2.2.7 Desenvolvimento Econômico e Social

As ações previstas pela MALTA contemplam de forma plena o desenvolvimento econômico e social, considerando os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico regional, a melhoria da infraestrutura local, a melhoria das condições e qualidade de vida da população e projetos de inovação social.

O avanço tecnológico, industrial e a globalização, com o surgimento constante de novos paradigmas em curto espaço de tempo, exigem uma reflexão maior em torno da educação e da formação de profissionais para o mundo do trabalho. As novas estruturas sociais, as exigências do mercado de trabalho, requerem o desenvolvimento de competências múltiplas.

A MALTA pautar-se-á por princípios éticos que contribuam para o desenvolvimento da consciência democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, em seus formandos.

A Faculdade busca articular teoria e prática no sentido de preparar o formando para a sua inclusão no mercado de trabalho com competência profissional capaz de contribuir para valorizar a sociedade como um todo.

O intérprete de toda a evolução é o homem, e o educador é o intérprete e facilitador dos processos de construção e aquisição do conhecimento, da transmissão cultural e do surgimento de novas perspectivas de vida e soluções existenciais. Portanto, se faz necessária a reflexão em torno da dimensão cultural, social, política e econômica da educação, do papel social do professor, das leis relacionadas à infância, adolescência, educação e profissão, das questões da ética e da cidadania, das múltiplas expressões culturais e das questões de poder a elas associadas. Por outro lado, o professor e o profissional das demais áreas propostas neste documento,

deverão desenvolver uma visão pluralista da sociedade, exercitando a capacidade de compreender o "outro", suas necessidades e valores, base da ética, da autonomia e da solidariedade.

A Instituição está, a todo momento, articulando esforços no sentido de promover o desenvolvimento ético do profissional capaz de atuar dignamente na comunidade, com conhecimento de causa no que se refere às especificidades dos grupos sociais e de sua profissão, com vista à conquista de uma sociedade voltada para os ideais de competência, honestidade e justiça.

A MALTA ainda se dedica atenção especial às especificidades da comunidade onde estará inserida, oportunizando a integração entre a comunidade, as famílias e a própria Instituição, no sentido de buscar o aprimoramento de seus propósitos e de sua ação pedagógica e formativa. A integração com empresas e outros segmentos sociais é essencial, no sentido de identificar necessidades de reelaboração de temáticas em estudo.

A MALTA, comprometida com a qualidade do ensino superior na região onde se insere, se propõe a oferecer um ensino de qualidade, fundamentada em uma filosofia da educação coerente com os princípios de solidariedade, justiça e dignidade humana, promovendo a educação permanente e continuada para jovens e adultos procedentes de classes sociais menos abastadas.

A educação permanente se refere ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, algo muito além de um espaço para a obtenção de um diploma de curso superior. Devem-se formar profissionais que possam ser absorvidos pelo mercado de trabalho, cujas exigências se tornam cada vez maiores.

Observa-se quão dramática se apresenta atualmente a situação de profissionais das diversas áreas, necessitando investir em sua capacitação em função das novas perspectivas e com dificuldades para proverem o próprio sustento e os custos da educação superior.

Para corresponder às instâncias da educação permanente, a MALTA se propõe a:

- Transformar o seu espaço em um canal de permanente diálogo com a sua comunidade e com o meio social em geral;

- Propiciar condições para a pesquisa educacional e científica, visando a formação de um profissional que possa dar respostas à sociedade contemporânea, promovendo o confronto de ideias e a discussão de situações limite e de direitos e deveres do cidadão;
- Buscar alternativas de solução para a humanização da profissão, promovendo o ser em suas potencialidades intrínsecas através da educação e reeducação, colocando no mercado de trabalho profissionais conscientes de sua tarefa, e não meros prestadores de serviços desqualificados e desprovidos de ideal;
- Qualificar, no processo, a MALTA como uma escola superior que possibilita a construção do saber desvinculada de modelos e clichês oriundos de experiências estranhas à realidade e aspirações da sociedade;
- Assegurar aos formandos conhecimentos referentes ao desenvolvimento humano e a forma como cada cultura caracteriza as diferentes faixas etárias e as representações sociais e culturais dos diferentes períodos: infância, adolescência, juventude e vida adulta, assim como as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais;
- Proporcionar um conjunto de conhecimentos que habilita o formando para o exercício da profissão e de todas as suas funções, incluindo os saberes produzidos nos diferentes campos científicos e acadêmicos que subsidiam o trabalho educativo;
- Proporcionar aos formandos a apropriação da cultura geral ampla, que favorece o desenvolvimento da sensibilidade, da imaginação e a possibilidade de produzir significados e interpretações do que se vive e de fazer conexões - o que, por sua vez, potencializa a qualidade da intervenção educativa. E da cultura profissional, cujo conteúdo é próprio do exercício da profissão em suas especificidades, fazendo parte desse contexto, os temas referentes ao desempenho profissional, pessoal e da categoria, e o conhecimento sobre as associações científicas, culturais e sindicais;

- Oferecer condições para a aprendizagem de recursos de comunicação e informação, cujo domínio seja importante para as dimensões da atuação do profissional;
- Propiciar ao formando, conhecimentos referentes ao desenvolvimento psicológico, físico e dos processos de aprendizagem de diferentes conteúdos em diferentes momentos do desenvolvimento cognitivo dos alunos, bem como o conhecimento das experiências institucionais e do universo social e cultural de seus alunos;
- Oportunizar o estudo das relações sociais na realidade social e política brasileira e como isto repercute na profissão, compreendendo os significados que a família, a sociedade e os alunos atribuem à escola e às aprendizagens;
- Promover estudos e debates sobre políticas educacionais, dimensão social da escola, relações escola x sociedade x família, relações educação x trabalho; e
- Enfatizar em todo o seu trabalho a importância da formação integral dos profissionais.

Para o cumprimento de sua missão, a MALTA manterá independência absoluta em relação a partidos políticos, grupos econômicos e quaisquer outros interesses particulares e considerará inaceitável qualquer tipo de preconceito e / ou discriminação.

Como uma instituição de cunho democrático e emancipador, a Instituição objetivará sempre a atualização de seus métodos, o acompanhamento cuidadoso dos avanços da ciência, colocando na pauta de discussões as novas descobertas e os movimentos sociais de caráter socializadores, renovadores e promovedores da consciência crítica.

2.2.8 Políticas de Permanência e Educação Inclusiva

O processo de formação humana visa preparar indivíduos que assumam papéis sociais e o uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades, disponíveis onde profissionais, cidadãos, professores (as) e estudantes se realizam

socialmente. Portanto, o que se busca no projeto da instituição é a preparação de sujeitos com competência nas situações vivenciais e em contextos sócio- culturais onde se realiza sua vida coletiva, diversa e inclusiva.

Em consonância com esta essa perspectiva, vale ressaltar que na Constituição Federal - Brasileira (1988) em seu artigo 5º, "[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...] garantindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança".

Por sua vez, a LDB, Lei nº. 9394/96, no art. 58, diz que "entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portador de deficiências".

Desde a aprovação da Declaração de Salamanca, em 1994, questões referentes à teoria e a práticas inclusivas vêm sendo discutidas. A partir de 1999, com a aprovação da portaria nº 1.679, o tema acessibilidade também passou a fazer parte do cenário dessas discussões, pois o direito de ir e vir tornou-se um elemento importante para auxiliar a inclusão social.

O termo acessibilidade tem sido utilizado para determinar se os ambientes construídos como parques, casas, prédios, os espaços e as instalações permitem o livre acesso das pessoas, em especial, pessoas com deficiências. Acessibilidade é a resposta física a perguntas como: como posso chegar até o prédio? Como entrar e me movimentar dentro daquele prédio? Como utilizar as instalações? Tendo em vista que todas as instalações construídas deveriam a ser acessíveis a todas as pessoas.

Conforme Mantoan (2003), o termo inclusão se constitui com um "conceito revolucionário", que tem como meta retirar todas as barreiras que sustentam a exclusão em nossa sociedade, com vistas a permitir que todos possam agir e interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem.

Nesse contexto, a autora afirma que o desafio da inclusão envolve a melhoria de qualidade da vida humana. Para tanto, faz-se necessário projetar artefatos e lançar propostas que não se destinam apenas a um grupo restrito de pessoas, mas a alcançar um equilíbrio geral, de tal modo que qualquer pessoa independente de suas capacidades físicas e mentais possa interagir qualitativamente.

Assim, o termo acessibilidade entendido como: utilização, com segurança e independência de edificações, espaços urbanos e mobiliários por pessoas com deficiência, sinaliza o efeito da inclusão sobre as concepções arquitetônicas. Nesse

sentido, a inclusão é uma motivação para os sistemas de ensino repense sua estrutura física e elaborem projetos, segundo os preceitos do chamado "Desenho Universal".

Esse novo conceito visa atender às necessidades de todos (homens, mulheres, crianças, velhos), isto é, abranja os aspectos antropométricos, ergométricos que assegurem a todas as pessoas se terem acesso, se locomoverem e acomodarem, independentemente de suas capacidades físicas e mentais, bem como acesso a produtos possam ter peças opcionais, de modo que permitir o uso de acessórios para atender as necessidades emergentes de pessoas com diferentes necessidades.

A relação do estudante com Necessidades Especiais (NE) com o ensino, em especial o ensino superior é um processo interativo, no qual se devem considerar conjuntamente as suas características e as solicitações, recursos e possibilidades tanto nos aspectos arquitetônicos, quanto pedagógicos. Esta relação encontra-se condicionada pelo reconhecimento de direitos da pessoa com NE.

Os estudos de Hegarty (1994) consideram três direitos educacionais essenciais para garantir o acesso, a permanência e o sucesso ao aluno NE, a saber:

a) o direito à educação - a Universidade como já dissemos faz parte do sistema educativo.
b) o direito à igualdade de oportunidades - isto é o direito de usufruir de oportunidades semelhantes às dos seus pares sem condições de deficiência; e
c) o direito à participação social - consubstanciado no direito de usufruir dos equipamentos e condições postos à disposição de toda a comunidade.

No Brasil existem normativas que explicitam as condições especiais de acesso para os estudantes com NE. Portanto, destaca-se a Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999 a qual dispõe em seu parágrafo único os requisitos mínimos de garantia de acessibilidade, quais sejam:

a) para alunos com deficiência física:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- instalação de lavabos, bebedouros, e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

b) para alunos com deficiência visual:

- compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
  I. software de ampliação de tela do computador;
  II. equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
  III. lupas, réguas de leitura;
  IV. scanner acoplado a computador;
  V. plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

c) para alunos com deficiência auditiva:

- compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
  I. quando necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
  II. flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

III. aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
IV. materiais de informações aos professores para que se esclareça a Especificidade linguística dos surdos (BRASIL, 1999).

O acesso se constitui com um permanente desafio e luta por melhor qualidade de vida e por condições de cidadania para toda a população. As barreiras arquitetônicas têm que ser vistas não apenas como um conjunto de rampas e medidas a serem respeitadas, mas como uma filosofia geral de acolhimento, conforto e facilidade em todas as dependências dos edifícios.

A Faculdade Malta Barão - MALTA está atenta aos dispositivos legais, quais sejam: Decreto N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de2008; Decreto N° 5.626/2005; Parecer CNE/CP nº 8/2012; Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 inerentes aos portadores de necessidades especiais.

Portanto, todas as dependências da instituição estarão adequadas para garantir o acesso e a comodidade dos alunos com necessidades especiais. Consciente também da necessidade de adquirir equipamentos e todo o material de uso individual necessário para propiciar a esses alunos uma formação de alto nível serão reservados dentro das salas de aula, nos auditórios e nos laboratórios espaços de fácil acesso para garantir a boa acomodação desses alunos durante as atividades.

A infraestrutura da Faculdade conta com:

- Adaptação às dependências da instituição. Sanitários apropriados para alunos com deficiência física;
- barras de apoio nas paredes e vagas reservadas no estacionamento;
- Telefones públicos, lavabos e bebedouros em altura acessível a usuários de cadeira de rodas;
- Portas com espaço físico suficiente para a circulação de cadeira de rodas nos locais de acesso dos alunos;
- Carteira para estudantes, inclusive percentagem para canhotos.

A Biblioteca já se encontra adaptada para os atendimentos de pessoas com deficiência. A MALTA providencia também os programas tecnológicos específicos para os portadores de necessidades especiais. Ciente de seu papel nesta sociedade, a IES busca garantir uma educação de qualidade e respeito à diversidade humana, adequando seu espaço físico com vistas a romper com as barreiras arquitetônicas proporcionando acesso, mobilidade e segurança a seu aluno com necessidades educativas especiais.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Dados Gerais do Curso

Entidade Mantenedora	(16112) CENTRO EDUCACIONAL MALTA LTDA
Instituição Mantida (IES)	(15272) Faculdade Malta Barão - MALTA
Nome do curso	Curso Superior de Bacharelado em Direito
Nível	Graduação (Bacharelado)
Cine Brasil	04. Negócios, Administração e Direito 042. Direito
Endereço de oferta do curso	Av. Barão de Gurguéia, Nº 3333, Bairro Vermelha, Teresina – PI, CEP 64.018-500
Endereço NPJ	R. Porto, 585 - São Pedro, Teresina - PI, CEP 64.019-500
Regime de Oferta	Seriado Semestral
Número de Vagas	200 vagas totais anuais (noturno)
Período de integralização	10 semestres (mínimo) 14 semestres(máximo)
Carga Horária	4.340 horas
Título Conferido	Bacharel em Direito
Turno	Matutino (50 vagas), Vespertino (50 vagas) e Noturno (100 vagas)
Modalidade de Oferta	Presencial
Gestor do Curso	Prof. Me. Wesley Leal Ferreira
Autorização	Portaria nº 767 de 26/07/2022, D.O.U. 28/07/2022

3.2 Base Legal para a Oferta do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Malta Barão foi concebido com base nos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20/12/1996;

- Decreto nº 9.235/17, de que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Resolução CNE/CP nº 3/2002, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais;
- Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021 - Altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.
- Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Portaria nº 20/2017, dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presenciais e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino e demais legislações da educação.
- Decreto que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decreto nº. 5.296/2004);
- Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012, que dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP N° 01, de 17 de junho de 2004, que trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena;
- Contempla, às exigências do Decreto Nº. 5.626, publicado no DOU de 23/12/2005, que Regulamenta a Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, na condição de disciplina optativa.
- Resolução CNE/CES N° 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o

disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

3.3 Justificativa da Oferta do Curso

A oferta do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Malta Barão fundamenta-se na convergência entre o protagonismo do município de Teresina como centro político, econômico, administrativo e educacional do Estado do Piauí, a expressiva demanda por formação jurídica qualificada na Região Metropolitana da Grande Teresina, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e o compromisso de fortalecer o acesso à justiça, a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico em todo o território estadual.

O município de Teresina, capital do Piauí, constitui a cidade mais populosa do Estado, com uma população de 866.300 habitantes segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2022 (com estimativas populacionais contínuas em ascensão). Como polo central do Território de Desenvolvimento Entre Rios e principal metrópole do meio-norte do Brasil, Teresina concentra uma elevada densidade demográfica, além de registrar um PIB expressivo e consolidar-se como o maior centro produtor de serviços, saúde e educação superior de toda a região.

A posição estratégica de Teresina polariza não apenas a microrregião homogênea da capital, mas atrai diariamente milhares de cidadãos do interior do Piauí e do Maranhão (região do Matopiba e Timon/MA). Essa condição de hub regional intensifica a complexidade das relações sociais, econômicas e trabalhistas, demandando uma oferta robusta e inovadora de serviços jurídicos e de profissionais da ciência do Direito altamente qualificados.

A caracterização de Teresina como o maior polo jurídico e jurisdicional do Estado do Piauí é objetivamente demonstrada pela concentração das sedes administrativas e jurisdicionais das principais instâncias do Poder Judiciário. A capital sedia:

- O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI), com suas Câmaras Cíveis, Criminais e Reunidas, além dos diversos Fóruns Cíveis, Criminais e Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Teresina;

- O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT-22), com jurisdição sobre todo o Estado e sede das Varas do Trabalho da capital;
- A Seção Judiciária do Piauí do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), concentrando Varas Federais Cíveis, Criminais, de Execução Fiscal e Juizados Especiais Federais;
- A sede do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), da Defensoria Pública do Estado (DPE-PI), da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-PI), do Ministério Público Federal (MPF/PR-PI) e do Ministério Público do Trabalho (MPT-PI 22ª Região);
- A sede do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PI), que concentra o maior contingente de advogados inscritos no estado, além de expressiva rede de serventias extrajudiciais (cartórios de notas e registros).

Essa imensa concentração institucional e privada credencia Teresina como um campo fértil e diversificado para a formação prática, estágios e inserção profissional no mercado de trabalho jurídico.

No campo do acesso ao ensino superior, os indicadores confirmam a necessidade estratégica de ampliação da oferta de vagas de qualidade. A Meta 12 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) determina a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Embora o Nordeste e o Piauí tenham apresentado avanços importantes nos últimos anos, o ritmo de expansão ainda demanda esforços contínuos das instituições privadas de ensino superior para absorver a crescente demanda de egressos do ensino médio que buscam qualificação profissional na capital.

A concepção do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Malta Barão dialoga diretamente com as transformações paradigmáticas do ensino jurídico brasileiro, consolidadas pela Resolução CNE/CES nº 5/2018 (alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2021), que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Superando o modelo tradicional puramente formalista, o curso prioriza uma formação humanística, crítica, técnica e socialmente comprometida.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Faculdade Malta Barão estrutura essa proposta formativa em uma matriz curricular com carga horária total de 4.340

horas relógio, planejada para um curso presencial (com integralização de disciplinas a distância nos limites permitidos pela legislação vigente e portarias do MEC). A arquitetura curricular distribui harmoniosamente os seus componentes em:

1. **Formação Teórico-Prática:** 3.060 horas de carga horária teórica e 240 horas de carga prática;
2. **Estágio Curricular Supervisionado:** 300 horas dedicadas às atividades do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ I, II e III);
3. **Curricularização da Extensão:** 440 horas (representando mais de 10% da carga horária total do curso, cumprindo estritamente a Resolução CNE/CES nº 7/2018), distribuídas em seis Projetos de Extensão ao longo do percurso formativo;
4. **Trabalho de Curso (TC):** 80 horas (TC I e TC II);
5. **Atividades Complementares (AC):** 140 horas voltadas à flexibilização e autonomia do aprendizado;
6. **Inserção de Tecnologias e Inovação:** Abordagem de temas contemporâneos como Direito Digital, Inteligência Artificial, Responsabilidade e Regulação Jurídica, aliados a simulações processuais e mediação/arbitragem.

A oferta de 200 vagas autorizadas pela Faculdade Malta Barão visa suprir de forma responsável a demanda por novos bacharéis em Direito aptos a responder aos novos desafios tecnológicos, econômicos e socioambientais do século XXI.

A convergência entre o protagonismo demográfico e socioeconômico de Teresina, a densidade de órgãos do Poder Judiciário na capital e a sólida estrutura acadêmico-pedagógica desenhada na matriz curricular justifica plenamente a manutenção do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade Malta Barão. A instituição assume o compromisso público de formar cidadãos e operadores do Direito éticos, humanos, capacitados e aptos a promover a justiça social, os direitos fundamentais e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

3.4 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

A Faculdade Malta Barão — MALTA estabelece, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), políticas acadêmicas fundamentadas na indissociabilidade entre ensino, extensão e iniciação científica, que se materializam, no âmbito do Curso de Bacharelado em Direito, em um conjunto articulado de ações alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito (Resoluções CNE/CES nº 5/2018 e nº 2/2021), à Resolução CNE/CES nº 7/2018 sobre curricularização da extensão, ao Decreto nº 9.235/2017 e ao SINAES (Lei nº 10.861/2004).

A política de ensino orienta-se pela formação integral, humanística, crítica e reflexiva do bacharel, assegurando sólida base técnico-jurídica, capacidade argumentativa, postura ética e compromisso com a efetividade dos direitos fundamentais. No âmbito do curso, essa política se operacionaliza pela adoção obrigatória de metodologias ativas em todos os componentes curriculares — com estudos de caso, simulações processuais, júris simulados, sustentações orais e oficinas de elaboração de peças —, pela articulação progressiva entre teoria e prática desde o primeiro semestre, pela integração dos temas transversais obrigatórios (Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Educação Ambiental e Sustentabilidade) aos conteúdos curriculares, pelo uso permanente de bases digitais de legislação e jurisprudência e de bibliotecas virtuais, e pela implantação da plataforma TWM de simulação processual eletrônica, que prepara o estudante para atuar em ambientes judiciais 100% digitais.

A política de extensão constitui eixo estruturante da formação e se materializa em 440 horas curricularizadas (10,14% da carga horária total), distribuídas em seis Projetos de Extensão ao longo dos 2º, 3º, 6º, 8º, 9º e 10º semestres, com áreas temáticas diretamente articuladas às demandas sociais da região de Teresina. A essa política soma-se o Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis (NAPV), inovação pedagógica do curso que atende a população em situação de vulnerabilidade desde o primeiro período e opera de forma complementar ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que desenvolve o estágio supervisionado a partir do oitavo período. A efetividade da extensão é assegurada por parcerias locais, sindicatos, associações comunitárias e órgãos de proteção de direitos, e se expressa em materiais educativos,

cartilhas, cadernos de extensão e eventos abertos à comunidade, com registro sistemático no histórico escolar dos estudantes.

A política de pesquisa e iniciação científica, embora não institua programa stricto sensu, promove o desenvolvimento do pensamento investigativo e crítico por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC-MALTA), de linhas de pesquisa alinhadas à realidade regional — Acesso à Justiça e Direitos Fundamentais, Direito e Desenvolvimento Regional, Direito Ambiental e Sustentabilidade no Semiárido Piauiense, Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis, Inovação, Tecnologia e Direito —, da disciplina obrigatória de Metodologia da Pesquisa no segundo semestre, do Trabalho de Curso como atividade de síntese investigativa nos oitavo e nono semestres e do Repositório Acadêmico Institucional em acesso aberto. Estudantes e docentes recebem apoio institucional para publicação em periódicos qualificados e participação em eventos científicos, com prioridade para trabalhos em coautoria docente-discente vinculados às linhas institucionais.

A política de apoio aos discentes se concretiza no Programa de Nivelamento para ingressantes, no atendimento psicopedagógico oferecido pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), na orientação acadêmica contínua da Coordenação de Curso em regime de porta aberta, no atendimento extraclasse docente previsto nos planos de ensino, no Programa de Monitoria Acadêmica com bolsas institucionais, no Programa de Bolsas Sociais, na adesão a programas federais e no acompanhamento sistemático de egressos. A acessibilidade plena é assegurada a discentes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou mobilidade reduzida, contemplando as dimensões arquitetônica, pedagógica, atitudinal, comunicacional, instrumental, programática e metodológica, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 e demais normativas aplicáveis.

A gestão acadêmica do curso articula-se à política institucional de gestão democrática e participativa, operando por meio da Coordenação de Curso em regime de tempo integral, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso, instâncias que se reúnem periodicamente, com registro formal em atas, e interagem com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo contínuo de autoavaliação. O Plano de Ação da Coordenação é elaborado anualmente com indicadores de desempenho e metas claras, e o PPC é revisado periodicamente pelo NDE, com deliberação pelo Colegiado e homologação pelo Conselho Superior, assegurando

atualização contínua em resposta às Diretrizes Curriculares Nacionais, às demandas do sistema de justiça local e às transformações do mundo do trabalho jurídico.

Transversalmente a todas essas políticas, o curso assume compromissos permanentes com a responsabilidade social, a inclusão, a sustentabilidade e a promoção dos direitos humanos, que se expressam na incorporação sistemática dos temas obrigatórios aos componentes curriculares, na atuação dos Projetos de Extensão e do NAPV junto a populações vulneráveis, nas ações institucionais de acessibilidade e sustentabilidade ambiental e na realização de eventos acadêmicos dedicados à Consciência Negra, aos Povos Indígenas, ao Meio Ambiente e aos Direitos Humanos, reafirmando o papel do curso como agente de transformação social e de fortalecimento da cidadania no município de Teresina e entorno.

A implementação dessas políticas é objeto de avaliação periódica pelo NDE e pela Coordenação de Curso, com base nos resultados da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, nos indicadores acadêmicos, nos resultados do ENADE e demais avaliações externas e nas devolutivas da comunidade acadêmica, assegurando coerência permanente com o PDI, com o PPI, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com o perfil profissional do egresso definido neste Projeto Pedagógico.

3.5 Objetivos do Curso

Os objetivos do curso de Direito estão expressamente previstos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e formulados em consonância com o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular proposta e o contexto educacional no qual o curso estará inserido.

O curso tem como objetivo geral a formação de profissionais qualificados, com sólida base teórica e prática, capazes de atuar de forma ética, crítica, inovadora e comprometida com o desenvolvimento social e econômico da região.

3.5.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Curso de Direito é a formação de bacharéis em Direito conhecedores das bases constitutivas do Direito, conhecedor crítico do ordenamento

jurídico vigente e da realidade social em que estão inseridos, aptos a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.

3.5.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar uma sólida formação geral e humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além das formas consensuais de composição de conflitos;
- Possibilitar ao aluno desenvolver postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania;
- Incentivar o estudo da Ciência do Direito nas diversas formas que se apresenta na realidade, com ênfase nas questões jurídicas relacionadas com o contexto econômico e social de inserção institucional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões econômicas e sociais que atingem a comunidade regional, sem perder de vista a realidade nacional e internacional;
- Desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas da área do Direito com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Estimular a investigação científica e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade;
- Desenvolver no egresso a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como dar prosseguimento aos estudos em cursos de pós-graduação.
- Dotar os egressos de condições para articular o conhecimento teórico com a resolução de problemas, utilização das normas técnico-jurídicas, comunicar-se com precisão, compreender a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do

Direito, atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, aceitar a diversidade e o pluralismo cultural, utilizar-se das novas tecnologias na área jurídica, trabalhar em grupos de caráter interdisciplinar e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos, novas tecnologia e direito financeiro.

Assim, consolida-se o entendimento de que o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Malta Barão tem por objetivo geral formar bacharéis com sólida base humanística, crítica, ética e técnico-jurídica, capazes de compreender, interpretar e aplicar o Direito em contextos públicos e privados, com atenção às demandas locais e regionais e às novas práticas emergentes do campo jurídico, especialmente a mediação, a conciliação, a consensualidade, a pesquisa aplicada, as tecnologias digitais e a defesa dos direitos fundamentais. Os objetivos específicos do curso desdobram-se na promoção da autonomia intelectual, da capacidade argumentativa, da atuação interdisciplinar e do compromisso com a transformação social, consolidando um curso de excelência, com inovação pedagógica e tecnológica, e com ampla formação profissional e humana do egresso deste programa formativo.

3.6 Perfil do Egresso

O egresso do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Malta Barão deverá apresentar formação generalista, humanística, crítica e reflexiva, com sólida base técnico-jurídica, capacidade argumentativa, postura ética e responsabilidade social, apto a atuar na prevenção e solução de conflitos, na assessoria e consultoria jurídica, na proteção de direitos fundamentais e na leitura qualificada das transformações sociais, institucionais e tecnológicas que impactam o mundo do trabalho. O curso assegurará, ainda, o desenvolvimento de competências para responder às novas demandas da prática jurídica contemporânea, com destaque para a incorporação de tecnologias digitais, ferramentas de automação, inteligência artificial aplicada ao ambiente jurídico, processo judicial eletrônico (PJe) e suas diversas plataformas de tramitação, gestão e interoperabilidade, em consonância com as necessidades locais e regionais.

Assim, consolida-se a formação de um profissional com sólida base geral e humanística, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de análise,

adequada argumentação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliado a postura inovadora, empreendedora e reflexiva, capaz de utilizar recursos tecnológicos de forma crítica e responsável no exercício da Ciência do Direito. A Faculdade Malta Barão busca formar um egresso apto a acompanhar a evolução das práticas jurídicas, participar de ambientes digitais de trabalho, operar com segurança em sistemas informatizados e contribuir para a produção do conhecimento, a modernização dos serviços jurídicos e o fortalecimento da cidadania.

O curso busca formar profissionais aptos a atuar com competência técnica e compromisso com o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem-estar coletivo.

- Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
- Compreender adequadamente os fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos que norteiam a interpretação e aplicação do Direito; a relacionar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática; os métodos interpretativos e da Hermenêutica, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar e a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- Interpretar e aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico e o estudo de caso;
- Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

- Ter competências para atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas, além do desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros, da aceitação da diversidade e do pluralismo cultural;

Além disso, o profissional formado:

- atuará com ética, responsabilidade social e consciência ambiental;
- demonstrará capacidade de análise crítica da realidade regional e global;
- buscará atualização permanente e desenvolvimento profissional contínuo;
- desenvolverá postura inovadora e empreendedora;
- exercerá a profissão com respeito aos direitos humanos e às relações étnico-raciais.

A formação proporcionará instrumentais teóricos, metodológicos e práticos que possibilitam a inserção qualificada do egresso no mundo do trabalho, considerando as especificidades do setor profissional na região de Teresina.

3.6.1 Competências e Habilidades

Para que o egresso alcance este perfil, o Curso de Graduação em Direito, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, proporciona condições para que uma formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades cognitivas, instrumentais e interpessoais, capacitando o graduando a:

• Interpretar e aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico e o estudo de caso;

• Compreender e relacionar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática;

• Compreender adequadamente os fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos que norteiam a interpretação e aplicação do Direito;

• Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

• Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

• Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

• Compreender os métodos interpretativos e da Hermenêutica, com a necessária capacidade de investigação científica e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

• Ter competências para atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

• Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas, além do desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros, da aceitação da diversidade e do pluralismo cultural;

• Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

• Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

• Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

3.6.2 Campo de Atuação Profissional

Com a formação recebida no Curso de Graduação em Direito, o egresso estará apto a atuar nas diversificadas opções profissionais que a graduação em Direito lhe oferece.

O egresso do Curso de Graduação em Direito poderá atuar tanto nas carreiras jurídicas tradicionais, como nas novas funções que se abrem no mercado de trabalho para os bacharéis em Direito, tais como: administração de grandes corporações, assessoria e consultorias a empresas entre outras.

Importante lembrar que a graduação em Direito forma bacharéis em Direito que devem possuir conhecimentos suficientes para uma vez atendidas às exigências de ingresso, o exercício das carreiras jurídicas tradicionais, tais como Advocacia, Procuradoria/Promotoria, Defensoria Pública, Magistratura, Polícia Federal, Polícia Civil etc. A formação em Direito é, portanto, generalista, não permitindo o exercício imediato de qualquer das carreiras jurídicas tradicionais.

O bacharel em Direito, portanto, deve ser preparado para o exercício de ampla gama de atividades, fornecendo o ponto de partida para o ingresso nas carreiras jurídicas. Seu perfil deve ser, em nível da formação universitária básica, necessariamente generalista.

3.7 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Direito está organizada de modo a assegurar sua integralização em conformidade com a legislação vigente aplicável à modalidade presencial, com o Regimento da IES, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), observando especialmente a Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) estabelece de forma clara a organização dos componentes curriculares, a carga horária total expressa em horas-relógio, o tempo mínimo e máximo de integralização, bem como os requisitos acadêmicos necessários à conclusão do curso, assegurando compatibilidade com a formação jurídica contemporânea e com as exigências do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A estrutura curricular é concebida em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, articulando de maneira integrada a formação geral, a formação técnico-jurídica e a formação prático-profissional, incluindo as atividades extensionistas curricularizadas, o estágio supervisionado no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) e o Trabalho de Conclusão de Curso.

A organização da matriz explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares ao longo do percurso formativo, demonstrando a progressão das competências desde os fundamentos teóricos iniciais até as práticas profissionais supervisionadas, assegurando coerência vertical e horizontal entre as disciplinas.

Considerando o contexto socioeconômico do município de Teresina – PI e região, caracterizados por forte presença da Justiça Estadual, Justiça Federal, demandas previdenciárias, conflitos fundiários, questões agrárias, direito do consumidor, direito de família e demandas relacionadas à vulnerabilidade social, a matriz curricular busca alinhar a formação jurídica às necessidades concretas da população regional, promovendo formação comprometida com o acesso à justiça e com a efetividade dos direitos fundamentais.

A organização curricular promove a flexibilização formativa, a interdisciplinaridade, a contextualização regional e a articulação entre teoria e prática.

A flexibilidade é assegurada por meio da oferta de componentes curriculares optativos, atividades complementares, possibilidade de percursos formativos diferenciados, aproveitamento de estudos conforme normas institucionais e integração com atividades extensionistas e práticas profissionais, permitindo ao estudante construir trajetórias acadêmicas alinhadas a seus interesses e às demandas do mercado jurídico regional.

A interdisciplinaridade é promovida por meio de projetos e atividades interdisciplinares, metodologias ativas de aprendizagem e desenvolvimento de atividades práticas articuladas entre diferentes componentes curriculares, favorecendo a construção integrada do conhecimento jurídico e sua interface com áreas como Sociologia, Economia, Ciência Política, Ética e Direitos Humanos.

A articulação entre teoria e prática é evidenciada desde os períodos iniciais do curso, por meio de estudos de caso, simulações processuais, júris simulados, oficinas práticas e inserção progressiva no Núcleo de Prática Jurídica, permitindo análise

crítica das experiências formativas à luz de referenciais doutrinários, legislativos e jurisprudenciais atualizados.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) constitu eixo estruturante da formação, proporcionando atendimento jurídico supervisionado à comunidade local, especialmente à população hipossuficiente, em articulação com a Defensoria Pública, o Poder Judiciário, o Ministério Público e demais instituições do sistema de justiça.

A estrutura curricular contempla estratégias de acessibilidade pedagógica, metodológica e atitudinal, incluindo adaptações curriculares quando necessárias, suporte pedagógico, programa de nivelamento, acompanhamento psicopedagógico por setor específico e oferta de Libras conforme previsão legal.

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é ofertada como componente curricular optativo, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, ampliando a formação inclusiva e a capacidade comunicacional do futuro profissional do Direito.

São adotados mecanismos de familiarização com tecnologias educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem, ainda que o curso seja ofertado na modalidade presencial, assegurando ao estudante domínio de ferramentas digitais jurídicas, pesquisa em bases de dados legislativas e jurisprudenciais, peticionamento eletrônico e utilização de sistemas processuais digitais, compatíveis com a realidade contemporânea do Poder Judiciário.

A carga horária total do curso está em conformidade com a legislação vigente e é distribuída de forma compatível com a complexidade dos conteúdos e com o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso, sendo integralmente expressa em horas-relógio.

A compatibilidade da carga horária total com as exigências formativas da área jurídica garante equilíbrio entre formação teórica, prática supervisionada, atividades extensionistas e produção científica, assegurando formação sólida e consistente.

A estrutura curricular assegura o mínimo de 10% da carga horária total destinada à extensão, conforme Resolução CNE/CES nº 7/2018, integrando ensino, pesquisa e extensão em projetos voltados à promoção de direitos, educação jurídica comunitária e resolução consensual de conflitos.

A matriz curricular incorpora elementos comprovadamente inovadores, tais como metodologias ativas de aprendizagem, projetos interdisciplinares, simulações

realísticas de prática jurídica, incentivo à pesquisa aplicada, utilização de bases digitais de jurisprudência e legislação, e abordagem de temas emergentes como direitos digitais, proteção de dados, compliance e mediação de conflitos.

Por fim, a estrutura curricular é objeto de avaliação e revisão periódica pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), considerando os resultados da avaliação institucional, os indicadores acadêmicos, as atualizações das Diretrizes Curriculares Nacionais, as demandas do sistema de justiça local, as tendências do mercado jurídico e as contribuições de docentes e discentes. As deliberações são formalmente registradas e podem resultar em ajustes na matriz curricular, assegurando atualização contínua, inovação pedagógica e coerência com o perfil profissional do egresso.

3.7.1 Flexibilização Curricular

Flexibilizar consiste em estar preparado e disposto a articular o “domínio específico”, o “domínio prático” e o “domínio ético” com a formação identitária e subjetiva dos profissionais a serem formados. De forma mais ampla significa superar o modelo tradicional baseado na especialização estrita, rumo à uma formação aberta à articulação entre domínio específico (da teoria) e domínios mais amplos requeridos pela ação humana no mundo do trabalho. E esta ótica perpassa por fomentar e possibilitar o aprender a aprender “sozinho” e de “maneira solidária e cooperativa”. Enfim, de forma resumida significa, dentro da ótica do ensino superior regulado pelo estado, criar possibilidades de permitir ao estudante a possibilidade de intervir na escolha de trajetos de formação diversificados na “universidade”.

Para o estudante, a flexibilização curricular inegavelmente traz benefícios vez que no mínimo possibilita a ampliação dos horizontes do conhecimento e o desenvolvimento de visão crítica mais abrangente, pois permite a busca por mais conhecimentos. Na Faculdade Malta Barão - MALTA, considerando que o Ensino Superior no Brasil é altamente regulamentado na forma de Leis, Portarias e outros que delimitam e até determinam o curso através de Diretrizes Curriculares Nacionais, definições de cargas horárias mínimas, definições de tempo de integralização, definições de carga horária e forma de articulação dos estágios, buscou-se a flexibilização curricular articulada de forma que os benefícios desta fossem agregados aos cursos, tais como o presente.

Para tanto, na definição da estrutura curricular do curso, se deu especial atenção a: articulação da teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso, busca incessante por um ensino centrado na produtividade dos alunos, uma formação articulada, mas principalmente integrada à realidade cultural, econômica e social da região e do Brasil, fomento a permeabilidade de informações, conhecimentos, saberes e práticas mesmo no ensino 'disciplinar', promoção a interdisciplinaridade. Para que isto seja possível é necessário, entretanto entender que a flexibilidade curricular depende de estruturas flexíveis exercitadas na Faculdade Malta Barão - MALTA e curso.

Vale destacar que dentro das premissas descritas no âmbito do curso define-se unidades curriculares específicas vocacionadas à flexibilização, como as disciplinas optativas que permitem ao NDE do curso a determinação de plano de ensino adaptável as necessidades formativas e ou do mundo do trabalho. Isto logicamente seguida da flexibilização inerentes a integralização do Estágio Supervisionado e ao Trabalho de Conclusão de Curso.

A flexibilização curricular permite também a adaptação às diferenças individuais, respeitando os diversos ritmos de aprendizagem, integrando as dessemelhanças locais e os distintos contextos culturais, garantindo um currículo que funcione como um fluxo articulado de aquisição de saber, num período, tendo como base a diversidade e o dinamismo.

3.7.2 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade propicia o diálogo entre os vários campos do conhecimento e a integração do saber, visando a superar uma organização curricular tradicional, que coloca as disciplinas como realidades estanques, fragmentadas, isoladas e dificulta a apropriação do conhecimento pelo aluno. A interdisciplinaridade favorece visão contextualizada e percepção sistêmica da realidade, permitindo compreensão mais abrangente do saber.

A interdisciplinaridade integra o saber, propiciando a compreensão da relevância e do significado dos problemas estudados, favorecendo, consequentemente, os processos de intervenção e busca de soluções. Expressa ainda a necessidade de reconstruir o pensamento em novas bases, recuperando

dimensões como a criatividade, a imaginação e a capacidade de lidar com a incerteza. A interdisciplinaridade não significa uma justaposição de saberes, nem implica uma comunicação reduzida entre as disciplinas. Envolve a elaboração de um contexto mais geral, no qual as disciplinas em contato são modificadas, passando a depender claramente uma das outras. Promove, portanto, intercâmbios mútuos e recíprocas integrações entre as disciplinas.

O ensino baseado na interdisciplinaridade tem grande poder estruturador, pois, as definições, os contextos e os procedimentos que são estudados pelos alunos são organizados em torno de unidades mais globais, que agregam estruturas de conceitos e metodologias compartilhadas por várias disciplinas e atividades acadêmicas, capacitando os alunos para enfrentar problemas que transcendem os limitem da disciplina concreta e para detectar, analisar e solucionar novas questões. Além disso, a interdisciplinaridade favorece a realização de transferências das aprendizagens já adquiridas em outros contextos e amplia a motivação para aprender.

Na promoção do estudo interdisciplinar e significativo, a forma de integralização das disciplinas, conforme consta dos planos de ensino, evidenciam em cada período a forma e quais disciplinas tem a responsabilidade de sintetizar/aplicar/estender conceitos, práticas etc. Tais disciplinas podem tanto promover a integração no interior de um mesmo período quanto entre períodos de um mesmo curso ou de cursos distintos. Ou seja, a interdisciplinaridade, a integração, pode ser feita também apenas em algumas das suas atividades em várias disciplinas.

Adicionalmente, as disciplinas do curso estão inter-relacionadas e se integram em função dos objetivos do curso e do perfil do egresso. Cabendo destacar as disciplinas de Estágios Supervisionados, o Trabalho de Conclusão de Curso, os Projetos de Extensão e as unidades curriculares como um todo, como ferramentas de construção da aprendizagem, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, além da integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades de caráter pratico-profissional e o TCC.

Através do estímulo institucional, os docentes, coletivamente, se dedicam ao planejamento e à implantação do ensino interdisciplinar, tendo como apoio as instâncias formais, como Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante.

Além disso, a Faculdade Malta Barão - MALTA se empenhar seriamente na prática da inovação acadêmica, com destaque às metodologias ativas de ensino e aprendizagem, instrumentos amplamente compatíveis com a interdisciplinaridade. Para tanto, investe no preparo de seus docentes pois a interdisciplinaridade está diretamente condicionada ao conhecimento e experiência destes. A interdisciplinaridade é sempre estimulada e paralelamente há espaço garantido nas diversas disciplinas de práticas estrategicamente previstas, no desenvolvimento curricular.

3.7.3 Contextualização e Articulação Teoria-Prática

A contextualização busca a adequação do currículo às características do acadêmico e do ambiente socioeconômico e cultural, permitindo relacionar as atividades curriculares com o cotidiano dos alunos e com o contexto social, ou seja, articular a teoria com a prática. Para atender a esse princípio, buscou-se adequar o processo de ensino e aprendizagem à realidade local e regional, articulando as diferentes ações curriculares às características, demandas e necessidades de cada contexto. Desenvolveram-se estratégias para articular o processo de ensino à realidade dos alunos, propiciando uma aprendizagem referida aos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes. Nessa perspectiva, as práticas curriculares implementadas estão pautadas no conhecimento das características dos alunos, buscando respeitar suas personalidades e suas identidades.

O princípio da contextualização permite, ainda, pensar um currículo de forma abrangente, com ampla rede de significações, e não apenas como um lugar de transmissão e reprodução do saber. A contextualização envolve o estabelecimento de relação de reciprocidade entre o aluno e o objeto de conhecimento, favorecendo aprendizagem significativa, uma vez que está baseada nos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos alunos.

Estes três princípios ganham dimensão na estrutura curricular do Curso, que segue o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais estabelecem para a organização curricular a necessidade de contemplar conteúdos relacionados com a formação geral, a formação técnica e a formação prático-profissional.

Uma das principais prioridades da coordenação do Curso, além das atividades previstas nos atos normativos do MEC, do CNE e da própria IES, é a de exercer a contextualização, a interdisciplinaridade e promover o empreendedorismo, objetivando a formação do profissional capaz de colocar em ação os conhecimentos e valores adquiridos para desempenhar com eficácia e eficiência as competências profissionais adequando às necessidades do mundo de trabalho.

É constante a queixa dos mais variados alunos acerca desse destoar entre o que é ensinado e a sua práxis. Por vezes, em razão do cumprimento de plano de ensino excessivamente conteudista, há uma fragmentação do ato de ensinar, e por consequência, do ato de aprender. Infelizmente, não são raras as vezes que, em razão de velhos métodos científico de abordagem de ensino, o conteúdo da disciplina acaba por se resumir em uma mera exposição abstrata.

De forma geral o aprendizado contextualizado, pode ser definido como a vinculação do conhecimento à sua origem e à sua aplicação, isso implica, no âmbito da sala de aula considerar o cotidiano e a realidade regional, as experiências vividas pelos alunos e, quais são suas prováveis áreas de atuação como profissionais. Ou seja, dar um significado real ao conhecimento adquirido. Para que isto ocorra os docentes serão orientados e capacitados para a sempre manter o aluno no papel central como protagonista de seu aprendizado, usando os conhecimentos trocados na resolução de problemas, isto através da colocação de situações comuns ao futuro profissional, trazendo o cotidiano para a sala, “aproximando” o dia a dia do conhecimento científico.

Isso é sempre possível, pois inúmeros e praticamente inesgotáveis são os campos e contextos de experiências que podem ser utilizados para significar o conhecimento. Cabe ressaltar ainda, que as disciplinas são hierarquizadas em períodos, seguindo o planejamento indicado para a progressiva formação do profissional.

3.7.4 Acessibilidade Metodológica

Para o atendimento pleno a missão da Faculdade Malta Barão - MALTA o atendimento a acessibilidade é requisito imprescindível e em seus projetos pedagógicos nos quais são alinhadas todas as questões do curso, a diversidade

humana é atendida e, o conceito de acessibilidade é verificado e acolhido de forma ampla, e não apenas restrita a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que entende-se a acessibilidade como um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. Desse modo, os cursos na Faculdade Malta Barão - MALTA buscam atender e trabalhar a acessibilidade de forma integral, para tanto atenta-se para as dimensões: i) atitudinal, ii) arquitetônica, iii) comunicacional, iv) instrumental, v) programática e vi) metodológica.

No tocante à acessibilidade metodológica na Faculdade Malta Barão - MALTA e seus cursos, as metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas por meio de análise, reflexões e ainda adaptações dos conteúdos programáticos previstos, no Projeto Pedagógico do Curso, de forma a conceber o aprendizado, o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional sem barreiras, acessível. Para tanto, no curso, investe-se na promoção da diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, implantação novas metodologias, uso de vários estilos de aprendizagem, novos conceitos de avaliação de conhecimentos e habilidades, novos conceitos de fluxograma, produtividade, dentre outros detalhados em cada um dos planos de ensino.

A matriz curricular contempla mecanismos de acessibilidade metodológica e formativa, inclusive com a oferta da disciplina de LIBRAS como componente optativo, e é periodicamente revisada pelo NDE, a fim de assegurar sua coerência interna, sua atualização e a incorporação de elementos inovadores que fortaleçam a formação do egresso e ampliem a articulação entre os componentes do curso.

3.7.5 Percurso Formativo

O percurso formativo refere-se à estrutura de formação de um curso, do modo como se organizaram as unidades curriculares de formação profissional. Na construção do percurso formativo são considerados a estruturação dos sistemas de ensino e a programação das atividades do curso que devem garantir o progressivo avanço do aluno no seu processo de aprendizagem e formação profissional, evitando-se interrupções e repetições de conteúdos e de experiências. Sua construção garante

ainda que não haja divisões que impeçam o futuro profissional de dar continuidade a seus estudos, a cada etapa vencida, não comprometendo, assim, as perspectivas de uma formação permanente e continuada.

Tem-se em vista proporcionar uma formação interdisciplinar e transdisciplinar, pela conexão disciplinar prevista entre os eixos de formação geral e prático-profissional e que perpassam todas as demais áreas que compõem o Direito.

A construção do percurso formativo do curso considerou num primeiro momento a previsão de que as “qualificações” são obtidas por meio do cumprimento das etapas que correspondem a formações que originam conhecimentos e habilidades definidas, previstas e desejadas. Num segundo momento considera que as etapas (e consequentemente as habilidades e competências adquiridas) correspondem a necessidades no mercado de trabalho.

Com isto, as experiências formativas dos egressos têm um potencial de aproveitamento, tanto para o profissional quanto para o empregador, em duas direções: a) verticalmente, porque um conjunto de qualificações de níveis menores pode levar a titulações de níveis superiores; b) horizontalmente, porque a cada qualificação corresponderia uma competência necessária.

E, nesse contexto, foi construído o presente currículo e, dentro deste seu percurso formativo, garantindo-se a consideração da importância da organização do projeto de educação integral, referentes às etapas a serem seguidas por um indivíduo no seu processo de formação profissional. Do ponto de vista das políticas de emprego, o reconhecimento de competências e habilidades e a construção dos percursos permite entender melhor a correspondência entre os requisitos demandados e os perfis construídos.

3.7.6 Diferenciais e Inovação no Curso

O Coordenador do Curso desempenha papel integrador e organizador na implantação e desenvolvimento da estrutura curricular, planejada conjuntamente com o corpo docente, buscando integrar o conhecimento das várias áreas. Para a implementação e execução do currículo, o Coordenador trabalha com o seu Núcleo Docente Estruturante – NDE, seu Colegiado de Curso e demais professores.

Entende-se a inovação no âmbito curso como uma ruptura paradigmática que além de promover ou provocar mudanças metodológicas ou a inclusão de recursos tecnológicos, é entendida como a compreensão do conhecimento e, portanto, a uma alteração nas bases epistemológicas da prática pedagógica. Desta forma, as inovações se materializam pelo reconhecimento de formas alternativas de saberes e experiências e, exigem dos docentes o preparo para transformar o desejo de saber em mola propulsora e emancipatória.

Dentro desta premissa, a Faculdade Malta Barão - MALTA através de um plano de gestão participativa promove ações que visam buscar dentro e fora de seus muros contribuições para promover a inovação no âmbito de seus cursos. Destas empreitadas diversas ações têm sido utilizadas, tais como:

1. Uso do Design Thinking nada mais é do que uma abordagem com foco no aluno para a inovação, levando-o a pensar de maneira crítica e criativa para desenvolver ideias, organizar informações, tomar decisões e adquirir conhecimento. Objetivo desse método é tornar cada aluno consciente de sua capacidade de transformar, estimulando-o a pensamentos e ações críticas e criativas despertando desta forma o sentimento de protagonismo nos estudantes, fazendo com que se envolvam mais com as propostas da instituição;
2. Estímulo ao desenvolvimento de competências socioemocionais: as dificuldades atuais dos futuros profissionais vão muito além dos conhecimentos tradicionais para que logrem êxito no mercado de trabalho atual se faz necessário dotá-lo de competências socioemocionais que podem ser exercitadas com a inserção de experiencias inovadoras como ações de cidadania, solidariedade, transformação do ambiente e sustentabilidade as quais costumam motivar e de forma surpreendente despertar o perfil protagonista nos futuros profissionais;
3. Atividade Contextualizada: cada disciplina disponibilizada conta com atividades contextualizadas que trazem à tona como objeto de

estudo casos. É um instrumento pedagógico que deve servir para o aprendizado do aluno sobre como agir em situações reais bem como as consequências dessas ações. Através desta atividade o estudante deve ser capaz de suscitar questões para debate e ter elementos que permitam tomada de posição e definição de cursos de ação;

4. Metodologias Ativas: o curso possui estratégias diferenciadas que atuam como promotoras da aprendizagem ativa. Aprendizagem ativa pode ser definida com base na atuação direta do aluno no processo – ele se envolve e vai além do ver-ouvir; principalmente, pensa sobre o que está fazendo. O professor passa a ser aquele que orienta os estudos dos alunos, oferecendo materiais e estratégias adequados para a aprendizagem, ao mesmo tempo em que identifica as potencialidades dos estudantes e os ajuda a desenvolvê-las;
5. Materiais com QR Code: as disciplinas contarm com a implementação de QR Code que é basicamente um novo código de barras em 2D (o antigo código trabalha com apenas uma dimensão, a horizontal, e o QR Code utiliza códigos com informações tanto no plano horizontal como na vertical). Através desse código o aluno pode acessar, no seu dispositivo móvel, o conteúdo codificado utilizando qualquer leitor de forma rápida e precisa, e
6. Plataformas online de prática: o curso conta com acesso ao sistema jurídico TWM, plataforma de ensino/aprendizagem da prática jurídica destinada ao uso por professores e alunos cujos conceitos e recursos implementados foram elaborados para simular a rotina de um processo judicial eletrônico, porém, contendo elementos de práticas pedagógicas e lúdicas, por isso não retrata de forma fiel o Processo Judicial Eletrônico, possibilitando experiências interdisciplinares;
7. Núcleos de Práticas: além da implantação do Núcleo de Prática Jurídica, para atividades supervisionadas após a segunda metade

do curso, o curso implantará, desde a sua autorização, o Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis com o objetivo oferecer assistência jurídica, social e psicológica a pessoas em situação de vulnerabilidade, vinculando a prática acadêmica dos alunos dos primeiros quatro períodos do curso, aos princípios da cidadania, direitos humanos e responsabilidade social. Essa iniciativa permitirá uma vivência prática, possibilitando maior integração teoria-prática e a interdisciplinaridade vinculada ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

3.8 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares do curso de Direito são definidos a partir da concepção formativa adotada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), considerando seus objetivos, o perfil profissional do egresso e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018), bem como as políticas institucionais e a legislação vigente para o ensino superior.

A organização dos conteúdos contempla uma formação humanista, crítica e reflexiva, estruturada de modo a assegurar a inter-relação entre diferentes campos do conhecimento, promovendo coerência entre formação geral, formação técnico-jurídica e formação prático-profissional. O encadeamento dos componentes curriculares é planejado de forma progressiva e integrada, favorecendo a construção articulada das competências previstas no perfil do egresso.

A carga horária de cada componente curricular é expressa em horas-relógio e dimensionada conforme a complexidade dos conteúdos, a densidade teórica e a exigência prática da área jurídica, assegurando compatibilidade com a formação sólida e contemporânea do bacharel em Direito.

O currículo contempla Atividades Complementares, componente curricular obrigatório, que pode ser desenvolvida ao longo do curso e possibilita o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas em ambientes acadêmicos ou profissionais, internos ou externos à IES, conforme regulamentação institucional. Essas atividades estimulam estudos independentes, interdisciplinaridade, atualização

profissional contextualizada e articulação com o mundo do trabalho, considerando as especificidades regionais.

A extensão universitária constitui eixo estruturante da formação jurídica no Curso de Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, assegurando a integralização mínima de 10% da carga horária total do curso em atividades extensionistas curricularizadas. As ações extensionistas estão articuladas aos componentes curriculares e ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), promovendo interação transformadora entre instituição e comunidade. O estágio supervisionado, desenvolvido no âmbito do NPJ, possibilita atendimento jurídico real e supervisionado à população, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social, consolidando competências técnicas, argumentativas e éticas. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por sua vez, constitui atividade de síntese investigativa, permitindo ao discente aprofundar temáticas jurídicas relevantes e relacionadas às demandas regionais, fortalecendo a integração entre teoria, prática e produção científica.

Considerando o contexto socioeconômico do município de Teresina – PI e macrorregião, marcados por demandas expressivas em direito previdenciário, direito de família, conflitos fundiários, regularização de imóveis, demandas consumeristas e acesso à justiça por populações hipossuficientes, o curso estrutura sua formação prático-profissional de modo a dialogar diretamente com essa realidade. O estágio supervisionado no NPJ é orientado às necessidades concretas da região, em articulação com a Justiça Estadual, Justiça Federal, Ministério Público, Defensoria Pública e advocacia local. O TCC incentiva a investigação de problemáticas jurídicas regionais, contribuindo para reflexão crítica e proposição de soluções compatíveis com o desenvolvimento social e institucional da região. Dessa forma, o curso transcende a formação meramente técnica, assumindo compromisso efetivo com a promoção da cidadania e a efetivação dos direitos fundamentais no território em que se insere.

Os conteúdos curriculares possibilitam o efetivo desenvolvimento das competências profissionais previstas no perfil do egresso, incluindo capacidade argumentativa, domínio técnico-normativo, raciocínio jurídico crítico, atuação ética, resolução adequada de conflitos, interpretação constitucional e compromisso com a efetividade dos direitos fundamentais.

A atualização da área jurídica é assegurada por meio da inclusão de conteúdos relacionados às transformações contemporâneas do Direito, tais como Direito Digital, Proteção de Dados (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), compliance, métodos adequados de solução de conflitos, mediação, arbitragem, inteligência artificial aplicada ao Direito e inovação no sistema de justiça.

A bibliografia básica e complementar de cada disciplina é adequada ao nível de formação exigido, contemplando obras clássicas consolidadas e produções doutrinárias recentes, periódicos científicos qualificados e acesso a bases digitais de legislação e jurisprudência.

A atualização bibliográfica é realizada periodicamente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), com base em critérios formais de relevância acadêmica, atualidade normativa e aderência às transformações legislativas e jurisprudenciais, garantindo contato permanente com conhecimento jurídico recente e inovador.

Os conteúdos curriculares contemplam, de forma transversal, contínua e permanente, os temas obrigatórios previstos na legislação educacional vigente, assegurando sua integração aos componentes curriculares e às atividades acadêmicas do curso.

Serão abordados conteúdos relativos à:

- Educação Ambiental e Sustentabilidade;
- Educação das Relações Étnico-Raciais;
- História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena;
- Direitos Humanos.

No âmbito do curso de Direito, esses temas serão contextualizados à formação profissional da área jurídica, especialmente no que se refere a:

- ética profissional e direitos fundamentais no exercício da profissão;
- impactos socioambientais da atuação jurídica;
- promoção da equidade, combate à discriminação e respeito à diversidade;
- responsabilidade social e desenvolvimento sustentável na região de Teresina.

A abordagem das relações étnico-raciais e dos direitos humanos é articulada à análise de casos concretos, jurisprudência constitucional e políticas públicas, promovendo compreensão crítica das desigualdades sociais e do papel do Direito na promoção da justiça social.

A acessibilidade metodológica é assegurada mediante disponibilização de materiais em formatos acessíveis, uso de recursos digitais de apoio à aprendizagem, adaptação de avaliações quando necessário e aplicação de princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), garantindo equidade no desenvolvimento das competências jurídicas.

A oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é assegurada na forma prevista em legislação específica, ampliando a formação inclusiva do futuro profissional do Direito.

Para obtenção do título, o discente deverá cursar e ser aprovado em todos os componentes curriculares previstos na matriz, bem como integralizar a carga horária total do curso, incluindo as horas destinadas às Atividades Complementares, conforme representação gráfica constante no PPC.

A implementação e acompanhamento dos conteúdos curriculares conta com a atuação do Coordenador do Curso, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado de Curso, que promovem a integração entre as diferentes áreas do conhecimento e asseguram a coerência entre matriz curricular, perfil do egresso e objetivos formativos.

Os conteúdos curriculares são objetos de avaliação e revisão periódica, considerando:

- resultados da avaliação institucional;
- indicadores acadêmicos;
- atualização normativa e jurisprudencial;
- transformações no mundo do trabalho jurídico;
- demandas do sistema de justiça regional;
- contribuições do corpo docente e discente.

Eventuais ajustes são formalmente registrados e incorporados ao PPC, assegurando atualização contínua, inovação acadêmica e alinhamento aos padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC.

O Curso de Graduação em Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA está fundamentado na Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, bem como no Parecer CNE/CES nº 635/2018. Observa, ainda, a Constituição Federal de 1988 (arts. 205 e 207), a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Lei nº 10.861/2004 (SINAES), o Decreto nº 9.235/2017 e a Portaria Normativa MEC nº 23/2017, que regulam a Educação Superior.

Atende à Resolução CNE/CES nº 7/2018, assegurando a curricularização da extensão, à Lei nº 9.795/1999 e à Resolução CNE/CES nº 2/2012 quanto à Educação Ambiental, à Resolução CNE/CP nº 1/2004 e às Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 quanto à Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como à Resolução CNE/CP nº 1/2012 quanto à Educação em Direitos Humanos.

No campo da acessibilidade e inclusão, observa a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a Lei nº 10.098/2000, o Decreto nº 5.296/2004, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, assegurando a oferta de LIBRAS e a acessibilidade pedagógica e comunicacional.

A formação jurídica também considera a legislação profissional, especialmente a Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB) e o Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como a incorporação de conteúdos relacionados ao Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e às atualizações legislativas contemporâneas pertinentes à prática jurídica.

3.8.1 Matriz Curricular

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Malta Barão teve seu ato de autorização concedido pelo Ministério da Educação em 26 de julho de 2022. Contudo, a gestão conduzida pela antiga mantenedora enfrentou severas adversidades operacionais e mercadológicas que inviabilizaram a consolidação do fluxo discente inicial. A primeira turma ingressante no curso contou com apenas 10 alunos, os quais

acabaram por evadir ao longo dos semestres subsequentes; por conta disso, essa turma pioneira não teve prosseguimento.

Ademais, em decorrência do cenário de dificuldades administrativas enfrentado pela administração anterior, não foi possível realizar a captação nem a formação de novas turmas nos semestres de 2023.1 a 2025.1.

Este panorama de estagnação foi superado no segundo semestre de 2025, quando se efetivou a transferência de mantença com a aquisição da instituição pelo Centro Educacional Malta. A partir do marco de assunção do novo grupo educacional, realizou-se a reestruturação institucional e o planejamento para a oferta de um novo processo seletivo, viabilizando a efetiva retomada do ingresso de estudantes no curso a partir de 2026.1.

Simultaneamente à retomada da captação, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) promoveu uma criteriosa revisão acadêmica e pedagógica do curso, implementando as seguintes melhorias:

- Atualização do Ementário e Bibliografias: Modernização dos conteúdos programáticos e revisão doutrinária/jurisprudencial de todas as unidades curriculares, garantindo alinhamento às demandas contemporâneas do mercado jurídico;
- Readequação das Temáticas de Extensão: Reorientação das diretrizes dos Projetos de Extensão para promover maior impacto social e inserção comunitária na Região Metropolitana de Teresina;
- Implementação do NAPV: Criação do Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis (NAPV).

Cabe ressaltar que, embora o NDE tenha atualizado o ementário, as bibliografias, as diretrizes extensionistas e o suporte discente, a Matriz Curricular aprovada no ato de autorização do curso foi integralmente mantida, preservando suas 4.340 horas relógio e a estrutura pedagógica original.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
1º SEMESTRE	Português Jurídico	40							40
	Introdução ao Estudo do Direito	80							80
	Ciência Política e Teoria Geral do Estado			40					40
	Economia Política			40					40
	Sociologia e Antropologia Jurídica	60							60
	História do Direito	40							40
	Introdução ao Direito Constitucional	60							60
	Filosofia Jurídica	40							40
		320	**0**	**80**	**0**	**0**	**0**	**0**	**400**

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
2º SEMESTRE	Teoria Geral do Direito	60							60
	Direitos e Garantias Fundamentais	60							60
	Teoria Geral do Direito Civil	60							60
	Teoria do Crime	60							60
	Hermenêutica Jurídica	40							40
	Projeto de Extensão 1						80		80
	Metodologia da Pesquisa	40							40
		320	**0**	**0**	**0**	**0**	**80**	**0**	**400**

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
3º SEMESTRE	Psicologia Jurídica	40							40
	Organização do Estado	60							60
	Teoria Geral do Processo Civil	60							60
	Direito das Obrigações	60							60
	Teoria da Pena	60							60
	Projeto de Extensão 2						80		80
	Direito Societário e Títulos de Crédito	80							80
		360	**0**	**0**	**0**	**0**	**80**	**0**	**440**

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
4º SEMESTRE	Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade	60							60
	Teoria da Empresa	60							60
	Processo Civil de Conhecimento e Sentença	60							60
	Crimes em Espécie I	60							60
	Teoria Geral dos Contratos	40							40

	Responsabilidade Civil	40							40
	Contratos Mercantis, Regime Jurídico e Falência	60							60
		380	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**380**

	Unidade curricular	**CARGA HORÁRIA**							**CH RELÓGIO**
		Teórica	**Prática**	**EAD**	**AC**	**ES**	**EXT.**	**TC**	
5º SEMESTRE	Contratos em Espécie (Direito Civil)	60							60
	Direito do Consumidor	40							40
	Crimes em Espécie II	60							60
	Introdução ao Processo Penal	60							60
	Direito de Família	40							40
	Mediação e Arbitragem	40							40
	Fundamentos Gerais do Direito Administrativo	60							60
	Recursos e Outros Meios de Impugnação	60							60
		420	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**420**

	Unidade curricular	**CARGA HORÁRIA**							**CH RELÓGIO**
		Teórica	**Prática**	**EAD**	**AC**	**ES**	**EXT.**	**TC**	
6º SEMESTRE	Direito Administrativo	60							60
	Introdução ao Direito do Trabalho	40							40
	Processo Penal II	40							40
	Direito das Coisas	60							60
	Direito Internacional Público e Privado	60							60
	Projeto de Extensão 3						60		60
	Biodireito	20							20
	Cumprimento de Execução e Sentença	60							60
		340	**0**	**0**	**0**	**0**	**60**	**0**	**400**

	Unidade curricular	**CARGA HORÁRIA**							**CH RELÓGIO**
		Teórica	**Prática**	**EAD**	**AC**	**ES**	**EXT.**	**TC**	
7º SEMESTRE	Ética	60							60
	Direito do Trabalho I	60							60
	Direito Ambiental	40							40
	Legislação Especial Penal	40							40
	Direitos Humanos	40							40
	Tributos em Espécie	40							40
	Direito das Sucessões	40							40
	Procedimentos Especiais no Processo Civil	40							40
	Optativa I	40							40
		400	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**400**

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
8º SEMESTRE	Estágio Supervisionado - NPJ I					100			100
	Direito do Trabalho II	60							60
	Trabalho de Curso I							40	40
	Prática Forense Civil		40						40
	Processo do Trabalho I	60							60
	Processo Tributário	60							60
	Projeto de Extensão 4						60		60
	Optativa II	40							40
		220	**40**	**0**	**0**	**100**	**60**	**40**	**460**

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
9º SEMESTRE	Estágio Supervisionado - NPJ II					100			100
	Processo do Trabalho II	60							60
	Trabalho de Curso II							40	40
	Prática Forense Trabalhista		40						40
	ECA e Estatuto do Idoso	40							40
	Práticas Simuladas		40						40
	Execução Penal	40							40
	Projeto de Extensão 5						60		60
	Optativa III	40							40
		180	**80**	**0**	**0**	**100**	**60**	**40**	**460**

	Unidade curricular	CARGA HORÁRIA							CH RELÓGIO
		Teórica	Prática	EAD	AC	ES	EXT.	TC	
10º SEMESTRE	Estágio Supervisionado - NPJ III					100			100
	Prática Forense Penal		40						40
	Prática Forense Tributária		40						40
	Direito Previdenciário	40							40
	Direito Digital	40							40
	Direito Financeiro	40							40
	Prática Forense Administrativa		40						40
	Projeto de Extensão 6						100		100
	Atividades Complementares				140				140
		120	**120**	**0**	**140**	**100**	**100**	**0**	**580**

RESUMO DA CARGA HORARIA	Teórica	Prática	EAD	AC	ES	AE	TC	CH TOTAL
	3060	240	80	140	300	440	80	**4340h**

QUADRO RESUMO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	
COMPONENTES CURRICULARES	CH TOTAL
Carga horária Teórica	3060h
Carga horária Prática	240h
EAD	80h
Atividades de Extensão	440h
Atividades Complementares - AC	140h
Estágio Supervisionado	300h
Trabalho de Curso - TC	80h
CARGA HORÁRIA TOTAL	**4340h**

Unidades Curriculares Optativas	CH TOTAL
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	40h
Direito, Desenvolvimento d Sustentabilidade	40h
Direito Penal Ambiental	40h
Crimes Contra d Pessoa	40h
Direito dos Povos d Comunidades Tradicionais	40h
Inteligência Emocional d Soft Skills	40h
Empreendedorismo d Desenvolvimento Profissional	40h
Defesa Judicial do Meio Ambiente	40h
Crimes Contrao o Patrimônio	40h
Bens e Negócios Jurídicos	40h
Falência e Recuperação de Empresas	40h
Crimes Contra a Propriedade Imaterial e Organização do Trabalho	40h
Execução Civil	40h
Nulidades e Recursos em Geral no Processo Penal	40h
Direito Internacional Privado	40h
IA, Responsabilidade e Regulação Jurídica	40h

Nesta oportunidade, vale registrar que a carga horária total do curso em tela está mensurada em hora aula de 60 minutos (relógio) de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

Todas as atividades acadêmicas realizadas pelos alunos, inclusive as atividades supervisionadas, deverão constar dos Planos de Ensino, bem como serem descritas pelos professores no sistema de registro acadêmico da faculdade.

Neste contexto, este Curso atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.

Cabe o registro que as seguintes políticas institucionais estarão contempladas no âmbito do curso:

1) Políticas de Ensino: valorização da aprendizagem contextualizada por meio das metodologias ativas e da diversidade de cenários de aprendizagem, articulação teoria e prática;

2) Bolsas de monitoria;

2) Políticas de Pesquisa/Iniciação Científica: construção do pensamento científico, valorização das inovações científicas e tecnológicas e utilização das bases e métodos científicos no processo ensino-aprendizagem. Projetos de pesquisa com bolsas de Iniciação científica;

3) Políticas de Extensão: valorização da aprendizagem com inserção na realidade da comunidade interna e externa por meio de pactuações e troca de conhecimento. Programas, projetos, eventos e serviços;

4) Políticas de Gestão: perpassa toda as atividades acadêmicas e administrativas;

5) Políticas de Apoio aos Discentes e Docentes;

6) Políticas de Responsabilidade Sócio Ambiental;

7) Políticas de Inclusão Social e Educacional;

8) Bolsas e Incentivos: Prouni, FIES, Institucionais etc.

3.8.2 Ementário e Bibliografia

As Ementas, Bibliografias Básicas e Complementares que compõem a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA estão disponíveis no ANEXO I deste Projeto Pedagógico.

3.9 Temas Tranversais

A transversalidade, no âmbito do Curso de Direito da Faculdade Malta Barão, é operacionalizada a partir dos seguintes pressupostos pedagógicos:

• Continuidade: os temas estão presentes em todos os 10 semestres do curso, e não apenas em disciplinas específicas.

• Progressividade: a abordagem evolui do fundamento filosófico-sociológico (1º–2º semestres) para a análise técnico-jurídica (3º–7º semestres), culminando em aplicação prática no NPJ, projetos de extensão e TCC (8º–10º semestres).

• Interdisciplinaridade: os temas atravessam as três grandes áreas da formação jurídica (formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional).

• Aplicabilidade: os temas não se esgotam em conteúdo teórico e são mobilizados em casos concretos, júris simulados, audiências simuladas, projetos de extensão e atendimento supervisionado no NPJ.

• Avaliação sistemática: o NDE monitora semestralmente, por meio dos planos de ensino, a efetiva incorporação dos temas obrigatórios pelas disciplinas.

O quadro a seguir apresenta a consolidação da incidência dos temas obrigatórios ao longo da matriz curricular:

Tema	Disciplinas Principais (P)	Disciplinas Transversais (T)	Atividades Aplicadas (A)
Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)	1 (Sociologia e Antropologia Jurídica)	≈ 30 disciplinas	6 projetos de extensão + NPJ I/II/III + AC
História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	1 (Sociologia e Antropologia Jurídica) + 1 optativa específica (Povos e Comunidades Tradicionais)	≈ 20 disciplinas	6 projetos de extensão + NPJ I/II/III + AC
Direitos Humanos	17 disciplinas com eixo principal (DH, Direitos e Garantias, Constitucional, Ética, Direito do Trabalho, ECA/Idoso, Biodireito, Previdenciário, Execução Penal, Consumidor, Penal etc.)	Todas as demais	NAPV + 6 projetos de extensão + NPJ I/II/III + Práticas Simuladas + AC
Educação Ambiental e Sustentabilidade	3 (Direito Ambiental, Sociologia e Antropologia Jurídica, Legislação Especial Penal) + 3 optativas	≈ 18 disciplinas	Projeto de Extensão 3 e 6 + NPJ I/II/III + AC

.

3.10 Metodologia de Ensino

A metodologia de ensino e aprendizagem do Curso de Direito da Faculdade Malta Barão – MALTA é desenvolvida em consonância com os objetivos formativos definidos no PPC, com o perfil profissional do egresso e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018). O processo formativo estará orientado ao desenvolvimento integrado de competências técnicas, argumentativas, investigativas e socioemocionais, assegurando domínio teórico, capacidade crítica e atuação ética.

A metodologia adotada atende diretamente ao desenvolvimento dos conteúdos curriculares previstos na matriz, organizando as estratégias pedagógicas de modo coerente com a complexidade das disciplinas e com a progressão das competências ao longo do percurso formativo. Cada componente curricular define, em seu plano de ensino, as estratégias de aprendizagem, os instrumentos de avaliação e os mecanismos de acompanhamento contínuo das atividades acadêmicas.

O estudante é reconhecido como protagonista do processo de aprendizagem, sendo estimulado à autonomia intelectual, à pesquisa jurídica, à produção argumentativa e à resolução de problemas concretos. O docente atua como mediador, orientador e facilitador, promovendo ambientes de aprendizagem colaborativos e investigativos.

São adotadas metodologias ativas de ensino-aprendizagem, tais como:

- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL);
- Estudo de casos jurisprudenciais reais;
- Júris simulados;
- Simulações de audiências e sustentações orais;
- Oficinas de elaboração de peças processuais;
- Projetos integradores interdisciplinares;
- Análise crítica de decisões judiciais;
- Debates estruturados sobre temas contemporâneos do Direito;
- Atividades no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Essas estratégias permitem a articulação permanente entre teoria e prática, garantindo que os conteúdos normativos e doutrinários sejam aplicados à resolução de situações concretas desde os períodos iniciais do curso.

A metodologia incorporara recursos tecnológicos compatíveis com a prática jurídica contemporânea, incluindo utilização de bases digitais de legislação e jurisprudência, sistemas de pesquisa jurídica, simulações de peticionamento eletrônico e estudo de processos digitais, preparando o estudante para atuação em ambiente judicial informatizado.

O acompanhamento contínuo das atividades é realizado por meio de avaliações formativas, feedbacks sistemáticos, acompanhamento individualizado em atividades práticas, monitoramento do desempenho acadêmico e análise periódica de indicadores de aprendizagem. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) avalia a efetividade metodológica com base em dados institucionais, devolutivas discentes e resultados acadêmicos, promovendo ajustes formais sempre que necessário.

No que se refere à acessibilidade metodológica, a Faculdade Malta Barão – MALTA adota estratégias inclusivas que garantem equidade no desenvolvimento das competências, incluindo adaptação de instrumentos avaliativos, disponibilização de materiais em formatos acessíveis, uso de tecnologias assistivas e acompanhamento especializado quando necessário. A disciplina de LIBRAS é ofertada conforme legislação vigente, e intérprete será disponibilizado quando requerido.

A proposta metodológica caracteriza-se como inovadora ao integrar metodologias ativas, simulações realísticas, uso de tecnologias jurídicas digitais e práticas extensionistas articuladas ao Núcleo de Prática Jurídica, proporcionando aprendizagens diferenciadas e alinhadas às transformações do sistema de justiça brasileiro.

A metodologia é objeto de avaliação e revisão periódica pelo NDE, considerando aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais, evolução normativa e jurisprudencial, demandas do sistema de justiça regional e indicadores institucionais de qualidade, assegurando melhoria contínua e coerência com o perfil profissional do egresso.

3.11 Estágio Curricular Supervisionado

A estrutura curricular do curso de Direito contempla carga horária específica destinada ao Estágio Curricular Supervisionado, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais da área e com a legislação vigente aplicável.

O Estágio Curricular Supervisionado constitui componente curricular obrigatório, integrando o currículo pleno do curso e sendo requisito para sua integralização. Seu desenvolvimento ocorrerá sob supervisão docente, assegurando ao estudante a vivência prática nas diferentes áreas de atuação profissional, em níveis de complexidade progressiva, promovendo a articulação entre teoria e prática.

O estágio pode ser realizado em ambientes internos ou externos à IES, mediante convênios e parcerias institucionais formalizadas. O supervisor de estágio elabora, em conjunto com os professores orientadores e com a Coordenação do Curso, o planejamento e o cronograma das atividades a serem desenvolvidas nos campos de estágio, assegurando padronização e coerência com o perfil do egresso.

O acompanhamento do discente ocorre por meio de instrumentos formais de avaliação, tais como fichas de acompanhamento, relatórios parciais e finais, estudos de caso, seminários e discussões técnicas, possibilitando a análise do desempenho acadêmico e profissional do estudante.

A Coordenação do Curso assegura adequada relação orientador/discente, de modo a garantir acompanhamento efetivo e qualidade formativa durante o desenvolvimento das atividades de estágio.

O Estágio Curricular Supervisionado está devidamente regulamentado por normativa institucional específica, na qual constam critérios de realização, acompanhamento, avaliação e integralização.

O estágio é objeto de acompanhamento e revisão periódica pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), considerando resultados acadêmicos, adequação aos campos de prática e aderência às exigências normativas e ao perfil profissional do egresso.

A estrutura curricular do curso bacharelado em Direito dispõe de carga horária para a realização do Estágio Curricular Supervisionado que serão trabalhados nas disciplinas Estágio Supervisionado NPJ I (100h), II (100h), III (100h), totalizando 300h. Em conformidade com legislação específica, é obrigatório ao aluno cumprir a prática jurídica no curso de Direito, sendo o mesmo, parte integrante do currículo pleno do curso.

O desenvolvimento do estágio curricular, sob a supervisão docente, assegura a prática e a vivência profissional nas diversas áreas e em níveis de complexidade crescente para permitir maior interação entre a teoria e a prática. O estágio pode ocorrer fora da IES. O supervisor de estágio elabora, em conjunto com os professores-orientadores, um cronograma de atividades que são padronizadas em todos os campos de estágio. O aluno é avaliado pelo supervisor através de ficha de acompanhamento e relatórios de atividades realizadas durante o estágio supervisionado. Há estudos de casos, seminários, discussões de casos, relatórios parciais e relatório final das atividades de estágio desenvolvidas. Vale ressaltar que, nos diferentes campos de estágio, a coordenação do curso tem a preocupação em manter uma satisfatória relação de orientador/aluno o que torna muito produtiva a orientação e atende plenamente aos ensejos do alunado.

3.12 Estágio Extracurricular Supervisionado

Conforme previsto na legislação vigente e adotado pelo Curso de Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA, há a previsibilidade do estágio não obrigatório, o qual, apesar de não estar presente como atividade obrigatória, é estimulado pela Faculdade Malta Barão - MALTA, em virtude da clara compreensão da importância das atividades de estágio para a excelente preparação dos futuros profissionais para ingresso no mercado de trabalho.

Assim, essa modalidade de estágio, é oferecida e estimulada como atividade opcional ou complementar, realizada paralelamente aos componentes curriculares das matrizes dos cursos superiores, inclusive com possibilidade de aproveitamento de parte de sua carga horária como atividades complementares.

3.13 Atividades Complementares

As Atividades Complementares do curso de Direito constituem componente curricular obrigatório, previsto na estrutura curricular e regulamentado por norma institucional específica, sendo requisito para a integralização do curso.

Essas atividades são concebidas como instrumentos de enriquecimento e complementação do perfil profissional do egresso, possibilitando ao estudante a

construção de trajetória acadêmica personalizada, em consonância com suas aptidões, interesses formativos e demandas do mundo do trabalho.

As Atividades Complementares permitem o reconhecimento, mediante critérios avaliativos previamente definidos, de habilidades, conhecimentos e competências desenvolvidas pelo discente em ambientes acadêmicos ou profissionais, internos ou externos à IES, desde que relacionados à área de formação.

Tais atividades estimulam estudos independentes, práticas interdisciplinares, atualização profissional permanente e contextualizada, bem como articulação com ações de extensão e com as especificidades regionais. Contemplam, de forma transversal, conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Sustentabilidade e Acessibilidade, em consonância com a legislação vigente.

A Instituição promove periodicamente palestras, oficinas, cursos, minicursos, seminários e eventos acadêmicos vinculados às diferentes áreas de conhecimento, oportunizando ao discente ampliar sua formação e diversificar experiências acadêmicas e profissionais.

As Atividades Complementares são regulamentadas por instrumento normativo próprio, no qual constarão critérios de validação, carga horária mínima, formas de comprovação e procedimentos de acompanhamento.

O acompanhamento e eventual atualização das Atividades Complementares serão realizados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), assegurando coerência com o perfil do egresso, com os objetivos do curso e com as demandas acadêmicas e profissionais emergentes.

São consideradas Atividades Complementares aquelas promovidas pela Faculdade Malta Barão - MALTA, ou por qualquer outra instituição, classificadas nos seguintes grupos:

I - Grupo I - Atividades de ensino;
II - Grupo II - Atividades de iniciação científica;
III - Grupo III - Atividades de extensão;
IV - Grupo IV - Atividades culturais, artísticas, esportivas e ações sociais.

Tabela 1 - Aproveitamento para cumprimento das Atividades Complementares

Grupo	DISCIPLINAS/ATIVIDADES	CH
I	Disciplinas extracurriculares, oferecidas pelo curso.	40
	Disciplinas extracurriculares, ofertados pela Instituição, em áreas afins.	40
II	Participação em projetos de pesquisa ou iniciação científica.	40
III	Participação em programas de extensão.	40
	Cursos de extensão na área de interesse do curso ou de atualização cultural ou científica.	20
IV	Eventos diversos na área do curso.	20
	Assistência a defesas de monografias, de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, na área do curso.	20
	Participação em atividades extracurriculares de assistência ou assessoria, na área do curso, a populações carentes ou de baixa renda, diretamente ou por intermédio de associações ou sindicatos, mediante convênio com a Faculdade Malta Barão.	20
	Atividades de voluntariado.	20

O aluno deverá desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima determinada na matriz curricular do curso em que está matriculado.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino do curso, que são prioritárias.

As Atividades Complementares devem ser planejadas conjuntamente pela Coordenação de Curso, professores e alunos, semestre a semestre, e podem ser cumpridas, de acordo com os interesses dos alunos e suas vocações, dentro da própria Instituição, ou fora dela.

Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser escolhidas livremente pelo aluno, desde que observado o rol de possibilidades admitidas pela Faculdade Malta Barão - MALTA. Todavia, não é permitido o cômputo de mais de 50% da carga horária exigida em única modalidade.

A programação das Atividades Complementares está sujeita a validação da Coordenação de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do curso, expressos no Projeto Pedagógico de Curso.

A validação das Atividades Complementares érequerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares. São consideradas válidas, independente de justificação do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela Faculdade Malta Barão - MALTA, ou por ela referendadas.

O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares fica registrado na Coordenação de Curso. O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos é exercido pela Coordenação do Curso, competindo–lhe:

I - Organizar o calendário das Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais informando-as no Plano Anual de Atividades de Gestão do Curso, além de promover ampla divulgação do mesmo à comunidade acadêmica;

II - Acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento como Atividades Complementares;

III - Apreciar e decidir a respeito da validade dos documentos de eventos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de ações e eventos externos;

IV - No Relatório Semestral de Atividades Complementares, anexar a Ficha de Relatório das atividades desenvolvidas;

V - Aplicar o questionário de Avaliação disponibilizado pela CPA;

VI - Orientar os estudantes quanto aos procedimentos relativos às Atividades Complementares durante todo o curso.

Compete, portanto, à Coordenação de Curso a elaboração do Programa de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela Faculdade Malta Barão - MALTA, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

3.14 Trabalho de Curso

A estrutura curricular do curso dispõe de carga horária para a realização do Trabalho de Curso – TC. O TC está devidamente normatizado através de regulamentação própria, apresentando as formas de apresentação, orientação e acompanhamento.

Segundo a NBR 14724, Trabalhos de Conclusão de Curso são documentos que representam o resultado de um estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, o qual tem que ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros. Esses trabalhos devem ser feitos sob a coordenação de um orientador.

Uma vez em que a etapa de elaboração de diferentes tipos de textos científicos é tão importante quanto à etapa de desenvolvimento da pesquisa na formação de um graduado, pois o conhecimento exige, além do conteúdo, uma forma para sua socialização, há necessidade de certa preocupação com a comunicação escrita.

O Trabalho de Curso – TC do curso de Direito é componente curricular obrigatório, conforme fixado pela IES com regulamentação própria aprovada pelo Conselho Superior, sendo constituído prioritariamente de critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração no 8º período do curso (Trabalho de Curso I – 40h) e no 9º período do curso (Trabalho de Curso II – 40h).

Os critérios a serem adotados seguem, em sua maioria, as regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A fim de proporcionar melhor desempenho ao processo de produção, cabe, em primeira instância, ao professor orientador e, em segunda instância, ao responsável pela Biblioteca, a verificação dos trabalhos no sentido de observar a aplicação destas normas.

Adicionalmente, os Trabalhos de Curso serão disponibilizados em repositório próprio via internet incrementando a visibilidade e permitindo o acesso aos trabalhos produzidos pelos discentes e orientados pelos docentes.

3.14.1 Repositório Acadêmico

A Faculdade Malta Barão - MALTA conta com o Repositório Acadêmico disponibilizado no site da IES que tem por objetivo armazenar, preservar, disseminar e possibilitar o acesso aberto, como bem público global, à produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa da instituição. Por meio dele, docentes, pesquisadores, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e colaboradores técnicos administrativos vinculados a Faculdade Malta Barão - MALTA devem depositar seus resultados de pesquisas, de modo a:

- Proporcionar acesso aberto e público à produção científica e intelectual da instituição, propiciando o aumento de sua visibilidade, acessibilidade e difusão;
- Facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção científica e intelectual da Faculdade Malta Barão - MALTA, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;
- Integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

3.15 Atividades de Extensão

Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo.

Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades.

Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais (FORPROEX,

2012).

Essa importante forma de produção/sistematização do conhecimento/saberes - a Extensão Universitária, nesse sentido, a estrutura curricular já está adequada nos termos da Resolução CNE/CES nº 7/2018.

Pontos de partida:

- Indissociabilidade (teoria e prática como processo uno de formação; princípio orientador da produção acadêmica);
- Impacto e transformação social

Componente curricular estratégico que promove a integração de disciplinas de um determinado semestre (ou de semestres anteriores), em torno de um eixo temático, na elaboração de atividades de pesquisa e extensão a partir dos conteúdos trabalhados em sala de aula, com socialização e discussão dos resultados.

Objetivos

a. Garantir percentual mínimo de 10% da carga horária de todos os cursos de graduação em atividades curriculares de extensão, a ser implantado no prazo determinado pela legislação;
b. Potencializar o impacto na formação e no protagonismo dos acadêmicos;
c. Promover a interação dialógica com os territórios de inserção da IES, por meio de seus cursos de graduação;
d. Promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
e. Garantir o desenvolvimento de atividades de extensão de forma orgânica, permanente e articulada, como proposta prevista no PPC e PDI;
f. Ampliar (e avaliar) os impactos social e acadêmico dos cursos.

Passo a Passo:

Determinado (s) o (s) eixo/linha (s) de trabalho do curso/área, mãos à obra:

a) Delimitar os objetivos de aprendizagem e as competências relacionadas (conhecimentos, habilidades, atitudes e valores);

b) Definir a “ementa”/abordagens temáticas do programa/projeto (conteúdos programáticos relacionados);

c) Definir os objetivos comunitários a serem alcançados (resolutividade de problemas, demandas, necessidades verificadas);

d) Esboçar o processo avaliativo e respectivos roteiros/instrumentos.

Metodologia Aprendizagem por projetos

- ETAPA 1- Diagnóstico Situacional e Referencial Teórico (visita in loco, identificação de públicos e demandas, priorização de questões-problemas/temáticas do projeto, justificativa do projeto, delimitação de objetivos de aprendizagem e comunitários, referencial teórico);
- ETAPA 2 – PLANO DE AÇÃO (definição da metodologia de trabalho, ações a serem desenvolvidas, papéis e atribuições - inclusive a participação dos públicos no desenvolvimento e avaliação das ações, cronograma de trabalho, equipe/parcerias, recursos);
- ETAPA FINAL - RELATÓRIO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS E ANÁLISE DE RESULTADOS (Relato do Grupo de Trabalho e Relato Individual).

As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

O quadro a seguir apresenta as disciplinas dos Projetos de Extensão, em seus respectivos semestres de oferta e áreas temáticas no Bacharelado em Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA.

Quadro 1 - Projetos de Extensão do Curso

Disciplina	Semestre	CH	Área Temática	Locus de intervenção / Intermediação
Projeto Extensão 1	2º	80h	Sistema de Justiça, Cidadania e Direitos Fundamentais	Escolas, associações comunitárias, CRAS, Câmara Municipal, Defensoria Pública
Projeto Extensão 2	3º	80h	Direitos do Consumidor, Educação Financeira e Cidadania Contratual	PROCON, CDL, associações de moradores, escolas, pequenos empreendedores
Projeto Extensão 3	6º	60h	Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Inclusão Social	Sindicatos, secretarias municipais, escolas, conselhos de direitos, ONGs
Projeto Extensão 4	8º	60h	Mediação, Conciliação e Acesso à Justiça	CEJUSC, cartórios, NPJ, fóruns, associações comunitárias
Projeto Extensão 5	9º	60h	Violência de Gênero, Rede de Proteção e Garantia de Direitos	CREAS, DEAM, hospitais, conselho tutelar, Ministério Público, rede de proteção
Projeto Extensão 6	10º	100h	Cidadania Digital, Previdenciária e Segurança Jurídica em Políticas Públicas	NPJ, INSS, secretarias públicas, escolas, comunidades, órgãos de segurança e cidadania
TOTAL: 440h				

3.16 Procedimentos de Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Os procedimentos de avaliação a serem utilizados nos processos de ensino-aprendizagem são dispostas pelo Regimento da Faculdade Malta Barão - MALTA, e atendem plenamente à concepção do Curso de Direito.

O sistema de avaliação do ensino e da aprendizagem da Faculdade Malta Barão envolve elementos éticos e valorativos, bem como funções diagnosticas, funções formativas e funções somativas, implicando em análise e concepções do modelo de educação, de sociedade, de escola e de homem, que estão impregnadas em toda proposta político-pedagógica: nas ações do cotidiano da instituição educacional, no planejamento, nas atividades e nas diversas vivências educativas.

Assim, a avaliação é compreendida como um ato político que pressupõe sempre uma intenção.

A avaliação precisa incidir sobre aspectos globais do processo, inserindo tanto as questões ligadas ao processo ensino-aprendizagem quanto as que se referem à intervenção do professor, ao projeto curricular da escola, à organização do trabalho escolar, à função socializadora e cultural, à formação das identidades, dos valores, da ética, enfim, ao seu Projeto Político-Pedagógico, não mais procedendo que o único avaliado é o aluno e seu desempenho cognitivo.

Nesse sentido, a avaliação deve se constituir em um instrumento do processo ensino-aprendizagem, em que a ação pedagógica deverá estar comprometida com a melhoria do ensino e com o desenvolvimento efetivo do aluno. O professor assume o papel de mediador da aprendizagem, deixando de ser um mero transmissor do conhecimento. Exige-se, portanto, dos profissionais da educação uma postura mediadora das dificuldades dos alunos. Segundo Demo (2008):

> Avaliar faz parte do cotidiano de nossas vidas, apesar de sua má fama. Tomemos o exemplo da mãe que cuida extremosamente de seus filhos. Avalia-os sempre, a cada momento, porque acompanha de perto tudo o que fazem, quer saber o que fazem e como fazem, busca evitar riscos e certifica-se de que todos os 'desempenhos' se realizem a contento, por exemplo, crescer no ritmo esperado, falar antes de completar dois anos, brincar e comunicar-se, comer regularmente e na quantidade necessária (DEMO, 2008, p.108)

A avaliação não deve ser utilizada com o objetivo de punir, de classificar ou excluir. Normalmente estes objetivos excludentes são associados à avaliação somativa, enquanto que o entendimento de que o professor deve compreender como o aluno elabora e constrói o seu conhecimento está associado à avaliação formativa. Portanto, avalia-se para identificar os problemas e avanços e redimensionar a ação educativa.

Com o processo de avaliação, diagnosticam-se os avanços e dificuldades inerentes a todo o processo educacional em suas múltiplas dimensões, além de detectar suas causas e as ações mais adequadas para seu redimensionamento e continuidade. A avaliação, então, é um processo formativo e contínuo. Entende-se que a ação avaliativa é contínua, reveladora de todo o processo e não apenas de seu produto. Desvinculada de suas funções de sanção e juízo de valor, as provas e

trabalhos são oportunidades de perceber os avanços ou dificuldades dos alunos em relação ao tema em questão. Significa então afirmar que avaliar não é apenas constatar, mas, sobretudo, analisar, interpretar, tomar decisões e reorganizar o ensino (SILVA, 2002, p. 42).

Para isso, sua formulação da avaliação deve fundar-se em questões de compreensão e raciocínio e não em memorização mecânica. Se quisermos sujeitos autônomos, é necessário que o aluno exercite essa autonomia a partir de uma reflexão sobre seu processo de aprendizagem.

Para isso, é preciso que existam instrumentos que os auxiliem nesse processo, instrumentos que enfoquem as várias dimensões de seu processo educativo e não apenas exerçam papel de mensuração quantitativa no final do processo, pois "avaliação tem como foco fornecer informações acerca das ações de aprendizagem e, portanto, não pode ser realizada apenas ao final do processo, sob pena de perder seu propósito". (FERNANDES; FREITAS, 1990, p. 23).

Por fim, é fundamental transformar a prática avaliativa em prática de aprendizagem. Necessário se faz avaliar como condição para a mudança de prática e para o redimensionamento do processo de ensino-aprendizagem. Avaliar faz parte do processo de ensino e de aprendizagem: não ensinamos sem avaliar, não aprendemos sem avaliar. Dessa forma, rompe-se com a falsa dicotomia entre ensino e avaliação, como se esta fosse apenas o final de um processo.

A avaliação do desempenho discente é um dos aspectos fundamentais da prática pedagógica. Esta precisa estar integrado ao processo de aprendizagem de forma coerente para alcançar os objetivos educacionais planejados, acompanhando o processo de desempenho do aluno de forma contínua e processual. O Regimento Interno traz nas suas atribuições legais, como este processo ocorre na MALTA.

Nesse documento fica determinado que a avaliação do processo de aprendizagem dos alunos é feita de acordo com a natureza da disciplina, admitindo-se como avaliação de aprendizagem: prova escrita; relatório; prova oral; atividades práticas; seminários; abordagens críticas; relatórios de aulas práticas e de visitas; atividades em grupo; trabalhos científicos, de pesquisa e estágios sob planejamento e orientação do professor.

Conforme Regimento Interno: Das Avaliações e Formação das Notas:

CAPÍTULO VI - DAS AVALIAÇÕES E FORMAÇÃO DAS NOTAS

Art. 148. São objetivos da Avaliação do aluno:
I - Compreender o seu processo de aprendizagem.
II - Oferecer informações para mudanças ou referendamento dos procedimentos de ensino.
III - Verificar o nível de aprendizagem individual e coletiva de cada conteúdo.
IV - Comparar o aluno com ele próprio no início, no decorrer e no final de cada período, para verificar sua evolução.
V - Fornecer ao aluno informação sobre seu desempenho, para que possa tomar medida em prol de uma melhor aprendizagem.
VI - Servir como indicador para Avaliação Institucional.
VII - Preparar o acadêmico ao final de cada semestre para o ENADE, por meio da aplicação de simulado.
Art. 149. A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre o aproveitamento e a frequência.
Art. 150. A avaliação do aproveitamento se dá:
I - pelos trabalhos de aplicação (teóricos ou práticos).
II - por instrumentos de verificação de assimilação, de conteúdo, em número possível de cinco por período letivo.
III - pela participação em atividades complementares de ensino, incluindo: pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, monitoria, iniciação científica, entre outras.

Parágrafo único. Nos casos de que trata inciso I do 1º deste artigo, deve-se ter uma autorização explícita da Coordenação do Curso, com anuência da Diretoria, para que seja atribuída uma nota.
Art. 151. A frequência do aluno e do professor é obrigatória.
Parágrafo único. A **FACULDADE MALTA BARÃO - MALTA** pode atribuir, no máximo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso com frequência a alunos que participarem de eventos técnico-científicos e artísticos como conferencistas, debatedores ou ouvintes e/ou em outras atividades de extensão e projetos de pesquisa, como integrante, em caráter complementar ao currículo mínimo do curso a que está vinculado.
Art. 152. É considerado aprovado o discente que alcançar nota final igual a 7,0 (sete) pontos de média, considerando N1 + N2.

§1º Caso a nota final seja inferior a 7,0 (sete) pontos, o discente será submetido ao Exame Final (N3), sendo que a média entre notas (N1 + N2/2) e nota do Exame Final (N3) deverá ser no mínimo de 5,0 (cinco) pontos, para que o aluno seja aprovado na disciplina.

§2º Está sujeito ao Exame final (N3) o aluno que tiver nota superior a 3,0 (três) pontos e inferior a 7,0 (sete) pontos nas duas primeiras avaliações.

§3º Caso o aluno não obtenha media 5,0 (cinco) pontos no Exame Final (N3), será considerado reprovado.

§4º O aluno estará reprovado, sem direito ao Exame Final (N3), se obtiver média inferior a 3,0 (três) pontos de média entre as notas de N1 e N2.
Art. 153. Para aprovação na disciplina, o discente deverá ter frequência mínima de 75% às aulas/atividades e será critério para aprovação dos estudantes, a frequência e a qualidade das suas intervenções nas aulas e atividades disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
Art. 154. As disciplinas de laboratórios e práticas possuem critérios de avaliação específicos, de acordo com normas estabelecidas pela Coordenação de Curso, aprovadas pelo Colegiado do Curso.
Art. 155. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrando por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração do seu curso, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino.

Art. 156. O processo de avaliação do discente, individualizado por disciplina, visa aferir a capacidade reflexiva em face da bibliografia trabalhada, a abstração dos temas estudados mediante a realidade; a capacidade de escrever de forma científica e a pesquisa.
Art. 157. As notas são expressas em uma escala numérica, de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, admitindo-se números decimais terminados em 5 (cinco).
Art. 158. Ao final do semestre, cada disciplina expressa uma média final que será gravada no histórico escolar do discente.
Art. 159. A média final, para aprovação por nota, será de no mínimo 7,0 (sete) pontos, formada pela média das Notas N1 e N2, e, quando submetido ao Exame Final (N3), 5,0 (cinco) pontos.

Parágrafo único. Se o discente, nas Notas da N1 e N2, tiver nota 7,0 (sete) pontos, além de frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), esse estará dispensado de realizar a avaliação da N3.
Art. 160. A formação da Média Final (MF) segue a seguinte metodologia:
I - O discente será submetido, durante o semestre, a avaliações que formarão as Notas N1 e N2, sendo cada uma das notas com valor de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
II - O acúmulo de pontos das Notas N1 e N2 resultam em uma totalização (média).
III - A média final é a média simples da N1 + N2, (MF = N1 + N2/2) que, para aprovar por nota, deve ser igual ou superior a 7.0 (sete) pontos, vez que, se inferior, o discente estará de Exame Final (N3).
IV – Será critério para aprovação dos estudantes, a frequência e a qualidade das suas intervenções nas aulas e atividades disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), na qual o tutor será responsável por acompanhar e incentivar o tempo de acesso à plataforma, a participação nos Fóruns de debates virtuais, a entrega regular das atividades previstas, dentre outros aspectos. Com isso, o tutor poderá aferir a frequência e o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes conceitos ou notas que serão computadas na sua média final.
Art. 161. O discente que deixar de comparecer a qualquer das avaliações escrita, poderá requerer segunda chamada, com fulcro no art. 163 deste Regimento.
Art. 162. Ao discente é facultado recorrer das notas obtidas nas avaliações, mediante requerimento na Secretaria no prazo máximo de 5 (cinco) dias da publicação da nota, seja em sala de aula, seja no portal eletrônico.
Art. 163. A **FACULDADE MALTA BARÃO - MALTA** realizará ao final de cada semestre um simulado voltado ao ENADE, com 5 questões de cada disciplina, com pontuação.
Parágrafo único. O recurso será protocolizado na secretaria e será julgado até o final do semestre, por comissão nomeada pelo respectivo coordenador de curso.
Art. 164. A metodologia de aula e de avaliações, a ementa, o conteúdo programático, a bibliografia e outras informações deverão ser expressos em um Plano de Ensino e disponibilizado aos discentes no início de cada semestre letivo.
Parágrafo único. O Plano poderá sofrer alterações durante o semestre letivo.

O aluno reprovado por não ter alcançado seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas pelo Regimento.

É promovido ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se ainda a promoção com até 2 dependências.

O aluno promovido em regime de dependência deverá matricular-se obrigatoriamente nas disciplinas de que depende condicionando-se a matrícula nas disciplinas do novo período à compatibilidade de horários e aplicando-se a todas as disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento estabelecidos pelo Regimento. Não se admite nova promoção, com dependência de disciplina do período não imediatamente anterior, ressalvada a hipótese de não oferecimento da disciplina.

3.17 Processos de Auto Avaliação do Curso

A implementação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA é institucionalmente acompanhado e permanentemente avaliado, com vistas a verificar o atendimento dos objetivos estabelecidos e permitir os ajustes necessários ao seu aperfeiçoamento.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem, e do próprio projeto pedagógico do curso, é realizada periodicamente, em conexão com as avaliações institucionais, de acordo com as metodologias e os critérios definidos pela Faculdade Malta Barão - MALTA.

O acompanhamento do curso é contínuo, podendo se basear em auto avaliação e no relato das experiências de seus egressos. Espera-se que os egressos dos cursos tenham os perfis, as competências, as habilidades e as atitudes estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso, com base nessas diretrizes. Deve-se compreender que os recém-egressos dos cursos, geralmente, têm formação profissional ainda incipiente. A profissionalização plena vem com o tempo, podendo levar anos, após a realização de diversas atividades na profissão, normalmente acompanhadas por um profissional sênior. Assim, o processo de avaliação do curso pode ser realimentado com informações relevantes sobre o desempenho nas atividades laborais, ou por meio da comparação com egressos de mesmo perfil, de outras instituições. As avaliações do curso têm como objetivo encontrar fragilidades, do ponto de vista da qualidade, como também identificar as suas potencialidades.

O Programa de Avaliação da Instituição é desempenhado pela Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA, criada e regulamentada por meio de um regimento interno, com base na Lei n° 10.861/2004, e tem por função precípua o cumprimento dos objetivos que norteiam o programa. O sistema de auto avaliação que a IES aplica é a técnica de questionário com perguntas objetivas e subjetivas, a fim de obter informações relevantes e importantes para efetuar as implantações e verificar a situação relatada no questionário respondido por docentes e discentes. A participação do curso é grande, pois a Coordenação avalia todos os resultados obtidos com a pesquisa, e esse resultado é obtido separadamente por turma e semestre, então é possível verificar onde está o problema para ser solucionado e implantar as ações de melhorias.

A implementação e o desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Direito são institucionalmente acompanhados e permanentemente avaliados, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários à sua contextualização e aperfeiçoamento.

A avaliação basea-se no domínio dos conteúdos e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional, no sentido da consecução das competências político-sociais, ético-morais, técnico-profissionais e científicas.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio projeto pedagógico do curso estão em consonância com as metodologias e critérios empregados para o sistema de avaliação adotada pela MALTA. A IES tem em seu projeto a implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação institucional contemplando os cursos a serem instalados. Promove a avaliação do curso e programas que ofertar, com a periodicidade anual, e seguindo plenamente as orientações do Programa de Avaliação Institucional desenvolvido pela instituição, de plena conformidade com os padrões do SINAES, e considerando todos os índices oficiais de qualidade utilizados pelo MEC: ENADE, CPC, CC, IGC, CI.

A avaliação institucional do curso é operacionalizada pela Comissão Própria de Avaliação Institucional - CPA da MALTA realizada periodicamente, ao longo dos períodos letivos pelos corpos discente, docente e técnico-administrativo, permitindo tomadas de decisões que vão ao encontro das defasagens identificadas, reiterando o compromisso com a qualidade do ensino assumido pela Instituição.

A avaliação leva em conta a multidimensionalidade do processo educacional que supere os limites da teoria da medida, promovendo o diagnóstico constante para avaliação da efetividade do projeto pedagógico e compreensão do processo de construção/apropriação do conhecimento/desenvolvimento de competências dos alunos através das suas produções, vivências e ações na sua trajetória de formação profissional.

A avaliação define-se, nesse nível, em consonância com o Projeto de Avaliação Institucional, como estratégia capaz de verificar resultados, relativos aos objetivos do curso, assim como verificar a efetividade do processo e das condições de ensino e aprendizagem; inclui, ainda, as modalidades de inserção institucional e social do curso.

Tem como objetivo geral rever e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico, promovendo a permanente melhoria das atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa (práticas investigativas), à extensão e à assistência individual e coletiva. Constituem-se em objetivos específicos da avaliação do projeto pedagógico o diagnóstico das tarefas acadêmicas nas dimensões de ensino, pesquisa/práticas investigativas e extensão, e a identificação de mudanças necessárias, bem como a promoção de sua implantação, contribuindo para a reformulação e melhoria do curso.

3.18 Práticas Pedagógicas Inovadoras

Os projetos pedagógicos dos cursos devem viabilizar práticas pedagógicas inovadoras, com ênfase para o uso cada vez mais intenso das tecnologias da informação.

Recursos tecnológicos contemporâneos dão apoio às metodologias de ensino, que devem privilegiar estudos de casos e de problemas.

O trabalho em equipe e a elaboração periódica de trabalhos acadêmicos devem retirar da sala de aula a exclusividade do processo ensino-aprendizagem.

3.19 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem

Considerando as demandas por novas tecnologias que permeiam constantemente o universo acadêmico, a Instituição tem grande compromisso na manutenção e melhoria constante de seu acervo tecnológico, equipamentos e outros que dão o suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

A relação de TICs empregadas no Curso é bastante ampla, no entanto, merecem destaque:

- Suporte multimídia nas salas de aula e demais ambientes da Instituição;
- Uso de ambientes virtuais e mídias digitais para o desenvolvimento de atividades acadêmicas;
- Emprego de redes sociais e similares para estimular a participação do aluno em atividades acadêmicas;
- Realização de atividades simuladas em laboratório e computadores; entre outros.

Assim, há de se destacar o fato de que em todas as salas de aula existem computadores com acesso à internet e projetor multimídia. Professores e alunos têm acesso ao laboratório de informática que comporta computadores com configurações atualizadas e diversos softwares que auxiliam na execução do projeto pedagógico. O planejamento do laboratório obedece às exigências didático-científicas do projeto pedagógico do curso, quanto à área física, às instalações específicas, aos equipamentos e aparelhos indicados pelos professores responsáveis pelas práticas, projetos de iniciação científica e também programas de extensão.

Todo espaço físico da IES possui rede Wi-Fi para ser utilizada pela comunidade acadêmica. Os equipamentos são adequados ao Projeto do Curso em quantidade que mantém a relação equipamento/aluno compatível com o bom desempenho no ensino e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a avaliação do curso. Possuem acessórios necessários às atividades previstas e materiais de consumo compatível, em quantidade suficiente. Há também o Portal Acadêmico que prevê área privativa para alunos e professores, onde podem ser trocados materiais de auxílio à construção do conhecimento. O Ambiente Virtual de Aprendizagem da instituição está todo modelado e preparado para o desenvolvimento de atividades complementares. Nesse

ambiente, há diversos mecanismos de interação disponíveis, tais como: chats, ambiente para desenvolvimento de fóruns, áreas multimídias de áudio e vídeo, etc. O sistema de gestão acadêmica da IES integra os diversos setores e disponibiliza no ambiente exclusivo dos discentes, do Portal Acadêmico, tudo sobre sua vida acadêmica, tais como: notas, frequência, situação de atividades complementares, histórico financeiro, etc., além de serviços importantes como rematrícula online, negociação financeira eletrônica, emissão de boletos bancários, reserva e renovação de empréstimos de livros da biblioteca, consulta do acervo da biblioteca, solicitação de documentação da Secretaria Acadêmica, etc.).

Em atenção às pessoas com deficiência, além da IES possuir sinalização em Braille e nos computadores há instalado o software específico (DOS VOX - possibilita que pessoas cegas ou com baixa visão, com um baixo nível de escolaridade, se tornem capazes de utilizar o computador, trazendo assim muitos benefícios às suas vidas), teclados em Braille e fones de ouvido.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) implantadas no processo de ensino- aprendizagem permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso e a garantia da acessibilidade e do domínio das TICs.

O Curso Superior de Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA possui microcomputadores distribuídos em praticamente todas suas dependências. Possui também um servidor, onde estarão armazenadas todas as informações administrativas e didático-pedagógicas da Instituição. Os dados administrativos estão disponíveis somente para direção, e os didático-pedagógicos poderão ser apreciados pelos alunos nos terminais de consulta e na sala de professores pelos docentes, por meio de um sistema de rede interna.

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos nos espaços acadêmicos do Curso de Direito estão conectados a rede de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

3.20 Coordenação do Curso

3.20.1 Perfil do Coordenador

O Coordenador do Curso é o professor Me. Wesley Leal Ferreira. Mestre em Tecnologia e Gestão em Educação à Distância pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal com habilitação em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI, Pós-graduado em Direito Constitucional e Administrativo com habilitação em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI, Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade CEUT. Possui graduação em DIREITO pela Faculdade de Saúde Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (2007). Atuou como tutor de ensino à distância da Universidade Castelo Branco, Pólo de Ensino à Distância de Teresina. Atuou como tutor de ensino à distância no EAD da Universidade Luterana do Brasil (RS) e da Universidade Potiguar (RN) e Grupo Laureate de Ensino. Docente da Faculdade FARP em Timon. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente na área de direito educacional.

O coordenador do curso é o profissional responsável pelas ações que sustentam um trabalho em equipe, através de uma gestão acadêmica participativa, que não trate apenas de administrar pessoas, mas de administrar com as pessoas.

A Faculdade Malta Barão - MALTA, no exercício de suas atividades, necessita contar com pessoas proativas, responsáveis, dinâmicas, inteligentes, com habilidades para resolver problemas, tomar decisões. Nessa perspectiva, o coordenador é o profissional que deve identificar as necessidades dos professores, e com eles encontrar soluções que priorizem um trabalho educacional de qualidade.

O coordenador do curso deve ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática.

Entre as diversas atribuições do coordenador está o acompanhamento do trabalho docente, sendo ele o responsável pela conexão entre os envolvidos na comunidade educacional. A questão do relacionamento entre O coordenador e o

professor é um fator crucial para uma gestão democrática e, para que isso aconteça com estratégias bem formuladas, O coordenador deve manter seu foco. O coordenador precisa estar sempre atenta ao cenário que se apresenta a sua volta valorizando os profissionais da sua equipe e acompanhando os resultados.

A atuação do coordenador do curso deve primar pela excelência considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos diretamente relacionados à gestão do curso, à relação com os docentes e discentes, e sua representatividade nos colegiados superiores da instituição.

3.20.2 Atuação do Coordenador

Compete ao coordenador administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe com atribuição de carga horária satisfatória para a execução das atividades pertinentes à função, sendo ela de assessoramento pedagógico ao professor, orientação didático-pedagógica ao discente, planejamento e execução das políticas educacionais do curso, supervisão das atividades extraclasse, assim como a elaboração e despacho de documentos oficiais e normatizadores, sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, bem como em sintonia com o Colegiado do Curso.

As atividades do coordenador estão diretamente inter-relacionadas e são flexíveis, tendo como principal objetivo cumprir e alcançar de forma adequada os objetivos gerais do curso. Além de participar e presidir as reuniões do colegiado do curso, são também atribuições do Coordenador:

I Representar a Instituição junto as autoridades e órgãos da Faculdade Malta Barão - MALTA;
II. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de curso;
III. Supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como aassiduidade dos professores.
IV. Apresentar, anualmente, a Diretoria relatório de suas atividades e de suaCoordenação.
V. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente e técnico-

administrativo.

VI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

VII. Instruir os processos administrativos, relacionados ao curso.

VIII. Presidir o Núcleo Docente Estruturante.

IX. Aplicar as penalidades necessárias no quadro docente e discente.

X. Elaborar e submeter à aprovação do Colegiado do Curso o cronograma deAtividades e Eventos do curso.

XI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei, nesse regulamento, nos demais instrumentos normativos da Faculdade Malta Barão - MALTA e o que lhe for delegado.

XII. Os coordenadores devem compor em seu regime de trabalho 50% de atividadesde coordenação e pelo menos 50% por cento da carga horária na Docência e demais órgãos deliberativos da IES.

A coordenação acadêmica do Curso de Direito é feita mediante contratação de profissional da área pelo regime de trabalho da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

A Faculdade Malta Barão - MALTA tem por norma que o coordenador seja um profissional com vínculo em regime de tempo integral ou parcial, portador de experiência profissional acadêmica. Avalia-se ainda o potencial interdisciplinar dos docentes, dando preferência àqueles de maior adequação neste quesito, para ocuparem as funções de coordenação.

3.20.3 Regime de Trabalho do Coordendor

O regime de trabalho previsto do professor Wesley Leal Ferreira é de tempo integral com 40 horas, sendo 24 horas de coordenação e 16 horas para demais atividades (sala de aula, NDE, colegiado, orientação). A carga horária possibilita perfeitamente a gestão do curso, o atendimento a discentes, docentes a representatividade nos colegiados superiores.

Para cumprimento das atividades de coordenação será elaborado um plano de ação com indicadores de desempenho da coordenação com objetivo de melhoria continua da gestão do curso. O coordenador do curso elaborará planejamento da administração do corpo docente com o objetivo de favorecer a integração e melhoria continua.

Para cumprimento das atividades de coordenação será elaborado um plano de ação com indicadores de desempenho da coordenação com objetivo de melhoria continua da gestão do curso. O coordenador do curso elaborará planejamento da administração do corpo docente com o objetivo de favorecer a integração e melhoria continua.

3.20.4 Plano de Ação da Coordenação

A ação do Coordenador predomina-se em um trabalho na qual a participação e integração do aluno, professor, aliada a uma dinâmica ativa e coerente constitui-se num resultado cujas linhas norteadoras corroborarão para um desenvolvimento eficaz em todo fazer pedagógico da instituição. Como parceiro no processo de ensino e de aprendizagem e nas relações Projeto Pedagógico do Curso, o trabalho do Coordenador é um dos elementos fundamentais na educação.

Então, como articulador no desenvolvimento do ensino, torna-se imprescindível a elaboração de um planejamento claro e objetivo que vise atender as necessidades educacionais da nossa instituição e região. Desta forma segue abaixo um cronograma de ações inerentes a maior eficiência na execução de suas respectivas funções:

1. **Ações permanentes e diárias**: Acompanhamento pelo acadêmico dia-dia de seus professores (frequência e notas dos discentes, assiduidade docente, lançamento de conteúdos, dentre outras afins) Acompanhar e incentivar a construção de projetos de extensão e pesquisa se relacionar com os mais diversos setores, buscando uma maior interação além de obter informações para suas decisões e construções didáticas diárias. Se atualizar seja por produção de pesquisa, participação de eventos, leituras de revistas intrínsecas a sua função ou área de formação.
2. **Ações permanentes mensais**: Acompanhar a elaboração de todo

material de seus docentes, sejam construtivos ou avaliativos. Envio de e-mail para seus docentes com finalidade de esclarecimento, reforço de informações essenciais ou mesmo para divulgação de informações internas ou externas a instituição.

3. **Ações permanentes semestrais**: Encontros/reuniões com os diversos setores Institucionais (financeiro, secretaria, RH, projeto social, coordenações, entidades públicas e sociais, direções e outros). Incentivar e cobrar projetos de extensão, iniciação científica, sociais, culturais, esportivos, ambientais, dentre outros. Acompanha e cobrar a atualização de todas as atas inerentes aos colegiados (CPA, NDE, e etc.) do seu respectivo curso.

4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 Composição do Corpo Docente

O Corpo Docente é constituído de professores que, além de reunirem qualidades de educador e pesquisador, assumem o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados no Regimento. A seleção do Corpo Docente é feita com base nas normas traçadas pelo Conselho Superior e de acordo com o Plano de Carreira do Docente.

O NDE do Curso de Direito elaborou relatório de estudo do corpo docente destacando titulação, regime de trabalho, carga horaria, experiência no exercício da docência superior e docência na educação a distância. Além das Habilidades e competências para formar o perfil do Egresso almejado no Curso de Direito.

Os membros do Corpo Docente são contratados pela Mantenedora, mediante indicação do Coordenador de Curso, respeitada a legislação vigente e as normas baixadas pelo Conselho Superior. Cabe ao Coordenador de Curso comprovar a necessidade da contratação de docentes, fazendo o exame das credenciais dos interessados.

Podem ser contratados Professores Visitantes e Colaboradores, em caráter eventual ou por tempo determinado, para atender atividades relacionadas às funções

da Faculdade Malta Barão – MALTA ou a projetos específicos. A presença do professor às reuniões dos Órgãos Colegiados a que pertença é obrigatória e inerente à função docente.

Poderá ser concedida ao professor a licença para estudo, de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho Superior.

São atribuições do Corpo Docente:

I. Assumir, por designação do Coordenador do Curso, encargos de ensino, pesquisa e extensão;
II. Assumir, superintender e fiscalizar o processo de docência, de pesquisa, de extensão e da avaliação da aprendizagem no âmbito de determinadas disciplinas;
III. Observar as normas estabelecidas e a orientação dos órgãos administrativos, especialmente no que se refere ao cumprimento da carga horária e do programa de ensino;
IV. Encaminhar ao respectivo Coordenador de Curso, no início de cada período letivo, os planos de ensino e atividades a seu encargo;
V. Registrar no Diário de Classe a matéria ministrada, a frequência dos alunos às aulas programadas e outros dados referentes às disciplinas e turmas de alunos sob sua responsabilidade;
VI. Encaminhar, na forma estabelecida e ao final de cada período letivo, os resultados do trabalho escolar de cada um dos seus alunos em termos de frequência e aproveitamento;
VII. Participar das reuniões, para as quais for convocado;
VIII. Cumprir os encargos e participar de comissões sempre que indicado, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão;
IX. Cumprir as demais funções inerentes ao cargo.

Ao professor é assegurado:

I. Reconhecimento como competente em sua área de atuação;
II. Acesso ao seu aprimoramento profissional, mediante plano institucional de capacitação e de carreira docente;

III. Infraestrutura e recursos didáticos e tecnológicos adequados ao exercício profissional; e

IV. Remuneração compatível com sua qualificação.

A contratação do pessoal docente é feita nos termos da Legislação Trabalhista e do Plano de Carreira Docente.

O Corpo Docente do Curso de Direito:

Nº	Nome do Docente	CPF do Docente	Maior Titulação	CH Semanal	Regime de Trabalho	Vínculo Empregatício
1	LARA MELINNE MATOS CARDOSO	048.302.153-99	DOUTORADO	20H	PARCIAL	CLT
2	WESLEY LEAL FERREIRA	942.717.805-10	MESTRADO	40H	INTEGRAL	CLT
3	SANNA CHRIS MOURA NUNES	654.665.193-91	MESTRADO	40H	INTEGRAL	CLT
4	GRAZIANY SANTIAGO AMORIM	618.199.133-68	MESTRADO	40H	INTEGRAL	CLT
5	ALECSANDER MARTINS COELHO	883.131.663-04	MESTRADO	20H	PARCIAL	CLT
6	OTONIEL D'OLIVEIRA CHAGAS BISNETO PRADO	453.415.163-20	MESTRADO	40H	INTEGRAL	CLT
7	FELIPE SOARES LIMA	026.293.433-75	ESPECIALIZAÇÃO	40H	INTEGRAL	CLT
8	THIAGO EDIRSANDRO ALBUQUERQUE NORMANDO	002.698.213-76	MESTRADO	20H	PARCIAL	CLT
9	FRANÇOIS LIMA DE BARROS	869.874.103-72	ESPECIALIZAÇÃO	20H	PARCIAL	CLT
10	VALDECIR CONCEIÇÃO OLIVEIRA JÚNIOR	020.111.183-79	ESPECIALIZAÇÃO	20H	PARCIAL	CLT
11	FRANCISCA KANANDA LUSTOSA DOS SANTOS	052.314.053-37	MESTRADO	20H	PARCIAL	CLT
12	CINTIA VIRGINIA MACHADO BARBOSA	497.670.203-06	MESTRADO	40H	INTEGRAL	CLT
13	NYDIA DE OLIVEIRA CARVALHO	822.429.173-15	ESPECIALIZAÇÃO	20H	PARCIAL	CLT
14	MÁRCIA VICTORIA DA SILVA COUTINHO	064.776.653-10	ESPECIALIZAÇÃO	40H	INTEGRAL	CLT

4.1.1 Requisitos de Titulação

Para a composição do corpo docente da Faculdade Malta Barão – MALTA exige-se no mínimo a titulação de especialista e uma ampla experiência na área de atuação profissional. Entretanto, a prioridade é pela contratação de professores com as titulações de doutorado e/ou mestrado.

O NDE do Curso de Direito elaborou relatório de estudo do corpo docente destacando titulação, regime de trabalho, carga horaria, experiência no exercício da docência superior e docência na educação a distância. Além das habilidades e competências para formar o perfil do Egresso almejado no Curso de Direito.

Da mesma forma que a Faculdade Malta Barão – MALTA prioriza a contratação de professores com as titulações de doutores ou mestres, também é valorizada a experiência no magistério e a experiência profissional não docente.

O corpo docente da Faculdade Malta Barão – MALTA é constituído por professores recrutados, selecionados e admitidos nos termos do Regimento Geral, da legislação trabalhista pertinente e do Plano de Carreira Docente.

4.1.2 Critérios de Seleção e Contratação de Professores

Os professores admitidos devem possuir qualificação acadêmica e profissional em sua área de atuação, bem como capacidade didático-pedagógica reconhecida e formação geral sólida. Respeitada a filosofia didático-científica e o pluralismo de ideias, compatível com os ideais e princípios da Faculdade Malta Barão – MALTA, são critérios relevantes para admissão e dispensa de professores:

- Os valores morais;
- A afinidade com os princípios e objetivos do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Faculdade Malta Barão – MALTA;
- O respeito aos ordenamentos institucionais; e
- A qualidade e eficiência no desempenho e produtividade docente.

O corpo docente é contratado pela mantenedora, mediante indicação do Diretor Geral, obedecidas as normas propostas pelo Conselho Superior - CONSUP e as deliberações dos colegiados que integram a Instituição, além da legislação pertinente. É de competência do coordenador de curso a realização do processo de

recrutamento, seleção e admissão do pessoal docente para as atividades do respectivo curso. A dispensa de professor é realizada pela mantenedora, por solicitação do Diretor Geral, nos termos do Regimento, do Plano de Carreira Docente e das demais normas aplicáveis.

A dispensa de professor é realizada pela mantenedora, por solicitação do Diretor da Faculdade, nos termos do Regimento Geral, do Plano de Carreira Docente e das demais normas aplicáveis. A presença do professor às reuniões de natureza didático-científica, de qualquer órgão colegiado, comissão ou comitê da Faculdade Malta Barão – MALTA, é obrigatória e inerente à sua função docente.

A mantenedora, mediante proposta de cada Faculdade, fixará, anualmente, o número de cargos do magistério superior, em cada uma das categorias funcionais e referências respectivas, observando sempre os termos do Plano de Carreira Docente e a legislação pertinente.

4.1.3 Regime de Trabalho do Corpo Docente

O regime de trabalho do Corpo Docente prevê as seguintes modalidades:

I. **Docentes em Tempo Integral**: docentes contratados com 40 horas semanais de trabalho na instituição, nelas reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais destinadas a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos.
II. **Docentes em Tempo Parcial:** docentes contratados com 12 ou mais horas semanais de trabalho na instituição, nelas reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos.

O NDE do Curso de Direito elaborou relatório de estudo do corpo docente destacando titulação, regime de trabalho, carga horaria, experiência no exercício da docência superior e docência na educação a distância. Além das habilidades e competências para formar o perfil do Egresso almejado no Curso de Direito.

4.1.4 Composição do Núcleo Docente Estruturante - NDE

O NDE é composto pelo coordenador do curso e por mais 4 docentes, sendo que o coordenador participou da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e tem clara responsabilidade com a implantação do mesmo.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Direito da Faculdade Malta Barão – MALTA constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

O NDE será sempre constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela Faculdade Malta Barão – MALTA, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - elaborar o Projeto Pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos.

II - estabelecer o perfil profissional do egresso do curso.

III - atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso.

IV - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.

V - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.

VI - analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares.

VII - promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.

VIII - acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

IX - planejar e acompanhar as atividades complementares e de extensão executadas pelo curso.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito da Faculdade Malta Barão – MALTA manterá sua formação em observação aos seguintes requisitos essenciais:

I. Ser constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;
II. Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu; e
III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

Complementarmente, a Faculdade Malta Barão – MALTA preserva estratégia de renovação parcial dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O NDE do curso de Direito da Faculdade Malta Barão – MALTA:

Nº	Nome do Docente	CPF	Titulação	CH Semanal	Regime de Trabalho
1	WESLEY LEAL FERREIRA	942.717.805-10	MESTRADO	40H	INTEGRAL
2	OTONIEL D'OLIVEIRA CHAGAS BISNETO PRADO	453.415.163-20	MESTRADO	40H	INTEGRAL
3	THIAGO EDIRSANDRO ALBUQUERQUE NORMANDO	002.698.213-76	MESTRADO	20H	PARCIAL
4	FELIPE SOARES LIMA	026.293.433-75	ESPECIALIZAÇÃO	40H	INTEGRAL
5	ALECSANDER MARTINS COELHO	883.131.663-04	MESTRADO	20H	PARCIAL

4.1.5 Experiência Profissional do Corpo Docente

O NDE do Curso de Direito elaborou relatório de estudo do corpo docente destacando titulação, regime de trabalho, carga horária, experiência no exercício da docência superior e docência na educação a distância. Além das habilidades e competências para formar o perfil do egresso almejado no Curso de Direito.

4.1.6 Experiência no Exercício da Docência Superior

O NDE do Curso de Direito elaborou relatório de estudo do corpo docente destacando titulação, regime de trabalho, carga horaria, experiência no exercício da docência superior e docência na educação a distância. Além das habilidades e competências para formar o perfil do egresso almejado no Curso de Direito.

4.1.7 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância

O NDE do Curso de Direito elaborou relatório de estudo do corpo docente destacando titulação, regime de trabalho, carga horária, experiência no exercício da docência docência superior e docência na educação a distância. Além das habilidades e competências para formar o perfil do Egresso almejado no Curso de Direito.

4.1.8 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é o órgão da administração setorial de deliberação coletiva, supervisão e coordenação didático-pedagógica de cada curso da Faculdade Malta Barão – MALTA. Para fins didático-pedagógicos, o Colegiado de Curso deve articular-se com os núcleos a que pertencem as componentes curriculares, com a Coordenação do Curso, com o Núcleo Docente Estruturante - NDE, e com o Conselho Superior - CONSUP da Faculdade Malta Barão – MALTA.

O Colegiado de Curso é constituído por um mínimo de 20% (vinte por cento) dos docentes que ministram aulas no curso, pelo coordenador do curso e 1 representante do corpo discente. O Colegiado Pedagógico é presidido pelo Diretor ou quem este delegar.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. Dirimir sobre as questões pedagógicas específicas do respectivo curso;
II. Deliberar e encaminhar para o Colegiado Pedagógico o cronograma específico do curso, contendo os eventos a serem realizados;
III. Deliberar e aprovar o Projeto Pedagógico de curso, bem como suas alterações;
IV. Indicar comissões de docentes para a composição de outros órgãos ou para elaboração de trabalho pedagógico especializado;
V. Elaborar e aprovar todos os documentos e projetos, em nível operacional, necessários à gestão pedagógica do curso;
VI. Aprovar cronograma de atividades e eventos do curso;
VII. Executar todas as atividades e projetos inerentes ao curso;
VIII. Indicar o seu respectivo coordenador de curso e submeter a aprovação do Diretor Geral;
IX. Julgar, em último grau, os recursos encaminhados sobre as decisões disciplinares, em face de discentes, emitidas pelo Diretor Geral e Coordenador de Curso
X. Desempenhar outras funções necessárias ao bom desempenho das atividades pedagógicas.

4.2 Corpo de Tutores

4.2.1 Composição do Corpo de Tutores

O relatório de estudos do NDE contempla todo o corpo de tutores para Curso de Direito da Faculdade Malta Barão – MALTA.

O Corpo de Tutores do referido Curso segue a seguinte composição:

CORPO DE TUTORES							
Nº	Nome do Tutor	CPF	Maior Titulação	Graduação	CH Semanal	Regime de Trabalho	Vínculo Empregatício
1	DENISE NOGUEIRA BANDEIRA	958.938.303-34	ESPECIALISTA	GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA; GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	20H	PARCIAL	CLT

				E GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA			
2							CLT

4.2.2 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

O NDE elaborou relatório de estudo do corpo de tutores, onde pode ser evidenciado que todos tutores previstos para Curso de Direito são graduados na área da disciplina pelas quais são responsáveis e possuem titulação obtida em pós-graduação *lato sensu*.

4.2.3 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

O NDE elaborou relatório de estudo do corpo de tutores demonstrando e justificando a experiência do corpo de tutores previsto para Curso de Direito, caracterizando a capacidade dos tutores em identificar as dificuldades dos alunos, compreender e expor a linguagem, elaborar atividades especificas com apoio dos Docentes e adotar práticas inovadoras.

4.3 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar da Faculdade Malta Barão – MALTA é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância e prevê plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD/EQUIPE MULTIDISCIPLINAR					
Nº	**NOME**	**CPF**	**FUNÇÃO**	**VÍNCULO EMPREGATÍCIO**	**REGIME DE TRABALHO**
1	CLECIO DA SILVA MEDEIROS JUNIOR	071.975.583-28	COORDENAÇÃO DO NEAD	CLT	40h
2	PEDRO GRAMOSA DA SILVA FILHO	072.061.683-29	DESIGNER GRÁFICO	CLT	40h

3	ÁLVARO DA SILVA SALVINO	069.996.233-17	WEB DESIGNER	CONTRATO	20h
4	LEONARDO SILVA SANTOS	073.173.043-79	TÉCNICO EM AVA	CLT	40h
5	LUIS FELIPE DA COSTA E SILVA	055.748.873-71	GESTOR DE TI	CLT	40h
6	EMERSON ANANIAS SILVA VITORINO	015.437.313-33	TÉCNICO EM AUDIOVISUAL	CONTRATO	20h
7	MARCOS VINICIUS DA SILVA BORGES LIMA	100.620.773-25	PROGRAMADOR E WEB DESIGNER	CONTRATO	20h
8	LUIZ FILIPE CUNHA IBIAPINA	075.544.203-21	TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA DE REDES	CLT	40h
9	EMANUELLY NASCIMENTO GOMES	032.824.433-31	PEDAGOGA E REVISORA DE CONTEÚDOS	CLT	40h
10	DENISE NOGUEIRA BANDEIRA	958.938.303-34	TUTORA PRESENCIAL E EAD	CLT	40h
11	AMANDA CRISTINA DE SOUSA OLIVEIRA SILVA	072.718.953-02	SECRETÁRIA ACADÊMICA	CLT	40h
12					

5 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

As atividades de prática jurídica são desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade, o qual é estruturado com a finalidade de proporcionar ao estudante vivência em atividades jurídicas reais e simuladas, alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e ao perfil do egresso descrito no Projeto Pedagógico do Curso. O Núcleo propicia formação prática vinculada, preferencialmente, às áreas de concentração definidas no PPC, sob perspectiva reflexiva, crítica e ética, integrando ensino, pesquisa e extensão.

O Núcleo de Práticas Jurídicas desenvolverá atividades relacionadas à análise e discussão de conflitos reais submetidos ao Poder Judiciário, abrangendo áreas como Direito Civil, Direito de Família, Direito do Trabalho e Direito Penal, entre outras compatíveis com a proposta pedagógica do curso. Os discentes, a partir do período previsto no PPC para o início das práticas profissionalizantes, elaborarão peças processuais, pareceres jurídicos e relatórios técnicos sob supervisão direta do Coordenador do Núcleo e de docentes orientadores, assegurando acompanhamento sistemático e avaliação formativa.

Serão promovidas também atividades práticas externas, incluindo observação de audiências, visitas técnicas a tribunais, fóruns, órgãos do Poder Judiciário e Executivo e demais instituições correlatas, favorecendo a inserção gradual do estudante em ambientes reais de atuação profissional. Essas atividades contribuirão para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanísticas, fortalecendo a articulação entre teoria e prática.

O Núcleo realizará atendimentos jurídicos supervisionados à população, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social, por meio de parcerias institucionais formalizadas com associações, organizações comunitárias e instituições com atuação conciliatória. Esses atendimentos possibilitarão ao discente vivenciar situações reais, orientar cidadãos quanto a direitos e deveres e buscar soluções extrajudiciais sempre que cabíveis, contribuindo para a formação cidadã e para o compromisso social da Instituição.

As atividades de arbitragem, negociação, conciliação e mediação constituirão eixo estruturante do Núcleo de Práticas Jurídicas, estimulando a cultura de resolução consensual de conflitos, em consonância com a legislação vigente e com a política

nacional de tratamento adequado de conflitos. Os discentes desenvolverão habilidades voltadas à solução extrajudicial de demandas, reconhecendo a relevância social, econômica e jurídica desses mecanismos para a efetividade da justiça e para a redução da litigiosidade.

Assim, o Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito da Faculdade Malta Barão - MALTA abrange, em consonância com o PPC, as seguintes frentes de atuação:

I. práticas jurídicas reais e simuladas desenvolvidas nas disciplinas de:
   Estágio Supervisionado – NPJ I;
   Estágio Supervisionado – NPJ II;
   Estágio Supervisionado – NPJ III;
II. atendimento jurídico à população hipossuficiente, na forma da lei, com orientação jurídica, triagem, elaboração de peças, acompanhamento processual, propositura de ações e apresentação de defesas;
III. atendimento à população por meio das formas adequadas de solução de conflitos e da promoção da cultura da pacificação;
IV. atendimento à comunidade por meio de projetos de extensão institucionais e por convênios firmados com instituições públicas e privadas;
V. atividades de prática jurídica externa, a serem desenvolvidas semestralmente pelos estagiários, compreendendo, entre outras: análise e acompanhamento de processos, visitas ao fórum, visitas técnicas, participação em audiências e sessões, análise de autos findos, elaboração de peças processuais simples e complexas, participação em programas de itinerância e elaboração de relatórios

O Núcleo conta com espaço físico adequado, estrutura administrativa própria, regulamento específico disciplinando funcionamento, responsabilidades, supervisão, controle de atividades e avaliação, assegurando organização, rastreabilidade das práticas e conformidade com as normas institucionais e regulatórias.

5.1 Sistema Jurídico TWM

O TWM é uma plataforma integrada de simulação e gestão de Práticas Jurídicas desenvolvida para cursos de Direito e alinhada ao modelo procedimental do sistema jurídico nacional. A solução permite que estudantes e docentes reproduzam, de forma completa e sequencial, as fases do processo — da petição inicial ao trânsito em julgado — adotando fluxos, prazos e rotinas compatíveis com trâmites eletrônicos reais do TWM. Na plataforma, os usuários assumem papéis diversos (advogado do autor, advogado do réu, juiz, membro do Ministério Público, defensor público), realizam atendimento e escuta ao cliente, redigem peças processuais, elaboram despachos e decisões, praticam sustentações orais virtuais e participam de audiências remotas simuladas.

A interface do TWM integra pesquisa normativa (Vade Mecum digital), modelos de peças, peticionamento e protocolo eletrônicos, controle automatizado de prazos, agenda de audiências e gestão de pautas. Ferramentas de acompanhamento permitem registro detalhado de atos processuais, supervisão docente em tempo real, geração de relatórios de desempenho e feedback individualizado, favorecendo avaliações formativas e somativas das competências profissionais: argumentação jurídica, técnica de redação, estratégia processual, oralidade e ética.

Didaticamente, o TWM aplica metodologias ativas — simulação realística, aprendizagem baseada em problemas e elementos de gamificação — para aproximar teoria e prática profissional. A ambientação fiel aos procedimentos eletrônicos prepara o egresso para atuação em rotinas completamente digitais, incluindo peticionamento eletrônico, gestão de processos digitais e audiências online. Assim, o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) passa a operar como um ambiente formativo híbrido, articulando ensino, pesquisa e extensão e qualificando o estudante para os requisitos contemporâneos do exercício profissional no sistema jurídico TWM.

Dessa feita, a incorporação do TWM no NPJ promove a aproximação entre teoria e prática profissional, capacitando o egresso à atuação em ambientes 100% digitais — peticionamento eletrônico, gestão processual eletrônica e participação em audiências remotas. Como inovação pedagógica, a plataforma fortalece a formação por competências, favorece avaliações contínuas e documentadas, e amplia as

possibilidades de extensão e parcerias institucionais, preparando o estudante para as demandas contemporâneas do exercício da profissão jurídica.

5.2 Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis - NAPV

Antes de adentrar na descrição do Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis na Faculdade Malta Barão – MALTA é necessário esclarecer o que a instituição entende por vulnerabilidade: Vulnerabilidade é uma condição ou estado em que indivíduos, grupos ou comunidades estão expostos a riscos, ameaças ou danos, seja no âmbito físico, social, econômico, jurídico ou psicológico, e que os torna suscetíveis a sofrer impactos negativos em sua qualidade de vida, dignidade e direitos fundamentais. A vulnerabilidade pode ser intrínseca, decorrente de características pessoais, como idade, gênero, estado de saúde ou deficiência, ou extrínseca, resultante de fatores externos, como pobreza, desigualdade social, discriminação, violência, desastres ambientais ou contextos de exclusão e marginalização.

O conceito de vulnerabilidade reconhece a interseccionalidade das múltiplas formas de opressão e discriminação que podem agravar a situação de risco de um indivíduo ou grupo. Assim, a vulnerabilidade não é um estado fixo, mas uma condição dinâmica, que pode ser agravada ou mitigada por políticas públicas, acesso a direitos e serviços, e pela ação ou omissão das instituições e da sociedade em geral.

No contexto jurídico, a vulnerabilidade é um conceito central para a proteção e promoção dos direitos humanos, exigindo uma abordagem ética e inclusiva que assegure a igualdade de oportunidades, a justiça social e o respeito à dignidade humana. No âmbito das práticas jurídicas, reconhecer e abordar a vulnerabilidade significa adotar medidas específicas para proteger aqueles que se encontram em desvantagem, garantindo-lhes o acesso pleno à justiça e a reparação adequada para as violações sofridas.

Nesse contexto, o NAPV tem como objetivo oferecer assistência jurídica, social e psicológica a pessoas em situação de vulnerabilidade, vinculando a prática acadêmica dos alunos aos princípios da cidadania, direitos humanos e responsabilidade social. O Núcleo de Atendimento a Pessoas Vulneráveis (NAPV) da Faculdade Malta Barão – MALTA é uma extensão prática das disciplinas teóricas e práticas que compõem os dois primeiros anos do curso de Direito.

O atendimento no NAPV é realizado por alunos do curso de Direito, supervisionados por professores e profissionais habilitados, garantindo a qualidade e a ética nos serviços prestados. O NAPV é coordenado por um professor do curso de Direito da Faculdade Malta Barão – MALTA, indicado pela coordenação do curso e aprovado pela direção da instituição.

A atuação dos alunos no NAPV integrará as atividades de extensão previstas na matriz curricular, particularmente nos Projetos de Extensão 1 a 6, conforme estabelecido no ementário do curso. As atividades do NAPV ainda incluirão:

I. Atendimento jurídico gratuito em questões relacionadas a direitos civis, trabalhistas, penais e de família;
II. Orientação psicológica e social em parceria com instituições públicas e privadas;
III. Realização de oficinas e palestras sobre direitos fundamentais e cidadania.
IV – Visitas técnicas (penitenciárias, IML, Delegacias, Poder Judiciário), etc.

O atendimento é realizado mediante agendamento prévio, respeitando a capacidade de atendimento dos alunos e da coordenação. As atividades desenvolvidas pelos alunos serão avaliadas pelos supervisores e contarão como carga horária para as disciplinas de Projetos de Extensão.

6 CORPO DISCENTE

Constituem o Corpo Discente da Faculdade Malta Barão – MALTA, os alunos matriculados nos seus cursos ou disciplinas.

Os alunos classificam-se como:

I. Regulares - os que preenchem as exigências legais e regimentais para a obtenção de diploma;
II. Não-Regulares - os que preenchem as exigências legais e regimentais para a obtenção de certificado em curso e atestado de cumprimento de disciplinas isoladas, conforme regulamentação baixada pelo Conselho Superior.
III. Ouvintes - os que preenchem as exigências legais e regimentais para obtenção de certificado de frequência em disciplinas isoladas.

6.1 Atenção aos discentes

A instituição entende que os coordenadores de cursos são o elo entre o corpo discente e a direção da Instituição, desta forma a IES adotará uma “política de portas abertas” no trato com os discentes, atendendo aos alunos diariamente ou através de reuniões com os representantes de sala. Este contato com o discente permite à coordenação:

- Obter um retorno das diversas atividades propostas aos alunos;
- Informar aos alunos sobre eventuais programas ou projetos institucionais;
- Identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos através deste atendimento e das reuniões de Colegiado de Curso;
- Ouvir sugestões e identificar pontos de melhoria;
- Posicionar os alunos sobre as expectativas de um curso superior.

Os serviços que visam acompanhamento do discente são organizados tendo em vista que a formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação para

a qual o aluno está sendo formado, deve proporcionar ao mesmo a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente e atuar junto à sociedade a partir dos diferentes conhecimentos, habilidades e atitudes trabalhadas no curso.

Com este propósito são desenvolvidas ações incentivadoras da participação dos discentes como: seminários, congressos, simpósios, disponibilização de horários na carga horária total dos docentes para atendimento aos alunos em suas atividades acadêmicas; Acompanhamento Psicopedagógico; Programa de Iniciação Científica para divulgação de trabalhos e produções de alunos e professores; Programa de Avaliação Continuada para realização da autoavaliação do curso, momento em que as informações prestadas pelos alunos são relevantes no processo de melhoria da qualidade no curso; Monitoria, através da qual os alunos têm oportunidade de rever e aprimorar seus estudos objetivando resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem.

Os docentes atendem os alunos que participam dos projetos de atividades de trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados e em orientações pedagógicas na rotina das salas de aulas.

Programas Institucionais também facilitam e contribuem para a qualificação discente: ciclos de palestras e Semanas de Estudos, apresentados de forma sistemática.

6.2 Formas de Acesso

O acesso aos cursos da Faculdade dar-se-ão através de Processo Seletivo aberto aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente, e o seu principal objetivo é verificar o domínio do conhecimento adquirido nas diversas formas de educação em nível médio.

O regramento do Processo Seletivo, constante do Regimento Interno da IES, é orientado pelos preceitos e diretrizes estabelecidos pelo art. 206 da Constituição Federal; Parecer CNE/CP nº 98/99; inciso II do art. 44 e art. 5 da Lei 9.394/96 (LDB); Portaria Normativa do MEC nº 23, alterada pela Portaria nº 742/2018, em seu art. 99 § 2º.

As inscrições serão abertas por meio de Edital, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção, do qual constarão a denominação, grau e modalidade de cada curso abrangido pelo processo seletivo; ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no DOU; número de vagas autorizadas de cada curso; número de alunos por turma; normas de acesso e prazo de validade do processo seletivo.

Os candidatos, aprovados e devidamente matriculados iniciarão o curso em conformidade com o Calendário Acadêmico da IES.

O ingresso nos cursos de graduação da Faculdade Malta Barão – MALTA também estará acessível, nos termos da lei:

a. Por meio da transferência de outra IES. Nesse sentido, o candidato deverá trazer os conteúdos curriculares ministrados na Instituição de origem para serem analisados pelo coordenador do curso e, em seguida, poder fazer a sua matrícula.
b. A portadores de diploma de cursos superiores, mediante existência de vagas;
c. Transferência ex-offício, nos termos da lei;
d. Processo simplificado considerando a nota obtida pelo candidato nas últimas edições do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio);
e. Processo seletivo agendado.

O processo seletivo destina-se a avaliar a capacidade de interpretação, o desempenho escolar referente ao ensino médio, para a percepção se o candidato poderá ter um bom aproveitamento dos conteúdos programáticos ministrados através das disciplinas durante a formação acadêmica no Curso, e classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas, podendo ser efetuado sob a forma de concurso vestibular.

As vagas oferecidas pelo curso são autorizadas pelo Ministério da Educação. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá ser realizado novo processo

seletivo, ou as vagas remanescentes poderão ser preenchidas com estudantes transferidos de outro curso afim, ou portadores de diploma de cursos superiores.

6.3 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

O apoio Pedagógico e Financeiro ao discente é atendido a partir de uma política de trabalho conjunta da Direção Geral da Instituição, da Direção Acadêmica, do docente, da Coordenação de Curso, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Secretaria.

O apoio pedagógico ao discente inicia-se em sala de aula. Neste sentido, é reforçado o papel de educador que o corpo docente possui. Este papel de educador não se limita apenas às atividades acadêmicas, estende-se também ao papel amigo que o docente adota em determinadas situações.

O professor é responsável pela formação do aluno não só para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade. Por isso sua postura em sala de aula, a forma como trata seus pares e seus alunos, sua ética profissional, sua forma de expressar-se, são pontos que devem ser observados e que fazem parte da formação do discente.

Devem ser praticados, em sala de aula, exercícios de cidadania e o respeito ao próximo. Normas de disciplinas e assiduidades são reforçadas, além do respeito pelo docente e pelos outros discentes.

A política de apoio aos discentes envolve, também, além do atendimento necessário aos “déficits” de diferentes ordens, por eles apresentados, no investimento, nas potencialidades e disponibilidades que os alunos evidenciem, através do estímulo à canalização deste “plus” em atividades de pesquisa e extensão.

Da política de apoio pedagógico fazem parte integrante:

- Cursos de nivelamento e reforço em disciplinas básicas (principalmente de Língua Portuguesa);
- Programas de monitoria: cujo objetivo é assessorar alunos em eventuais dúvidas;

- Processo de avaliação: a cada exercício realizado seja trabalho ou avaliação à correção oral e escrito, torna-se um espaço privilegiado de aprendizagem;
- Controle de faltas;
- Processo ensino-aprendizagem: prática pedagógica e compreensão por parte dos alunos da proposta de trabalho e do conteúdo desenvolvido;
- Política de “portas abertas”, onde o coordenador do curso disponibiliza horário para apoio aos discentes;
- Disponibilização por parte de alguns docentes de horário semanal para apoio pedagógico ao discente;
- Laboratórios de informática;
- Laboratórios específicos;
- Programa de Iniciação a Pesquisa Cientifica;
- Programas de extensão.

Para que possa acompanhar seu desempenho acadêmico, da Faculdade Malta Barão – MALTA facilita ao aluno o acesso às informações de seu registro acadêmico através do “registro eletrônico” ou diretamente na secretaria. O acesso eletrônico pode ser realizado via internet mediante a utilização de uma senha específica.

O controle e registro acadêmicos (notas, disciplinas, aprovações, reprovações, tempo restante para a conclusão do curso, e outras referências à vida acadêmica) são de responsabilidade da Secretaria.

A Faculdade Malta Barão – MALTA disponibiliza no Laboratório de Informática com 36 computadores e na Biblioteca outros 04, todos com a seguinte configuração: Intel Core I5 4100, 4G RAM, SSD 128GB. O software é Microsoft Office 2007, Adobe Acrobat, Google Chrome.

Com o objetivo de colocar os discentes mais próximos ao mercado de trabalho, a Faculdade Malta Barão – MALTA mantém convênios/parcerias com diversas instituições. Desta forma, estas instituições, sempre que necessário, ofertam vagas de estágios ou, no caso das grandes empresas, realizam o recrutamento contínuo de estagiários.

A Faculdade Malta Barão – MALTA possui programa de bolsas de estudo com investimento próprio e governamental.

Importante salientar que por livre determinação da Direção Geral da Faculdade Malta Barão – MALTA, bolsas sociais são oferecidas aos estudantes no importe de até 60% (sessenta por cento) do valor da mensalidade, mediante análise sócio econômica.

- ✓ **Subprogramas com investimento institucional**

Bolsa: sem convênio (parciais/integrais): a partir de uma ficha (modelo MALTA) de análise socioeconômica, acompanhada dos documentos pessoais e acadêmicos do aluno, protocoladas na Secretaria, processa-se a análise da necessidade social x orçamento institucional, pela Comissão (Tesouraria, Secretaria e Diretoria). Após essas análises é deferido ou não o pedido de bolsa de estudos.

Bolsa: Funcionário e/ou dependente: É concedida bolsa de estudos de 50% (cinquenta por cento) para todos os funcionários da instituição e para seus dependentes

6.4 Espaços para Atendimento ao Discente

As políticas de atendimento ao discente estão direcionadas ao alcance de objetivos como a promoção do acesso e da permanência nos estudos, na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino superior.

A Faculdade Malta Barão – MALTA deseja assegurar aos discentes, igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, buscando propiciar um bom ambiente de vida aos estudantes, que os contemple como pessoas em uma perspectiva integral, de forma a contribuir para que estes encontrem condições econômicas, sociais, políticas, culturais, físicas e psicológicas favoráveis aos seus estudos.

A Faculdade Malta Barão – MALTA contribui assim para a melhoria do desempenho acadêmico de seus discentes, o que minimiza a reprovação e a evasão escolar. Além disso, a Faculdade Malta Barão - MALTA prima por promover e ampliar

a formação criativa das atividades e os intercâmbios, fomentando atividades de integração de cunho cultural e acadêmico-científico.

A Faculdade Malta Barão – MALTA se empenha pela difusão de valores éticos e humanísticos tais como a liberdade para servir ao próximo e à sociedade, o respeito mútuo e a valorização da diversidade humana.

Os discentes da Faculdade Malta Barão – MALTA têm livre acesso à Coordenação do Curso, bem como a todas as salas das Direções Geral, Administrativa e Acadêmica, além da Secretaria e Biblioteca que são ambientes, estrategicamente instalados no térreo.

6.5 Programas de Bolsas, PROUNI e FIES

A Faculdade Malta Barão – MALTA, já possui concessão de bolsas sociais próprias, ou através da oferta de vagas nos programas sociais PROUNI e FIES, do Governo Federal.

Para que seja viabilizada sua participação no PROUNI, a Faculdade Malta Barão – MALTA prevê a implantação da Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme disposto na Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009.

As COLAPS - Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social - são órgãos colegiados, de natureza consultiva instituídos em cada Instituição de Ensino Superior - IES participante do PROUNI, com função principal de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do Programa Universidade para Todos - PROUNI nas Instituições de Ensino, devendo promover também a articulação entre a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI - CONAP e a comunidade acadêmica das IES participantes do programa, com vistas ao seu constante aperfeiçoamento.

As Comissões Locais veem com a finalidade de aprimorar as relações acadêmicas entre os bolsistas PROUNI e as Instituições de Ensino Superior - IES. Por serem instaladas em cada endereço de oferta de bolsas das IES participantes do PROUNI, as Comissões Locais assim mais próximas à realidade acadêmica de cada IES, poderão atender os questionamentos da comunidade do PROUNI levantados

através de reclamações, denúncias, críticas e sugestões inerentes ao programa e dirigidas a Comissão.

Desse modo foi estabelecido no Art. 2º da Portaria nº 1.132, a qual dispões sobre a Instituição das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos - PROUNI, que compete às Comissões Locais:

I. Exercer o acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação do PROUNI nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do Programa;
II. Interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI - CONAP;
III. Emitir, a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do PROUNI; e
IV. Fornecer informações sobre o PROUNI à CONAP.

6.6 Programa de Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a Faculdade Malta Barão – MALTA oferece diversas atividades alternativas para o nivelamento do corpo discente em conhecimentos que representem pré-requisitos para o acompanhamento de seus cursos.

O projeto de nivelamento é uma proposta de atendimento aos discentes que estão iniciando os cursos superiores no início do período letivo, oferecidos com o intuito de estimular a permanência do aluno nos cursos de graduação bem como superar as dificuldades apresentadas no decorrer do curso.

Um dos problemas que desestimula os estudantes no início do curso superior é a deficiência de formação de Ensino Médio em relação a conceitos que são básicos para o nível superior, como por exemplo, leitura, escrita, interpretação, elaboração de textos coerentes e coesos, gramática, cálculos básicos e resolução de problemas.

Essa problemática deve ser resolvida no início da vida acadêmica a fim de estimular os discentes à permanência nos cursos oferecidos não apenas como meros

espectadores, mas como membros efetivos na construção de um conhecimento sistematizado com o intuito de facilitar a efetivação do aprendizado.

Os novos discentes chegam à faculdade com uma imensa vontade de aprender, de conhecer o novo, de superar desafios, porém, muitas vezes é barrado pelo fato de apresentar pequenas dificuldades e se achar incapaz de prosseguir. Assim, os docentes devem se empenhar ao máximo para estimular esses novos acadêmicos oferecendo metodologias diversificadas que superem essas dificuldades.

Em contrapartida, a Instituição de Ensino Superior deve oferecer condições e alternativas de desenvolvimento de programas e projetos que atendam esses novos discentes de forma eficaz, considerando a diversidade sócia econômica e cultural dos novatos.

Dessa forma, o projeto de nivelamento vem ao encontro da resolução dessa problemática oferecendo a oportunidade de os novos discentes superar as dificuldades apresentadas no início do curso e permanecer no mesmo, atendendo ao preceito de igualdade social. Além disso, o projeto poderá também atender a discentes que já estão cursando semestres subsequentes, mas que ainda apresentam alguma dificuldade em relação a disciplinas específicas.

O projeto de nivelamento desenvolve um atendimento psicopedagógico individualizado ou em pequenos grupos em períodos extraclasse, com o intuito de contribuir para o aprendizado do estudante estimulando o mesmo a permanência no curso de graduação ao qual está vinculado.

O Projeto de Nivelamento é oferecido no início do período letivo pela Instituição de Ensino Superior, sendo que as aulas serão ministradas por monitores sob supervisão dos professores titulares das disciplinas que necessitam de reforço.

Os docentes orientam os monitores em relação aos conteúdos que deverão ser trabalhados bem como as metodologias que serão utilizadas em cada caso, inclusive fazendo um planejamento que deverá ser seguido pelo monitor para efetivação do aprendizado.

Cada curso de graduação conta com seus monitores específicos de acordo com a necessidade apontada pelos professores das disciplinas nas quais os discentes apresentem maiores dificuldades.

O acompanhamento dos acadêmicos poderá continuar no decorrer do curso de acordo com a necessidade apontada pelos professores.

O projeto será oferecido em caráter opcional, o aluno não terá obrigatoriedade de acompanhar as aulas extraclasses, mas para os que acompanham deverá frequentar as aulas e assinar a lista de presença.

6.7 Programas de Apoio Psicopedagógico

A Faculdade Malta Barão – MALTA oferece apoio psicopedagógico, mas não apenas aos seus alunos, e sim a todos os membros da comunidade acadêmica, para auxiliar as pessoas no aspecto emocional, em função dos diversos envolvimentos em atividades propostas pela Instituição.

Particularmente, como forma de apoio ao discente, tem como funções a triagem, diagnóstico e as orientações cabíveis ao aluno no que se refere à sua insatisfação com o desempenho escolar; falta de motivação para o estudo; crises em relacionamentos; dificuldades com cursos e ou professores; dúvidas sobre o curso ou quanto sua vocação com a carreira que escolheu; privações, estresse, cansaço, solidão, angústia e demais problemas que possam afetar a sua aprendizagem. Para tanto, serão oferecidos atendimentos individuais, grupos de discussão/reflexão, palestras ou quaisquer outros meios tecnicamente apropriados para discussão, esclarecimentos ou orientações.

O atendimento psicopedagógico é feito através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), instituído com o propósito de promover, por meio de orientação e aconselhamento psicopedagógico, o bem estar dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo assim para o processo de aprendizagem dos alunos da Faculdade Malta Barão – MALTA.

Os objetivos do apoio psicopedagógico são:

I - Acompanhar os acadêmicos que manifestem necessidade de acompanhamento específico;

II - Incluir os alunos com necessidades educacionais especiais advindas de deficiências físicas, visuais e auditivas, por meio de ações específicas;

III - Atender individualmente, oferecendo apoio psicológico e orientando o aluno com dificuldades de aprendizagem e adaptação;

IV - Melhorar a integração do aluno em seu universo acadêmico;

V - Triar e encaminhar, o aluno que necessitar de nivelamento, a fim de amenizar as defasagens de aprendizagem (português, matemática e informática); para atendimento psicológico, pedagógico e/ou jurídico;
VI - Atender individualmente docentes e corpo técnico-administrativo com dificuldades de adaptação e problemas pessoais;
VII - Enfatizar a participação discente, docentes e corpo técnico administrativo no processo de auto avaliação institucional utilizando seus resultados como forma de articulação do apoio que necessitam.

6.8 Estímulos à Permanência

O estímulo à permanência ocorre através da realização de eventos culturais que favorecem a qualidade da prática discente e o aperfeiçoamento constante do atendimento aos alunos. A Faculdade Malta Barão – MALTA estimula a vivência da cultura como um espaço de integração e respeito às crenças e valores de sua comunidade acadêmica.

A Faculdade Malta Barão - MALTA disponibiliza aos alunos espaços para organização e participação estudantil, desde que primem pela ordem e pelo respeito às normas institucionais.

6.9 Apoio à Realização de Eventos e à Produção Discente

A Faculdade Malta Barão – MALTA possui um regulamento institucional de apoio à participação em eventos, voltado aos alunos e professores da Instituição. A participação em congressos e eventos científicos tem por objetivos:

I. incentivar a produção acadêmica;
II. ampliar a exposição do programa, com forte aumento de notoriedade e visibilidade;
III. aumentar o intercâmbio institucional e pessoal dos alunos e professores;
IV. incrementar o ativo científico do programa e de seus participantes pela exposição ao estado-da-arte em campos específicos; e

V. propiciar o fortalecimento e desenvolvimento das linhas de pesquisa da Instituição.

Os recursos para participação em eventos científicos poderão ser obtidos por meio de fontes tais como: recursos próprios da Faculdade Malta Barão – MALTA; CNPq - PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica); CAPES; fundações; recursos de projetos de professores destinados pela instituição; ou recursos alocados através de bolsas concedidas pela própria instituição.

Será de responsabilidade dos coordenadores de linha analisar os trabalhos aprovados em congressos/eventos e indicar a participação com base nos critérios nesta ordem de prioridade ordem de prioridade:

1º. solicitantes com artigos com participação conjunta de docentes e discentes;
2º. solicitantes com artigos com participação conjunta de grupos de docentes;
3º. solicitantes com artigos com participação individual de docentes;
4º. solicitantes com artigos com participação individual de grupos de discentes;
5º. solicitantes com artigos com participação individual de discentes.

Deverá ser considerada a quantidade de artigos que o solicitante teve aprovado no evento. Assim, um solicitante que tenha aprovado mais artigos terá prioridade sobre outro com número menor, em cada uma das categorias citadas, até o limite disponível de recursos destinados para este fim. É concedido o recurso somente a 1 (um) autor por trabalho, privilegiando-se autores com trabalhos múltiplos.

A aprovação da solicitação de participação em evento deverá ainda considerar que:

- o evento deve ser significativo para a linha de pesquisa do solicitante;
- o aluno requerente deve ser vinculado e estar em atividade na instituição;
- o evento deve ser compatível com as atividades do curso de vinculação do aluno requerente;
- o aluno requerente não pode ter sido reprovado em nenhuma disciplina;

- o artigo aprovado no evento precisa ser compatível com a linha de pesquisa; e
- será dada prioridade para os discentes que tenham produção acadêmica relevante.

A cada demanda deverá ser analisada a disponibilidade de recursos disponíveis pra os fins requeridos. A concessão de recursos da Instituição deverá considerar as seguintes prioridades:

1º. Pagamento de taxa de inscrição até o limite concedido pela Instituição, no caso de docentes e discentes.

2º. Pagamento de diárias (somente nos dias do evento científico e de acordo com os limites da Instituição para este fim), no caso de docentes e discentes.

3º. Passagens para traslados e deslocamentos, somente no caso de discentes.

A Faculdade Malta Barão – MALTA desenvolve atividades de apoio ao discente, incluindo a participação e realização de eventos como congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas, além do apoio à produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

Na dinâmica de sua vida acadêmica, a Faculdade Malta Barão – MALTA realiza diversos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos, abertos às comunidades interna e externa, enriquecendo assim a vida cultural da região onde está instalada, e propiciando aos seus alunos o contato com novos conhecimentos através de atividades de extensão, ou complementares aos estudos previstos nas matrizes curriculares específicas de seus cursos.

6.10 Organização Estudantil

A Faculdade Malta Barão – MALTA assegura aos alunos o direito de organização de órgãos colegiados, da criação de centros acadêmicos, associação de estudantes, grêmio estudantil, diretório central de estudantes, com a finalidade de concorrerem para o maior êxito do processo educativo, desde que observadas as leis vigentes. As organizações estudantis que vierem a funcionar na Faculdade Malta

Barão – MALTA, terão Estatuto ou Regimento próprios, elaborados pela maioria absoluta dos respectivos associados, Direção da Faculdade Malta Barão – MALTA e homologados pela mantenedora.

6.11 Acompanhamento de Egressos

Uma instituição de ensino pautada nos princípios éticos e de valorização humana concebe o egresso como um parceiro referencial para projetar, desenvolver a avaliar a qualidade da educação oferecida. Portanto o compromisso com o profissional formado na Faculdade Malta Barão – MALTA continua através da formação continuada com cursos pontuais, pós-graduação e oportunidade de trabalho na própria instituição, como professor, como técnico ou até mesmo como voluntário nos programas sociais.

A Faculdade Malta Barão – MALTA disponibiliza periodicamente aos seus ex-alunos um questionário de avaliação institucional e acompanhamento de vida pós-institucional, cujo objetivo é manter atualizados os registros de dados pessoais do egresso. A Faculdade Malta Barão – MALTA realiza contato com os egressos por meio de e-mails sobre as atividades cientificas e culturais de sua programação.

A Faculdade Malta Barão – MALTA possui um canal exclusivo, com base na plataforma internet, para a comunicação com os egressos, no sentido de divulgar as ações da IES entre os ex-alunos. Esse canal possibilitará a IES conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, e saber o índice de ocupação entre eles, buscando estabelecer uma relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Além disso, a opinião dos empregadores dos egressos será utilizada para revisar o plano e os programas formativos. Adicionalmente, a Faculdade Malta Barão – MALTA prevê, em médio prazo, o desenvolvimento de atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

A Faculdade se esforça em manter um banco de dados com informações sobre os ex-alunos, destacando habilidades específicas, projetos desenvolvidos pelos mesmos, além da participação nos trabalhos sociais desenvolvidos pela instituição para que possam fazer parte do currículo do aluno egresso e facilitar o acesso ao mundo do trabalho.

O acompanhamento dos egressos pela Faculdade Malta Barão – MALTA busca verificar do ex-aluno com relação à sua atuação profissional, considerando os aspectos de responsabilidade social e cidadania relativos à região onde a IES está inserida, à empregabilidade, à preparação do profissional para o mundo do trabalho, e à relação com entidades de classe e empresas do setor.

Quanto à formação continuada, seja através de cursos pontuais ou em nível de especialização oferecida após pesquisa realizada com os egressos, com a indústria e comércio local e regional, com as instituições educacionais para que a formação oferecida atenda às necessidades do egresso e da comunidade em que atua.

Uma das formas que a Faculdade Malta Barão – MALTA utiliza para manter contato e valorizar o aluno egresso, será através da participação dos ex-alunos nas semanas acadêmicas e outros projetos desenvolvidos pela Instituição.

Com relação a seus ex-alunos, a Faculdade Malta Barão – MALTA, no cumprimento de suas atribuições educacionais, buscará:

- proporcionar uma base consistente para que os alunos egressos possam prosseguir seus estudos em cursos de pós-graduação em nível de mestrado e/ou doutorado, bem como contribuir em projetos de pesquisa;
- manter um cadastro dos egressos dos cursos de graduação (EaD) da Faculdade Malta Barão – MALTA contendo, além dos dados pessoais, informações sobre situação profissional e formação acadêmica complementar;
- prestar ao egresso, o devido acompanhamento no sentido de ajudar na sua busca por empregabilidade e de verificar no contexto sociocultural, a qualidade de seu ensino;
- manter um programa de contato com os egressos, proporcionando-lhes o retorno à Faculdade Malta Barão – MALTA para participar de programas de aperfeiçoamento: cursos de extensão e de pós-graduação;
- aplicar questionários estruturados para obter informações sobre o curso realizado, a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas

na profissão, perfil de profissional exigido pelas empresas, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação (EaD);

- promover o contato entre egressos e a comunidade interna;
- realizar eventos de atualização profissional;
- possibilitar a discussão de assuntos de interesse profissional e promover a educação continuada; e
- estimular a criação de associações de egressos (ex-alunos, diplomados ou não) nos diversos cursos de graduação (EaD) da Faculdade Malta Barão – MALTA, que se organizarão em estatuto próprio e de forma autônoma.

6.12 Perfil do Egresso e Perfil do Profissional

A Faculdade Malta Barão – MALTA tem como objetivo que o aluno após a integralização do curso contribua na transformação da sociedade com base em valores éticos, sociais e ambientais. Na proposta de formação, trabalha-se ao longo do curso as competências e habilidades gerais e específicas voltadas para elevar as competências técnicas e comportamentais tendo como referência a construção do conhecimento, Habilidades e Atitudes que permitem ao aluno, além de bom desempenho profissional buscar cada vez mais a educação continuada. Pretende focar a atenção nos ex-alunos investigando suas trajetórias profissionais, na busca de dados relevantes para melhoria da qualidade do ensino, com a atualização dos cursos de graduação, de extensão e de Pós-graduação Lato Sensu. Priorizamos em nossos cursos, a formação de profissionais que:

- Sejam capazes de formar opiniões e tomar decisões;
- Sejam capazes de empreender e implementar práticas inovadoras;
- Tenham competências técnicas e políticas em sua área de formação;
- Apliquem ao longo da vida os princípios éticos, sociais e ambientais;
- Busquem sempre o conhecimento e informações atualizadas;
- Sejam comunicativos, tanto na linguagem oral, como na escrita;

- Usem o raciocínio lógico, para acompanhar a velocidade dos avanços tecnológicos.

A Faculdade Malta Barão – MALTA ministra um ensino superior visando à qualificação profissional e à formação cidadã e ética do aluno. O formando deverá ter uma visão científica abrangente, estruturada com base em currículo dotado dos fundamentos básicos gerais, porém com aprofundamento técnico em sua área de formação profissional.

O perfil do profissional que a instituição pretende formar é delineado por meio da identificação dos seguintes atributos, indispensáveis na pessoa do futuro profissional:

a) Analisar o ambiente interno e externo das organizações, identificando as variáveis que afetam o processo da tomada de decisão.
b) Demonstrar a capacidade de raciocínio lógico, crítico e analítico para intervir criativamente em diferentes contextos organizacionais e sociais.
c) Desenvolver processos de criação, organização, acesso e uso de informações que facilitem a gestão do conhecimento nas organizações.
d) Identificar, analisar, implementar e desenvolver novos negócios.
e) Desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos de vida e das experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional para a aplicação em diferentes contextos, revelando a capacidade de gestão de diferentes configurações organizacionais e de processos de mudança, apresentando-se como profissional flexível.
f) Desenvolver a capacidade de expressão e comunicação interpessoal necessários ao exercício da profissão.
g) Apresentar uma postura ética e socialmente responsável na sua atuação profissional.
h) Demonstrar senso de responsabilidade.
i) Demonstrar capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações.
j) Apresentar capacidade de envolvimento e participação em iniciativas de interesse comum.

k) Revelar preocupação em manter-se atualizado em áreas sujeitas às alterações mais frequentes.

6.13 Ouvidoria

A ouvidoria é um serviço especial de comunicação interna e externa com identificação ou anonimamente, que tem o fim de ouvir e receber queixas, informações, críticas e sugestões. A Faculdade Malta Barão – MALTA disponibiliza esse serviço por meio de site com link próprio (contato) , através de recipiente específico colocado na entrada da instituição e ainda por meio de contato direto com os órgãos diretivos. O acatamento de considerações e as devidas respostas à comunidade interna e à sociedade são oferecidos pelos órgãos diretivos e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tentam atender a todos na medida das possibilidades, visando à melhoria da instituição e às suas atividades acadêmicas e serviços terceirizados.

6.14 Atividades de Monitoria

A monitoria é uma experiência relativa à atividade acadêmica, auxiliar à docência. O exercício da Monitoria está contemplado no artigo 84 da Lei nº 9.394/96 (LDB): “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respetivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”.

Esta atividade acadêmica tem como objetivos:

I- Aprimorar o processo de ensino e de aprendizagem, por meio de experiências pedagógicas inovadoras que estimulem o vínculo entre teoria e prática;

II- Estimular a cooperação e relacionamento entre: docente/tutor – aluno/monitor e aluno/monitor - alunos;

III- Proporcionar ao aluno-monitor o aprofundamento de seus conhecimentos sobre os conteúdos das disciplinas selecionadas;

IV- Potencializar a aprendizagem compartilhada onde aluno colabora com aluno;

V- Despertar no discente o interesse pela prática pedagógica.

A monitoria é considerada uma importante atividade que contribui sobremaneira no processo de ensino e de aprendizagem.

7 EDUCAÇÂO A DISTÂNCIA NA MALTA

As Políticas Institucionais da Faculdade Malta Barão - MALTA para a modalidade a distância perpassam pelo Ensino, Iniciação Cientifica, Extensão e Pós-Graduação alinhando sua infraestrutura e base tecnológica na utilização de recursos que possam apoiar na interação por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, professores e tutores, buscando sempre uma formação com qualidade para os discentes. Tudo em conformidade com as bases legais da Educação Superior, em especifico Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394/06. Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017, Decreto nº 9.057/2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Portaria Normativa n. 11 de 20 de junho de 2017 que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino, Portaria Normativa nº 741, de 2 de agosto de 2018, que altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino, e demais legislação em vigor.

A Faculdade Malta Barão – MALTA compreende que a EaD se relaciona com os processos que tornam a sociedade mais justa e igualitária pela promoção da amplitude de abrangência dos cursos ofertados e por possibilitar o acesso ao Ensino Superior a um número mais expressivo de pessoas. De maneira inter-relacional, condizente com as políticas previstas para o Ensino de Graduação e Pós-Graduação, a IES entende que a EaD, enquanto prática midiatizada, integra um processo lógico

de planejamento permitindo variadas configurações da oferta e na organização de currículos, ampliando os meios de tornar possível o ato educativo.

Princípio de democratização, a oferta da EaD, na IES, deve estimular o atendimento de parcelas cada vez maiores da população e contribuir para a inclusão no Ensino Superior, por meio do estímulo às atitudes investigativas e da oportunização de momentos de comunicação, com ênfase num estudo individualizado, com as seguintes características: abertura, flexibilidade, adaptação, eficácia, formação permanente e economia.

Nesse sentido, as diretrizes para a EaD são:

I. Credenciamento da IES para a oferta da EaD;
II. Criação de cursos de Graduação e Pós-Graduação na modalidade EaD;
III. Implantação de Polos de Apoio Presencial no Estado de Piauí com foco na cidade de Teresina;
IV. Ampliação de cursos de Extensão e oferta em EaD;
V. Organização de equipe para elaboração de material didático ou definição de aquisição;
VI. Capacitação e orientação de tecnologias para o Ensino EaD para docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo;
VII. Consolidação, nos cursos presenciais reconhecidos, da oferta de 20% da carga horária total em EaD, incluindo disciplinas híbridas;
VIII. Aplicação da avaliação interna aos programas e cursos em EaD;
IX. Ampliação da criação e aplicação de diferenciais extracurriculares e curriculares que promovam articulação com a sociedade e flexibilizem a integralização;
X. Elaboração de recursos didáticos pedagógicos dialógicos;
XI. Implantação do Grupo de Estudos na Faculdade Malta Barão – MALTA;
XII. Articulação de parcerias e convênios para oferecimento de cursos e programas a distância;
XIII. Adotar textos e demais materiais didáticos segundo linguagem e técnicas que levem o aluno a refletir, a desenvolver o espírito crítico-criativo, a relacionar o aprendizado a seu contexto social, a ser participativo (mediação pedagógica);

XIV. Aplicação, em todos os programas desenvolvidos em EaD, da avaliação presencial interna;

XV. Ampliar e aperfeiçoar o sistema de tutoria e as relações de interação entre o tutor e o aluno, que passa a ser visto como um interlocutor ativo;

XVI. Garantir o aprendizado por meio de atividades assíncronas e síncronas que promovam uma relação dialógica, interativa entre o professor-tutor e seu aluno;

XVII. Contribuir com o desenvolvimento das habilidades e competências do aluno, tais como autonomia, autodidatismo e autodisciplina.

7.1 Núcleo de Educação à Distância da MALTA (NEAD)

O Núcleo de Educação a Distância é um setor criado pela Faculdade Malta Barão – MALTA que tem como objetivo básico gerenciar todas as rotinas referentes à esta modalidade de ensino. Nele estão alocados profissionais que se envolvem diretamente com a gestão de curso, de polo, de materiais didáticos, de tecnologia da informação e outros relacionados. Essa pessoa coordena toda dinâmica do funcionamento da educação a distância, é muito importante saber que ele estará sempre trabalhando para que tudo ocorra dentro do previsto e que sua experiência conosco seja a mais tranquila possível.

O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Faculdade Malta Barão – MALTA, é o órgão da IES responsável pela coordenação administrativa e didático-pedagógica dos cursos e atividades de educação a distância na Instituição, em graduação e pós-graduação e que tem como objetivos desenvolver ações que reflitam a abrangência de sua área de trabalho.

O NEAD tem como finalidade:

I. Valorizar o papel da Educação a Distância na implantação de uma nova cultura educacional, comprometida com a formação do educando em múltiplas linguagens, com a ampliação dos espaços educacionais e dos domínios do conhecimento;

II. Desenvolver uma cultura institucional favorável à incorporação da aprendizagem aberta e a distância;

III. Contribuir, por meio da disseminação de programas, conhecimentos e tecnologia aplicada à Educação a Distância, para a melhoria da qualidade e ampliação das possibilidades de acesso ao ensino superior;

IV. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino presencial, incorporando a este, recursos pedagógicos e tecnológicos próprios da educação a distância;

V. Implantar, implementar, acompanhar e avaliar cursos na modalidade de educação a distância para os diversos segmentos da sociedade, que envolva a criação de cursos em diversos níveis, utilizando metodologias adequadas ao ensino a distância nas seguintes categorias, conforme a legislação em vigor: Disciplinas para Nivelamento; Disciplinas On-line e outros que se fizerem necessários e que estiverem de acordo com os objetivos da educação a distância, da IES e desse núcleo;

VI. Oferecer alternativas de formação e capacitação profissional, propiciando o acesso à educação universitária a todas as regiões do Brasil;

VII. Articular o campo institucional, coordenando um sistema integrado e interativo de educação a distância;

VIII. Buscar e consolidar cooperação entre instituições locais, nacionais e internacionais, de modo a atender às novas demandas por uma educação mais dinâmica, de forma efetiva e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos em função da ampliação da clientela e de sua viabilidade econômica;

IX. Realizar atividades de suporte ao processo de ensino, que envolvem a criação de homepage para professores, biblioteca digital, listas de discussão entre alunos e professores, chats, serviço de acesso à Internet para discentes e docentes através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

7.2 Concepção de Educação e Currículo no Processo de Ensino-Aprendizagem

A missão da Faculdade Malta Barão – MALTA é transformar pessoas, tornando-as capazes de dominar o conhecimento, respeitar a diversidade, com autonomia, pensamento crítico, sem descurar dos aspectos éticos e da responsabilidade social pela qual perpassam todas as áreas do conhecimento. Imbuída dessa missão, em sintonia com a concepção de ampliação do Ensino Superior e atenta às necessidades sociais e educacionais, a IES explicita o planejamento para o credenciamento da oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação em EaD como uma das metas para o quinquênio 2025-2029.

O perfil do egresso dos cursos ofertados em EaD contemplará as capacidades técnicas, analíticas e de criticidade com ênfase na formação de profissionais capazes de combinar conhecimentos teóricos e instrumentais, com competências e habilidades para assimilar e transformar mudanças tecnológicas com preocupação ética e responsabilidade social. Às características descritas, somam-se autodeterminação, capacidade de decisão, seleção, organização e interatividade incrementadas pelas atividades e tecnologias ofertadas pela IES.

Esse perfil se vincula aos princípios filosóficos norteadores das políticas de Ensino de Graduação, Pós-Graduação e programas ofertados pela IES nas modalidades presencial e EaD, sintetizados como a prática do respeito à diversidade, à liberdade de expressão, ao respeito ao outro e a si mesma, à inclusão social, elementos perpassados pela ética, pela justiça, pelo comprometimento com a educação superior e pela transparência de decisões e práticas. Não diferentemente, os princípios técnico-metodológicos são aplicados na concepção de currículo pretendida, inspirada na dialogicidade, na criticidade, na valorização do aprender fazendo, na ênfase à colaboração e participação e na concepção da tecnologia como ferramenta de desenvolvimento humano.

Assim, a concepção de educação e currículo nos cursos ofertados em EaD compartilhará das políticas, princípios filosóficos e técnico-metodológicos, praticados na modalidade presencial, com respeito às especificidades relativas à temporalidade

e espacialidade que caracterizam a oferta a distância. Desse modo, a organização curricular seguirá as premissas de:

I. Criticidade sobre os diversos contextos sociais;
II. Aplicação de metodologias inovadoras e ativas na solução de problemas;
III. Concepção curricular apoiada na flexibilidade e na diversidade de arranjos de conteúdos e metodologias de ensino-aprendizagem;
IV. Contextualização de conhecimentos e processos de formação, compreendidos como espaços nos quais se constroem novos saberes resultantes de processos históricos e culturais;
V. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão pautada em tecnologias de comunicação e informação;
VI. Planejamento e avaliação constante do processo de ensino-aprendizagem;
VII. Dialogicidade e interação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem.

Essa postura institucional visa o comprometimento com a diversidade de realidades sociais, ampliada pela Extensão e com a vivência do aluno, visto como portador de identidade social; o comprometimento com as orientações legais; o comprometimento com a realidade científico-tecnológica e educacional tendo por objetivo criar condições para o desenvolvimento de projetos e programas que atendam aos níveis de ensino-aprendizagem e práticas investigativas; o comprometimento com uma gestão democrática e participativa; o comprometimento com a realidade local e regional por meio de uma política de participação no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico da região, traduzida por ações institucionais definidas a partir das demandas e necessidades sociais. Com base nesses compromissos, a IES expressa sua relação com a realidade na qual atua, promovendo e articulando uma política de desenvolvimento e incentivo às práticas educativas, culturais, artísticas, científicas, técnicas e sociais.

Com a oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação em EaD, a Faculdade Malta Barão – MALTA cumprirá com o compromisso de perpassar barreiras territoriais e alcançar jovens e profissionais atuantes no mundo do trabalho necessitados de

formação e capacitação, possibilitando um Ensino Superior de qualidade e comprometido com as demandas sociais.

7.3 Sistemas De Comunicação

Preconiza os “Referenciais de Qualidade de EaD para Cursos de Graduação a Distância” (BRASIL, 2000) que o princípio da interação e da interatividade é fundamental para o processo de comunicação. Sendo o aluno o centro do processo educacional, devem-se garantir as ações de interatividade entre professores, tutores e alunos.

Para abrigar os recursos tecnológicos, na oferta de cursos na modalidade da EaD, a Faculdade Malta Barão – MALTA optou pela Plataforma Moodle por sua estabilidade e acessibilidade em relação à implantação, gestão e manutenção do processo acadêmico-pedagógico.

As salas de aulas on-line permitem a interação dos alunos participantes entre si e com os professores e tutores, criando um espaço no qual se compartilham questões, gerando outras questões que realimentam o processo dialógico, dinamizando as relações. Assim, a comunicação entre os envolvidos é facilitada por mídias eletrônicas e comunicação interativa estabelecida no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A comunicação interativa e a mediação tecnológica entre alunos e entre o professor, o tutor e o aluno serão efetivadas por meio de tutoria à distância, fóruns, chats, atendimento telefônico, e-mails, reuniões por aplicativos virtuais, orientações, observações e avaliações relativas às atividades disponibilizadas no AVA. Além disso, atividades assíncronas integrarão a metodologia de aprendizagem, como material didático, slides, em PowerPoint e em sistema Prezi, aulas gravadas, atividade de síntese de estudos com questões objetivas e discursivas on-line e comunicados, permitindo combinar a flexibilidade da interação humana com a independência no tempo e no espaço e a autonomia de estudo.

No ambiente acadêmico/administrativo, o aluno terá acesso à secretaria acadêmica, ao setor financeiro e a outras necessidades administrativo/financeiras

para o desenvolvimento do curso, bem como acesso ao seu boletim, histórico acadêmico e calendário de avaliação.

7.4 O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

É o sistema que propicia as salas de aula dos alunos nos cursos a distância (EaD). É o ambiente virtual que disponibiliza os conteúdos das aulas e das ferramentas de avaliação e interação do processo ensino. O AVA é conhecido também por sua sigla em inglês LMS - Learning Management System ou Sistema de Gestão da Aprendizagem (SGA), são softwares desenvolvidos sobre uma metodologia pedagógica para auxiliar a promoção de ensino e aprendizagem virtual ou semipresencial. A Faculdade Malta Barão – MALTA optou pelo Moodle, pois é uma das principais plataformas mundiais, é um software livre, com mais de 100 milhões de alunos e professores em 90 países, o Moodle é líder em tecnologia educacional e oferece uma experiência de aprendizagem conectada, flexível e orientada para análise de dados.

MOODLE é o acrônimo de "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment", um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual. A expressão designa ainda o Learning Management System (Sistema de gestão da aprendizagem) em trabalho colaborativo baseado nesse software ou plataforma, acessível através da Internet ou de rede local. A expressão “orientado a objetos” está, na verdade, relacionado à maneira como o sistema foi construído. Trata-se de um paradigma de análise, projeto e programação de sistemas de software baseado na cooperação e interação de diversas unidades de software chamadas de objetos [NAKAMURA, 2008]

Por que usar o Moodle?

- É usado por milhares de instituições no mundo todo. Estima-se que existam hoje mais de 100 mil instalações registradas, com milhões de usuários pelo mundo.
- É livre e gratuito: pode-se redistribuí-lo e/ou modificá-lo sob os termos da GNU General Public License como publicada pela Free Software Foundation, versão 2 ou qualquer versão posterior.

- Comunidade forte e atuante. Através do site, são disponibilizados fóruns sobre os mais diversos assuntos. Desde dúvidas pedagógicas até instalação, suporte e programação, todos relacionados ao Moodle.
- Possui uma extensa documentação. Existem sites, livros, vídeos e tutoriais espalhados pela internet que nos ajudam a tirar do Moodle todas as potencialidades que ele oferece.
- Pode ter sua aparência modificada de acordo com a política de cada instituição.
- Pode ser usado para aulas 100% online e como complementação das aulas presenciais.

Moodle EaD

Este ambiente tem como objetivo principal oferecer suporte aos cursos na modalidade a distância da Faculdade Malta Barão – MALTA. Ele destina-se aos alunos, professores, tutores e coordenadores dos cursos em Educação a Distância. Esta versão do ambiente Moodle é a mais atual, ela possui uma série de novidades, o que torna mais fácil e amigável a experiência do usuário com o sistema.

A Educação a Distância apresenta características específicas. O fato de não ter um espaço físico como uma sala de aula real, com cadeiras, carteiras, quadro, professores e alunos, não significa que o aluno esteja isolado, já que poderá interagir com os professores das disciplinas e os demais alunos de seu Polo de Apoio Presencial por intermédio da Internet, em um ambiente virtual cujo objetivo é oferecer espaços destinados à disposição de conteúdo, às orientações de estudos, à realização de atividades e comunicação com professores, coordenadores, tutores e demais alunos dos cursos a distância.

Após conectar-se à internet por meio do navegador escolhido, acessará o portal da EaD e usar a matrícula como login e a senha cadastrada. Uma vez tendo acesso ao AVA, poderá visualizar todas as disciplinas em curso no momento e, ao acessar uma determinada disciplina, terá acesso às aulas, aos materiais de apoio, aos fóruns e a demais conteúdos previstos.

Na educação a distância o processo ensino-aprendizagem será desenvolvido através do AVA, portanto é recomendável que as atividades sejam acompanhadas por uma participação diária na ferramenta, pois diversos fóruns e chats devem ser programados, o que exigirá uma participação efetiva. Todas as instruções sobre o uso

do AVA estarão disponíveis no Manual do Aluno, assim todas essas informações serão disponibilizadas on-line, no próprio ambiente.

No AVA foi definida a estrutura que uma disciplina deve seguir, seguindo a divisão em unidades (módulos) e, de acordo com o plano de ensino, o tutor orienta os alunos para que possam participar de atividades e estudar nos materiais disponibilizados, tirando suas dúvidas.

Nessa perspectiva, a relação dialógica entre professor e aluno será mediada por recursos didáticos, através de material impresso ou disponibilizado de forma eletrônica/digital, pelo texto escrito elaborado, estruturado e planejado pelo professor da área do conhecimento, para possibilitar ao aluno, a distância, a apropriação e incorporação dos conhecimentos, habilidades e competências necessárias à sua autonomia intelectual.

Os cursos ofertados na modalidade da EaD da Faculdade Malta Barão – MALTA seguirão o modelo educacional projetado totalmente on-line com exceções às atividades presenciais que serão desenvolvidas de maneira presencial ao final de cada bimestre. Para acompanhar este modelo educacional, outros recursos de mediação serão utilizados, transcendendo os limites de espaço e tempo, como a produção de material audiovisual, a utilização de softwares que possibilitem ao aluno um aprofundamento maior dos conteúdos, permitindo-lhe uma forma de interatividade com a linguagem hipertextual, o acesso e a utilização da rede mundial de computadores que viabilizam programas interativos do aluno, professor, tutoria.

A tutoria, neste contexto, passa a ser um componente imprescindível na organização e desenvolvimento da EaD, porque acompanha, orienta e avalia todo o processo de ensino-aprendizagem do aluno, em suas necessidades, sobretudo, nos momentos de atividade e de estudo não presencial.

7.5 Ambientalização no AVA: Formação Inicial em EaD

Os primeiros passos para a inserção do discente no processo de ensino-aprendizagem pautado na modalidade de educação a distância é a adaptação aos sistemas empregados nas plataformas de ensino, levando o discente à adaptação da linguagem e uso de tarefas no ambiente virtual de aprendizagem.

Nesse processo inicial, os discentes terão disponibilidade ao Manual do Aluno - EaD como instrumento orientador de todo o processo de acompanhamento do curso, sobretudo, no período inicial, na Ambientalização ao AVA, pois este material apresenta os procedimentos detalhados para acesso aos diferentes espaços da plataforma e também trará possibilidades de leituras que favorecerão a compreensão do discente em torno da especificidade do curso na modalidade EaD. Este Manual do Aluno - EaD estará disponível como um material arquivado no próprio ambiente virtual, e ao alcance imediato dos alunos em quaisquer situações. Além deste manual particularizado aos discentes, no curso haverá um manual específico ao tutor e outro ao professor.

Também nas primeiras fases do curso será discutida a importância da postura de autoestudo pertinente ao aluno da EaD e o favorecimento do contato com as novas tecnologias de informação e comunicação. Além disso, a formação inicial em educação a distância deverá priorizar o estudo e discussão de conceitos, definições e fundamentos da educação a distância em todo o Brasil.

Afora as adequações indicadas, a formação inicial e progressiva deve:

I. Identificar aspectos que estabelecem similaridades e diferenças de conceitos de EaD desenvolvidos no contexto nacional e internacional;
II. Entender o surgimento da educação a distância e recursos tecnológicos utilizados para sua viabilização;
III. Conhecer algumas experiências de EaD no mundo e no Brasil, nos últimos dois Séculos.

A formação inicial em educação a distância ou ambientação à plataforma de ensino será desenvolvida no início dos cursos, com acompanhamento da coordenação.

7.6 Videoaulas

São as aulas do Ensino a Distância, que em conjunto com guias de estudos, as vídeoaulas compõem as unidades temáticas de cada disciplina. São conteúdos apresentados de maneira gravada, utilizando-se de tecnologias e laboratórios

específicos. A metodologia adotada visa propiciar um conjunto de ferramentas pedagógicas que se complementam e potencializam a aprendizagem, criando também uma maior atratividade para o aluno, motivando-o de forma a mantê-lo em frente ao computador, de maneira interessada, em seus estudos.

7.7 Biblioteca Física

A Faculdade Malta Barão – MALTA dispõe de biblioteca física bem dimensionada, ampla, com espaços e computadores para pesquisa, consulta ao acervo on-line, espaço para estudos grupos, espaços para estudos individuais, espaço com acessibilidade que possui computador com programas DOSVOX, NVDA, VLIBRAS e espaço para cadeirantes. As quantidades e a qualidade de exemplares tanto da bibliografia básica, quanto da complementar e dos periódicos seguem as regras constantes no instrumento de avaliação do INEP/MEC, com relatório de adequação das bibliografias básicas e complementares em conformidade com as Unidades Curriculares (UCs) foi devidamente elaborado e assinado pelo NDE.

7.8 Biblioteca Virtual

Também obrigatória para os cursos à distância, a Biblioteca Virtual trata-se de um site, cujo conteúdo é composto por livros digitalizados, os conhecidos e-books, aplicáveis aos cursos da EaD oferecidos pela MALTA. Esses e-books estão previstos na bibliografia do curso também.

A Biblioteca Virtual utilizada é a “Minha Biblioteca”, possui mais de 10.000 mil títulos com acesso online e a Dorinateca.

7.9 Material Didático

Na EaD, em uma abordagem sistêmica, um dos componentes do processo de ensino-aprendizagem de extrema importância é o material didático, produzido especificamente para quem estuda a distância sem contar com o apoio presencial de um professor. Por isso, o material didático para o ensino na modalidade EaD da Faculdade Malta Barão – MALTA configurar-se-á como um conjunto de mídias

(impresso, audiovisual e digital) no qual os conteúdos devem se apresentar de forma dialógica e contextualizada, favorecendo uma aprendizagem significativa. É uma tecnologia disponibilizada ao estudante, além de outros componentes, tais como o projeto pedagógico, os sistemas de tutoria, de comunicação, de avaliação, os momentos presenciais, os colegas, as experiências pessoais.

É importante que os materiais didáticos sejam concebidos levando em conta a aprendizagem significativa que favoreçam o estabelecimento de relações com as questões cotidianas do aluno. Na EaD, considerando a separação física entre discente e docente, o processo de ensino-aprendizagem é mediado pelo material didático e esse deve trazer os temas abordados para a vida real. A mídia impressa, disponível para impressão, deverá ser um veículo utilizado para estabelecer a comunicação entre os professores e alunos.

Dentre o material didático, se destacam os livros abordando o conteúdo conforme objetivos da mesma; as leituras complementares e exercícios; os textos, casos e exercícios de apoio. Nos cursos presenciais que possuem disciplinas EAD, atualmente a Faculdade Malta Barão – MALTA utiliza o material didático da TeleSapiens.

O material didático dos cursos é um recorte no campo do saber que necessita ser expandido com a leitura de outros materiais bibliográficos (leituras complementares) e com a investigação empírica e simulada.

Quanto mais diversificado o material, mais se aproxima das diferentes realidades dos alunos, possibilitando diferentes formas de interagir com o conteúdo. Assim, a MALTA disponibiliza recursos didáticos necessários para o alcance dos objetivos educacionais propostos, como livros da disciplina, vídeos e slides, textos complementares, hipertextos etc., além de livros e vídeos das bibliotecas dos Polos Presenciais.

O material didático é ser organizado em:

I. Material Didático impresso: em cada disciplina, o aluno poderá imprimir o livro base que orientará as atividades, com indicações de leituras complementares, sites de pesquisa bibliográfica e, ainda, as referências bibliográficas que poderão ser consultadas pelo acadêmico. O livro base

poderá ser produzido pelos professores da IES ou adquiridos após seleção compatível com a proposta curricular de cada disciplina.

II. Material Didático Virtual: Os professores elaborarão, organizarão e disponibilizarão o material didático no AVA para que os alunos possam estudar e realizar pesquisas de forma a atender às exigências de cada disciplina de seu curso.

7.10 Atividades de Tutoria

Para atender de forma excelente às demandas didático-pedagógicas do Curso, serão imprescindíveis as atividades de tutoria presencial e a distância, que seguem o manual específico. Os tutores foram selecionados e capacitados para o atendimento de tais demandas dentro das especificidades e características estruturais do Curso.

São atividades da tutoria, dentre outras:

- Responsabilizar-se pela aproximação e articulação entre alunos, tutores e professores;
- Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem durante os módulos;
- Proceder a aplicação das provas presenciais;
- Registrar as informações necessárias para a evolução do aluno no curso;
- Esclarecer dúvidas quanto ao conteúdo das disciplinas;
- Interagir com os professores no que se refere aos conteúdos, às atividades e às chaves de resposta;
- Interagir com os professores, visando melhorias no desempenho dos alunos e redução dos índices de reprovação e evasão;
- Estimular os alunos na busca de várias informações bem como na participação de atividades culturais e sociais que contribuam para o processo de aprendizagem;
- Responder diariamente as dúvidas encaminhadas pelos alunos;
- Utilizar técnicas de motivação adequadas para estimular o aluno a progredir no curso de forma interativa enfatizando a autodisciplina;

- Orientar os alunos na utilização das ferramentas de comunicação disponíveis no AVA;
- Prestar orientação direta ao aluno;
- Organizar todas as atividades de estudo de acordo com cada eixo temático trabalhado pelos professores, sob orientação da equipe pedagógica e de forma padronizada;
- Enfatizar o comprometimento que deverá prevalecer entre o acadêmico e o curso, estimulando as devidas responsabilidades, direito e deveres de todos;
- Orientar os alunos no cumprimento e envio das atividades dentro dos prazos estabelecidos;
- Responder diariamente aos e-mails dos alunos;
- Conhecer todo planejamento da aula de forma a garantir o fornecimento de todo e qualquer material com antecedência mínima necessária;
- Manter atualizados os registros acadêmicos dos alunos.
- Monitorar a frequência dos estudantes.

7.11 Mecanismos de Interação entre Docentes, Discentes e Tutores

O AVA é o locus de convergência de estratégias e meios de aprendizagem, sendo projetado com interface amigável, intuitiva e de fácil navegação para favorecer a aprendizagem. No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalho ou exercícios.

Para efetivar a interlocução entre a comunidade acadêmica virtual serão utilizados os seguintes recursos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, agenda, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, vídeo aulas, recursos de acompanhamento e controle de

cada estudante, relatórios de frequência e participação discente e docente, relatório de notas, entre outros;

- Encontros presenciai no Polo.
- Telefone;
- E-mail.

Por meio desses recursos, o aluno terá acesso ao conteúdo das disciplinas e aos tutores, que mediarão o processo de aprendizagem.

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

8.1 Infraestrutura Física

As instalações atendem às necessidades institucionais, considerando-se a sua adequação às atividades, a acessibilidade, de forma a manter-se neste patamar há um Plano de Manutenção. Através deste Plano, toda infraestrutura da IES; administrativas, salas de aula, auditório, sala para os docentes, laboratórios, áreas de convivência, biblioteca e outros, passam por verificações periódicas, manutenção preventiva e corretiva, bem como atualização (física e tecnológica) que garantem a possibilidade de aplicação de recursos inovadores e também o atendimento diferenciado.

ESPAÇO	QUANTIDADE	ÁREA APROXIMADA (M²)
01. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVA		
RECEPÇÃO	**01**	14,69 m²
DIREÇÃO	**01**	14,48 m²
SECRETARIA GERAL/REPROGRAFIA (XEROX)	**01**	20,10 m²
DRA	**01**	7,03 m²
FINANCEIRO	**01**	6.74 m²
COORDENAÇÃO DE CURSO	**01**	7,11 m²
NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO - NAP	**01**	5.85 m²
OUVIDORIA	**01**	6,12 m²
ADMINISTRATIVO	**01**	18,32 m²
02. SALA DE AULA		
SALAS DE AULA	**09**	368,46 m²
03. AUDITÓRIO CONVENIADO		
AUDITÓRIO (CONVÊNIO)	**01**	104 m²
04. SALAS DE PROFESSORES		
SALA DE PROFESSORES	**01**	35,11 m²
ESPAÇO DE PROFESSORES DE TEMPO INTEGRAL	**01**	17,21 m²
05. ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES		
SALA DE ATENDIMENTO AO DISCENTES	**02**	10,32 m²
06. ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO		
COPA / LANCHONETE	**01**	10,85 m²
07. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA E NDE		
SALA CPA	**01**	15,15 m²
SALA NDE	**01**	11,66 m²
08. INFRAESTRUTURA FÍSICA BIBLIOTECA		
BIBLIOTECA	**01**	58,57 m²

09. SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURANTE EQUIVALENTE		
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	**01**	34,00 m²
10. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		
BANHEIROS PCD / FAMILIAR	**01**	3,12 m²
BANHEIROS	**05**	43,68 m²
11. LABORATÓRIOS EXTERNOS LOCADOS		
NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS/NAPV	01	90 m²

8.1.1 Infraestrutura Acadêmica

A infraestrutura acadêmica da Faculdade Malta Barão – MALTA é composta por: sala para direção; salas para coordenações e professores; salas de aula; sala da CPA; sala do NDE; salas para os núcleos, sala para professores e para professores em tempo integral; biblioteca; laboratório de informática; biblioteca, financeiro, departamentos específicos, sala para almoxarifado; sanitários para alunos e professores; espaços para cantina; sala para arquivo; etc.

8.1.2 Instalações Administrativas

As instalações administrativas da Faculdade Malta Barão apresentam plenas condições com relação à dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e comodidade necessárias às atividades de cada um dos setores e ambientes propostos.

8.1.3 Salas de aula

A sala de aula tem capacidade para 50 alunos, possui excelente isolamento acústico, e climatizada com ar condicionado de 60.000 btus, escaninho para guarda de equipamento do docente, mesa e cadeira para docente, possui recursos tecnológicos: roteador dentro da sala, internet wifi, notebook, data show ligado a internet, ótima iluminação e acústica.

8.1.4 Sala de Professores e Tutores

A sala coletiva dos professores possui excelente dimensionamento, possui armário (escaninho) para guarda de materiais e equipamentos para todos os docentes, revisteiro, mesa de reunião com 10 cadeiras, armário baixo, frigobar, café, recursos tecnológicos com acesso a rede de internet wi-fi, notebook para uso dos docentes, data show conectado a internet com netflix, um sofá de dois lugares e outro sofá de três lugares para descanso dos docentes permitindo descanso e atividades de lazer e integração. Possui uma mesa com cadeira e uma secretaria para apoio técnico administrativo.

8.1.5 Espaços para Atendimento aos Alunos

A Faculdade Malta Barão – MALTA, além de espaço específico que permite o atendimento individual ou em grupos, com privacidade, dispõe de outros espaços que permitem o atendimento aos discentes dentre os quais:

-Sala de atendimento;
-Secretaria Acadêmica;
-Biblioteca;
-Outros, como a Direção, as Coordenações de Curso, etc.

A Secretaria Acadêmica que objetiva receber, registrar, arquivar e atualizar a documentação referente à vida acadêmica dos alunos da Instituição, possui espaço adequado, incluindo a área de atendimento e sala para a Secretária, arquivos e serviços internos.

Será este o setor responsável pela implantação do projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, em atendimento a legislação vigente.

A Faculdade Malta Barão – MALTA dispõe de instalações para coordenações de cursos, além de uma recepção, onde se situará o pessoal de apoio a coordenadores. Possui ainda uma sala para a coordenação pedagógica.

Todos estes espaços possuem iluminação condizente, ar-condicionado, mobiliário moderno e estão adequados às ações acadêmico-administrativas a que se destinam, bem como estão em conformidade com o Decreto n° 5296/2004 que do acesso de portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

8.1.6 Infraestrutura para a CPA

A infraestrutura destinada à CPA da Faculdade Malta Barão, compreendendo sala de uso específico, mobiliário, arquivos, infraestrutura de informática e recursos acadêmicos, atende plenamente às necessidades institucionais, considerando os aspectos relativos à suficiência, autonomia, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação e comodidade para o desenvolvimento das tarefas.

8.1.7 Sala Professores Tempo Integral - TI

A Faculdade Malta Barão – MALTA disponibiliza gabinetes/estações de trabalho aos docentes em regime de tempo integral, para o exercício de suas funções, com mobiliário adequado, escrivaninha, computador, ar condicionado e acesso à internet, atendendo plenamente às necessidades institucionais, considerando aspectos relativos à quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, comodidade e infraestrutura de informática.

8.1.8 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias da Faculdade Malta Barão atendem plenamente às necessidades institucionais, considerando os aspectos relativos à quantidade, dimensionamento dos espaços físicos, equipamentos sanitários, adequação a normas de acessibilidade e de higiene, limpeza, manutenção, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

8.1.9 Sala de Apoio de Informática

Para que os alunos tenham acesso à Internet e produzam seus trabalhos acadêmicos, a Faculdade Malta Barão – MALTA disponibiliza o laboratório de informática. Os alunos poderão acessar livremente esses laboratórios através de senha própria.

O laboratório conta com apoio técnico que auxiliará os alunos nas suas dificuldades concernentes ao uso dos equipamentos e softwares. O técnico também será o responsável pelo controle de entrada e saída dos alunos.

A estrutura do laboratório de informática concebida para atender às necessidades de professores e dos alunos dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão que incluírem disciplinas que utilizam recursos de informática e também para o enriquecimento curricular, tendo em vista que os serviços informatizados atualmente são imprescindíveis.

O espaço físico do laboratório de informática é suficiente para atender da melhor forma possível aos usuários, de acordo com a relação equipamentos versus número de alunos. O laboratório é dotado de climatização ambiental, cores apropriadas, iluminação e layout condizentes com as atividades pedagógicas que serão desenvolvidas.

O laboratório de informática foi montado com modernos computadores e software vindo atender plenamente às atividades que ali serão desenvolvidas por alunos e professores. As necessidades decorrentes da contínua modernização serão levantadas pelos professores e prontamente serão atendidas.

O laboratório de informática visa proporcionar atividades práticas que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades que serão adquiridas ao longo do curso. A relação equipamento/aluno irá variar conforme a relação laboratório/disciplina.

Os equipamentos são adequados às atividades acadêmicas dispostas em cada projeto pedagógico de curso em quantidade que mantém a relação equipamento/aluno compatível com o bom desempenho no ensino e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a avaliação do curso. Possuem acessórios necessários às atividades a serem planejadas e material de consumo compatível, em quantidade suficiente.

Em atenção aos portadores de necessidades especiais, os computadores possuirão a instalação do software específico (DOS VOX e VLIBRAS), teclados em

Braille e fones de ouvido, softwares de acessibilidade (portadores de dificuldades de aprendizado, autismo e outros), dentro das necessidades observadas pelo NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico).

O horário de funcionamento do laboratório de informática é das 8h às 22h20 de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 8h às 12h20.

8.1.10 Espaços de Convivência

Os espaços de convivência e de alimentação da Faculdade Malta Barão e/ou de seu entorno, atendem plenamente às necessidades institucionais, considerando os aspectos relacionados: a quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação. Nos planos de expansão física da Faculdade Malta Barão está prevista a implantação de infraestrutura capaz de proporcionar a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural.

8.1.11 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência

Para os alunos com deficiência física, a IES apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (piso tátil e placas de braile); rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; ·portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; ·barras de apoio nas paredes dos banheiros; ·lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

A Faculdade Malta Barão – MALTA coloca à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida suporte técnico que permite o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

8.1.12 Auditório

O auditório conveniado da Faculdade Malta Barão atende de forma plena as necessidades institucionais considerando os aspectos relacionados às quantidades e número de alunos e turmas atendidas, as dimensões em função das vagas previstas,

a limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, segurança, acessibilidade, conservação e comodidade necessárias ao desenvolvimento das atividades.

8.1.13 Laboratórios, Ambientes e Cenários Para Práticas Didáticas: Infraestrutura Física

A Faculdade Malta Barão – MALTA dispõe de laboratórios especializados de práticas didáticas para cursos solicitados quando requeridos pela natureza da atividade profissional, ou conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e PPC.

Quando de sua implantação, os laboratórios para práticas didáticas serão normatizados por regulamento próprio, onde estarão descritas as normas de funcionamento, utilização, conservação, biossegurança e segurança, atendendo as necessidades institucionais.

Todo mobiliário está condizente com excelente padrão de qualidade quanto à durabilidade, condições de limpeza, segurança, manutenção e conforto.

Quando da implantação de laboratórios para aulas práticas, a IES atentar-se-á às condições de segurança aos seus usuários, tendo em vista que as instalações acadêmicas serão espaços destinados às funções acadêmicas. Assim, planejará suas edificações para atender todas as condições de segurança e biossegurança com saídas de evacuação sinalizadas para o caso de emergência e com equipamentos adequados e de fácil acesso, proporcionalmente distribuídos, além de vigilância permanente em todos os turnos, ou seja, por vigias no turno da noite e segurança durante o dia.

A qualidade dos recursos materiais específicos estará coerente com o projeto pedagógico de cada curso, favorecendo a aquisição e ampliação do conhecimento e o exercício de práticas profissionais.

Os laboratórios da formação específica e o laboratório de informática também serão utilizados para prestação de serviços, atendendo à comunidade regional. Assim, se destacará o fortalecimento na relação com a comunidade externa, através de serviços que poderão ser disponibilizados ao público, conquistando maior visibilidade junto à sociedade local e da região.

Estão regulamentadas e implantadas as normas de segurança, biossegurança e conservação que serão demandadas de um esforço coletivo de todas as pessoas que estarão ligadas direta ou indiretamente a esses laboratórios, pois, um ambiente laboratorial organizado e disciplinado favorecerá a credibilidade da Instituição e de todos que lá trabalham. O serviço de higienização dos laboratórios será passo importante para garantir a limpeza das áreas internas e externas - piso, teto, paredes, janelas, portas, bancadas, equipamentos, ar condicionado - recolhimento de lixo e dedetização. Os laboratoriais possuirão sinalizações de risco que permitirão identificar a melhor saída, em caso de emergência, bem como as condições de permissibilidade de acesso àquelas áreas.

A IES possui, então, o Manual de Segurança e Biossegurança.

8.1.14 Biblioteca

8.1.14.1 Instalações

As instalações específicas da Biblioteca da Faculdade Malta Barão – MALTA proporcionam um ambiente próprio para o estudo e a pesquisa bibliográfica, com espaços para leituras individuais e em grupos, para pesquisa pela Internet, consulta ao acervo, presencial ou remoto, além de prateleiras e móveis próprios para a guarda do acervo.

A biblioteca está situada em um amplo espaço, baias para leitura/estudos individuais e salas para estudos/reuniões em grupo.

A Biblioteca é adequada ao número de usuários e aos fins a que se destina e obedece aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais e possui nas suas proximidades equipamentos de proteção contra incêndio.

A Biblioteca possui uma área apropriada, distribuídas da seguinte forma:

-Espaço para leitura individual;
-Espaço para leitura em grupo;
-Espaço para acervo;

-Espaço para leitura em geral;

-Espaço para processamento técnico.

O responsável pela Biblioteca da IES é um bibliotecário com registro no conselho profissional (CRB). Além dele, assistente fazo atendimento ao público em geral, que permite o funcionamento da Biblioteca das 08h às 22h20, de segunda a sexta e das 08h às 12h20 aos sábados, para atendimento a comunidade acadêmica. Registra-se ainda que a Biblioteca da IES atenda também a comunidade externa, contribuindo, desta forma, com a socialização do seu acervo a todos os interessados.

É importante ressaltar que a biblioteca é atendida pelo Plano de Manutenção da IES, garantindo que sua infraestrutura atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui instalações destinadas a estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo. Mas além disso, a biblioteca possui um Plano de atualização do acervo que traça as linhas mestras do gerenciamento da biblioteca, de seu pessoal, do acervo (incluindo manutenção, renovação e ampliação) e ainda tecnológicas com a implantação de atendimento educacional especializado e recursos inovadores.

8.1.14.2 Informatização

A Biblioteca da Faculdade Malta Barão – MALTA é informatizada com equipamentos, programas e aplicativos de tecnologia atual e em quantidade projetada para atender às demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diferentes formas de pesquisa, reserva de livros on-line, e acesso via Internet.

A Biblioteca da Faculdade Malta Barão – MALTA adota um sistema de gerenciamento integrado, como módulo de seu sistema acadêmico principal.

O sistema de gerenciamento da biblioteca dá controle total sobre o acervo da biblioteca e de seus usuários, facilitando o trabalho do bibliotecário e agilizando os serviços prestados como tombamento, pesquisa e catalogação. O sistema organiza e classifica o acervo com mais eficiência, realiza operação de consulta em reservas, empréstimos, renovações e devoluções. Possui cadastro de autores, assuntos e editores, além de poder restringir novos empréstimos a usuários com exemplares vencidos.

8.1.14.3 Horário de Funcionamento

O funcionamento da biblioteca procura atender as necessidades dos cursos oferecidos pela instituição, bem como as recomendações do MEC, disponibilizando recursos tecnológicos, espaço físico, serviços e acervo para atender a comunidade acadêmica.

O horário de funcionamento será das 08:00h às 22:20h, de segunda à sexta-feira e aos sábados das 08:00h às 12:20h.

8.1.14.4 Qualificação de Pessoal

A Biblioteca da Faculdade Malta Barão – MALTA é administrada por um profissional bibliotecário devidamente registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), auxiliado por uma equipe de funcionários devidamente capacitados para o exercício de suas funções.

A equipe da Biblioteca é composta atualmente por 02 colaboradores, representada por Bibliotecário e Auxiliar selecionados com base no domínio de habilidades e atitudes comportamentais que favoreçam o relacionamento com os usuários.

8.1.14.5 Política de Atualização, Manutenção e Expansão do Acervo

O acervo da Biblioteca da IES adquirido conforme os projetos pedagógicos dos cursos a serem ministrados, será permanentemente atualizado, através da consulta aos catálogos das editoras e das indicações dos alunos, professores, coordenadores de curso e da equipe da Biblioteca.

A Biblioteca promove a atualização e adequação do acervo, de forma permanente, crescendo e se atualizando através de compras, doações e permutas sendo projetada para que haja um crescimento a cada semestre, a partir do acervo inicial.

O acervo é constituído, de forma impressa e virtual. Ressalta-se o uso da Biblioteca virtual e da base de dados de periódicos livres (Scielo, Capes, Bvspsi, Lilacs

e Pubmed) a qual permite o acesso nas dependências a diversos periódicos nacionais e internacionais, indexados, disponíveis à comunidade acadêmica. Esta base de dados é corrente e abrange as principais áreas temáticas dos cursos oferecidos pela Faculdade Malta Barão – MALTA.

Com o objetivo de estimular o auto estudo e possibilitar a preparação para um aproveitamento melhor dos eventos nos níveis de informação mais avançados como: seminários, workshops.

A política adotada, na atualização do acervo, é de aquisição semestral acumulativa de 2%, em média, ou da demanda de novos cursos autorizados pelo CONSUP.

A Biblioteca da IES apresenta um acervo dimensionado acima da média da demanda inicial prevista para os cursos, em processo de autorização, e apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende plenamente ao disposto do PDI.

A Biblioteca oferecerá serviços de empréstimos, devoluções, renovações (presenciais e pelo portal), lista de reserva, acesso à base de dados, apoio na normalização da produção acadêmica etc. Serão desenvolvidos os serviços de seleção e aquisição de material bibliográfico, levantamento bibliográfico, tratamento da informação, preparo para empréstimo e disseminação da informação.

O acesso ao material bibliográfico ocorrerá por meio da Base de dados SEI e o aluno requisitará, de modo presencial, o título de interesse via funcionário administrativo (auxiliar da Biblioteca). Os serviços destinar-se-ão, exclusivamente, aos discentes, docentes e funcionários da Faculdade Malta Barão – MALTA. Ao público externo é apenas reservado o direito a consulta interna.

Estarão automaticamente inscritos na Biblioteca alunos, professores e funcionários da Instituição. Os usuários deverão estar atentos às instruções gerais e aos avisos nos murais da Biblioteca e da IES e, respeitar o regimento interno da Biblioteca.

Os empréstimos serão disponibilizados com prazos determinados e renováveis por igual período, conforme a necessidade do usuário.

A Biblioteca, diretamente subordina à Direção da IES, estará sob a responsabilidade de uma Bibliotecária e ainda, possuirá um auxiliar. Os serviços serão:

Consulta Local: quando da disponibilização de acervo físico, será de livre acesso para comunidade geral.

-Empréstimo Domiciliar: o empréstimo domiciliar será facultado à comunidade acadêmica, desde que os usuários estejam cadastrados no sistema da Biblioteca da MALTA, observando a categoria de usuários e os tipos de documentos.

-Reserva de livros: caso o livro procurado esteja emprestado, o usuário poderá fazer a reserva para ter por empréstimo o livro reservado.

Outros serviços oferecidos serão:

-Ficha Catalográfica - complementando a orientação na formatação de trabalhos acadêmicos, oferecerá apoio na elaboração da Ficha Catalográfica tendo em vista que este é um item obrigatório no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos.

-Pesquisa Bibliográfica - recuperar informações úteis à realização de trabalhos acadêmicos, reunindo listas específicas, com foco definido a priori, informações que servirão de fundamentação para os mesmos.

-Normalização de Documentos: normalização de documentos de cunho acadêmico a serem desenvolvidos no ambiente da IES.

Orientação a Normatização de Trabalhos Acadêmicos: orientação técnica dada pela bibliotecária aos alunos que estejam desenvolvendo trabalhos acadêmicos.

-Visita Orientada - proporcionar aos alunos informações sobre recursos e serviços da Biblioteca, bem como apresentar os diversos ambientes para estudo e pesquisa.

-Informatização.

A Biblioteca está integralmente informatizada, dentro deste quinquênio, no que se refere à consulta ao acervo e aos recursos da pesquisa e empréstimo domiciliar. Conta com microcomputadores para consultas ao acervo, para a pesquisa informatizada e para o sistema de empréstimo. Estará disponível para seus usuários um sistema de levantamento bibliográfico através do catálogo informatizado (base de dados) e que funcionará com as seguintes facilidades:

-acesso remoto para consultas/reservas do acervo;

-biblioteca virtual;

-consultas do acervo nos terminais;

-controle de movimentação de acervo (empréstimo/consultas/cobrança) com relatórios estatísticos;

-integração com a área acadêmico-administrativa, possibilitando o efetivo controle na cobrança de livros não devolvidos.

Internet: disponibilizará o acervo na Internet e oferecerá no próprio ambiente da Biblioteca, uma sala com computadores, onde o usuário pode acessar e salvar suas pesquisas.

A Instituição colocará à disposição da Biblioteca, profissionais de informática, não só para a implementação dos sistemas, mas também para seu gerenciamento, proporcionando à comunidade acadêmica segurança, confiabilidade e agilidade na recuperação da informação.

A Biblioteca conta com computadores e impressoras, distribuídos para o atendimento, para a pesquisa do acervo e para a bibliotecária.

Terminal acessível será disponibilizado o qual contará com características adequadas ao desenvolvimento das atividades previstas e ainda será dotado de: headphones, softwares de acessibilidade para cegos, além de ter o uso prioritário assegurado conforme a legislação vigente. Há rede WiFi para os alunos em todo o ambiente. Além dos terminais da Biblioteca para acesso à Internet, a comunidade acadêmica terá à sua disposição os terminais no laboratório de informática.

A atualização tecnológica desses equipamentos será realizada periodicamente, de acordo com o plano de informática determinado pelo setor de informática. O aumento do número de terminais à disposição dos usuários manterá a relação inicial e, de acordo com a evolução dos usuários, mais terminais serão adquiridos.

8.1.14.6 Política de Seleção e Aquisição

A implantação de políticas de seleção e aquisição visa possibilitar aquisição de materiais de maneira clara, objetiva e sem desperdícios, afinada com os interesses da instituição. Seus principais objetivos são:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo nas áreas de atuação da instituição;
- Identificar os elementos adequados à formação da seleção;
- Determinar critérios para duplicação de título;
- Incrementar os programas cooperativos;

- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material.

8.1.14.6.1 Critérios de Seleção

A primeira subdivisão para estabelecer este critério é o assunto, ou seja, a temática do acervo. Para isso é imprescindível que os critérios observem atentamente o assunto, cliente documento e o preço.

Quanto à formação de acervo, o material bibliográfico e audiovisual deve ser rigorosamente selecionado, observando os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da instituição;
- Edição atualizada;
- Relevância do autor e/ou editor para o assunto;
- Citação do título em bibliografias, catálogos e índices;
- Preço acessível;
- Língua acessível;
- Número de usuários potenciais.

Estes critérios servem para nortear o trabalho de parceria do corpo docente e bibliotecário, pois cabe ao conjunto a responsabilidade pela seleção e formação adequada do acervo.

Quanto à seleção quantitativa a biblioteca estabelece o seguinte critério:

a) Bibliografia Básica

Material bibliográfico básico é indispensável para o desenvolvimento da disciplina e considerada leitura obrigatória.

Nacional: são adquiridos preferencialmente 3 (três) títulos para cada disciplina.

Importado: os livros importados serão adquiridos quando não existir adequada tradução em português. Nesse caso o livro-básico não será adquirido na mesma proporção do livro-básico nacional. Será adquirido pelo menos um exemplar de cada título.

b) Bibliografia Complementar

Livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso, seja em nível de pesquisa, ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na instituição. Serão adquiridos preferencialmente 5 (cinco) títulos para cada disciplina.

c) Bibliografia atualizada

Livros necessários à atualização da bibliografia complementar. Aquisição mediante solicitação do corpo docente e número de exemplares definidos pela demanda existentes na biblioteca.

8.1.14.6.2 Prioridade de Aquisição

Devido às restrições orçamentárias e a grande quantidade de documentos produzidos, torna-se impossível para qualquer biblioteca universitária adquirir todo o material bibliográfico disponível no mercado editorial. Sendo assim, a biblioteca estabelece as seguintes prioridades para aquisição de material bibliográfico:

- Obras que sejam de interesse para os cursos de graduação e pós-graduação;
- Assinatura de periódicos relacionados aos cursos existentes, mediante indicação dos docentes e bibliotecárias;
- Materiais de suporte técnico para o desenvolvimento de pesquisas vinculadas a instituição.

8.1.14.6.3 Fontes para Aquisição

Serão utilizadas as seguintes fontes de informação, a saber:

- Bibliografias especializadas;
- Catálogos e índices temáticos;
- Sugestões de usuários.

8.1.14.6.4 Doações

Os materiais recebidos como doações serão submetidos aos mesmos critérios do material comprado. Não serão adicionados novos títulos e/ou volumes ao acervo somente porque foram recebidos de forma gratuita.

Quanto às doações recebidas, a biblioteca, poderá dispor das mesmas, da seguinte maneira:

- Incorporá-la ao acervo;
- Doá-las e/ou permutá-las com outras instituições;
- Descartá-las.

Para seleção das obras doadas, serão consultados os especialistas no assunto obedecendo aos seguintes critérios:

a) Livros

- Relevância do autor e do conteúdo para os cursos existentes e para a comunidade acadêmica;
- Citação do título em bibliografias e abstracts;
- Condição física do material;
- Língua em que está impressa.

b) Periódicos

- Citação do título em bibliografias, índice e abstracts;
- Para completar falhas e/ou coleção;
- Com conteúdos adequados aos interesses dos cursos e da comunidade acadêmica.

c) Material Audiovisual

- Com conteúdos adequados aos interesses dos cursos e da comunidade acadêmica.

8.1.14.7 Política de Desbastamento de Material Bibliográfico

Desbastamento é o processo pelo qual se retira do acervo ativo título e/ou exemplares, partes de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático, para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito no máximo a cada 5 (cinco) anos.

8.1.14.7.1 Remanejamento

É a armazenagem em depósito da biblioteca do material bibliográfico retirado do acervo ativo, com o objetivo de abrir espaços para materiais novos. Este material ficará organizado e à disposição da comunidade quando solicitado.

Critérios para se remanejar materiais bibliográfico:

- Títulos históricos e não utilizados durante os últimos 5 (cinco) anos;
- Coleção de periódicos correntes, anteriores aos últimos 3 (três) anos;
- Coleções de periódicos de compra encerrada e que tenham possibilidade de serem reativados;
- Coleções de periódicos de valor histórico.

8.1.14.7.2 Descarte

Chamamos descarte, o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço.

A biblioteca adotará para o descarte de livros os seguintes critérios:

- Inadequação: do conteúdo mediante ao acervo;
- Desatualização: a aplicação deste conceito pode variar mediante a área de conhecimento;
- Condições físicas: mediante a relevância da obra para o acervo, estudar a possibilidade de substituição ou recuperação do material.

8.1.14.7.3 Reposição do Material

Os materiais desaparecidos não serão repostos automaticamente. A reposição deverá ser baseada nos seguintes critérios:

- Demanda do título;
- Número de exemplares existentes;
- Relevância do título para a área;
- Existência de outro título mais atualizado.

8.1.14.7.4 Avaliação da Coleção

A avaliação sistemática da coleção deve ser entendida como o processo utilizado para se determinar o valor e a adequação da coleção, em função dos objetivos da biblioteca e da própria instituição, possibilitando traçar diretrizes quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte.

A biblioteca deverá proceder à avaliação do seu acervo uma vez cada 5 (cinco) anos, sendo empregados métodos quantitativos e qualitativos, cujos resultados serão comparados e analisados, assegurando o alcance dos objetivos da avaliação da coleção.

Na avaliação do acervo da biblioteca, serão utilizados os seguintes critérios:

- Materiais proporcionalmente pertinentes aos cursos oferecidos;
- Comparação das coleções com listas, catálogos e Bibliografias recomendadas e/ou adotadas;
- Sugestões dos usuários.
- No caso de periódicos a avaliação pode ser feita a cada 2 (anos), com o objetivo de colher subsídios para a tomada de decisões quanto:
- Cancelamento de títulos que já não atendem as suas necessidades;
- Inclusão de novos títulos necessários para o desenvolvimento do conteúdo programático e/ou atualização;

- Manutenção dos títulos já adquiridos.

8.1.14.8 Composição do Acervo

O material bibliográfico encontra-se à disposição dos docentes, discentes, técnico-administrativo, e pessoal de apoio à Instituição, o atendimento se estende também para a comunidade, mas somente para consulta local. A biblioteca adota o Sistema de Classificação Decimal de Dewey - CDD.

A Faculdade Malta Barão – MALTA não possui atualmente acervo físico, mas mantém toda infraestrutura tecnológica, documentação e regulamentação para o uso desse recurso quando se fizer necessário.

Ressaltamos que que a instituição conta com a Biblioteca Virtual trata-se de um site, cujo conteúdo é composto por livros digitalizados, os conhecidos e-books, aplicáveis aos cursos da EaD e presenciais oferecidos pela Faculdade Malta Barão – MALTA. Esses e-books estão previstos na bibliografia do curso também.

As Bibliotecas Virtuais utilizadas são a “Minha Biblioteca” e a Dorinateca.

8.1.14.8.1 Periódicos

A composição de Periódicos do Curso de Direito conta com vários periódicos especializados em diversas áreas do conhecimento, indexados e correntes sob a forma virtual.

Os periódicos especializados, a exemplo da bibliografia básica e da complementar, são estabelecidos pelo Colegiado do curso, em busca dosmelhores resultados no processo ensino-aprendizagem.

Os periódicos especializados são mais um complemento para a facilitação do processo ensino-aprendizagem por ser mais uma fonte de pesquisa teórico-prática relativa aos assuntos abordados no componente curricular. Compreendendo a importância dos periódicos para a formação do indivíduo, a Faculdade Malta Barão – MALTA investe na aquisição desses para a promoção do conhecimento dos discentes.

Os periódicos recebem o mesmo tratamento das obras da bibliografia básica e da complementar, tanto em relação à definição quanto ao controle e atualização, sendo os seguintes:

1. Revista Direito e Práxis (UERJ)
   https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju
2. Revista Direito GV (FGV)
   https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv
3. Revista de Direito Administrativo (FGV)
   https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda
4. Revista de Informação Legislativa (Senado Federal)
   https://www12.senado.leg.br/ril
5. Revista Brasileira de Políticas Públicas (UniCEUB)
   https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP
6. Revista de Direito da Cidade (UERJ)
   https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc
7. Revista Direitos Fundamentais & Justiça (PUCRS)
   https://revistaseletronicas.pucrs.br
8. Revista de Direito Econômico e Socioambiental (PUCPR)
   https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico
9. Revista Direito Público (IDP)
   https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico
10. Revista Thesis Juris
    https://periodicos.uninove.br/thesisjuris
11. Revista Thesis Juris
    https://periodicos.uninove.br/thesisjuris
12. Quaestio Iuris (UERJ)
    https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris
13. Revista Brasileira de Direito Internacional
    https://www.indexlaw.org
14. Revista Eletrônica do Curso de Direito (UFSM)
    https://periodicos.ufsm.br/revistadireito

15. Revista Argumentum (UFES)
    http://www.periodicos.ufes.br/argumentum
16. Revista Direito & Dialogicidade (URCA)
    http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/DirDialog
17. Revista Justiça e Sistema Criminal
    https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu
18. Revista Brasileira de Direito Animal (UFBA)
    https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA
19. Revista da Faculdade de Direito da UFPR
    https://revistas.ufpr.br/direito

8.1.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação (TICs) da Faculdade Malta Barão – MALTA estão projetados para atender as necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

No sentido de proporcionar um ambiente de ensino presencial com o apoio da Tecnologia da Informação, a Faculdade Malta Barão - MALTA implantou um ambiente virtual de aprendizagem, através de um sistema formado por soluções integradas de gerenciamento de aprendizagem, conhecimento e conteúdos on-line, que proporcionam a interação entre alunos e docentes. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem são disponibilizados aos alunos textos, vídeo aulas e questionários que deverão ser desenvolvidos no decorrer dos semestres. Por meio dos questionários, os alunos acompanharão e avaliarão o seu progresso no processo de ensino-aprendizagem.

A estrutura de Tecnologia da Informação da Faculdade Malta Barão - MALTA é composta por seu laboratório de informática, contendo computadores avançados e acesso à internet.

A plataforma utilizada para a publicação de conteúdo é o Moodle. O Moodle conta com as principais funcionalidades disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem. É composto por ferramentas de avaliação, comunicação, disponibilização de conteúdo, administração e organização. Por meio dessas

funcionalidades é possível dispor de recursos que permitem a interação e a comunicação entre o alunado e os professores, publicação do material de estudo em diversos formatos de documentos, administração de acessos e geração de relatórios.

A estrutura de Tecnologia da Informação da Faculdade Malta Barão é composta por seu laboratório de informática, contendo computadores avançados e acesso a internet.

No ambiente virtual de aprendizagem Moodle, o aluno tem acesso ao material pedagógico disponibilizado por disciplina, além dos recursos de interação que permitirão o diálogo virtual entre os alunos e os docentes. O ambiente virtual de aprendizagem Moodle da Faculdade Malta Barão conta com um servidor dedicado, com sistema operacional Windows ou Linux, e banco de dados MySQL, para a hospedagem com total segurança do ambiente virtual, material de estudo e de apoio.

8.1.16 Equipamentos de Informática

O funcionamento dos cursos da Faculdade Malta Barão - MALTA demandará, ao longo do tempo de vigência projetado para o PDI (2025-2029), a aquisição de equipamentos de informática. A instalação dos Laboratórios de Informática também demandará a aquisição de alguns conjuntos de máquinas. O laboratório instalado conta com 36 (trinta e seis) microcomputadores de configuração avançada, interligados em rede e com conexão internet de alta velocidade.

Para os laboratórios a serem instalados nos anos seguintes, serão adquiridos a cada ano novos lotes de microcomputadores, scanners e impressoras. Os microcomputadores estarão ligados em rede, apoiados por um computador servidor instalado no CPD - Centro de Informática.

Cronograma Evolutivo dos Equipamentos de Informática

Equipamentos de Informática	2026	2027	2028	2029
	Qtde	Qtde	Qtde	Qtde
Microcomputadores	50	100	125	150
Scanners	02	04	05	06
Impressoras	02	04	05	06

A Faculdade Malta Barão apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com plenas condições no que diz respeito à qualidade e

atualização tecnológica dos equipamentos, com acesso à internet em banda larga, em quantidade e proporção que permite aos usuários a facilidade de uso, considerado as vagas ofertadas no primeiro ano de funcionamento da Instituição.

Os laboratórios e demais meios implantados de acesso à informática possuem boa quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

A Faculdade Malta Barão possui microcomputadores distribuídos em praticamente todas suas dependências. Possui também um servidor, onde estarão armazenadas todas as informações administrativas e didático-pedagógicas da instituição. Os dados administrativos estarão disponíveis somente para direção e os didático-pedagógicos, poderão ser apreciados pelos alunos nos terminais de consulta e na sala de professores pelos docentes, por meio de um sistema de rede interna.

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos espaços existentes na Instituição, estão conectados a rede de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

8.1.17 Infraestrutura de Informática

A Faculdade Malta Barão - MALTA dispõe de um laboratório de informática equipado para atender a comunidade acadêmica.

8.1.17.1 Laboratórios de Informática

O Laboratório de Informática tem como objetivo propiciar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES e às necessidades da comunidade acadêmica da Faculdade Malta Barão - MALTA.

A Faculdade Malta Barão - MALTA disponibiliza para utilização acadêmica um laboratório com 36 computadores

Todos os computadores dos laboratórios possuem acesso à internet.

- **Dias e Horário de Funcionamento:**

O funcionamento dos Laboratórios de Informática se dará de acordo com os dias letivos disponibilizados no calendário acadêmico, nos seguintes horários:

De segunda à sexta-feira: 08:00 às 22:20

Aos sábados: 08:00 às 12:20

8.1.17.2 Biblioteca

Também contamos com computadores na biblioteca, todos com acesso à internet, para que os alunos possam estudar e pesquisar, além de localizar os livros mais rapidamente através do nosso site que está interligado ao Sistema da Faculdade, agilizando assim o atendimento na Biblioteca.

8.1.17.3 Rede Wireless

Acompanhando a tendência tecnológica e a fim de ampliarmos as opções de estudos para os alunos, a Faculdade Malta Barão - MALTA também está oferecendo uma cobertura Wireless em toda a IES com aparelhos de ponta.

A Faculdade Malta Barão - MALTA apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com plenas condições no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, com acesso à internet em banda larga, em quantidade e proporção que permite aos usuários a facilidade de uso, considerado as vagas ofertadas no primeiro ano de funcionamento da Instituição.

Os laboratórios e demais meios implantados de acesso à informática possuem boa quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

A Faculdade Malta Barão - MALTA possui microcomputadores distribuídos em praticamente todas suas dependências. Possui também um servidor, onde estarão armazenadas todas as informações administrativas e didático-pedagógicas da instituição. Os dados administrativos estarão disponíveis somente para direção e os didático-pedagógicos, poderão ser apreciados pelos alunos nos terminais de consulta e na sala de professores pelos docentes, por meio de um sistema de rede interna.

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos espaços existentes na Instituição, estão conectados a rede de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

8.1.18 Recursos Audiovisuais

A Faculdade Malta Barão - MALTA tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição. A constante aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais utilizados em sala de aula, irá facilitar o fazer pedagógico.

Objetivando que as atividades acadêmicas sejam desenvolvidas a partir do uso de modernas metodologias de ensino, os docentes terão à sua disposição os recursos multimídia necessários, podendo utilizá-los nas salas de aulas e demais ambientes, conforme o caso.

Os equipamentos audiovisuais e multimídia existentes na Faculdade Malta Barão - MALTA são previstos segundo o cronograma de aquisição apresentado a seguir, e serão suficientes para atender a demanda dos cursos ofertados.

A Faculdade Malta Barão - MALTA coloca à disposição de professores e alunos os recursos audiovisuais necessários às atividades acadêmicas, tais como projetores, computadores, impressoras, som, televisores.

Cronograma Evolutivo de Equipamentos Audiovisuais e Multimídia

EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS	2026	2027	2028	2029
Projetor Multimídia (DataShow)	09	12	16	20
Telão de 100 polegadas	01	02	02	03
TVs de Tela Plana	04	06	08	10

- **Dias e Horário de Funcionamento:**

O funcionamento dos recursos de audiovisuais se dará de acordo com os dias letivos disponibilizados no calendário acadêmico, nos seguintes horários:

De segunda à sexta-feira: 08:00 às 22:20

Aos sábados: 08:00 às 12:20

8.1.19 Plano de Expansão da Infraestrutura Física

A Faculdade Malta Barão – MALTA possui projetos arquitetônicos para a expansão das instalações acadêmicas.

8.1.20 Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

Com respeito à manutenção e conservação das instalações físicas, visando a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios a Faculdade Malta Barão - MALTA estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas. Desnecessário dizer, que para qualquer norma funcionar tem de haver bom senso e civismo, tanto da parte de quem as cumpre como de quem as aplica.

A manutenção e conservação dos laboratórios incluem os laboratórios de ensino de graduação e os laboratórios de pesquisa, sendo executada por funcionários dos próprios cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções.

A coordenação da manutenção e conservação das instalações fica a cargo do supervisor de cada laboratório, uma vez que, haverá supervisores para cada laboratório ou instalação ou grupos de laboratórios definidos pela administração.

Os procedimentos de manutenção são divididos em 3 grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência, e incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- As reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- As reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- As reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;

- Os consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes; e
- Reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

8.2 Infraestrutura Tecnológica

8.2.1 Instalações físicas

A Faculdade Malta Barão - MALTA possui uma estrutura tecnológica para adoção de metodologia baseada em recursos da internet totalmente baseada em Nuvem que tem como ponto positivo que seu armazenamento não requer hardwares para armazenar os arquivos.

Como plataforma contratada para esse fim, temos o Microsoft 365 que fornece ferramentas como OneDrive, Contas de E-mail, criação de formulários, Teams, pacote Office, entre outros com espaço de armazenamento de 1TB, disponíveis para todos os docentes e discentes.

A estrutura para adoção de metodologias baseadas em recursos da internet já é usada pela Faculdade Malta Barão - MALTA para transmissão de conhecimentos e estão à disposição do seu corpo discente.

A Instituição manterá diversos computadores distribuídos entre os laboratórios de informática e demais setores da IES. A estes estão vinculados softwares e equipamentos acessórios tais impressoras multifuncionais, kit multimídia e outros dependendo da finalidade. Possui ainda a disposição projetores multimídias, lousas eletrônicas que atendem às aulas e atividades da IES, bem como outros equipamentos diferenciados

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção e, no caso de defeitos em equipamentos, a substituição deste é realizada. Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição (passíveis de deferimento pelo setor de informática) e critérios técnicos.

Os critérios técnicos serão identificados pelo tempo de uso do equipamento. No caso de microcomputadores são eles: a porcentagem de uso de recursos de

processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas. Impressoras e outros periféricos o critério principal é a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

8.2.2 Base Tecnológica

A instituição vem buscando implantar tecnologias inovadoras para efetivação da sua missão junto à sociedade e ainda o cumprimento dos seus objetivos institucionais.

As tecnologias de informação são ferramentas essenciais para o atual modelo de educação, onde alunos e professores demonstram novos formatos de interação. Esses formatos de interação se dão e se darão com os contatos via e-mail, depois via mensagem de texto e, seguindo para redes sociais, aplicativos disponíveis até que se chegue a novas formas de interação e comunicação.

A instituição buscará acompanhar esse cenário de constante mudanças e, para tanto, conta com uma base tecnológica com capacidade para garantir o funcionamento da Instituição 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

O Ministério da Educação, através do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, presencial e a distância e transformação da organização acadêmica (BRASIL, 2017), conceitua base tecnológica como o sendo: “Conjunto de serviços tecnológicos compartilhados em ambiente local e/ou remoto, que compõe o arcabouço de ferramentas da instituição” (BRASIL, 2017)

Nesse sentido, a Instituição possui a sua base tecnológica consolidada através das diversas ferramentas de gestão, diversos computadores, já equipados com Windows e Word, além das várias ferramentas, a exemplo para gestão acadêmica e gerenciamento financeiro.

Esse cenário se estende a diversas ferramentas para:

a) gestão institucional;
b) práticas pedagógicas;
c) pesquisa institucional.

As várias tecnologias foram testadas, algumas não demonstraram efetividade e outras demonstraram facilitar a gestão, a pesquisa e as práticas pedagógicas institucionais. Dessa forma, atualmente tem-se a seguinte base tecnológicas, considerando a definição do Instrumento, citando apenas os serviços ou serviços que sejam indissociáveis de produto:

a) CÂMERAS PARA SEGURANÇA E VIGIA: Nas unidades da Instituição, possuem câmeras para monitoramento, armazenamento e acesso local as imagens. As câmeras e DVRS variam nas marcas hikvision e hilook.

b) ESTAÇÕES DE TRABALHO EM DESKTOPS: Nas unidades da Instituição, possui cerca de cento e cinquenta hosts em seus devidos departamentos com antivírus e acesso à internet. Oferecendo uma ótima área de trabalho aos usuários/colaboradores da Instituição.

c) ESTRUTURA DE BACKUP 3-2-1: - O backup 3-2-1 significa que você deve: Ter pelo menos três cópias dos seus dados. Armazenar estas cópias em duas mídias diferentes. Manter uma cópia de backup em nuvem.

d) MODEM DA BRISANET TELECOM E DA G3 TELECOM: Temos dois links de internet atuando na Instituição, conectados a um roteador empresarial *ubiquiti dreammachine pro*, para que a mesma sempre tenha a continuidade de seus serviços.

e) NOBREAK NO RACK DA TI: Equipamento com 1300 VA que tem a finalidade de segurar o funcionamento dos ativos de TI no rack por um certo período, até que a energia local se reestabeleça.

f) PORTAL DO(A) PROFESSOR(A): base tecnológica onde são lançadas as notas, frequência, plano de ensino, textos da disciplina, vídeos, links úteis e ainda avisos aos alunos. Essa tecnologia está integrada com o aplicativo do aluno e tudo que o professor inclui no Portal é recebido nos smartfones dos alunos, inclusive com alerta de recebimento;

g) REDE LÓGICA: CABOS DE REDE CAT5E, SWITCHES 10/100 E 10/100/1000: Nas unidades da Instituição, a interligação é realizada pelos cabos de rede cat5 e switches 10/100/1000 com destino aos hosts para que os mesmos tenham acesso à internet.

h) ROTEADORES E SWITCHES: Nas unidades da Instituição os roteadores e switches são usados para encaminhar pacotes de dados entre redes de computadores, enfim para ser possível a conexão dos computadores em rede.

i) ROTEADORES UNIFI, TPLINK, DENTRE OUTROS: São usados nas unidades da Instituição para se ter pontos de acesso wireless bastante versátil, pensado para redes complexas que necessitam de vários pontos de conexão, sendo uma ótima opção para locais onde há uma grande quantidade de dispositivos conectados ou a área de cobertura é grande demais para ser feita com apenas um.

j) SWITCH DE 24 PORTAS 10/100/1000 MICROTIK, DENTRE OUTROS: Tem a finalidade de interligar os computadores da rede local.

l) VLIBRAS: é um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

m) NVDA: É um software NVDA permite que cegos e pessoas com problemas de visão a usar um computador, comunicando o que está na tela usando uma voz sintética ou braille. NVDA (NonVisual desktop Access) é o leitor de tela apenas para o Microsoft Windows que é totalmente gratuito, mas totalmente funcional e portátil. NVDA já foi baixado mais de 60.000 vezes e está disponível em mais de 43 idiomas. NVDA é um software de código aberto.

n) Dosvox: é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, desenvolvido pelo Instituto Tércio Paciti (antigo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores. Através de seu uso é possível observar um aumento muito significativo no índice de independência e motivação das pessoas com deficiência visual, tanto no estudo, trabalho ou interação com outras pessoas. Atualmente o projeto conta com mais de 100.000 usuários espalhados pelo Brasil, Portugal e América Latina.

- FACEBOOK INSTITUCIONAL: onde são disponibilizadas informações e também é utilizado para a sensibilização da comunidade acadêmica;

- INSTAGRAM - onde são disponibilizadas informações e também é utilizado para a sensibilização da comunidade acadêmica;

- SITE INSTITUCIONAL: onde são disponibilizados os relatórios e demais trabalhos da CPA;

- GOOGLE MEU NEGÓCIO: um serviço do Google, que oferece ferramentas para edição e gerenciamento de blogs.

- GOOGLE FORMS: é um serviço gratuito para criar formulários online. Nele, o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções.

- CHROME PDF VIEWER: O Leitor facilita a visualização de documentos, a busca por palavras e frases, as anotações, o preenchimento de formulários e a impressão e o compartilhamento de arquivos;

- CALCULADORA DE EQUAÇÃO DO 2º GRAU: Utilizado o aplicativo como ferramenta de aprendizagem nas aulas de Métodos quantitativos, realiza através deste aplicativo também Regra de Três Simples e Composta.

- PLAGIUS: é uma ferramenta paga para testar documentos sob o crivo de existência de cópias indevidas de outros documentos disponíveis na internet (plágio);

- WINRAR: compactador e descompactador de dados, para armazenamento e compartilhamento de dados.

8.2.3 Da Capacidade e Estabilidade da Rede de Energia Elétrica

A Instituição possui capacidade de energia elétrica para alimentar toda a sua base tecnológica e os demais produtos e serviços operantes, 24 horas por dia, durante 7 dias por semana.

As sociedades modernas são cada vez mais dependentes da energia e, em particular, da energia elétrica. Atualmente os Sistemas Elétricos de Energia (SEE) são extraordinariamente complexos, de modo que os consumos possam ser satisfeitos com uma elevada continuidade e qualidade de serviço.

Na exploração de um SEE há, assim, necessidade de garantir a capacidade do sistema alimentar as cargas de uma forma contínua e com as características de tensão e frequência dentro dos valores contratuais. Isto significa que a tensão e a frequência, embora possam variar, têm que ser mantidas dentro de valores apertados de tolerância, para que os equipamentos dos consumidores possam funcionar de uma maneira satisfatória.

Dentre os aspetos a considerar na exploração do SEE está o da estabilidade das máquinas síncronas que pertencem ao sistema. Tais máquinas mantêm-se em sincronismo em condições normais de funcionamento.

Nos estudos de estabilidade do SEE procura-se conhecer exatamente o comportamento das máquinas síncronas depois de o sistema ter sido perturbado (saída de serviço de uma linha ou grande alteração no diagrama de cargas, por exemplo).

A robustez de um Sistema Elétrico de Energia é medida pela capacidade do sistema para funcionar numa situação de equilíbrio em condições normais e de perturbação. Os estudos de estabilidade analisam o comportamento do sistema quando da ocorrência de alterações bruscas do sistema ou da produção, bem como da ocorrência de curto circuitos nas linhas de transmissão. O Sistema é dito estável se após a ocorrência destas perturbações continuar a funcionar em sincronismo.

Se a perturbação for pequena e de curta duração o sistema tende a voltar ao mesmo ponto de funcionamento, o que já não sucederá se a perturbação for grande ou de longa duração. Por outro lado, se surgir um desequilíbrio entre a carga do sistema e a potência que estava a ser fornecida ao sistema, a exploração do sistema terá que ser continuada noutro ponto de funcionamento do sistema. Todas as máquinas síncronas terão, porém, que continuar a funcionar em sincronismo para que o sistema continue a ser estável (BARBOSA, 2013).

Para tanto, a rede elétrica que alimenta o rack de comunicação possui uma fonte de energia ininterrupta (*uninterruptible power source*), também conhecido como nobreak, com capacidade nominal de 1300 VA de capacidade, capaz de assegurar o funcionamento dos ativos de tecnologia da informação da Instituição até que seja reestabelecida a fonte de energia elétrica da concessionária. Além disso, a Instituição é alimentada por meio da rede de média tensão da concessionária, e possui dois transformadores de potência com a capacidade nominal de 150 kVA, dimensionado para atender plenamente às suas demandas elétricas.

8.2.4 Da Capacidade e Estabilidade da Rede Lógica

Uma rede lógica é conceituada como uma abstração da infraestrutura de rede física, com o objetivo de tornar mais simples a organização de atribuição de redes para hosts, máquinas virtuais e serviços em redes que podem estar ou não conectados entre si, apesar de pertencerem a uma mesma rede física.

Em uma rede lógica podem ser criados sites de rede para definir as VLANs, sub-redes IP e os pares de sub-rede IP/VLAN associados à rede lógica em cada local físico (RODRIGUES, 2019).

A internet utilizada é da BRISANET TELECOM, com contingência e redundância para a G3 TELECOM, a rede lógica tem grande capacidade de uso com cabos de rede cat5e e switches 10/100/1000, até mesmo para expansão e para o bom funcionamento da rede cabeada e Wi-Fi.

8.2.5 Nível do serviço

ANS e Acordo de Nível de Serviço são a tradução, em português, para os termos SLA Service Level Agreement, respectivamente.

Acordo de Nível de Serviço trata-se de um contrato firmado entre as partes envolvidas na prestação de serviço, entre a empresa contratada e o contratante, de extrema importância. Se uma empresa deseja ter sucesso na prestação de serviços, é essencial que a mesma faça uso de ferramentas disponíveis para aprimoramento da gestão.

Além disso, a fim de oferecer um serviço de qualidade aos clientes e usuários de TI, é necessário contar com organização e planejamento.

Diante disso, o acordo de nível de serviço é essencial para guiar a equipe de TI em suas tarefas e permitir com que seus membros entreguem o serviço com o valor esperado.

Neste contrato são definidos alguns pontos importantes relativos ao serviço, como os prazos para os processos de atendimento, formas de suporte que serão prestadas e outras métricas relevantes.

Os dados descritos em um acordo de nível de serviço são acordados por ambas as partes envolvidas.

Isso quer dizer que o nível de serviço é o primeiro passo para garantir atendimentos de qualidade para os clientes e usuários de TI.

Sem o nível de serviço, são bem maiores as chances de erros e falhas ocorrerem durante a prestação do serviço.

Como consequência de um serviço com falhas, tem-se clientes insatisfeitos e, talvez, até mesmo ações judiciais com o objetivo de reverter ou compensar tais erros.

Esse não é um cenário desejado por ninguém. Por esse motivo, o nível de serviço se torna tão importante.

Contudo, esse não é o único motivo. O nível de serviço traz diversos benefícios que vão auxiliar o serviço prestado e fazer com que a empresa tenha melhores resultados a cada dia.

O nível de serviço traz benefícios que irão modificar a forma como os serviços são prestados.

Esses benefícios não se realizam somente para os clientes, mas também para o profissional de TI.

Vale destacar que, com o nível de serviço, o profissional de TI poderá se proteger de cobranças indevidas, visto que todas as determinações estão descritas no documento.

Ainda, a equipe de TI possui um direcionamento mais claro a respeito das atividades que devem ser desempenhadas, o que deixa o trabalho muito mais fácil.

Dentre os benefícios, estão: redução de custos, aumento da produtividade, comunicação facilitada, transparência no serviço e satisfação do cliente (TELES, 2018).

8.2.6 Da Segurança da Informação

As configurações do centro de segurança realizadas no painel WHM/CPanel do servidor privado da instituição, protegem os dados da Instituição contra ataques de hackers, vírus, worms, spams, hansonware, entre outros. Os arquivos da Instituição são armazenados em discos locais na TI e encaminhados para a nuvem a todo momento. Os backups são gerados semanalmente com criptografia de ponta. Com isso, temos os dois ambientes (interno e externo).

Os dados presentes no sistema administrativo são de responsabilidade, mediante contrato, da TOTVS, sendo feito backup periódico no servidor de nuvem contratado.

8.2.7 Do Acordo do Nível do Serviço e Capacidade de Funcionamento 24 horaspor dia, 7 dias por semana

A Instituição possui contrato de prestação de serviços, a saber:

I – HOSPEDAGEM DO SITE E AVA - HOSTINGER

- Contratação e manutenção de 01 servidor virtual privado.
- Configuração e gestão do sistema de Backup no WHM/CPanel com estrutura de armazenamento no servidor próprio;
- Configuração e gestão do sistema de e-mail da CONTRATANTE junto ao Webmail da roundcube.
- Manter todos os sistemas, objeto do presente Contrato funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

II – HOSPEDAGEM DO SISTEMA ADMINISTRATIVO - TOTVS

- Contratação e manutenção de 01 servidores virtual cloud.
- Configuração e gestão do sistema de Backup por conta da CONTRATADA.
- Manter todos os sistemas, objeto do presente Contrato funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

III – BIBLIOTECA VIRTUAL – MINHA BIBLIOTECA

- Disponibilização de material didático para consulta, referência e estudo.
- Manter todos os sistemas ofertados pela CONTRATADA, objeto do presente Contrato funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

IV – ATENDIMENTO VIA CHATBOT - WORKCHAT

- Contratação de API (Meta) para atendimento via chat através do Whatsapp, Facebook e Instagram.
- Configuração e gestão do sistema de Backup dos dados coletados, por conta da CONTRATADA.
- Manter o sistema, objeto do presente Contrato funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Portanto, tais empresas, acrescida da estrutura interna (física e de pessoas) garantem o funcionamento da Instituição durante as 24 horas do dia, nos 7 dias da semana, de forma ininterrupta.

A Instituição possui contrato de prestação de serviços, a saber:

a) Gestão da área de Tecnologia: Realizar a execução, gestão e direção da área de Tecnologia com Planejamento, Gestão de Equipes, Gestão de Processos, Propor Melhorias e Inovações a Instituição juntamente com o comitê gestor, Participar de Reuniões Executivas para ajudar a instituição nas tomadas de decisões.

b) Suporte: Orientar, passar diretrizes e delegar funções aos membros da equipe de suporte da instituição. Realizar backups diários.

c) Telecomunicações: Ser o interlocutor e abrir chamados com a empresa prestadora de serviços de telefonia, operadora ou delegar atividades com a equipe de TI para atender as demandas necessárias nas instituições.

d) DVR e Câmeras: Ser o interlocutor para abrir chamados ou realizar orçamentos com empresas que realizem instalação, reparos, assistência técnica, vendas de equipamentos de gerenciamento de imagens para as unidades da instituição.

e) Compras: Repassar especificações técnicas de equipamentos de informática e eletroeletrônicos para a devida cotação e aquisição pelo Depto. De Mídia que logo encaminhará ao setor de compras.

f) Sistemas de informação: administrar e executar todo o sistema de informação, gestão de softwares e hardwares, realizar toda a gestão necessária ao bom funcionamento dos sistemas de informação, incluindo aplicativos e plataformas digitais.

g) Sistemas de aplicativos: administrar e executar todos os sistemas de aplicativos para aparelhos celulares.

h) Plataformas on-line: Administrar os sistemas das plataformas on line, garantindo suporte técnico 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

i) Plano de Contingência, redundância e expansão: Elaborar e executar os planos de contingência, redundância e expansão, garantindo o funcionamento de toda a infraestrutura de execução e suporte 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

j) Outras atividades: realizar outras atividades que garantam o funcionamento de toda a infraestrutura de execução e suporte 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

- **DADOS DA EMPRESA QUE HOSPEDA NOSSO SITE**

Para o correto funcionamento de nossas aplicações críticas, foi contratado os serviços da *hostnet.*

Armazenamento: a plataforma fornece blocos de volumes, armazenamento de arquivos, armazenamento de objetos e armazenamento de arquivos com capacidade para habilitar banco de dados, análises, conteúdo e outros aplicativos em protocolos comuns e APIs.

Rede: esta plataforma de nuvem fornece à rede endereços IP totalmente configuráveis, sub-redes, roteamento e firewalls para oferecer suporte a redes privadas novas ou existentes com segurança de ponta a ponta.

Governança: para auditoria, gerenciamento de identidade e acesso, a plataforma tem recursos para verificações de integridade de dados, rastreabilidade e recursos de gerenciamento de acesso.

Gerenciamento de banco de dados / gerenciamento de dados: a Totvs oferece uma plataforma de gerenciamento de dados para cargas de trabalho de banco de dados, bem como cargas de trabalho de Big Data e Streaming. A plataforma permite que bancos de dados MySQL e SQL sejam implantados sob demanda como serviços de nuvem gerenciados.

Balanceamento de carga: A plataforma de nuvem oferece capacidade de balanceamento de carga para rotear automaticamente o tráfego entre domínios de falha e domínios de disponibilidade para alta disponibilidade e tolerância a falhas para aplicativos hospedados.

Assim portanto nossos sites são hospedados em servidores *cloud* e são responsáveis por assegurar o funcionamento:

- Website institucional;
- Sistema de Inscrição no Vestibular;
- AVA-Ambiente Virtual de Aprendizagem baseado no MOODLE;

- Sistema de aula on-line - TEAMS
- Sistema de Backup para as plataformas

8.3 Infraestrutura De Segurança

Na Faculdade Malta Barão - MALTA existe o trabalho contínuo de Prevenção de Acidentes que realizará reuniões periódicas para a análise, discussão e acompanhamento das medidas de segurança necessária e a Brigada de Incêndio.

A Faculdade Malta Barão - MALTA participará do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).

As instalações contam com sistemas de segurança contra roubos, sensores, alarmes e vigias 24 horas por dia.

8.3.1 Plano de Expansão da MALTA

A Faculdade Malta Barão - MALTA está sempre atenta às necessidades de todos que estão envolvidos em seu contexto, alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, fornecedores. Uma das estratégias que a Faculdade Malta Barão - MALTA se beneficia para adequar seu espaço físico e melhorar o ambiente acadêmico é o Relatório exarado pela Comissão Própria de Avaliação, CPA.

- **OBJETIVO GERAL**

Garantir o perfeito funcionamento do parque tecnológico da Instituição através da manutenção e expansão adequadas de equipamentos, infraestrutura e softwares.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Garantir, âmbito da Instituição, acesso a uma infraestrutura de tecnologia adequada para o melhor desempenho das atividades previstas.
2. Garantir o funcionamento de hardwares pertencentes aos setores de ensino e administrativos.

3. Garantir a atualização de hardwares e softwares disponíveis no mercado em benefício dos serviços desenvolvidos na Faculdade.
4. Prevenir que o mal funcionamento de equipamentos e internet interfiram no desenvolvimento das atividades de ensino e administrativas.
5. Fornecer aos usuários serviços e equipamentos adequados ao desenvolvimento das atividades previstas.
6. Garantir o desenvolvimento sustentável da Instituição.

8.3.2 Manutenção e Conservação da Infraestrutura Física

Com respeito à manutenção e conservação das instalações físicas, visando a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios a Faculdade Malta Barão - MALTA estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas. Desnecessário dizer, que para qualquer norma funcionar tem de haver bom senso e civismo, tanto da parte de quem as cumpre como de quem as aplica.

A manutenção e conservação dos laboratórios incluem os laboratórios de ensino de graduação e os laboratórios de pesquisa, sendo executada por funcionários dos próprios cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções.

A coordenação da manutenção e conservação das instalações fica a cargo do supervisor de cada laboratório, uma vez que, haverá supervisores para cada laboratório ou instalação ou grupos de laboratórios definidos pela administração.

Os procedimentos de manutenção são divididos em 3 grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência, e incluem as atividades de:

- Substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- As reformas de instalações e equipamentos de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- As reformas necessárias à implementação de novas atividades;

- As reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- Os consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- Reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

Com vistas a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a mantenedora estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas.

A manutenção e conservação dos laboratórios a serem utilizados pelos professores e alunos do curso serão executadas por funcionários da própria instituição, bem como por pessoal especializado ou treinado, dependendo do serviço a ser executado. Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil, e consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes.

Os responsáveis providenciarão a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos. O plano de expansão e atualização abrangerá as seguintes funções:

- Administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- Analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- Apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na instituição;
- Elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;

- Especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- Instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- Planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- Planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

8.3.3 Manutenção e Conservação dos Equipamentos

Com vistas a uma utilização que seja simultaneamente de qualidade, ordeira, e satisfatória dos laboratórios, a mantenedora estabeleceu um conjunto de orientações abaixo enunciadas.

A manutenção e conservação dos laboratórios a serem utilizados pelos professores e alunos do curso serão executadas por funcionários da própria instituição, bem como por pessoal especializado ou treinado, dependendo do serviço a ser executado. Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil, e consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes.

Os responsáveis providenciarão a manutenção preventiva e corretiva, bem como a expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos. O plano de expansão e atualização abrangerá as seguintes funções:

- administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;

- analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na instituição;
- elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

8.3.4 Plano de expansão e atualização de equipamentos

A Faculdade Malta Barão - MALTA manterá infraestrutura de Tecnologia da Informação composta de rede de computadores que interliga equipamentos diversos.

Para manter a excelência do funcionamento do parque tecnológico de toda a instituição, implantou e desenvolve o presente plano que visa manter a atualização e expansão necessárias de equipamentos, softwares e sistemas.

A Instituição dispõe de estrutura própria de acesso à Internet, para uso acadêmico, que opera com velocidade excelente, disponível nos computadores ligados a rede cabeada e em diversos pontos de transmissão da rede sem fio, que cobre todo perímetro da instituição. Este recurso está disponível internamente a alunos, docentes e convidados, oferecendo possibilidades de acesso à internet, pesquisa e desenvolvimento de trabalhos e quaisquer outras atividades.

Para manter o tecnológico a Instituição contará com um setor responsável. Estes serão responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva (sendo os serviços

encaminhados externamente) bem como pela expansão e manutenção do parque tecnológico.

8.3.5 Atualização Tecnológica

Anualmente serão revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos e softwares da Faculdade. Estas revisões são baseadas no orçamento para investimentos. As revisões acontecem de forma programada, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Para fazer frente aos desafios da prestação de serviços de Tecnologia da Informação a Faculdade tem, ao longo do tempo, adequado a gestão da Tecnologia da Informação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Com seu parque tecnológico atual, atende de forma plena os cursos e usuários.

O planejamento tem como objetivo fornecer diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica. Este abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura e lógica
- Hardware e Softwares acadêmicos e de Serviços
- Equipamentos de rede
- Comunicações
- Pessoas (responsáveis pelos serviços)
- Processos

A Instituição mantém diversos computadores distribuídos entre os laboratórios de informática e demais setores da IES. A estes estão vinculados softwares e equipamentos acessórios tais impressoras, scaners, kit multimídia e outros dependendo da finalidade. Possui ainda a disposição projetores multimídias que atendem às aulas e atividades da IES, bem como outros equipamentos diferenciados.

Periodicamente, serão realizadas atividades de manutenção e, no caso de defeitos em equipamentos, a substituição deste é realizada. Os critérios de prioridade

de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição (passíveis de deferimento pelo setor de informática) e critérios técnicos.

Os critérios técnicos serão identificados pelo tempo de uso do equipamento. No caso de microcomputadores são eles: a porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas. Impressoras e outros periféricos o critério principal é a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

8.3.6 Plano de Ampliação do Acesso a Internet

A Instituição conta com internet banda larga distribuída em toda a instituição através de rede cabeada e rede sem fio.

Para melhorar a segurança está em processo de implantação um servidor Proxy e Firewall para monitoramento da Internet que passará a dispor de controle rigoroso e proteção, proporcionando maior segurança e possibilitando uma expansão gradativa da velocidade de conexão sem a troca de equipamentos, bastando a contratação de mais banda com o provedor atual.

8.3.7 Expansão De Hardware E Software

A expansão da infraestrutura de tecnologia estará prevista no orçamento constante do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da Instituição. Após aprovação pela direção da Instituição, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao setor de informática que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o setor de Compras.

8.3.8 Manutenção Preventiva e Corretiva

O setor de Informática de Tecnologia da Informação manterá uma equipe de profissionais de informática. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de

Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor planejará e executará um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva e encaminhadas, conforme o caso, para assistência técnica. E também poderão ser solicitadas pelos usuários diretamente ao setor.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- Manutenção Preventiva: Realizada periodicamente. São realizadas verificações de funcionamento básico, conexões e estado geral dos equipamentos.
- Manutenção Corretiva: Realizada por técnico da IES ou por empresa de suporte externa. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva. Podem ser realizadas pelo próprio técnico da IES ou encaminhada a assistência técnica especializada, conforme o caso.

8.3.9 Expansão De Equipamentos E Softwares Prevista Para O Quinquênio

Na tabela abaixo se pode visualizar a previsão de expansão de máquinas para a Instituição, visando o atendimento dos cursos e laboratório de informática, conforme PDI. Ressalta-se que os números abaixo não incluem substituições de itens, referem-se exclusivamente a novas aquisições.

ITEM	2025	2026	2027	2028	2029
Microcomputadores para Laboratórios de Informática	**20**	**-**	**10**	**-**	**10**
Microcomputadores para Setores Administrativos	**5**	**10**	**5**	**10**	**5**
Softwares	**23**	**10**	**21**	**10**	**21**

8.3.10 Recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação e de Audiovisual

A Faculdade Malta Barão - MALTA investe em recursos Tecnológicos de Informação e Comunicação e de Audiovisual, considerando as características e necessidades do processo ensino-aprendizagem de cada curso da instituição, contribuindo com o Projeto Pedagógico dos cursos, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional e promovendo a interatividade entre docentes e discentes.

O cronograma de aquisição e ampliação dos recursos segue o planejamento estratégico da instituição, de acordo com o PDI, e as demandas de cada curso, conforme as solicitações de coordenadores e professores. E a manutenção e utilização dos equipamentos seguem orientação do Departamento de Tecnologias de Informação, com técnicos devidamente preparados para tal função, a partir de regulamentos próprios para utilização.

Os recursos estão distribuídos nos diferentes espaços de aprendizagem da instituição, abrangendo as salas de aula, salas de orientação, salas de professores, biblioteca e laboratórios. A quantidade dos equipamentos atende de forma adequada as necessidades de cada curso, considerando o número de alunos matriculados.

Esse trabalho com as TICs ocorre por meios variados, dentre eles:

a) o Portal do aluno, com disponibilização de materiais didáticos de apoio para as disciplinas;

b) o aplicativo para dispositivos móveis, com disponibilização de informações sobre a instituição, o curso, as disciplinas e o desempenho do aluno (frequência e notas);

c) a Plataforma *Moodle*, que oferta condições para os professores desenvolverem atividades diversificadas e de forma interdisciplinar em ambiente virtual e

e) a Biblioteca virtual (Minha Biblioteca e Dorinateca), que pode ser acessada no site da instituição e que disponibiliza informações gerais sobre a biblioteca e o acervo, além de facilitar a reserva de materiais por alunos e professores. Esses meios podem ser acessados por alunos e professores a qualquer hora e lugar.

O uso das tecnologias, durante as disciplinas do curso, acontece dentro das atividades pedagógicas diárias, e tem como principal objetivo facilitar o acesso dos

estudantes ao conhecimento e aproximar o cotidiano dos discentes ao conteúdo ministrado. Sendo assim, atividades que utilizam aplicativos (que podem ser acessados por smatphones ou computadores) são constantemente propostas e grande parte dos textos utilizados em sala são disponibilizados, também, em arquivo digital, através do Portal do Aluno, o que permite o acesso a qualquer hora e de qualquer lugar.

Além disto, o ambiente virtual adotado pela instituição, através da Plataforma *Moodle*, permite ao aprendiz o diálogo virtual entre os professores, o que permite a interação não somente em sala de aula, mas também nos ambientes virtuais de aprendizado adotados pelas disciplinas e pela Instituição como um todo.

9 ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1 Acessibilidade Física, Pedagógica, Atitudinal e das Comunicações

A Faculdade Malta Barão - MALTA apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade física para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Da mesma forma, a MALTA apresenta plenas condições de acesso e garante a acessibilidade pedagógica, atitudinal e das comunicações para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

A finalidade primeira da educação deve ser a de garantir o acesso ao conhecimento a todas as pessoas, independente da raça, credo, orientação sexual, deficiência de alguma forma ou diferencial cognitivo, sendo compromisso daqueles que detêm o conhecimento, envidar esforços no sentido de minimizar a exclusão social, a pobreza, a violência, o analfabetismo, a fome e as enfermidades.

A inclusão não pode ser concebida apenas como a inserção da pessoa portadora de deficiência ou diferencial cognitivo num estabelecimento de ensino, mas proporcionar-lhe condições de aquisição do conhecimento e participação ativa do processo educacional, prevendo recursos e serviço de apoio especializado para que o estudante tenha condições de integrar-se na sociedade e ingressar no mundo do trabalho de acordo com suas possibilidades, razão pela qual a Faculdade inclui em seu PDI, além das condições de acessibilidade, o atendimento aos alunos com deficiência visual e auditiva, o atendimento individualizado de acordo com as suas peculiaridades, através do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).

Aos alunos com deficiência visual, caso tenha ingressantes com estas necessidades, a instituição deve prover as condições necessárias para o bom aprendizado do aluno, tais como acervo bibliográfico básico em braile, máquina de

datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz, lupas, réguas de leitura.

Aos alunos com deficiência auditiva, a instituição deverá proporcionar além de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para todos os professores, intérprete em LIBRAS, principalmente em períodos de realização de provas, para complementar a avaliação escrita quando o aluno não conseguir expressar o seu real conhecimento, bem como orientação aos professores para que valorizem o conteúdo semântico e conheçam as especificidades linguísticas do aluno com deficiência auditiva.

9.2 Adaptabilidade para Pessoas com Mobilidade Reduzida

Para atender a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, a MALTA providencia as seguintes características em suas instalações, segundo a Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (Acessibilidade) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo - vias públicas, estacionamentos, parques, etc. (Capítulo II, Art. 3);
- reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços (Capítulo IV, Arts. 7 e 11, Parágrafo Único), e sinalização com o Símbolo Internacional de Acesso (Lei nº 7405);
- disponibilização de rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas e as pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida (Capítulo II, Art. 5);
- adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas (Capítulo II, Art. 6);
- disponibilização de barras de apoio nas paredes dos banheiros (Capítulo II, Art. 6);

- os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Capítulo IV, Art.11, IV);
- instalação de lavabos, bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (Capítulo I, Art. 2, Parágrafo III, V);
- ajudas técnicas: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico (Capítulo I, Art.2, Parágrafo III, VI);
- Uso do Símbolo Internacional de Acesso afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis:

a) entradas;
b) áreas e vagas de estacionamento de veículos;
c) áreas acessíveis de embarque/desembarque;
d) sanitários;
e) áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência;
f) áreas reservadas para pessoas em cadeira de rodas;
g) equipamentos exclusivos para o uso de pessoas portadoras de deficiência (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).

9.3 Adaptabilidade para pessoas com Deficiência Visual

Cegueira e Baixa Visão: Para atender a pessoas com cegueira ou baixa visão, a MALTA possui as seguintes características e assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

a) tecado Braille, impressora Braille acoplados a computador, linha ou “display” Braille, Reglete e punção (Atendimento Educacional Especializado - AEE) e (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
b) gravador e fotocopiadora que amplie textos (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
c) softwares com magnificadores de tela e programas com síntese de voz (AEE);
d) equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
e) lupas manuais, de apoio ou de mesa para magnificação, e réguas de leitura (AEE);
f) scanner acoplado a computador (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
g) plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato digital, em áudio, em Braille e com fontes ampliadas (AEE);
h) ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros (AEE);
i) sorobã - instrumento utilizado para trabalhar cálculos e operações matemáticas (AEE);
j) assegurar à pessoa portadora de deficiência visual usuária de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal nos locais da instituição de uso coletivo (LEI Nº 11.126);
k) profissionais intérpretes de escrita em braile (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
l) o uso do símbolo internacional de pessoas com deficiência visual deve indicar a existência de equipamentos, mobiliário e serviços para pessoas com deficiência visual (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);
m) uso de sinalização tátil (Braille) posicionado abaixo dos caracteres ou figuras em relevo em sanitários, salas, elevadores, portas, corrimãos, escadas,etc. (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);

n) o uso de sinalização sonora, bem como os alarmes vibratórios, associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez); e

o) o uso de sinalização tátil de alerta e direcional no início e final de pisos, escadas fixas, rampas, elevadores, rebaixamento de calçadas, áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050).

9.4 Adaptabilidade para Portadores de Deficiência Auditiva

A Faculdade Malta Barão - MALTA assume o compromisso formal de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência auditiva / surdez (Cap. VII, Art. 17, Art. 18 e Art. 19; Lei da LIBRAS e Decreto Nº 5626, Cap. IV, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso I) e especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa (Decreto Nº 5.626, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso VI);

- aprendizado da Língua Portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado) (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos portadores de deficiência auditiva (Portaria Ministerial MEC nº 3284);
- uso do símbolo internacional de pessoa com surdez deve ser utilizado em todos os locais, equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoa com deficiência auditiva (surdez) (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, segundo a NBR 9050);
- uso de sinalização sonora, bem como os alarmes vibratórios, devem estar associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, de maneira a alertar as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez);
- inclusão da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior. Constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior (Decreto Nº 5.626, Cap. II, Art. 3º, Parágrafo 2º);
- disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva (Decreto Nº 5.626, Art. 14, Parágrafo 1º, Inciso VIII);
- Uso de Dicionário Ilustrado em Libras (AEE); e
- Uso de tecnologias assistivas para surdos, como computadores, uso de internet, TDD (telecommunications device for the deaf - telefone de texto para surdos), etc. (AEE).

9.5 Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

A Faculdade Malta Barão - MALTA defende os direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Ao instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que concede a este segmento os mesmos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência, abrangendo desde a reserva de vagas em empregos públicos e privados, o direito à educação e até o atendimento preferencial em bancos e repartições públicas, é ainda mais representativa no campo da inclusão, se levarmos em conta, que muito pouco se faz para esse segmento. É bem verdade que as pessoas com autismo e seus familiares ainda sofrem o perverso abandono da sociedade que, ao virar-lhes as costas, transferem-lhes o ônus da reabilitação, educação, transporte, dentre outros serviços de responsabilidade da coletividade, principalmente do setor público.

Do ponto de vista legal, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada por:

- Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e
- Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I. a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II. a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
III. a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
IV. o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
V. a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;
VI. o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e
VII. o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

1. A vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
2. A proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
3. O acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
   a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
   b) o atendimento multiprofissional;
   c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
   d) os medicamentos;
   e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

4. O acesso:
    a) à educação e ao ensino profissionalizante;
    b) à moradia, inclusive à residência protegida;
    c) ao mercado de trabalho;
    d) à previdência social e à assistência social.

Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

ANEXO I - EMENTÁRIO, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

1º SEMESTRE

PORTUGUÊS JURÍDICO

EMENTA: Conceitos e definições fundamentais. Considerações sobre o discurso argumentativo. O papel da argumentação na Ciência do Direito. A força ideológica da linguagem e o poder do discurso jurídico. Linguagem jurídica e seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ideológicos. As técnicas de argumentação e suas diversas aplicações. Persuasão e convencimento do interlocutor. Técnicas básicas de redação: uso da linguagem jurídica. A linguagem das decisões judiciais e da necessidade de ser compreendida. A justificação das decisões judiciais e das peças processuais. Argumentação jurídica em casos concretos. Laboratório de argumentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B. **Linguagem jurídica**: semiótica, discurso e direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.Acesso em : 18 abr. 2026.

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. **Curso de português jurídico**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775354. Acesso em : 18 abr. 2026.

LUZ, Valdemar P. da. **Dicionário jurídico**. 5. ed. Barueri: Manole, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555767308. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e argumentação jurídica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530991487. Acesso em : 18 abr. 2026.

TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem jurídica e argumentação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770366. Acesso em : 18 abr. 2026.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**: para ler e produzir gêneros discursivos. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771295. Acesso em : 18 abr. 2026.

LENZA, Pedro (coord.). **Português**: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627868. Acesso em : 18 abr. 2026.

ANDRADE, Maria Paula Gouveia. **Dicionário jurídico português - inglês - português**. São Paulo: Almedina, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9789724093888. Acesso em : 18 abr. 2026.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EMENTA: Análise do conceito de Direito e sua relação com os âmbitos da moral, da política, da religião, da justiça, da força e do Estado. Solução de conflitos como

problema central da dogmática jurídica. Teorias sobre o Direito: do jusnaturalismo ao realismo crítico. Norma e ordenamento jurídicos. Estrutura da norma jurídica. Validade, vigência, eficácia e força. As fontes do Direito: lei, costume e jurisprudência. Interpretação e aplicação do Direito. Métodos de interpretação jurídica. Aplicação e subsunção. O problema da vontade e da competência na aplicação do direito. Direito, multiculturalismo e relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777495. Acesso em : 18 abr. 2026.

BITTAR, Eduardo. **Introdução ao estudo do direito**: humanismo, democracia e justiça. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623471. Acesso em : 18 abr. 2026.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. 8. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777891. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775644. Acesso em : 18 abr. 2026.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996901. Acesso em : 18 abr. 2026.

FILHO, Marçal Justen. **Introdução ao estudo do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559640577. Acesso em : 18 abr. 2026.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: técnica, decisão, dominação. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777495. Acesso em : 18 abr. 2026.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530979768. Acesso em : 18 abr. 2026.

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO

EMENTA: Especificidade da política: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução histórica e clássica do pensamento político. Principais correntes do pensamento político contemporâneo. Origem da sociedade. Finalidade social. Ordem social e ordem jurídica. Poder social. Sociedades políticas. Origem do Estado. Evolução do Estado. Soberania. Território. Povo. Poder do Estado. Finalidades e funções do Estado. Conceito de Estado. Personalidade jurídica do Estado. Estado e Direito. Estado e Nação. Estado e Democracia. Democracia direta e semidireta. Democracia Representativa. Sufrágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do Estado e ciência política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777372. Acesso em : 18 abr. 2026.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Teoria geral do estado e da constituição**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530986858. Acesso em : 18 abr. 2026.
CUNHA, Paulo Ferreira da. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601912. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 37. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626397. Acesso em : 18 abr. 2026.
MELO, Débora S. S.; SCALABRIN, Felipe. **Ciência política e teoria geral do estado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595021891. Acesso em : 18 abr. 2026.
RAMOS; Flamarion Caldeira; MELO, Rurion; FRATESCHI, Yara (org.). **Manual de filosofia política**: para os cursos de Teoria do Estado & Ciência política, Filosofia e Ciências Sociais. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555595673. Acesso em : 18 abr. 2026.
VESTING, Thomas. **Teoria do estado**: a transformação do estado na modernidade. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599244. Acesso em : 18 abr. 2026.
GIACOMELLI, Cinthia L. F.; MELO, Débora S. S.; ELTZ, Magnum K. F. **Introdução ao direito brasileiro e teoria do estado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023727. Acesso em : 18 abr. 2026.

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA: Especificidade da economia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Relações entre economia e direito. Contribuições fundamentais da economia política clássica: Smith, Ricardo e Malthus. O modelo consolidado de Stuart Mill. Críticas à economia política clássica: Marx e Keynes. Análise das principais vertentes da teoria neoclássica. Sistema econômico. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Tendências do pensamento econômico contemporâneo. Análise circunstanciada da realidade brasileira e mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUNES, António José Avelãs. **Noção e objecto da economia política**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9789724085470. Acesso em : 18 abr. 2026.
SILVA, Filipe P. M.; DALCIN, Aline K.; STEFANI, Rafael. **Economia política**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595028968. Acesso em : 18 abr. 2026.
VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788571441415. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788582606773. Acesso em : 18 abr. 2026.

LACERDA, Antônio Corrêa de; BOCCH, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547231798. Acesso em : 18 abr. 2026.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. **Princípios de economia**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522124930. Acesso em : 18 abr. 2026.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595159679. Acesso em : 18 abr. 2026.

SILVA, Daniele F.; AZEVEDO, Iraneide S. S. **Economia**. Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595022478. Acesso em : 18 abr. 2026.

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Sociologia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Clássicos da sociologia e suas contribuições ao Direito. Antropologia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Teoria Autopoiética do Direito. Organização social e estrutura social. Comunidade e sociedade. Sociologia e cultura afro-brasileira e indígena. Responsabilidade Social e Relações Étnico-Raciais. Diversidade e o pluralismo cultural. Sociologia e meio ambiente. A sociologia e as teorias da evolução do Direito: evolução social e jurídica. Antropologia, meio ambiente e educação ambiental. Antropologia, multiculturalismo e relações étnico-raciais. Relações entre antropologia e direito. Clássicos da antropologia. Principais correntes antropológicas contemporâneas. Antropologia jurídica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Sociologia e antropologia do direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553622098. Acesso em : 18 abr. 2026.

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e antropologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553618101. Acesso em : 18 abr. 2026.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **Sociologia jurídica**: fundamentos e fronteiras. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644605. .Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Enio Waldir da. **Sociologia jurídica**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786586074819. Acesso em : 18 abr. 2026.

SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo. **Manual de sociologia jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599503. Acesso em : 18 abr. 2026.
PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627000. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARCONI, Marina; PRESOTTO, Zelia Maria. **Antropologia**: uma Introdução. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597022681. Acesso em : 18 abr. 2026.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597019971. Acesso em : 18 abr. 2026.

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA: História do Direito. O mundo antigo, Grécia e Roma. O direito romano. Formação e desenvolvimento do corpo de doutrina jurídica do povo romano, da fundação de Roma à morte de Justiniano, direito romano-helênico e usus modernus pandectarum. A alta Idade Média. O direito canônico e a formação do direito ocidental moderno. Idade Média: a Escolástica. Filosofia medievais e o direito. Direito natural moderno e iluminismo. O direito brasileiro no regime colonial. Codificação e cultura jurídica na Europa do século XIX e suas influências sobre a América Latina. O direito no Brasil imperial. O direito brasileiro durante a República Velha. O direito brasileiro após a revolução de 1930 e o Estado Novo. O direito brasileiro sob o regime da Constituição de 1946. O direito brasileiro sob o regime da ditadura de 1964. O direito brasileiro desde a transição democrática dos anos 1980.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACIEL, José Fabio Rodrigues; AGUIAR, Renan. **Manual de história do direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004450. Acesso em : 18 abr. 2026.
PALMA, Rodrigo Feitas. **História do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620773. Acesso em : 18 abr. 2026.
SCALQUETTE, Rodrigo Arnoni. **Lições sistematizadas de história do direito**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584935758. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de história do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597027563. Acesso em : 18 abr. 2026.
PICCOLO, Carla Henriete Bevilacqua. **Moral e conceito de direito em Herbert Hart**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556275390. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275390/. Acesso em : 18 abr. 2026.
WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito**: tradição no Ocidente e no Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530987305. Acesso em : 18 abr. 2026.
Araujo, Mateus Perigrino. **Análise econômica do direito e teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556275338. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275338/.

Acesso em : 18 abr. 2026.
CICCO, Cláudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547220570. Acesso em : 18 abr. 2026.

INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

EMENTA: Formação da teoria constitucional. O poder constituinte e sua expressão política e jurídica. A experiência constitucional britânica, norte-americana e francesa. Reformas e mutações constitucionais. A supremacia constitucional e os mecanismos de controle da constitucionalidade. Aplicabilidade das normas constitucionais. Valores e princípios constitucionais. O Estado de Direito e o controle do poder. Formação Constitucional do Brasil. Organização Político- Administrativa do Estado Brasileiro. O federalismo brasileiro. Distribuição de competências. União. Estado-membro. Municípios. Distrito Federal. Territórios. Regiões Administrativas. Aspectos gerais da organização dos poderes do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e Instituições Democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**: atualizado com as ECs 137 e 138, de 2025. 42. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778683. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778683/. Acesso em : 18 abr. 2026.
BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771620. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771620/. Acesso em : 18 abr. 2026.
MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775958. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998875. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998875/. Acesso em : 18 abr. 2026.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644599. Acesso em : 18 abr. 2026.
SALEME, Edson Ricardo. **Direito constitucional**. 5. ed. Barueri: Manole, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555766370. Acesso em : 18 abr. 2026.
ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 23. ed. Barueri: Manole, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555769838. Acesso em : 18 abr. 2026.
TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770715. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/. Acesso em : 18

abr. 2026.

FILOSOFIA JURÍDICA

EMENTA: Especificidade da filosofia: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Os sofistas e Sócrates. Platão e Aristóteles. O pensamento jurídico na antiguidade clássica. Noções introdutórias à investigação filosófica. Filosofia e conhecimento: modos de conhecer e métodos filosóficos. Filosofia moral: o ser humano como um ser axiológico. Filosofia na Idade Média: Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Maquiavel, Hobbes, Spinoza. Rousseau e Montesquieu. O Criticismo de Kant. O Idealismo de Hegel. O Normativismo de Kelsen. As visões marxistas do Direito. Filosofia do Direito no Brasil. Miguel Reale e a teoria tridimensional. Elucidações histórico-conceituais e contextuais. Filosofia e realidade: problemas filosóficos contemporâneos concernentes ao fenômeno jurídico. Roberto Lyra Filho e a Nova Escola Jurídica Brasileira. Luís Alberto Warat e a Semiologia Jurídica. Panorama da filosofia do direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 17. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559778119. Acesso em : 18 abr. 2026.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Curso de filosofia do direito**: o direito como prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771554. Acesso em : 18 abr. 2026.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559776603. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559641963. Acesso em : 18 abr. 2026.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia geral e jurídica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625598.Minha Biblioteca]

BITTAR, Eduardo C. B. **Democracia, justiça e direitos humanos**: estudos de teoria crítica e filosofia do direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620179. Acesso em : 18 abr. 2026.

RAMOS; Flamarion Caldeira; MELO, Rurion; FRATESCHI, Yara (org). **Manual de filosofia política**: para os cursos de Teoria do Estado & Ciência política, Filosofia e Ciências Sociais. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555595673. Acesso em : 18 abr. 2026.

ROCHAMONTE, Catarina. **Introdução à filosofia política**: democracia e liberalismo. São Paulo: Edições 70, 2022. E-book. ISBN 9788562938788. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788562938788/. Acesso em : 18 abr. 2026.

2º SEMESTRE

TEORIA GERAL DO DIREITO

Ementa: História do Direito Ocidental. Introdução aos grandes sistemas jurídicos contemporâneos. Natureza e Cultura. Direito e Moral. Sanção e Coação. O Direito e as Ciências afins. Fontes do Direito. Conceito de Direito. Estrutura Tridimensional do Direito. Zetética e dogmática jurídica. Da estrutura da norma jurídica. Da validade da norma jurídica. Classificação das regras jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609192. Acesso em : 18 abr. 2026.
SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Teoria geral do direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623464. Acesso em : 18 abr. 2026.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Introdução ao estudo do direito**: humanismo, democracia e justiça. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623471. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 9. ed. Barueri: Manole, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520446263. Acesso em : 18 abr. 2026.
NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996901. Acesso em : 18 abr. 2026.
MENKE, Christoph. **Direito e violência**: estudos críticos. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553612840. Acesso em : 18 abr. 2026.
REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502136847. Acesso em : 18 abr. 2026.
SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598797. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

EMENTA: Teoria dos direitos fundamentais. Os direitos de defesa e os direitos prestacionais. A efetividade dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais na Constituição de 1988: os diretos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos à nacionalidade, os direitos políticos. As garantias processuais dos direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597417. Acesso em : 18 abr. 2026.
MICHAEL, Lothar; MORLOK, Martin. **Direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva Jur,

2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547212421. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597021097. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHÃO, Marcela Rosa. **As restrições aos direitos fundamentais por ato normativo do poder executivo**. São Paulo: Almedina, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584932955. Acesso em : 18 abr. 2026.
FERNANDES, Andressa Guimarães Torquato. **Tributação, direitos fundamentais e desenvolvimento**. São Paulo: Blucher, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788580393439. Acesso em : 18 abr. 2026.
MIRANDA, Jorge. **Direitos fundamentais**: uma perspectiva de futuro. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522481095. Acesso em : 18 abr. 2026.
TOFFOLI, José Antonio Dias. **30 anos da Constituição brasileira**: democracia, direitos fundamentais e instituições. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530982393. Acesso em : 18 abr. 2026.
RODRIGUES JR., Otavio Luiz. **Direito civil contemporâneo**: estatuto epistemológico, Constituição e direitos fundamentais. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530998219. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

EMENTA: Formação histórica do direito civil brasileiro. Evolução do direito civil. A publicização das relações privadas e o chamado direito civil constitucional. O Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002: paralelos. Conceito filosófico e conceito jurídico de pessoa. Pessoas naturais. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Ausência. Curadoria. Sucessão. Pessoas jurídicas. Associações e fundações. Domicílio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil, v. 1**: parte geral. 26. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777914. Acesso em : 18 abr. 2026.
LÔBO, Paulo. **Direito civil, v. 1**: parte geral. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004825. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 1**: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004375. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil, v. 1**: parte geral: obrigações: contratos (parte geral). 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770067. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770067/. Acesso em: Acesso em : 18 abr. 2026.

VALENTE, Rubem. **Direito civil facilitado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645510. Acesso em : 18 abr. 2026.
SCHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil contemporâneo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770814. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770814/. Acesso em : 18 abr. 2026.
DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, v. 1**: teoria geral do direito civil. 41. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621439. Acesso em : 18 abr. 2026.
TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 15. ed. Barueri: GEN, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530995959. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEORIA DO CRIME

EMENTA: Conceito de crime. Conduta. Tipicidade. Etapas da realização do crime. Ilicitude. Culpabilidade. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo Lima. **Direito penal, v. 3**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619887. Acesso em : 18 abr. 2026.
LENZA, Pedro (org.). **Direito penal**: parte especial. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628070. Acesso em : 18 abr. 2026.
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**, v. 2 : parte especial (arts. 121 a 154-B) : crimes contra a pessoa. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771651. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771651/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**, v. 2: parte especial: arts. 121 a 212. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770401. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770401/. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**, v. 2: parte especial: arts. 121 a 212 do código penal. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996666. Acesso em : 18 abr. 2026.
JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patrícia Vanzolini. **Manual de direito penal**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625253. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito penal**: partes geral e especial. 10. ed. São Paulo: Método, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997670. Acesso em : 18 abr. 2026.

GRECO, Rogério. **Direito penal estruturado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996987. Acesso em : 18 abr. 2026.

HERMENÊUTICA JURÍDICA

EMENTA: Hermenêutica e interpretação. Abordagem filosófica da hermenêutica jurídica. Hermenêutica jurídica: Compreensão, subjetivismo e objetivismo jurídico. Pensamento tópico, raciovitalismo e lógica do razoável. Retórica: Retórica na antiguidade. Retomada da retórica. Tipos de Argumentação jurídica. Linguagem e interpretação do direito. Técnicas de interpretação do Direito. Integração do Direito e antinomia. Novos horizontes do pensamento jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMILIANO, Carlos; MARCARO, Alysson. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559642151. Acesso em : 18 abr. 2026.
TRUBILHANO, Fabio; HENRIQUES, Antonio. **Linguagem jurídica e argumentação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770366. Acesso em : 18 abr. 2026.
SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598797. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITTAR, Eduardo C. B. **Linguagem jurídica**: semiótica, discurso e direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620346. Acesso em : 18 abr. 2026.
ELTZ, Magnum K. F.; TEIXEIRA, Juliana K. M.; DUARTE, Melissa F. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024090. Acesso em : 18 abr. 2026.
FRIEDE, Reis. **Ciência do direito, norma, interpretação e hermenêutica jurídica**. 9. ed. Barueri: Manole, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520446263. Acesso em : 18 abr. 2026.
FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Argumentação jurídica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520451267. Acesso em : 18 abr. 2026.
VALVERDE, Alda da Graça Marques. **Linguagem e argumentação jurídica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530991487. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROJETO DE EXTENSÃO 1

EMENTA: A universidade e a sociedade; Conceito, função e implicações da Extensão Universitária no processo de formação acadêmico-profissional e de transformação social: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, e tipologia das ações de extensão; A extensão universitária e a criatividade, a interdisciplinaridade e as relações interpessoais e intrapessoais; Diretrizes para as ações de extensão: concepções, legislação e tendências da Extensão nas IES brasileiras; Tipologia das ações de extensão; Diretrizes para a construção do Projeto de Extensão: procedimentos

pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CES. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Publicado em DOU: 19/12/2018 | Edição: 243 | Seção: 1 | Página: 49. Disponível em:https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 22 abr. 2026.

CARVALHO, Marly Monteiro. **Fundamentos em gestão de projetos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018950. Acesso em : 18 abr. 2026.

COLOMBO, Sonia S.; RODRIGUES, Gabriel M. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Penso, 2011. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788536326047. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MIRANDA, Gilberto José. **Revolucionando a docência universitária**. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018165. Acesso em : 18 abr. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559770670. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAMARGO, Robson Alves de; RIBAS, Thomaz. **Gestão ágil de projetos**. São Paulo: Saraiva Uni, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553131891. Acesso em : 18 abr. 2026.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; GODOY, Herminia Prado (org.). **Interdisciplinaridade**: pensar, pesquisar e interagir. São Paulo: Cortez Editora, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555553956. Acesso em : 18 abr. 2026.

PHILIPPI JR., Arlindo; FERNANDES, Valdir. **Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa**. Barueri: Manole, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520449141. Acesso em : 18 abr. 2026.

METODOLOGIA DA PESQUISA

EMENTA: Noções gerais de teoria do conhecimento. Pesquisa científica e pesquisa em ciências sociais. Natureza e características da pesquisa em Direito. Métodos e linguagem científica. Aspectos técnicos da elaboração do trabalho científico: instrumentos de investigação, escolha do tema, plano de trabalho, elaboração do texto. A normalização dos textos de acordo com as regras da ABNT. Os vários tipos de produção científica. Os artigos científicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026559. Acesso em : 18 abr. 2026.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026580. Acesso em : 18 abr. 2026.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica da pesquisa jurídica**. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011760. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. 6. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502636552. Acesso em : 18 abr. 2026.
AMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788565848367. Acesso em : 18 abr. 2026.
SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522112661. Acesso em : 18 abr. 2026.
AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4. ed. Barueri: Manole, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555762174. Acesso em : 18 abr. 2026.
DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522466030. Acesso em : 18 abr. 2026.

3º SEMESTRE

PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Noções gerais sobre psicologia: objeto, linhas teóricas e ramos de atuação. Psicologia como ciência. Introdução à psicanálise e a teoria política de Freud. Psicologia e Direito. Psicologia no direito: direito civil, direito penal e direito do trabalho. Bem-estar psicológico como bem jurídico e direitos-humanos. Psicologia no processo: psicologia criminal, psicologia do testemunho, psicologia da decisão. Psicologia, big data e inteligência artificial: psicologia como objeto de investigação jurídica. Limites da função informativa da psicologia na interpretação normativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770555. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770555/. Acesso em: Acesso em : 18 abr. 2026.
PUTHIN, Sarah R.; PIRES, Luciana R.; AMARAL, Sabine H. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595025783. Acesso em : 18 abr. 2026.
FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia jurídica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775569. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIRES, Luciana R.; COLETTA, Eliane D.; CAPAVERDE, Caroline. **Psicologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023741. Acesso em : 18 abr. 2026.
GLEITMAN, Henry; REISBERG, Daniel; GROSS, James. **Psicologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788536321400. Acesso em : 18 abr. 2026.
COLETTA, Eliane Dalla; VIERO, Guérula Mello; TEIXEIRA, Juliana K. Micelli. **Psicologia e criminologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024649. Acesso em : 18 abr. 2026.
BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788571440678. Acesso em : 18 abr. 2026.
SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Psicologia e práticas forenses**. 3. ed. Barueri: Manole, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555761344. Acesso em : 18 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

EMENTA: Controle de Constitucionalidade Organização dos Poderes Da organização dos Poderes. Poder Judiciário. Poder Executivo. Do Poder Legislativo. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627233. Acesso em : 18 abr. 2026.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628100. Acesso em : 18 abr. 2026.
TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770715. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771620. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771620/. Acesso em : 18 abr. 2026.
SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626885. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626908. Acesso em : 18 abr. 2026.
MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**: atualizado com as ECs 137 e 138, de 2025. 42. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778683. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778683/. Acesso em : 18 abr. 2026.
CARNAÚBA, Aline Soares Lucena. **Direito constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro:

Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644193. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL

EMENTA: A diferença entre direito material e direito processual. Denominação do direito processual e sua divisão. Evolução do direito processual. Direito objetivo, direito subjetivo, pretensão, lide. Fontes do direito processual. Normas processuais civis. Normas fundamentais e aplicação das normas processuais. Função jurisdicional. Jurisdição e ação. Limites da jurisdição nacional e cooperação internacional. Auxílio direto. Carta rogatória. Competência interna. Modificação da competência. Incompetência. Cooperação nacional. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e de seus procuradores. Responsabilidade das partes por dano processual. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça. Sucessão das partes e dos procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Assistência simples e litisconsorcial. Denunciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. Atos processuais. Forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e do registro. Valor da causa. Tutela provisória. Tutela de urgência. Tutela da evidência. Formação, suspensão e extinção do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997267. Acesso em : 18 abr. 2026.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de direito processual civil, v. 1**. 67. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530998295. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil, v. 1**: teoria geral. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786551770425. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil, v. 1** : teoria geral do direito processual civil : parte geral do código de processo civil. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770838. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770838/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786584004498. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/. Acesso em: Acesso em : 18 abr. 2026.

ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611416. Acesso em : 18 abr. 2026.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770630. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/. Acesso em: Acesso em : 18 abr. 2026.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 5. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778294. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778294/. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

EMENTA: Evolução da teoria das obrigações. A unificação do direito obrigacional. Distinções entre direitos pessoais e reais. Conceito e elementos constitutivos das obrigações. A relação obrigacional. Fontes da relação obrigacional. Modalidades de obrigações: obrigações de dar, obrigações de fazer, obrigações de não fazer, obrigações alternativas, obrigações divisíveis e indivisíveis, obrigações solidárias. Transmissão das obrigações: cessão de crédito e assunção de dívida. Adimplemento e extinção das obrigações. Pagamento: lugar, tempo e prova. Pagamento em consignação. Pagamento com sub-rogação. Imputação do pagamento. Novação, compensação, confusão e remissão das dívidas. Inadimplemento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, v. 4** : contratos. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770951. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770951/. Acesso em : 18 abr. 2026.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil, v. 3**: contratos. 26. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559778034. Acesso em : 18 abr. 2026.
TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 3** : teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998745. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998745/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, v. 3**: contratos. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649167. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula. **Fundamentos do direito civil, v. 3** : contratos. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999575. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999575/. Acesso em : 18 abr. 2026.
RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 22. ed. São Paulo: Forense, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997854. Acesso em : 18 abr. 2026.
LÔBO, Paulo. **Direito civil, v.3**: contratos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004849.

Acesso em : 18 abr. 2026.
GOMES, Orlando. **Contratos**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645640. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEORIA DA PENA

EMENTA: Teoria da pena: conceitos básicos. Síntese histórica. Princípios e fundamentos. Evolução. Funções das penas. Espécies de penas. Penas privativas de liberdade. Regimes de cumprimento. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Aplicação da pena. Fixação da pena. Concurso de crimes. Limite das penas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Medida de segurança. Efeitos da condenação. Reabilitação. Ação Penal Pública e Privada. Identificação da ação penal. Extinção da punibilidade: causas extintivas em espécie. Prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEFAM, André. **Direito penal, v. 1** : parte geral. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770043. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770043/. Acesso em : 18 abr. 2026.
CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, v. 1**: parte geral. 30. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770654. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770654/. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Curso de direito penal, v. 1**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626724. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patrícia Vanzolini. **Manual de direito penal**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625253. Acesso em : 18 abr. 2026.
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**, v. 1: parte geral (arts. 1º a 120). 32. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. ISBN 9786551771200. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771200/. Acesso em : 18 abr. 2026.
ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal**: parte geral. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770678. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770678/. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**; volume único. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999230. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999230/. Acesso em : 18 abr. 2026.
ESTEFAM, André. **Direito penal contemporâneo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597486. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROJETO DE EXTENSÃO 2

EMENTA: Conduzir constantemente à reflexão crítica e sensível do papel do Direito na sociedade. Proporcionar experiências no campo do Direito para que os discentes assimilem e pratiquem conteúdos teórico-práticos a partir de uma perspectiva extensionista. Promover diferentes possibilidades e interesses de atuação, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Toda a bibliografia sugerida para o período.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Toda a bibliografia sugerida para o período.

DIREITO SOCIETÁRIO E TITULOS DE CRÉDITOS

EMENTA: Teoria geral do Direito Societário. Sociedades empresariais no Novo Código Civil. Sociedades limitadas: características e pressupostos. Sociedades anônimas: características e pressupostos. Desconsideração da personalidade jurídica. Compreender a dogmática que envolve a Teoria Geral dos Títulos de Crédito com análise das suas principais espécies, conceito, e natureza jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**: teoria Geral da Empresa e Títulos de Crédito. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772667. Acesso em : 18 abr. 2026.

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa, v. 2**: títulos de crédito e contratos empresariais. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621330. Acesso em : 18 abr. 2026.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, v. 2**: títulos de crédito. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626786. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAGALHÃES, Giovani. **Direito empresarial facilitado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559643998. Acesso em : 18 abr. 2026.

FERRARI, Natalia Yazbek Orsovay. **Crise empresarial** : a situação dos créditos garantidos por propriedade fiduciária. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556275758. Acesso em : 18 abr. 2026.

GOMES, Fábio Bellote. **Manual de direito empresarial**. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786559643318. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643318/. Acesso em : 18 abr. 2026.

VENOSA, Silvio de Salvo; RODRIGUES, Claudia. **Direito empresarial**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777396. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**: direito Societário. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772582. Acesso em : 18 abr. 2026.

4º SEMESTRE

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

EMENTA: Jurisdição constitucional e democracia. Controle de Constitucionalidade. Constitucionalidade/inconstitucionalidade. Controle pelo sistema difuso: características; procedimento; repercussão geral; decisão. Recurso extraordinário e Incidente de Inconstitucionalidade. Súmulas vinculantes. Ação Direta de Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade. Reclamação e segurança das decisões em controle concentrado. Representação interventiva. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626885. Acesso em : 18 abr. 2026.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628100. Acesso em : 18 abr. 2026.
MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627233. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770715. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARTINS, Flávio. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626908. Acesso em : 18 abr. 2026.
BARROSO, Luis Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598995. Acesso em : 18 abr. 2026.
Vaughn, Gustavo Favero. **Arbitragem comercial e controle de constitucionalidade**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556274478. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556274478/. Acesso em : 18 abr. 2026.
SALEME, Edson Ricardo. **Direito constitucional**. 5. ed. Barueri: Manole, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555766370.

Acesso em : 18 abr. 2026.

TEORIA DA EMPRESA

EMENTA: Teoria da Empresa. Empresa. Empresário. Caracterização e inscrição. Capacidade. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Gerente. Contabilista e outros auxiliares. Escrituração. Fundo de comércio e elementos incorpóreos. Empresário Individual de Responsabilidade limitada (EIRELI).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628094. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito empresarial sistematizado**: teoria, jurisprudência e prática. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771583. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771583/. Acesso em : 18 abr. 2026.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, v. 1**: teoria geral e direito societário. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626793. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771606. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771606/. Acesso em : 18 abr. 2026.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Manual de direito empresarial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771545. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771545/. Acesso em : 18 abr. 2026.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Roberta Cotta. **Manual de direito empresarial**. 20. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559778133. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de direito comercial**: direito de empresa. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627004. Acesso em : 18 abr. 2026.

DINIZ, Gustavo Saad. **Curso de direito comercial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773022. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROCESSO CIVIL DE CONHECIMENTO E SENTENÇA

EMENTA: Procedimento comum. Petição inicial. Requisitos da petição inicial. Pedido. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências preliminares e do saneamento. Não incidência dos efeitos da revelia. Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Alegações do réu. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e da organização do processo.

Audiência de instrução e julgamento. Provas. Produção antecipada da prova. Ata notarial. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Força probante dos documentos. Arguição de falsidade. Produção da prova documental. Documentos eletrônicos. Prova testemunhal. Admissibilidade e do valor da prova testemunhal. Produção da prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Sentença e coisa julgada. Elementos e dos efeitos da sentença. Remessa necessária. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Coisa Julgada. Liquidação de sentença. Cumprimento da sentença: provisório e definitivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 5. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778294. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778294/. Acesso em : 18 abr. 2026.

Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de direito processual civil, v. 2**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998332. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998332/. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil** : processo de conhecimento e procedimentos especiais. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770517. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770517/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil, v. 2**: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626298. Acesso em : 18 abr. 2026.

VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. 2. ed. Barueri: Manole, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520447956. Acesso em : 18 abr. 2026.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771460. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/. Acesso em : 18 abr. 2026.

ONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil** : volume único. 29. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778553. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778553/. Acesso em : 18 abr. 2026.

CUNHA, Maurício Ferreira. **Direito processual civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644742. Acesso em : 18 abr. 2026.

CRIMES EM ESPÉCIE I

EMENTA: Citações, intimações e notificações. Processo: comum da competência do juiz singular, do tribunal do júri. Processos especiais. Procedimento sumário. Juizado

especial criminal. Sentença e coisa julgada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo penal**: procedimentos, nulidades e recursos. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623743. Acesso em : 18 abr. 2026.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo penal e execução penal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997731. Acesso em : 18 abr. 2026.

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647774. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547214678. Acesso em : 18 abr. 2026.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996420. Acesso em : 18 abr. 2026.

BRITO, Alexis de Couto. **Execução penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627752. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 33. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770852. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/. Acesso em : 18 abr. 2026.

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553612956. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

EMENTA: Princípios da nova teoria contratual. Autonomia da vontade e função social do contrato. Boa-fé objetiva. Relatividade e sua flexibilização. Responsabilidade Pré-contratual e proibição do comportamento contraditório. Formação dos contratos. Classificação dos contratos. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Contrato preliminar, contratos atípicos e contratos aleatórios. Interpretação dos contratos. Vícios redibitórios e evicção. Extinção dos contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, v. 4** : contratos. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770951. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770951/. Acesso em : 18 abr. 2026.

LIMA, Adrianne; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. **LGPD para contratos**: adequando contratos e documentos à lei geral de proteção de dados. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597684. Acesso em : 18 abr. 2026.
TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 3** : teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998745. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998745/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Contrato de doação**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623433. Acesso em : 18 abr. 2026.
JR., Humberto Theodoro. **O contrato e sua função social**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5653-0. Acesso em : 18 abr. 2026.
Thamay, Rennan et al. **A função social do contrato**: atualizado de acordo com a Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019) e o regime jurídico emergencial de direito privado (Lei 14.010/2020). São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556272641. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272641/. Acesso em : 18 abr. 2026.
FRAGA, Patrícia Fernandes; LEAL, Fabiana Hundertmarck; MASSARUTTI, Eduardo A. de Souza. **Direito civil**, v. 3. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595026223. Acesso em : 18 abr. 2026.
LÔBO, Paulo. **Direito civil, v. 3**: contratos. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624850. Acesso em : 18 abr. 2026.
GOMES, Orlando. **Contratos**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645640. Acesso em : 18 abr. 2026.

RESPONSABILIDADE CIVIL

EMENTA: Responsabilidade Civil: elementos essenciais. Espécies de responsabilidade. Responsabilidade extracontratual subjetiva. Dano patrimonial. Dano moral: evolução doutrinária, configuração, arbitramento. Dano moral contra pessoa jurídica. Dano estético. Dano material reflexo. Dano à imagem. Responsabilidade extracontratual objetiva. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade pelo fato das coisas. Responsabilidade contratual. Inadimplemento, mora, juros de mora e cláusula penal. Os meios de defesa ou as excludentes da responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 2**: direito das obrigações e responsabilidade civil. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book.ISBN 9788530998721. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998721/. Acesso em : 18 abr. 2026.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644933. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEPEDINO, Gustavo; TERRA, Aline de Miranda Valverde; GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. **Fundamentos do direito civil, v. 4**: responsabilidade civil. 7. ed. Rio de

Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999537. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999537/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999605. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999605/. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Direito civil, v. 3** : responsabilidade civil : direito da família : direito das sucessões. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770180. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770180/. Acesso em : 18 abr. 2026.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Mário Veiga Pamplona. **Novo curso de direito civil, v. 3**: responsabilidade civil. 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627448. Acesso em : 18 abr. 2026.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, v. 7**: responsabilidade civil. 40. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004436. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624973. Acesso em : 18 abr. 2026.

CONTRATOS MERCANTIS, REGIME JURÍDICO E FALÊNCIA

EMENTA: Títulos de crédito. Classificação dos títulos de crédito. Operações virtuais. Disciplina pelo Novo Código Civil. Saque. Emissão. Aceite. Endosso. Aval. Vencimento. Pagamento. Protesto. Ação cambial. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de crédito impróprios. Contratos mercantis. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração. Factoring. Arrendamento mercantil. Alienação fiduciária em garantia. Franquia. Contrato de seguro. Contrato de transporte. Sistema financeiro nacional. Instituições financeiras. Mercado de capitais. Contratos bancários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAGALHÃES, Giovani. **Direito empresarial facilitado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559643998. Acesso em : 18 abr. 2026.

GOMES, Fábio Bellote. **Manual de direito empresarial**. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. ISBN 9786559643318. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559643318/. Acesso em : 18 abr. 2026.

VENOSA, Silvio de Salvo; RODRIGUES, Claudia. **Direito empresarial**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777396. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**: falência e recuperação de empresas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771707. Acesso em : 18 abr. 2026.
TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, v. 3**: falência e recuperação de empresas. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626755. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**: direito Societário. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772582. Acesso em : 18 abr. 2026.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito empresarial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620166. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROQUE, Pamela Romeu. **Estudos aplicados de direito empresarial**: I.L.C em direito empresarial. São Paulo: Almedina, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556278919. Acesso em : 18 abr. 2026.

5º SEMESTRE

CONTRATOS EM ESPÉCIE (DIREITO CIVIL)

EMENTA: Espécies contratuais e seus atributos. Contrato de compra e venda. Troca e permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso. Atos unilaterais. Aspectos da contratação eletrônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, v. 4** : contratos. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770951. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770951/.
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil, v. 3**: contratos. 26. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559778034. Acesso em : 18 abr. 2026.
TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 3** : teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998745. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998745/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, v. 3**: contratos. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649167. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula. **Fundamentos do direito civil, v. 3** : contratos. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999575. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999575/. Acesso em : 18 abr. 2026.
RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 22. ed. São Paulo: Forense, 2026. E-book.

Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997854. Acesso em : 18 abr. 2026.
LÔBO, Paulo. **Direito civil, v.3**: contratos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004849. Acesso em : 18 abr. 2026.
GOMES, Orlando. **Contratos**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645640. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DO CONSUMIDOR

EMENTA: Finalidade e campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. CDC: estrutura, abrangência e destinação do código. Conceitos fundamentais (consumidor, fornecedor, produto e serviço). Política das relações de consumo. Relação de consumo: conceito e regulação. Princípio da vulnerabilidade. Proteção do consumidor pré-contratual e contratual. Os direitos do consumidor e do fornecedor e suas proteções. Práticas comerciais abusivas. Contratos de consumo e seu regime especial. Cláusulas contratuais abusivas. Direito do Consumidor e regulação da publicidade. Tutela administrativa das relações de consumo. A responsabilidade civil, administrativa e penal do fornecedor de produtos e serviços. As relações de consumo em juízo. Direito do consumidor e atividade empresarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim A. **Manual de direito do consumidor**: direito material e processual: volume único. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530999094. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999094/. Acesso em : 18 abr. 2026.
PERES FILHO, José Augusto. **Direito do consumidor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645596. Acesso em : 18 abr. 2026.
GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e; MARQUES, Cláudia Lima. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645527. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Direito do consumidor**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771408. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771408/. Acesso em : 18 abr. 2026.
CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772766. Acesso em : 18 abr. 2026.
Editoria Jurídica da Editora Manole (org.). **Código de Defesa do Consumidor**: Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. 16. ed. Barueri: Manole, 2026. E-book. ISBN 9788520469262. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520469262/. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur,

2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625987. Acesso em : 18 abr. 2026.
GIANCOLI, Brunno. **Curso de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623303. Acesso em : 18 abr. 2026.

CRIMES EM ESPÉCIE II

EMENTA: Leis penais especiais: Lei dos crimes hediondos. Lei de drogas. Lavagem de dinheiro. Crimes contra o consumidor. Estatuto do desarmamento. Abuso de autoridade. Lei de violência doméstica. Estatuto da criança e do adolescente. Discriminação racial. Lei dos crimes ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo Lima. **Direito penal, v. 3.** 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619887. Acesso em : 18 abr. 2026.
LENZA, Pedro (org.). **Direito penal**: parte especial. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628070. Acesso em : 18 abr. 2026.
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 2.** 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627615. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, v. 2**: parte especial: arts. 121 a 212. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770401. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770401/. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal, v. 2**: parte especial : arts. 121 a 212 do código penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999414. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999414/. Acesso em : 18 abr. 2026.
JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz; FIGUEIREDO, Maria Patrícia Vanzolini. **Manual de direito penal**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625253. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito penal**: partes geral e especial. 10. ed. São Paulo: Método, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997670. Acesso em : 18 abr. 2026.
GRECO, Rogério. **Direito penal estruturado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996987. Acesso em : 18 abr. 2026.

INTRODUÇÃO AO PROCESSO PENAL

EMENTA: As garantias constitucionais do processo penal. Investigações preliminares: inquérito policial e outras formas de investigação. Ação penal. Condições da ação

penal. Condições de procedibilidade. Pressupostos processuais. Espécies de ação penal (ação penal de iniciativa pública, ação penal de iniciativa pública condicionada, ação penal de iniciativa privada). Ação civil ex delicto. Competência: conceito, classificação e critérios determinadores. Competência absoluta e relativa. Modificação de competência. Conflito de competência. Questões e processos incidentes. Teoria da prova no processo penal e provas em espécie. Prisão e liberdade: prisão cautelar (conceito, natureza jurídica, pressupostos e espécies), liberdade provisória (com e sem fiança) e medidas alternativas à prisão cautelar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997717. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 32. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625826. Acesso em : 18 abr. 2026.

MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para o exame da OAB**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624508. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MASSON, Cleber; JÚNIOR, Ernani Vilhena. **Prática penal, civil e tutela coletiva**: ministério público. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996949. Acesso em : 18 abr. 2026.

SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. **Manual de processo e prática penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5598-4. Acesso em : 18 abr. 2026.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773060. Acesso em : 18 abr. 2026.

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553612956. Acesso em : 18 abr. 2026.

LOPES JR., Aury. **Prisões cautelares**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624504. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DE FAMÍLIA

EMENTA: Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Casamento. Capacidade. Impedimentos. Causas suspensivas. Processo de habilitação. Celebração e provas do casamento. Invalidade do casamento. Eficácia do casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Proteção da pessoa dos filhos. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar: exercício, suspensão e extinção. Pacto antenupcial. Regimes de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bens de família. União estável. Tutela. Curatela.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, v. 5**: direito de família. 40. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786551770029. Acesso em : 18 abr. 2026.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, v. 6**: direito de família. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771101. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771101/. Acesso em : 18 abr. 2026.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 5** : direito de família. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998806. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998806/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 6**: direito de família. 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004634. Acesso em : 18 abr. 2026.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 15. ed. São Paulo: Forense, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530998172. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do direito civil, v. 6**: direito de família. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996628. Acesso em : 18 abr. 2026.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, v. 5**: direito de família. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649129. Acesso em : 18 abr. 2026.

PRADO, Roberta Nioac. **Estratégias para regrar relações familiares no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553625082. Acesso em : 18 abr. 2026.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA: Conciliação. Mediação: princípios e conceitos fundamentais. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, negociação, conciliação e transação. O papel e a atividade do mediador. Perspectivas na mediação. Negociação: origem, conceituação, histórico. Negociação: aspectos sociais, políticos e econômicos. Relações interpessoais e inter–organizacionais. Negociação e ambiente organizacional. A pessoa do negociador: criatividade e intuição; visão holística. A negociação como atividade cotidiana. Táticas e estratégias de negociação. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. A arbitragem no Brasil. Análise da Lei nº 9.307/1996.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Arbitragem**: mediação, conciliação e negociação. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648191. Acesso em : 18 abr. 2026.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas**

restaurativas. 8. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648030. Acesso em : 18 abr. 2026.
TONIN, Mauricio Morais. **Arbitragem, mediação e outros métodos de solução de conflitos envolvendo o poder público**. São Paulo: Almedina, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584934720. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação**: conciliação e negociação. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620568. Acesso em : 18 abr. 2026.
MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de conflitos**. São Paulo: Érica, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786558110477. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROCHA, Caio Cesar Vieira; SALOMÃO, Luis Felipe. **Arbitragem e mediação**. São Paulo: Atlas, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597012798. Acesso em : 18 abr. 2026.
SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da. **Mediação de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522478866. Acesso em : 18 abr. 2026.
CARDOSO, Marcel Carvalho Engholm. **Arbitragem e financiamento por terceiros**. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584935994. Acesso em : 18 abr. 2026.

FUNDAMENTOS GERAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA: Administração Pública. Conceito. Administração Pública como atividade. Função administrativa do Estado. Administração como sujeito: pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos. Desconcentração e descentralização. Estrutura: administração direta e indireta. Órgãos públicos: teorias, conceito, natureza, classificação. Regime jurídico da Administração Pública. Poderes da Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 16. ed. Rio de janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996345. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627055. Acesso em : 18 abr. 2026.
ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620421. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778393. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778393/. Acesso em : 18

abr. 2026.
CARVALHO FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 39. ed. São Paulo: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777082. Acesso em : 18 abr. 2026.
ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-4882-5. Acesso em : 18 abr. 2026.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998660. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998660/. Acesso em : 18 abr. 2026.
SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. ISBN 9786551771125. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771125/. Acesso em : 18 abr. 2026.

RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

EMENTA:
Constituição e Direito Processual. Atos do juiz. Pronunciamentos judiciais. Teoria da sentença. Coisa julgada. Novíssimo sistema recursal brasileiro conforme o CPC/2015. Meios de impugnação das decisões judiciais. Ações impugnativas autônomas. Sucedâneos recursais. Teoria Geral dos Recursos. Princípios Constitucionais do Processo no âmbito recursal. Recursos em espécie. Função Constitucional dos Tribunais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinela. **Tutela provisória no cpc**: dos 20 anos de vigência do art. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553601677. Acesso em : 18 abr. 2026.
GOUVÊA, José Roberto Ferreira; FONSECA, João Francisco Naves da; GRECO, Leonardo. **Comentários ao código de processo civil, v. 16**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591347. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Processo civil**: execução civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609055. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinela. **Novo código de processo civil anotado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547217181. Acesso em : 18 abr. 2026.
SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771460. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/. Acesso em : 18 abr. 2026.
PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786584004498. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/. Acesso em : 18

abr. 2026.
LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559640133. Acesso em : 18 abr. 2026.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 5. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778294. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778294/. Acesso em : 18 abr. 2026.

6º SEMESTRE

DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA: Ato Administrativo. Conceito. Atributos. Elementos. Classificação. Vícios. Extinção e convalidação. Confirmação. Licitação: conceito e princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimento. Anulação e revogação. Contrato administrativo. Conceito. Características. Formalidades. Modalidades. Rescisão. Contratos de gestão. Convênio e consórcio administrativo. Terceirização na Administração Pública. Serviços públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RODRIGUES, Rodrigo Bordalo. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598230. Acesso em : 18 abr. 2026.
COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598223. Acesso em : 18 abr. 2026.
SPITZCOVSKY, Celso. **Nova lei de licitações e contratos administrativos**: principais diretrizes e mudanças. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623242. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SLOMSKI, Valmor. **Contabilidade do terceiro setor**: uma abordagem operacional. São Paulo: Atlas, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522480166. Acesso em : 18 abr. 2026.
PAES, José Eduardo Sabo; CHIELE, Marinez. **Terceiro setor e tributação, v.4**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5624-0. Acesso em : 18 abr. 2026.
ANDRADE, Renato Almeida de; VELOSO, Renato dos Santos. **Serviço social gestão e terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502635364. Acesso em : 18 abr. 2026.
VARGAS, Vinícius B. **Inovação no setor público**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595022928. Acesso em : 18 abr. 2026.
BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522479726. Acesso em : 18 abr. 2026.

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

EMENTA: Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Convenções e Recomendações internacionais do trabalho. Direito individual do trabalho. Contrato individual de trabalho: formação, execução. Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Salário e remuneração: tipos de salário. Participação nos lucros da empresa. Jornada de trabalho, repouso intra e inter jornada de trabalho. Banco de horas. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Adicionais de hora extra, noturno, insalubridade, periculosidade e transferência. Formas de estabilidade. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Formas de extinção do contrato de trabalho. Aviso prévio, Férias e décimo terceiro salário. Prescrição e decadência. Cálculos trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553628977. Acesso em : 18 abr. 2026.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771385. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771385/. Acesso em : 18 abr. 2026.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621729. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770777. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770777/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BRASILEIRO, Eduardo Tambelini. **Quarta revolução industrial e direito do trabalho**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556275550. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275550/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PAFOVANI, Daniela Wernecke. **Direito do trabalho e imigração**: imigrantes indocumentados e a proteção da OIT. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556275369. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275369/. Acesso em : 18 abr. 2026.

RENZETTI, Rogério. **Manual de direito do trabalho**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559641079. Acesso em : 18 abr. 2026.

SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. **Casos práticos, direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9789724084367. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROCESSO PENAL II

EMENTA: Da prova. Sujeitos processuais. Prisão. Medidas cautelares. Liberdade provisória. Citação e intimação. Medida de segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES JR., Aury. **Fundamentos do processo penal**: introdução crítica. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625611. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo penal**: procedimentos, nulidades e recursos. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623743. Acesso em : 18 abr. 2026.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Nulidades no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547214678. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625673. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 33. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770852. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/. Acesso em : 18 abr. 2026.

FRANCAVILLA, Enrico. **Mandado de segurança**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547220457. Acesso em : 18 abr. 2026.

THEODORO JR., Humberto. **Lei do mandado de segurança comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530982652. Acesso em : 18 abr. 2026.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598872. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DAS COISAS

EMENTA: Posse: origem e evolução histórica. Teorias principais da posse. Conceito, natureza jurídica e elementos da posse. Sujeito e objeto da posse. A posse e sua classificação. Aquisição, efeitos e perda da posse. Proteção possessória. Classificação dos direitos reais. A propriedade. Conceito de propriedade. A tutela e as titularidades da propriedade. Função social da propriedade. Aquisição da propriedade imóvel: usucapião, aquisição pelo registro de título, aquisição por acessão. Aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade. Os direitos de vizinhança. Condomínio geral e edilício. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador do imóvel. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 4** : direito das coisas. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998783. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998783/. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 5**: direito das coisas. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004511. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil, v. 2**: contratos em espécie: direito das coisas. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770104. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770104/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, v. 4**: direito das coisas. 40. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004351. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 5**: direito das coisas. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626182. Acesso em : 18 abr. 2026.

LÔBO, Paulo. **Direito civil, v.4**: coisas. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004801. Acesso em : 18 abr. 2026.

VALENTE, Rubem. **Direito civil facilitado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645510. Acesso em : 18 abr. 2026.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. **Manual de direito civil** : volume único. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771262. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

EMENTA: Direito Internacional Público: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Evolução histórica. Sujeitos do Direito Internacional Público. Personalidade internacional. Fontes do Direito Internacional Público. Relações entre o Direito Internacional e o Direito Interno. Teoria geral do reconhecimento de Estado, de Governo e de beligerância. Direitos e deveres dos Estados. Restrições aos direitos dos Estados. O dever de não intervenção. Território do Estado. Soberania e supremacia territorial. Limites e fronteiras. Domínio terrestre, aéreo, marinho e fluvial do Estado. Áreas que estão fora da jurisdição dos Estados. Tratados internacionais. Órgãos do Estado nas relações internacionais. Chefes de Estado, de Governo. Ministro das Relações Exteriores. Agentes diplomáticos e consulares. Meios de solução dos litígios internacionais. Formas diplomáticas, jurídicas, coercitivas e políticas. Responsabilidade internacional dos Estados. Organismos internacionais: conceito,

classificação, funções e potencialidades. ONU: precedentes históricos, principais órgãos e funções. Proteção Internacional dos Direitos do Homem. Anistia Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004559. Acesso em : 18 abr. 2026.
GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628339. Acesso em : 18 abr. 2026.
RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624478. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, Diego de Souza Araújo; TÁVORA, Fabiano. **Direito internacional**: público, privado e comercial. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609147. Acesso em : 18 abr. 2026.
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado**: teoria e prática. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623228. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624511. Acesso em : 18 abr. 2026.
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 27. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625239. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996550. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROJETO DE EXTENSÃO 3

EMENTA: Conduzir constantemente à reflexão crítica e sensível do papel do Direito na sociedade. Proporcionar experiências no campo do Direito para que os discentes assimilem e pratiquem conteúdos teórico-práticos a partir de uma perspectiva extensionista. Promover diferentes possibilidades e interesses de atuação, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Toda a bibliografia sugerida para o período.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Toda a bibliografia sugerida para o período.

BIODIREITO

EMENTA: Direito e Bioética. Princípios da Bioética. Os aspectos referentes ao microbiodireito e macrobiodireito. O respeito à dignidade humana como paradigma do Estado Democrático de Direito, delimitando questões ético- jurídicas. Implantes e transplantes de órgãos e tecidos. Aborto, Tanatologia. Eutanásia e Pena de Morte. Transexualismo. Comércio de tecidos e órgãos humanos. Engenharia genética e o Direito. Clonagem de seres vivos. Venda de óvulos e barriga de aluguel. Inseminação e fertilização in vitro. Procriação assistida. Doação voluntária e compulsória de órgãos. Transgênicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOVAIS, Alinne Arquette Leite; CABRAL, Hildeliza Boechat; MOREIRA, Raquel Veggi (orgs.). **Tratado de bioética jurídica**. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556275659. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275659/. Acesso em : 18 abr. 2026.

COHEN, Claudio; OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de. **Bioética, direito e medicina**. Barueri: Manole, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520458587. Acesso em : 18 abr. 2026.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de bioética e biodireito**. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556270302. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, José Vitor da. **Bioética**: visão multidimensional. São Paulo: Iátria, 2010. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788576140863. Acesso em : 18 abr. 2026.

SCHLINK, Bernhard; MARTINS, Leonardo. **Bioética à luz da liberdade científica**: estudo de caso baseado na decisão do stf sobre a constitucionalidade da lei de biossegurança e no direito comparado alemão. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522489787. Acesso em : 18 abr. 2026.

HOGEMANN, Edna Raquel Rodrigues Santos. **Conflitos bioéticos**: clonagem humana. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502183377. Acesso em : 18 abr. 2026.

MMARTINS-COSTA, Judith; MÖLLER, Letícia Ludwig. **Bioética e responsabilidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5606-6. Acesso em : 18 abr. 2026.

GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. **Bioética e direitos fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502163126. Acesso em : 18 abr. 2026.

CUMPRIMENTO DE EXECUÇÃO E SENTENÇA

EMENTA: Estudo do Sistema Recursal Brasileiro e da Ordem dos Processos nos Tribunais. Análise da natureza jurídica dos recursos. Compreensão dos atos processuais sujeitos à recursos. Estudo do juízo de admissibilidade e do juízo de mérito dos recursos. Comparação entre o recurso principal e o recurso adesivo.

Estudo dos princípios fundamentais do Direito Recursal (Princípio da Taxatividade; Princípio da Singularidade ou Unirrecorribilidade; Princípio da Fungibilidade e Princípio da Proibição da reformatio in pejus). Análise dos efeitos dos recursos (Devolutivo, Suspensivo, Translativo, Expansivo e Regressivo). Estudo das espécies recursais: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário constitucional, recurso extraordinário, recurso especial e embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella; BONNDIOLI, Luís Guilherme Aidar; GOUVÊA, José Roberto Ferreira. **Comentários ao código de processo civil, v. 10**: da liquidação e do cumprimento de sentença. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553600205. Acesso em : 18 abr. 2026.
GAGLIANO, Pablo Stolze; VIANA, Salomão. **Manual da sentença cível**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611744. Acesso em : 18 abr. 2026.
GOUVÊA, José Roberto Ferreira; FONSECA, João Francisco Naves da; GRECO, Leonardo. C**omentários ao código de processo civil, v. 16**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591347. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NETO, Raimundo Silvino da Costa; RODRIGUES, Rodrigo Cordeiro de Souza. **Sentença cível**. Rio de Janeiro: Método, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530972486. Acesso em : 18 abr. 2026.
ABELHA, Marcelo. **Manual de Execução Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Processo civil**: execução civil. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609055. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARCATO, Antonio Carlos. **Código de processo civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772148. Acesso em : 18 abr. 2026.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559772575. Acesso em : 18 abr. 2026.

7º SEMESTRE

ÉTICA

EMENTA: O objeto do saber ético e as normas morais. Moral, justiça e direito. Natureza e historicidade das normas morais. Configurações éticas. Princípios éticos. Ética no pensamento clássico: Platão e Aristóteles. Ética e razão. A ação humana. As virtudes éticas. Ética na modernidade. O discurso ético. Ética utilitária e ética pragmática. Ética individualista e ética do consenso. Desafios contemporâneos. Ética e concepção de democracia. Ética e direito. Legalidade e legitimidade: o discurso jurídico e suas implicações. Direito e justiça. A ordem social, a ética e o ordenamento jurídico. Ética Profissional. O papel do bacharel em Direito no contexto social

brasileiro. Ética e direitos humanos. Relações interdisciplinares na ação do profissional. Regras deontológicas. Vocação ética das ciências jurídicas. Consciência ética do jurista. Os deveres ético-profissionais. O controle de conduta dos profissionais do Direito. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética profissional e novas profissões jurídicas. Estatuto da Advocacia e Código de Ética da Advocacia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LÔBO, Paulo. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628360. Acesso em : 18 abr. 2026.

RACHID, Alysson. **Dominando ética**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786551770265. Acesso em : 18 abr. 2026.

SCALQUETTE, Ana Cláudia. **What's Up?** : desafios ao direito : inteligência artificial : uso de dados pessoais : Covid-19 : direito à saúde : crianças, adolescentes e idosos no mundo digital : biotecnologia e bioética. Rio de Janeiro: Actual, 2022. E-book. ISBN 9786556276557. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276557/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KRUG, Pamela. **Ética e estatuto da OAB**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645343. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo; NEVES, Karina Penna; BEIJATO JUNIOR, Roberto. **Estatuto da advocacia e código de ética e disciplina da OAB** : comentados. 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530999452. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999452/. Acesso em : 18 abr. 2026.

SARAIVA, Editora. **Estatuto da advocacia e da OAB (lei n. 8.906, de 7-4-1994)**. São Paulo: Expressa, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623484. Acesso em : 18 abr. 2026.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética geral e profissional**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599602. Acesso em : 18 abr. 2026.

ATLAS, Equipe. **Estatuto da advocacia e a ordem dos advogados do Brasil**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597001969. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DO TRABALHO I

EMENTA:

Reflexão sobre o papel dos Sindicatos. Estudo do Acordo e da Convenção Coletiva do Trabalho. Reflexão sobre o direito de Greve. Análise da Organização Internacional do Trabalho. Convenção 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência. Fiscalização de cumprimento da cota de empregados com deficiência pelas empresas. Estudo sobre Processo Administrativo do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Editoria Jurídica da Editora Manole (org.). **CLT**: Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. 11. ed. Barueri: Manole, 2026. E-book. ISBN 9788520469293. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520469293/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PORTO, Noemia; FILHO, Ricardo Lourenço. **Direito individual do trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559643165. Acesso em : 18 abr. 2026.

ZAFFARI, Eduardo Kucker; GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; REIS, Anna C. Gomes dos. **Direito coletivo do trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901442. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625949. Acesso em : 18 abr. 2026.

KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo: Blucher, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555500295. Acesso em : 18 abr. 2026.

POSSÍDIO, Cyntia; MARTINEZ, Luciano. **O trabalho nos tempos do coronavírus**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591279. Acesso em : 18 abr. 2026.

CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **CLT**: comentários à consolidação das leis trabalhistas. 49. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624034. Acesso em : 18 abr. 2026.

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Negociação coletiva de trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530981105. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO AMBIENTAL

EMENTA: Noções e conceitos de Direito Ambiental. Evolução histórica. Fontes. Princípios do Direito Ambiental. Fundamentos históricos e constitucionais. Relações entre o Direito Ambiental com as Ciências Jurídicas. Tutela Constitucional do Direito Ambiental. Competências legislativas relacionadas ao Direito Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Educação Ambiental. SISNAMA. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental. Proteção da vegetação. Concessão Florestal. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Proteção das águas. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro. Crimes ambientais. Infrações administrativas. Direito Internacional Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597001525. Acesso em : 18 abr. 2026.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628209. Acesso em : 18 abr. 2026.
TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786551770142. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626472. Acesso em : 18 abr. 2026.
SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620438. Acesso em : 18 abr. 2026.
CONTE, Christiany Pegorari; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Crimes ambientais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547221591. Acesso em : 18 abr. 2026.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Direito ambiental contemporaneo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502631595. Acesso em : 18 abr. 2026.
JR., Arlindo Philippi; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520439241. Acesso em : 18 abr. 2026.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL

EMENTA

Estudo das leis penais especiais, complementares ao Código Penal e sua relação com os princípios norteadores do atual Direito Penal, com ênfase no objeto material, sujeito ativo e passivo, e suas consequências. Análise dos preceitos primários (formas qualificadas e privilegiadas) e as sanções jurídicas correspondentes, bem como as regras particulares e normas explicativas. Destaques aos valores e interesses de maior significação, merecedores de tutela jurídico-penal. Leis penais extravagantes, especiais, extraordinárias e temporárias: distinção. Contravenções penais: conceito, distinção em face do crime, aspectos gerais e classificação como de menor potencial ofensivo. Principais contravenções penais. Abuso de autoridade. Delitos de circulação viária. Crimes contra as relações de consumo. Racismo. Tortura. Meio ambiente. Crimes de "colarinho branco". Crimes cometidos contra idosos. Estatuto do Desarmamento. Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens. Crimes de trânsito. Crimes de imprensa. Leis dos Entorpecentes. Lei das Contravenções Penais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEFAM, André. **Direito penal**: parte especial: (arts. 235 a 359-S). 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771248. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771248/. Acesso em : 18 abr. 2026.
CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, v. 3** : parte especial : arts. 213 a 359-T. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771309. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771309/. Acesso em : 18 abr. 2026.
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 4**: parte especial. 19. ed.

São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627554. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623552. Acesso em : 18 abr. 2026.

ESTEFAM, André. **Direito penal contemporâneo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597486. Acesso em : 18 abr. 2026.

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book. ISBN 9788553625222. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/. Acesso em : 18 abr. 2026.

MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugênio. **Direito penal contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2011. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502137660. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial arts. 121 a 212. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626656. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Evolução dos Direitos Humanos. Fundamentação dos Direitos Humanos. Jusnaturalismo e Direitos Humanos. Jus-racionalismo moderno e Direitos Humanos. Juspositivismo jurídico e Direitos Humanos. Humanismo e Direitos Humanos. Mecanismos jurídicos de proteção. Tratados Internacionais. Direitos Humanos e igualdade. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MALHEIRO, Emerson. **Direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644056. Acesso em : 18 abr. 2026.

RAMOS, André De Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770166. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770166/. Acesso em : 18 abr. 2026.

GUERRA, Sidney. **Curso de direitos humanos**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628322. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624478. Acesso em : 18 abr. 2026.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos humanos na pandemia**: desafios e proteção efetiva. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553622890. Acesso em : 18 abr. 2026.

BECK, Cesar; GRIEBLER, Jaqueline Beatriz; MARCHT, Laura Mallmann. **Direitos humanos e pós-humanismo**: o futuro entre corpos, máquinas e tecnologia. Ijuí:

Unijuí, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788541903165. Acesso em : 18 abr. 2026.
PAULA, Renato Francisco dos Santos (org.). **Direitos humanos em tempos de barbárie**: questionar o presente para garantir o futuro. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555552478. Acesso em : 18 abr. 2026.
CASTILHO, Ricardo dos Santos. **Direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599589. Acesso em : 18 abr. 2026.

TRIBUTOS EM ESPÉCIE

EMENTA: Os tributos em espécie. Tributos federais: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Contribuições Sociais, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais ou Econômicas. Tributos estaduais: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Tributos municipais: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625635. Acesso em : 18 abr. 2026.
ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996925. Acesso em : 18 abr. 2026.
QUINTANILHA, Gabriel Gabriel Sant'Anna. **Manual de direito tributário**: volume único. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530998950. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998950/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito tributário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645725. Acesso em : 18 abr. 2026.
COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993900. Acesso em : 18 abr. 2026.
SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Manual de direito tributário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559776962. Acesso em : 18 abr. 2026.
BRAZUNA, José Luis Ribeiro. **Direito tributário aplicado**. 2. ed. São Paulo:

Almedina, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556273723. Acesso em : 18 abr. 2026.
PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo** : constitucional tributário, normas gerais e tributos em espécie. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771507. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771507/. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DAS SUCESSÕES

EMENTA: Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Sucessão em geral. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Codicilos. Legados: efeitos, pagamento e caducidade. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições: vulgar, recíproca e fideicomissária. Deserdação. Inventário. Sonegados. Pagamento das dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, V. 7** : direito das sucessões. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771088. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771088/. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v. 7**: direito das sucessões. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004610. Acesso em : 18 abr. 2026.
PRADO, Roberta Nioac. **Estratégias para regrar relações familiares no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553625082. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos R.; LENZA, Pedro. **Direito civil, v. 3** : responsabilidade civil : direito da família : direito das sucessões. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770180. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770180/. Acesso em : 18 abr. 2026.
DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, v. 6**: direito das sucessões. 40. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004696. Acesso em : 18 abr. 2026.
LÔBO, Paulo. **Direito civil, v. 6**: sucessões. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004924. Acesso em : 18 abr. 2026.
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo Mário Veiga. **Manual de direito civil** : volume único. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771262. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/. Acesso em : 18

abr. 2026.
SCHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil contemporâneo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770814. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770814/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO CIVIL

EMENTA: Procedimentos especiais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Manutenção e da reintegração de posse. Interdito proibitório. Ação de divisão e da demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e da partilha. Legitimidade para requerer o inventário. Inventariante e primeiras declarações. Citações e impugnações. Avaliação e do cálculo do imposto. Colações. Pagamento das dívidas. Partilha. Arrolamento. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de família. Ação monitória. Homologação do penhor legal. Regulação de avaria grossa. Restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária. Notificação e interpelação. Alienação judicial. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens dos ausentes. Coisas vagas. Interdição. Disposições comuns à tutela e à curatela. Organização e fiscalização das fundações. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Manual de direito processual civil**. 5. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778294. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778294/. Acesso em : 18 abr. 2026.
BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770630. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/. Acesso em : 18 abr. 2026.
SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771460. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de direito processual civil contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786584004498. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Processo civil**: procedimentos especiais. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553629370. Acesso em : 18 abr. 2026.
ALVIM, Eduardo Arruda; GRANADO, Daniel William; FERREIRA, Eduardo Aranha. **Direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611416. Acesso em : 18 abr. 2026.

BERMUDES, Sergio. **Introdução ao processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530983666. Acesso em : 18 abr. 2026.
NETO, Edgard Audomar Marx. **Processo civil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530982324. Acesso em : 18 abr. 2026.

OPTATIVA I
EMENTA: De acordo com o conteúdo curricular de disciplinas elencadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

8º SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO – PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA NPJ I
EMENTA: Atividades simuladas de prática das atividades forenses e não forenses. Elaboração de peças processuais e profissionais simuladas. Atuação em processos simulados. Estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos (procedimentos, pelo exame de autos findos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Bibliografia de acordo com a atividade a ser executada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Bibliografia de acordo com a atividade a ser executada.

DIREITO DO TRABALHO II
EMENTA:
Reflexão sobre o papel dos Sindicatos. Estudo do Acordo e da Convenção Coletiva do Trabalho. Reflexão sobre o direito de Greve. Análise da Organização Internacional do Trabalho. Convenção 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência. Fiscalização de cumprimento da cota de empregados com deficiência pelas empresas. Estudo sobre Processo Administrativo do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
Editoria Jurídica da Editora Manole (org.). **CLT**: Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. 11. ed. Barueri: Manole, 2026. E-book. ISBN 9788520469293. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520469293/. Acesso em : 18 abr. 2026.
PORTO, Noemia; FILHO, Ricardo Lourenço. **Direito individual do trabalho**. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559643165. Acesso em : 18 abr. 2026.
ZAFFARI, Eduardo Kucker; GIACOMELLI, Cinthia L. Ferreira; REIS, Anna C. Gomes dos. **Direito coletivo do trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901442. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625949. Acesso em : 18 abr. 2026.
KALIL, Renan Bernardi. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo: Blucher, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555500295. Acesso em : 18 abr. 2026.
POSSÍDIO, Cyntia; MARTINEZ, Luciano. **O trabalho nos tempos do coronavírus**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591279. Acesso em : 18 abr. 2026.
CARRION, Valentin; CARRION, Eduardo. **CLT**: comentários à consolidação das leis trabalhistas. 49. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624034. Acesso em : 18 abr. 2026.
SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Negociação coletiva de trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530981105. Acesso em : 18 abr. 2026.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA: Elaboração de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, coleta de dados e levantamento bibliográfico. Complemento da pesquisa, fichamento e redação provisória do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553622320. Acesso em : 18 abr. 2026.
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307. Acesso em : 18 abr. 2026.
FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (org.). **Metodologia da pesquisa em direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004290. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4. ed. Barueri: Manole, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555762174. Acesso em : 18 abr. 2026.
DEMO, Pedro. **Praticar ciência**: metodologias do conhecimento científico 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502148079. Acesso em : 18 abr. 2026.
VARGAS, Caroline. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620827. Acesso em : 18 abr. 2026.
LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026580. Acesso em : 18 abr. 2026.
NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa**. São Paulo:

Cengage Learning, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555582307. Acesso em : 18 abr. 2026.

PRÁTICA FORENSE CIVIL
EMENTA:
Prática Jurídica Ambiental e Urbana. Prática em Direitos Humanos e Prática Jurídica em Mediação, Conciliação, Negociação e Arbitragem. Audiências Simuladas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MESSA, Ana Flávia; ROVAI, Armando Luiz. **Manual de arbitragem**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556272702. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272702/. Acesso em : 18 abr. 2026.
MACIEL, Araujo, Yuri. **Arbitragem e devido processo legal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556272429. Acesso em : 18 abr. 2026.
TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de prática civil**. 21. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530998912. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998912/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625055. Acesso em : 18 abr. 2026.
KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530994198. Acesso em : 18 abr. 2026.
CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625093. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARTINS, Flávio. **Direitos sociais em tempos de crise econômica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620562. Acesso em : 18 abr. 2026.
GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação**: conciliação e negociação. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620568. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROCESSO DO TRABALHO I
EMENTA:
Organização da Justiça do Trabalho. Competência. Ministério Público do Trabalho. Atos, Termos, Prazos e Nulidades Processuais. Partes e Procuradores. Dissídio Individual. Recursos Trabalhistas. Execução Trabalhista. Procedimentos Especiais. Dissídio Coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro; HIRATA, Carolina Marzola; FELISBINO, Rafael Camargo. **Direito processual do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-

book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645862. Acesso em : 18 abr. 2026.
REIS, Anna C. Gomes dos; ARAÚJO, Kleber Soares de; OLIVEIRA, Lauro E. Cavalcanti de. **Direito processual do trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901510. Acesso em : 18 abr. 2026.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771385. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771385/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621729. Acesso em : 18 abr. 2026.
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770753. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770753/. Acesso em : 18 abr. 2026.
ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619467. Acesso em : 18 abr. 2026.
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623002. Acesso em : 18 abr. 2026.
SANDES, Fagner. **Direito do trabalho e processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591682. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROCESSO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Teoria geral do direito processual tributário. A evolução do direito processual tributário. Princípios fundamentais. Fontes do direito processual e competência legislativa. Justiça tributária e processo tributário. Procedimento e processo administrativo tributário. Princípios do processo administrativo. Lançamento, procedimento e processo administrativo. Privatização da gestão tributária (agentes retentores, substitutos tributários). Prova no processo administrativo tributário. O processo tributário administrativo federal, estadual e municipal. Processo judicial tributário. Execução fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Manual de direito tributário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778515. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778515/. Acesso em : 18 abr. 2026.
BRAZUNA, José Luis Ribeiro. **Direito tributário aplicado**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556273723. Acesso em : 18 abr.

2026.
REIS, Anna C. G. dos; GIACOMELLI, Cinthia L. F.; OLIVEIRA, Karoline F. **Normas especiais do direito tributário**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556902869. . Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTELLO, Fabiana Lopes Pinto. **Direito tributário ambiental**: recursos hídricos. Barueri: Manole, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788578683498. Acesso em : 18 abr. 2026.
SCHOUERI, Luis Eduardo. **Direito tributário**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625666. Acesso em : 18 abr. 2026.
AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625635. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAZZA, Alexandre. **Curso de direito tributário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771286. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771286/. . Acesso em : 18 abr. 2026.
COSTA, Regina Helena. **Curso de direito tributário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770593. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770593/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROJETO DE EXTENSÃO 4

EMENTA: Conduzir constantemente à reflexão crítica e sensível do papel do Direito na sociedade. Proporcionar experiências no campo do Direito para que os discentes assimilem e pratiquem conteúdos teórico-práticos a partir de uma perspectiva extensionista. Promover diferentes possibilidades e interesses de atuação, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Toda a bibliografia sugerida para o período.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Toda a bibliografia sugerida para o período.

OPTATIVA II

EMENTA: De acordo com o conteúdo curricular de disciplinas elencadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida pelo aluno.

9º SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO – PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA - NPJ II

EMENTA: Atividades simuladas de prática das atividades forenses e não forenses. Elaboração de peças processuais e profissionais simuladas. Atuação em processos simulados. Estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Bibliografia de acordo com a atividade a ser executada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Bibliografia de acordo com a atividade a ser executada.

PROCESSO DO TRABALHO II

EMENTA: Princípios e singularidades do Direito Processual do Trabalho. Organização judiciária do trabalho. Ministério Público do Trabalho. Jurisdição. Jurisdição Voluntária. Competência. Modificações da competência. Processo. Procedimento. Atos e fatos processuais. Prazos processuais. Nulidades. Partes. Litisconsórcio. Assistência. Substituição processual. Intervenção de terceiros. Petição inicial. Defesa do reclamado. Exceções. Reconvenção. Audiência de conciliação e instrução. Prova. Sentença. Requisitos. Coisa julgada. Recursos. Reclamação correcional. Requisitos de admissibilidade. Liquidação. Execução. Recurso na execução. Ações especiais. Dissídio coletivo. Requisitos. Formalidade. Instrução. Sentença normativa. Recursos nos processos de dissídio coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REIS, Anna C. Gomes dos; ARAÚJO, Kleber Soares de; OLIVEIRA, Lauro E. Cavalcanti de. **Direito processual do trabalho**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901510. Acesso em : 18 abr. 2026.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621729. Acesso em : 18 abr. 2026.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SOUZA, Tercio Roberto Peixoto. **Curso de direito processual do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623002. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771385. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771385/. Acesso em : 18 abr. 2026.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619467. Acesso em : 18 abr. 2026.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito processual do trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770753. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770753/. Acesso em : 18 abr. 2026.

SANDES, Fagner. **Direito do trabalho e processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo:

Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591682. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro; HIRATA, Carolina Marzola; FELISBINO, Rafael Camargo. **Direito processual do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645862. Acesso em : 18 abr. 2026.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
EMENTA: Finalização da pesquisa, redação definitiva e apresentação perante banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria prática da monografia para cursos de direito. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553622320. Acesso em : 18 abr. 2026.
MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553627307. Acesso em : 18 abr. 2026.
FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo (org.). **Metodologia da pesquisa em direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004290. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4. ed. Barueri: Manole, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555762174. Acesso em : 18 abr. 2026.
DEMO, Pedro. **Praticar ciência**: metodologias do conhecimento científico 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502148079. Acesso em : 18 abr. 2026.
VARGAS, Caroline. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática. São Paulo: Expressa, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620827. Acesso em : 18 abr. 2026.
LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026580. Acesso em : 18 abr. 2026.
NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555582307. Acesso em : 18 abr. 2026.

PRÁTICA FORENSE TRABALHISTA
EMENTA: Ação Cautelar. Ação Rescisória. Acidente do Trabalho. Audiência de Conciliação. Petição Inicial. Contestação. Dissídios individuais e coletivos. Distribuição. Citação Inicial. Conflitos de Competência. Despesas. Prova. Razões finais. Protesto. Sentença. Recursos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, Sérgio Pinto. **Prática trabalhista**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-

book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623853. Acesso em : 18 abr. 2026.
GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I. C.; ZAFFARI, Eduardo K. **Prática trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556903453. Acesso em : 18 abr. 2026.
LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado**: advocacia prática civil, trabalhista e criminal. 35. ed. Barueri: Manole, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555769173. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

REDINZ, Marco Antônio. **Contratos trabalhistas na prática**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553610075. Acesso em : 18 abr. 2026.
CISNEIROS, Gustavo. **Processo do trabalho sintetizado**. Rio de Janeiro: Método, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530981440. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROCHA, Afonso de Paula Pinheiro; HIRATA, Carolina Marzola; FELISBINO, Rafael Camargo. **Direito processual do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645862. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito processual do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553621729. Acesso em : 18 abr. 2026.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771385. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771385/. Acesso em : 18 abr. 2026.

ECA E ESTATUTO DO IDOSO

EMENTA: A Constituição de 1988: criança, adolescente e idoso. Hermenêutica do direito de família. Princípios do direito de família. Filiação. Poder Familiar. Adoção: Estatuto da Criança e do Adolescente na atualidade. Estatuto do Idoso no terceiro milênio. Estatuto da Juventude. Tutela e curatela. Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores. Bem de família. Tutela e Curatela.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo Andrade; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes; AMIN, Andréa Rodrigues. **Curso de direito da criança e do adolescente**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626847. Acesso em : 18 abr. 2026.
ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do adolescente**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626441. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530995751. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SOUZA, Andrea Sant'ana Leone; FERRARO, Angelo Viglianisi; FILHO, Eduardo Tomasevicius (org.). **Estatuto da criança e do adolescente**: entre a efetividade dos direitos e o impacto das novas tecnologias. São Paulo: Almedina, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556276915. Acesso em : 18 abr. 2026.

JÚNIOR, Antônio Jorge Pereira. **Direitos da criança e do adolescente em face da tv**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502220355. Acesso em : 18 abr. 2026.

ROSSATTO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da crianca e do adolescente comentado artigo por artigo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555590814. Acesso em : 18 abr. 2026.

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. Barueri: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559777631. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777631/. Acesso em : 18 abr. 2026.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **O estatuto da criança e do adolescente e o professor**: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555553154. Acesso em : 18 abr. 2026.

PRÁTICAS SIMULADAS

EMENTA: Petição Inicial. Requisitos da Petição Inicial. Tutelas Provisórias. Processo de Conhecimento. Execução. Procedimentos Especiais. Recursos. Remédios Constitucionais: Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança, abordando, inclusive direitos humanos e meio ambiente. Juizado Especial Cível. Audiências Judiciais Simuladas. Técnicas Alternativas de Solução de Conflitos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625093. Acesso em : 18 abr. 2026.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de prática civil**. 21. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530998912. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998912/. Acesso em : 18 abr. 2026.

SCAVONE JR., Luiz Antonio. **Modelos de peças no novo cpc**. Rio de Janeiro: Forense, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530977788. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625055. Acesso em : 18 abr. 2026.

WALD, Arnoldo. **Mandado de segurança na prática judiciária**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993382. Acesso em : 18 abr. 2026.

NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano; Sciorilli, Marcelo. **Manual de processo constitucional**: mandado de segurança, ação civil pública, ação popular, habeas data, mandado de injunção, ADIN, ADECON, ADPF. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556272665. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272665/. Acesso em : 18 abr. 2026.

GUERRERO, Luis Fernando. **Os métodos de solução de conflitos e o processo civil**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-970-0367-3. Acesso em : 18 abr. 2026.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação**: conciliação e negociação. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620568. Acesso em : 18 abr. 2026.

EXECUÇÃO PENAL

EMENTA: Lei de execução penal. Objeto da execução penal. Princípios da legalidade, jurisdicionalidade e individualização da pena. Exame criminológico. Órgãos da execução penal. Juízo de execução penal. Competência. Súmula nº 192 do STJ. Execução da pena privativa de liberdade: estabelecimentos penais; direitos e deveres do preso; poder disciplinar; falta disciplinar; início da execução; detração e unificação das penas; remição da pena; sistema progressivo; prisão albergue domiciliar; autorização para saídas extramuros; livramento condicional; incidentes de execução; agravo, habeas corpus e mandado de segurança na execução penal. Extinção da punibilidade: prescrição da pretensão punitiva e executória. Execução da pena de multa: efeitos penais; prescrição da multa; procedimento; extinção pelo óbito. Execução da pena restritiva de direito: descrição das penas restritivas de direito; detração; conversão e substituição da pena restritiva de direitos; procedimentos; prescrição; suspensão condicional do processo e da pena. Medida de segurança: internação e tratamento ambulatorial; prazo; detração; hospitais de custódia; exame de periculosidade; saídas terapêuticas; desinternação, reinternação e extinção da medida; prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCÃO, Renato. **Curso de execução penal**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625864. Acesso em : 18 abr. 2026.

BRITO, Alexis de Couto. **Execução penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627752. Acesso em : 18 abr. 2026.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de execução penal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997106. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUCCI, Guilherme de Souza. **Processo penal e execução penal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997731. Acesso em : 18 abr. 2026.

Editoria Jurídica da Editora Manole (org.). **Código de processo penal**: Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941: inclui a Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de

11.07.1984). 11. ed. Barueri: Manole, 2026. E-book. ISBN 9788520469316. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520469316/. Acesso em : 18 abr. 2026.
RAIZMAN, Daniel Andres. **Manual de direito penal**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553611379. Acesso em : 18 abr. 2026.
BONFIM, Edilson Mougenot. **Curso de processo penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625833.Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito penal**: partes geral e especial. 10. ed. São Paulo: Método, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997670. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROJETO DE EXTENSÃO 5
EMENTA: Conduzir constantemente à reflexão crítica e sensível do papel do Direito na sociedade. Proporcionar experiências no campo do Direito para que os discentes assimilem e pratiquem conteúdos teórico-práticos a partir de uma perspectiva extensionista. Promover diferentes possibilidades e interesses de atuação, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Toda a bibliografia sugerida para o período.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Toda a bibliografia sugerida para o período.

OPTATIVA III
EMENTA: De acordo com o conteúdo curricular de disciplinas elencadas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
A bibliografia será específica conforme a disciplina escolhida.

10º SEMESTRE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO – PRÁTICA JURÍDICA NPJ III
EMENTA: Atividades reais de prática forense, com atendimento da população, elaboração de peças e acompanhamento de processos judiciais sob a responsabilidade do Núcleo de Prática Jurídica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Bibliografia de acordo com a atividade a ser executada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Bibliografia de acordo com a atividade a ser executada.

PRÁTICA FORENSE PENAL
EMENTA: Aspectos práticos do direito processual penal: Investigação policial. Prisão e liberdade provisória. Relaxamento do flagrante. Petição inicial. Acusação e defesa.

Instrução criminal. Procedimentos. Efeitos práticos da sentença penal. Prática recursal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997717. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 32. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553625826. Acesso em : 18 abr. 2026.

MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para o exame da OAB**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624508. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MASSON, Cleber; JÚNIOR, Ernani Vilhena. **Prática penal, civil e tutela coletiva**: ministério público. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530996949. Acesso em : 18 abr. 2026.

SILVA, Luiz Cláudio; SILVA, Franklyn Roger Alves. **Manual de processo e prática penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-5598-4. Acesso em : 18 abr. 2026.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559773060. Acesso em : 18 abr. 2026.

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553612956. Acesso em : 18 abr. 2026.

LOPES JR., Aury. **Prisões cautelares**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624504. Acesso em : 18 abr. 2026.

PRÁTICA FORENSE TRIBUTÁRIA

EMENTA: Desenvolvimento de atividades práticas relativas ao direito processual tributário, considerando seus Princípios e Fontes Fundamentais, bem como a competência legislativa, a justiça tributária e o processo tributário. Processo judicial tributário. Execução fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530993900. Acesso em : 18 abr. 2026.

ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito tributário brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999681. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999681/. Acesso em : 18 abr. 2026.

QUINTANILHA, Gabriel Gabriel Sant'Anna. **Manual de direito tributário**: volume único. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530998950. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998950/. Acesso em :

18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SABBAG, Eduardo. **Prática tributária**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530982188. Acesso em : 18 abr. 2026.

SABBAG, Eduardo. **Direito tributário essencial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559640317. Acesso em : 18 abr. 2026.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. **Direito tributário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559645725. Acesso em : 18 abr. 2026.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Manual de direito tributário**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559776962. Acesso em : 18 abr. 2026.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito tributário**. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609956. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA: Evolução histórica da previdência social. A previdência social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. Prestações relativas a acidente do trabalho. Repercussões no contrato de trabalho. A responsabilidade decorrente do acidente de trabalho. Ação judicial acidentária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCAYUVA, Marcela Carvalho. **Direito previdenciário**. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644681. Acesso em : 18 abr. 2026.

GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário**. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530995256. Acesso em : 18 abr. 2026.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Direito previdenciário**. 5. ed. São Paulo: Método, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530998318. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Direito previdenciário**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597024029. Acesso em : 18 abr. 2026.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998493. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998493/. Acesso em : 18 abr. 2026.

LEITE, Anna L. B. A.; DORETO, Daniella T.; NAKAMURA, Fernanda de C. **Direito previdenciário**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556903255. Acesso em : 18 abr. 2026.
SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito previdenciário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771521. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771521/. Acesso em : 18 abr. 2026.
AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de direito previdenciário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553620135. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DIGITAL

EMENTA: Sociedade da Informação novos desafios e os conflitos inerentes ao uso de novas tecnologias. Direito, Tecnologia e Inovação. Sustentabilidade Digital. Influência da tecnologia do direito: no mundo e no Brasil. Globalização, soberania do Estado e internet. Constituição brasileira e o uso das novas tecnologias digitais. Os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais. Direitos fundamentais e internet: liberdade de expressão, direitos de imagem, direito de informação, direito de privacidade e intimidade, proteção de dados, entre outros. Choques entre direitos fundamentais. Marco Civil da Internet: direitos e garantias dos usuários, neutralidade na rede, proteção aos registros, aos dados pessoais e às comunicações privadas, da guarda de registros de conexão, da responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, da requisição judicial de registros, da atuação do poder público. A livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624317. Acesso em : 18 abr. 2026.
PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito digital**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786553624979. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624979/. Acesso em : 18 abr. 2026.
PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais**: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623617. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SARAIVA, Editora. **Lei geral de proteção de dados (LGPD) e marco civil da internet**. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620384. Acesso em : 18 abr. 2026.
VERÍSSIMO, Carla. **Compliance**: incentivo à adoção de medidas anticorrupção. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547224011. Acesso em : 18 abr. 2026.
SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Compliance, direito penal e lei anticorrupção**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502622098. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEIXEIRA, Tarcisio; STINGHEN, João Rodrigo; LIMA, Adrianne Correia de. **LGPD e cartórios**: implementação e questões práticas. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. E-book.

Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597967. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEIXEIRA, Tarcísio; GUERREIRO, Ruth Maria. **Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD)**: comentada artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555599015. Acesso em : 18 abr. 2026.
LIMA, Adrianne; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. **LGPD para contratos**: adequando contratos e documentos à lei geral de proteção de dados. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555597684 Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO FINANCEIRO

EMENTA: Conceito e objeto do direito financeiro como atividade financeira do Estado. A Despesa pública. A receita pública. O orçamento público. O crédito público. Autonomia do direito financeiro e do direito tributário. Fontes do direito tributário. Os tributos. Conceito de tributo. O tributo e suas espécies. Sistema tributário e discriminação de rendas. Limitações constitucionais ao poder de tributar. O tributo e suas espécies. Noções gerais sobre os tributos. Imposto. Taxa. Contribuição de melhoria. Empréstimo compulsório. Contribuição parafiscal. Legislação tributária. A vigência da lei tributária no espaço e no tempo. Interpretação e integração da legislação tributária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRITO, Edvaldo. **Direito tributário**: imposto, tributos sinalagmáticos, contribuições,preços e tarifas, empréstimo compulsório. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522497089. Acesso em : 18 abr. 2026.
ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530995706. Acesso em : 18 abr. 2026.
PISCITELLI, Tathiane. **Direito financeiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777471. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público**: flexibilidade e orçamento impositivo. São Paulo: Blucher, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788580392074. Acesso em : 18 abr. 2026.
LENZA, Pedro (org.). **Direito financeiro e econômico**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624119. Acesso em : 18 abr. 2026.
MORAES, Guaracy do Nascimento; ELTZ, Magnum; FERREIRA, Gabriel Bonesi. **Direito financeiro**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556902135. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Manual de direito tributário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559649808. Acesso em : 18 abr. 2026.
CARNEIRO, Claudio. **Curso de direito tributário e financeiro**. 11. ed. São Paulo:

Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624331. Acesso em : 18 abr. 2026.

PRÁTICA FORENSE ADMINISTRATIVA

EMENTA: Histórico da Prática Forense administrativa na ordem constitucional. A Administração Pública: Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder de Polícia. Regime Jurídico de Direito Administrativo. Princípios da Administração Pública. Administração Pública Direta e Indireta. Atividades de Fomento. Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação. Estatuto da Cidade. Atos Administrativos. Responsabilidade do Estado. Bens públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. ISBN 9786559778393. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778393/. Acesso em : 18 abr. 2026.

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do Canto. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620452. Acesso em : 18 abr. 2026.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530999032. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999032/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERWIG, Aldemir. **Direito administrativo**. Ijuí: Unijuí, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788541902939. Acesso em : 18 abr. 2026.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998660. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998660/. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAMPOS, Ana Cláudia. **Direito administrativo facilitado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559648696. Acesso em : 18 abr. 2026.

MAZZA, Alexandre. **Curso de direito administrativo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770227. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770227/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PESSOA, Erick Alves. **Direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559644803. Acesso em : 18 abr. 2026.

PROJETO DE EXTENSÃO 6

EMENTA: Conduzir constantemente à reflexão crítica e sensível do papel do Direito na sociedade. Proporcionar experiências no campo do Direito para que os discentes assimilem e pratiquem conteúdos teórico-práticos a partir de uma perspectiva extensionista. Promover diferentes possibilidades e interesses de atuação, favorecendo a conectividade e o alcance de significados para sua formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Toda a bibliografia sugerida para o período.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Toda a bibliografia sugerida para o período.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES
EMENTA: As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e complementadores do perfil do formando, possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico. As Atividades Complementares envolverão temas acordes com as unidades curriculares do Curso de Graduação em Direito. Orientam-se, desta maneira, a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de forma permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão junto à comunidade, estabelecidas ao longo do curso, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais, a temas relativos à Educação das Relações Étnico raciais, Cultura Afro-brasileira, Direitos Humanos e Educação Ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Não se aplica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
Não se aplica.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS
Ementa: Vocabulário básico da LIBRAS. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Expressão corporal e facial. Alfabeto manual. Sinais. Convenções da LIBRAS. Parâmetros da Língua Brasileira de Sinais. Estrutura gramatical da LIBRAS. Princípios linguísticos. Diálogos e narrativas na LIBRAS.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MORAIS, Carlos E. L.; PLINSKI, Rejane R. K.; MARTINS, Gabriel P. T. C. **Libras**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595027305. Acesso em : 18 abr. 2026.
QUADROS, Ronice M. **Língua de herança**. Porto Alegre: Penso, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584291113. Acesso em : 18 abr. 2026.
CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584291687. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

QUADROS, Ronice M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788536316581. Acesso em : 18 abr. 2026.
BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788582179314. Acesso em : 18 abr. 2026.
QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788536325200. Acesso em : 18 abr. 2026.
QUADROS, Ronice Müller de; MACHADO, Rodrigo Nogueira; SILVA, Jair Barbosa da. **Introdução ao estudo da Libras**. São Paulo: Contexto, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555416367. Acesso em : 18 abr. 2026.
MOURA, Cecilia; BEGROW, Desirée De Vit. **Libras e surdos**. São Paulo: Contexto, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555413953. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

EMENTA: As relações entre o campo jurídico e os processos de desenvolvimento econômico, social e político que marcam a modernidade e a pós-modernidade. Análise do Direito enquanto conjunto de regras, instituições, direitos e políticas públicas, socialmente concebidas, com o objetivo de conformar as interações humanas. O estudo do desenvolvimento como processo de expansão da autonomia da sociedade e dos indivíduos nas esferas econômica, social e política. A relação entre ordem institucional e desenvolvimento econômico, social e político. Conceito de desenvolvimento sustentável na doutrina nacional e estrangeira. Desenvolvimento sustentável: novas dimensões a serem compreendidas: saúde, educação, expectativa de vida, coesão social, condições materiais de existência, diversidade cultural e meio ambiente. O problema do desenvolvimento sustentável e os problemas ambientais. Contribuições e obstáculos do Direito ao processo de desenvolvimento sustentável no Brasil, no Estado do Pará e em Belém.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597001525. Acesso em : 18 abr. 2026.
RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628209. Acesso em : 18 abr. 2026.
TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786551770142. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626472. Acesso em : 18 abr. 2026.
SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva

Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620438. Acesso em : 18 abr. 2026.
CONTE, Christiany Pegorari; FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Crimes ambientais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788547221591. Acesso em : 18 abr. 2026.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Direito ambiental contemporaneo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502631595. Acesso em : 18 abr. 2026.
PHILIPPI JR., Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520439241. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO PENAL AMBIENTAL

EMENTA: Efetividade dos instrumentos punitivos para a proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. Dogmática penal ambiental. Princípios fundamentais do direito penal do ambiente. Delitos ambientais. Biossegurança e direito penal. Pedagogia do direito penal em matéria ambiental. Processualística em matéria ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559777433. Acesso em : 18 abr. 2026.
RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**. 12. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553628209. Acesso em : 18 abr. 2026.
TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786551770142. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620438. Acesso em : 18 abr. 2026.
GIACOMELLI, Cinthia L. F.; ELTZ, Magnum K. F. **Direito e legislação ambiental**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595022942. Acesso em : 18 abr. 2026.
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626472. Acesso em : 18 abr. 2026.
JR., Arlindo Philippi; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520439241. Acesso em : 18 abr. 2026.
TRENNEPHOL, Terence Dorneles. **Incentivos fiscais no direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502154766. Acesso em : 18 abr. 2026.

CRIMES CONTRA A PESSOA

EMENTA: Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Homicídio. Feminicídio.

Suicídio. Aborto. Lesões corporais. Periclitação da vida e da saúde. Rixa. Crimes contra a honra. Calúnia. Difamação. Injúria. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a liberdade pessoal. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio. Crimes contra a inviolabilidade de correspondência. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 2.** 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627615. Acesso em : 18 abr. 2026.
ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Lei do superendividamento**: teoria e prática. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553628908. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal, v. 8**: dos crimes contra a pessoa. 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555592337. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JESUS, Damásio de. **Direito penal, v. 2**: parte especial (arts. 35. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502619302. Acesso em : 18 abr. 2026.
JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo Lima. **Direito penal, v. 2**: parte especial crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183. 36. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619863. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555592290. Acesso em : 18 abr. 2026.
CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial arts. 121 a 212. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626656. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAIA, Mônica Bara. **Direito de decidir**: múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788582179635. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade. São considerados heterogêneos também os critérios que agrupam e mobilizam povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, afro-religiosos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto, dentre outros. A Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Portaria/Ibama n.22-n, de 10 de fevereiro de 1992 que cria o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.

Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIERI, Samia Roges Jordy. **Os direitos dos povos indígenas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556273471. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273471/. Acesso em : 18 abr. 2026.

ARRABAL, José. **A sociedade de todos os povos**. Barueri: Amarilys, 2010. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520454596. Acesso em : 18 abr. 2026.

ANJOS,

Anjos, Priscila Caneparo dos. **Autodeterminação dos povos e direito das minorias** : a questão curda. São Paulo: Almedina Brasil, 2022. E-book. ISBN 9786556276236. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276236/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TELLES JÚNIOR, Goffredo da Silva. **O povo e o poder**. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502208896. Acesso em : 18 abr. 2026.

BARBIERI, Samia Roges Jordy. **Os direitos dos povos indígenas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556273471. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273471/. Acesso em : 18 abr. 2026.

PIOVESAN, Flávia. **Comentários à convenção americana sobre direitos humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530987152. Acesso em : 18 abr. 2026.

KOTTAK, Conrad P. **Um espelho para a humanidade**: uma introdução a antropologia cultural. 8. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788580551914. Acesso em : 18 abr. 2026.

NETO, Antônio José de Mattos; NETO, Homero Lamarão; SANTANA, Raimundo Rodrigues. **Direitos humanos e democracia inclusiva**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502175792. Acesso em : 18 abr. 2026.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E SOFT SKILLS

EMENTA: *Hard Skills x Soft Skills.* Competências Socioemocionais. Desenvolvimento de *soft skills.* Assertividade, Comunicação. Relacionamento Interpessoal. Espírito de equipe. Gestão do tempo e Liderança. Persuasão e Resiliência. Criatividade e Pensamento crítico. Visão estratégica e Positividade. Gerenciamento de problemas. Empatia e Proatividade. Adaptabilidade. Inteligência Emocional: Autoconhecimento. Propósito e Motivação. Emoções e Bem Estar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2018. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597017670. Acesso em : 18 abr. 2026.
BES, Pablo; ALMEIDA, Claudinei; SCHOLZ, Robinson H. **Soft skills**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901244. Acesso em : 18 abr. 2026.
ROSSI, Jéssica de Cássia; SCHOLZ, Robinson Henrique; MORESCO, Marcielly Cristina. **Desenvolvimento gerencial e liderança**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786556901183. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROCHA, Lygia Carvalho. **Criatividade e inovação**. Rio de Janeiro: LTC, 2009. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-216-2263-5. Acesso em : 18 abr. 2026.
FELLIPPELLI, Adriana. **Autoconhecimento para um mundo melhor**. Rio de Janeiro: Alta Life, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555201307. Acesso em : 18 abr. 2026.
TOCCI, Guilherme; SAMICO, Paulo; CARNEIRO, Tayná. **Transformação jurídica**: criatividade é comportamento. inovação é processo. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623729. Acesso em : 18 abr. 2026.
SABBAG, Paulo Yazigi. **Competências em gestao**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788550810423.Acesso em : 18 abr. 2026.
TAVEIRA, Paulo; SOARES, Juliane Camargos. **Viva sem desculpas**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786558110354. Acesso em : 18 abr. 2026.

EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

EMENTA: Dimensões contemporâneas do trabalho. Competitividade e espírito empreendedor. Perspectivas e desenvolvimento de carreiras. Planejamento e gestão. Investigação e internalização da ação empreendedora. Autoconhecimento. Perfil do empreendedor e criatividade. Identificação e desenvolvimento de oportunidades. Startups, Ed Techs. Construção de um plano de negócios e negociação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522486748. Acesso em : 18 abr. 2026.
HASHIMOTO, Marcos. **Espírito empreendedor nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502210363. Acesso em : 18 abr. 2026.
LEITE, Emanuel Ferreira. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502144477. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAIS, Roberto Souza de. **O profissional do futuro**: uma visão empreendedora. Barueri: Minha Editora, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520452219. Acesso em : 18 abr. 2026.
CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597028089. Acesso em : 18 abr. 2026.
DORNELAS, José. **Empreendedorismo para visionários**. 2. ed. São Paulo: Empreende, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788566103212. Acesso em : 18 abr. 2026.
MENDES, Jerônimo. **Empreendedorismo 360°**: criação, modelagem e gestão de negócios na prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788550821429. Acesso em : 18 abr. 2026.
KURATKO, Donald F. **Empreendedorismo**: teoria, processo, prática – tradução da 10ª edição norteamericana. São Paulo: Cengage Learning, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522125715. Acesso em : 18 abr. 2026.

DEFESA JUDICIAL DO MEIO AMBIENTE

EMENTA: A responsabilidade por danos causados ao meio ambiente. O surgimento da responsabilidade objetiva. Histórico da Lei de Ação Civil Pública. Objeto, sujeitos e obrigações na Lei nº 7.347/1985. Aspectos processuais específicos da Lei nº7.347/1985. Instrumentos constitucionais de defesa do meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JUBILUT, Liliana Lyra; REI, Fernando Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano. **Direitos humanos e meio ambiente**: minorias ambientais. Barueri: Manole, 2017. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520455753. Acesso em : 18 abr. 2026.
FENSTERSEIFER, Tiago; SARLET, Ingo Wolfgang; MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Constituição e legislação ambiental comentada**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502626492. Acesso em : 18 abr. 2026.
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de direito ambiental**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530998615. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998615/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626472. Acesso em : 18 abr. 2026.
SOUZA, Motauri Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie**: direito ambiental, direito do consumidor e probidade administrativa, 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502203365. Acesso em : 18 abr. 2026.
GIACOMELLI, Cinthia L. F.; ELTZ, Magnum K. F. **Direito e legislação ambiental**.

Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595022942. Acesso em : 18 abr. 2026.
IGLECIAS, Patrícia (coord.) et al. **Proteção ao meio ambiente no Brasil : passado, presente e futuro**: estudos em homenagem a Patrícia Iglecias. São Paulo: Almedina Brasil, 2023. E-book. ISBN 9786556278070. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278070/. Acesso em : 18 abr. 2026.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Direito ambiental contemporaneo**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502631595. Acesso em : 18 abr. 2026.

CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

EMENTA

Crimes contra o patrimônio. Furto. Roubo e extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Estelionato e outras fraudes. Receptação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Blindagem patrimonial e planejamento jurídico**. São Paulo: Atlas, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522496297. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal, v. 9**: dos crimes contra o patrimônio aos crimes contra a propriedade imaterial verificado. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619962. Acesso em : 18 abr. 2026.
ESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo Lima. **Direito penal, v. 2**: parte especial crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183. 36. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619863. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Claudio. **Curso de direito penal: parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 2010. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-3792-8. Acesso em : 18 abr. 2026.
BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 3**: parte especial. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627561. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770449. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/. Acesso em : 18 abr. 2026.
PAULSEN, Leandro. **Crimes federais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553600137. Acesso em : 18 abr. 2026.

BENS E NEGÓCIOS JURÍDICOS

EMENTA

Bens. Classificação dos bens. Regime jurídico das benfeitorias. Critério da essencialidade dos bens. Fatos jurídicos. A hipótese legal e o suporte fático.

Formação simples e complexa dos fatos jurídicos. Existência e eficácia jurídica. Classificações dos fatos jurídicos. Negócio jurídico. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos. Invalidade. Atos jurídicos lícitos e atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prova.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano de existência. 23. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620261. Acesso em : 18 abr. 2026.
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil, v. 1** : parte geral. 28. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770913. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770913/. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil, v. 6 t. 1**: contratos verificado. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555592450. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva Jur, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502625884. Acesso em : 18 abr. 2026.
ALFLEN, Pablo Rodrigo. **Teoria do domínio do fato**. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788502210097. Acesso em : 18 abr. 2026..
ALCÂNTARA, André Feitosa; JESUS, Fábio Rodrigues de; CARDOSO, José Nildo Alves. **Serviços jurídicos**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788536530499. Acesso em : 18 abr. 2026.
MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao estudo do direito**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559775644. Acesso em : 18 abr. 2026.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de direito administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530999032. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999032/. Acesso em : 18 abr. 2026.

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

EMENTA

Falência e recuperação de devedores. Verificação e habilitação de créditos. Administrador judicial e comitê de credores. Assembleia geral de credores. Recuperação judicial. Convolação da recuperação judicial em falência. Falência. Classificação dos créditos. Pedido de restituição. Procedimento para decretação de falência. Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido. Falência requerida pelo próprio devedor. Arrecadação e custódia dos bens. Efeitos sobre as obrigações do devedor. Ineficácia e revogação dos atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Pagamento aos credores. Encerramento da falência. Extinção das obrigações do falido. Recuperação extrajudicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NEGRÃO, Ricardo. **Falência e recuperação de empresas**: aspectos objetivos da lei n. 11.101/2005. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553620537. Acesso em : 18 abr. 2026.
SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. **Recuperação de empresas e falências**. 3. ed. São Paulo: Almedina, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584934577. Acesso em : 18 abr. 2026.
TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, v. 3**: falência e recuperação de empresas. 13. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626755. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786584004658. Acesso em : 18 abr. 2026.
SIQUEIRA, Julio Cesar Teixeira de. **Recuperação judicial de empresas médias e pequenas**: guia prático para o credor a o devedor; 1ª edição. São Paulo: Trevisan, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788599519998. Acesso em : 18 abr. 2026.
SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à lei de recuperação de empresa e falência**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553627196. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771707. Acesso em : 18 abr. 2026.
MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano; CEREZETTI, Sheila C. Neder. **Dez anos da lei n.o 11.101/2005**: estudos sobre a lei de recuperação e falência. São Paulo: Almedina Brasil, 2015. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788584931118. Acesso em : 18 abr. 2026.

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

EMENTA

Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a propriedade intelectual. Crimes contra a organização do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal, v. 9**: dos crimes contra o patrimônio aos crimes contra a propriedade imaterial verificado. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553619962. Acesso em : 18 abr. 2026..
MASSON, Cleber. **Direito penal, v. 2**: parte especial : arts. 121 a 212. 19. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026. E-book. ISBN 9788530998707. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998707/. Acesso em : 18 abr. 2026.
SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual**: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes

6a ed. 6. ed. Barueri: Manole, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788520457535. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MESSA, Ana Flávia. **Prática penal para o exame da OAB**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624508. Acesso em : 18 abr. 2026.
NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito penal**: partes geral e especial. 10. ed. São Paulo: Método, 2026. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530997670. Acesso em : 18 abr. 2026.
DUARTE, Melissa F.; BRAGA, Prestes C. **Propriedade intelectual**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595023239. Acesso em : 18 abr. 2026.
CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; VILLATORE, Marco Antônio César. **Direito internacional do trabalho e a organização internacional do trabalho**: um debate atual. São Paulo: Atlas, 2014. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788522493685. Acesso em : 18 abr. 2026.
MARTINS, Sergio Pinto. **Manual de direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553628977. Acesso em : 18 abr. 2026.

EXECUÇÃO CIVIL

EMENTA

Processo de execução. Execução em geral. partes. Competência. Requisitos necessários para realizar qualquer execução. Título executivo. Exigibilidade da obrigação. Responsabilidade patrimoniais. Diversas espécies de execução. Execução para a entrega de coisa. Entrega de coisa certa. Entrega de coisa incerta. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Citação do devedor e arresto. Penhora, depósito e avaliação. Objeto da penhora. Documentação da penhora, de seu registro e depósito. Lugar de realização da penhora. Modificações da penhora. Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira. Penhora de créditos. Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes. Penhora de percentual de faturamento de empresa. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel. Avaliação. Expropriação de bens. Adjudicação. Alienação. Satisfação do crédito. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOUVÊA, José Roberto Ferreira; FONSECA, João Francisco Naves da; GRECO, Leonardo. **Comentários ao código de processo civil, v. 16**. São Paulo: Saraiva Jur, 2020. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555591347. Acesso em : 18 abr. 2026.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Processo civil: execução civil**. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553609055. Acesso em : 18 abr. 2026.
DANTZGER, Afranio Carlos Camargo. **Alienação fiduciária de bens imóveis**. Rio de Janeiro: Método, 2010. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-4226-7. Acesso em : 18 abr.

2026..

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONHO, Luciana T.; CARVALHO, Francisco T. de; ARAUJO, Marjorie de Almeida. **Responsabilidade civil**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788595024199. Acesso em : 18 abr. 2026.

SÁ, Renato Montans de. **Manual de direito processual civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551771460. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/. Acesso em : 18 abr. 2026..

MASCITTO, Andréa; ORSOLON, Carlos Eduardo Marino; RODRIGUES, Catarina. **Garantias judiciais no processo tributário**: cenários, perspectivas e desafios. São Paulo: Blucher, 2018. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555066180. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624973. Acesso em : 18 abr. 2026.

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos Nelson; BANDEIRA, Paula. **Fundamentos do direito civil**, v. 3 : contratos. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999575. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999575/. Acesso em : 18 abr. 2026.

NULIDADES E RECURSOS EM GERAL NO PROCESSO PENAL

EMENTA

A teoria das nulidades no processo penal. Nulidades em espécie. Teoria dos recursos: duplo grau, ações impugnativas autônomas – diferenças, natureza jurídica, conceito, características, princípios, efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito, condições recursais e pressupostos recursais. Recursos em espécie. Os recursos nos tribunais superiores. Recurso especial e extraordinário. Alterações trazidas pela adoção das súmulas vinculantes e do sistema de repercussão geral. Requisitos de admissibilidade. Processamento do recurso especial. Processamento do recurso extraordinário. Habeas corpus, recurso ordinário em habeas corpus e mandado de segurança. Aspectos relevantes dos regimentos internos dos tribunais. Revisão criminal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Processo penal**: procedimentos, nulidades e recursos. 21. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553623743. Acesso em : 18 abr. 2026.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786555598872. Acesso em : 18 abr. 2026.

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553612956. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESTEFAM, André. **Direito penal, v. 1** : parte geral – arts. 1 a 120. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770043. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770043/. Acesso em : 18 abr. 2026.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal, v. 2**: parte especial. 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553622450. Acesso em : 18 abr. 2026.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação penal especial**. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026. E-book. ISBN 9786551770449. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/. Acesso em : 18 abr. 2026.

LIMA, Carlos Augusto da Silva Moreira. **Execução provisória da sentença penal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. ISBN 9786556272627. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272627/. Acesso em : 18 abr. 2026.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte geral arts. 1 a 120. 29. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553626687. Acesso em : 18 abr. 2026.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

EMENTA

Direito Internacional Privado: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Fontes do Direito Internacional Privado. Estrutura da norma do Direito Internacional Privado. Preceitos básicos do Direito Internacional Privado. História moderna do Direito Internacional Privado. Condição jurídica do estrangeiro. Nacionalidade. Estatuto do estrangeiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional privado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. ISBN 9788530999339. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999339/. Acesso em : 18 abr. 2026.

MALHEIRO, Emerson. **Direito internacional privado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786559643257. Acesso em : 18 abr. 2026.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem; ALBUQUERQUE, Felipe. **Direito internacional privado**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530995546. Acesso em : 18 abr. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARISTELA, Basso Basso. **Curso de direito internacional privado**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788597023060. Acesso em : 18 abr. 2026.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direito internacional privado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. E-book. Disponível em:

https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553624478. Acesso em : 18 abr. 2026.
RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado**: teoria e prática. 22. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788553623228. Acesso em : 18 abr. 2026.
DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JR., Augusto Jaeger. **Curso de direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9788530973896. Acesso em : 18 abr. 2026.
TEIXEIRA, Carla Noura. **Manual de direito internacional público e privado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. E-book. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/books/9786553624511. Acesso em : 18 abr. 2026.

IA, RESPONSABILIDADE E REGULAÇÃO JURÍDICA

EMENTA

Estudo dos fundamentos, técnicas e impactos jurídicos da Inteligência Artificial: conceitos básicos de IA, representação do conhecimento, algoritmos de decisão, aprendizagem de máquina e aprendizado profundo; aplicações em direito (jurimetria, análise preditiva, revisão jurídica automatizada, contratos inteligentes, e-discovery); responsabilidade civil, responsabilidade algorítmica, privacidade, proteção de dados, transparência, viés e discriminação algorítmica; regulação, compliance e ética. Enfoque prático em avaliação crítica de sistemas, interpretação de resultados e implicações para prática jurídica e políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (Coords.). **Inteligência artificial e direito***: ética, regulação e responsabilidade*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.
SANCTIS, Fausto Martin de. **Inteligência artificial e direito**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.
REIS, Paulo Victor Alfeo. **Algoritmos e o direito**. São Paulo: Almedina, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Oscar Valente. **Inteligência artificial, direito e processo**. São Paulo: Dialética, 2024.
BARCAROLLO, Felipe. **Inteligência artificial**: aspectos ético-jurídicos. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. BARCAROLLO, Felipe. Inteligência artificial: aspectos ético-jurídicos. São Paulo: Almedina Brasil, 2021.
PINTO, Rodrigo Alexandre L.; NOGUEIRA, Jozelia. I**nteligência artificial e desafios jurídicos**: limites éticos e legais. São Paulo: Almedina, 2023.
TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.
VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Inteligência artificial**: aspectos jurídicos. São Paulo: Almedina, 2023.